

RELATÓRIO DE GESTÃO

do Exercício de 2010



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO DE 2010
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE GOIÁS - GOIÂNIA-GO



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
WAGNER GONÇALVES ROSSI
Ministro

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Conab
Diretoria Colegiada
ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
Presidente

AMAURY PIO CUNHA
Diretor Financeiro.
ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
Diretor de Operações e Abastecimento
SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações
ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor Administrativo

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE GOIÁS
EURIPEDES MALAQUIAS DE SOUZA
Superintendente
LORENA MARIA A. CARVALHO U. LOUSA
Procuradora Regional
EMIL JOSÉ FERREIRA
Gerente Financeiro e Administrativo
MARILSON GONÇALVES CAMPOS
Gerente de Operações
VICENTE TEIXEIRA SILVA
Gerente de Desenvolvimento e Gestão de Estoques

EMIL JOSÉ FERREIRA
CLOVIS VIEIRA DOS SANTOS
FRANCISCO PEREIRA DA SILVA
FRANCISCO JOSÉ COUTINHO PAES
JOÃO GOMES DA SILVA
JURANDIR FERREIRA RIOS
LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO
MARIA APARECIDA N. DE MORAIS
RONALDO ELIAS CAMPOS
WILLIAN ALBERANY LEMOS BARBOSA.
Elaboração

Superintendência Regional de GOIÁS
Av. Meia Ponte, 2748 – Setor Santa Genoveva – Goiânia - GO – CEP 74.670.400
Fax. (62) 3232-4312 Fone: (62) 3232-4401

Sumário.....	01
LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS.....	03
LISTA DE TABELAS, GRAFICOS, ETC.....	06
APRESENTAÇÃO.....	10
1 – Identificação.....	11
2 – Responsabilidades, Objetivos, Programação e Execução Orçamentária.....	15
2.1 – Responsabilidades e Objetivos Institucionais da Unidade.....	15
2.1.1 - Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização.....	17
2.1.2 - Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	20
2.1.3 - Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento.....	21
2.1.4 - Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas.....	21
2.1.5 - Gestão de Estoques-Armacenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários.....	22
2.2 – Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais.....	23
2.3 – Gestão de Programas e Ações.....	25
2.3.1 - Programas.....	26
2.3.1.1 - (0352) Programa Abastecimento Agroalimentar.....	26
2.3.1.2 - (0360) Programa Gestão da Política Agropecuária.....	27
2.3.1.3 - (0901) Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais.....	27
2.3.2 - Principais Ações dos Programas.....	27
2.3.2.1 - (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.....	28
2.3.2.2 - (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados.....	30
2.3.2.3 - (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.....	32
2.3.2.4 - (2130) Formação de Estoques Públicos.....	33
a) Preços Mínimos.....	34
b) Aquisição de Produtos Agrícolas.....	35
c) Remoções de Produtos dos Estoques Públicos.....	36
d) Posição dos Estoques Públicos.....	37
2.3.2.5 - (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.....	38
2.3.2.6 - (2272) Gestão e Administração do Programa.....	42
2.3.2.7 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns.....	47
2.3.2.8 - (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras.....	50
2.3.2.9- (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento. Agroalimentar.....	52
2.3.2.10-(4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação.....	54
2.3.2.11-(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras.....	56
2.3.2.12-(0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.....	60
2.3.2.13-(002F) Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos, Vincendos Devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.....	61
2.3.2.14-Outros Programas, Ações e Atividades.....	62
2.3.2.14.1-(0300) Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agrícolas.....	62
2.3.2.14.2-Levantamento de Safra de Cana de Açúcar, de Café e de Pinhão Manso.....	76
2.3.2.14.2.1 -Levantamento da Produção Brasileira de Cana-de-Açúcar.....	76
2.3.2.14.2.2 - Levantamento da Produção, Custos e Estoques Privados do Café.....	79
2.3.2.14.2.3 -Levantamento da Produção de Pinhão Manso.....	84
2.3.2.14.3 - Comercialização de Produtos Agrícolas dos Estoques Públicos.....	86
2.3.2.14.4 - Programa Vendas em Balcão.....	87
2.3.2.14.5 - Serviços de Armazenagem.....	90
2.3.3 – Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ.....	91
2.3.4 – Desempenho Orçamentário e Financeiro.....	92
2.3.4.1 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesas.....	92
2.3.4.2 – Despesas por Modalidade de Contratação.....	93
2.3.4.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	94
2.3.4.4 – Indicadores de Desempenho ou Institucionais.....	95
3 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	112
4 - Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	112
5 - Composição dos Recursos Humanos.....	113
6 - Informações sobre Transferências.....	124
7 - Registros Atualizados nos Sistemas SIASG e SINCOV.....	124

8 - Informações Sobre Entrega das Declarações de Bens e Rendas.....	127
9 - Informações Sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno.....	128
10-Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	130
11-Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário de Propriedade da União ou Locado de Terceiros.....	132
12-Gestão da Tecnologia da Informação.....	133
13-Informação Sobre a Utilização de Cartões de Pagamento do Governo Federal.....	142
14-Renúncias Tributárias.....	142
15-Atendimentos às Determinações do TCU e da CGU.....	143
16-Informações Sobre o Tratamento das Recomendações realizadas pela Unidade de Controle Interno.....	156
17-Outras Informações.....	178
18-Informações Contábeis da Gestão.....	180
18.1 - Declaração do Contador Responsável.....	180
18.2 - Informações Contábeis Previstas na Lei 4.320/64.....	181
18.3 - Informações Contábeis Previstas na Lei. 6.404/76.....	181
a) Balanço Patrimonial da Conab.....	182
b) Demonstração do Resultado do Exercício (Conab).....	184
c) Demonstração do Valor Adicionado (Conab).....	185
d) Demonstração dos Fluxos de Caixa (Conab).....	185
e) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Conab).....	187
f) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis (Conab).....	188
18.4 - Informação Sobre a Composição do Capital Social.....	201
18.5 - Informações Contábeis da SUREG/GO.....	205
18.6 - Parecer dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis (Conab).....	209
19-Remuneração paga aos Administradores.....	211
20-Previdência Complementar Patrocinada.....	214

Lista de Abreviações e Siglas

AGF – Aquisição do Governo Federal
ACT – Acordo Coletivo de Trabalho
CAEAF – Compra Especial da Agricultura Familiar
CAMEX – Câmara de Comércio Exterior
CDA – Cadastro de Unidades Armazenadoras
CDAF – Compra da Agricultura Familiar
CEASA - Centrais de Abastecimento
CGU – Controladoria Geral da União
CIBRIUS – Instituto Conab de Seguridade Social
CLT – Consolidação da Lei Trabalhista
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
Conab – Companhia Nacional de Abastecimento
CONAD – Conselho de Administração da Conab
CPR – Cédula de Produto Rural
CPR – DOAÇÃO – Compra de Agricultura Familiar com Doação Simultânea
DIFIN – Diretoria Financeira
DIPAI – Diretoria da Política Agrícola e Informações
DIRAD – Diretoria Administrativa
DIRAB – Diretoria de Operação e Abastecimento
DN TCU – Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União
EGF – Empréstimo do Governo Federal
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNASA – Fundação Nacional de Assistência a Saúde
GEASA – Gerência de Avaliação de Safras
GEBEM – Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho
GECAD – Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns
GECAP – Gerência de Capacitação e Desenvolvimento
GEDES – Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico
GEFAD – Gerência Financeira e Administrativa
GEFIS – Gerência de Fiscalização de Estoques Governamentais
GEOPE – Gerência de Operações
GEVEP – Gerência de Avaliação e Vistoria de Estoques Privados
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto de Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial

INPE – Instituto Nacional de Pesquisa Econômica

LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho

LOA – Lei Orçamentária Anual

MAB – Movimentos dos Atingidos por Barragem

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

MF – Ministério da Fazenda

MI – Ministério da Integração Nacional

MOC – Manual de Operações da Conab

NOC – Normas da Organização da Conab

OAN – Ouvidoria Agrária Nacional

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PCMSO – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional

PEP – Prêmio de Escoamento de Produto

PEPRO – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor

PESOJA – Prêmio Equalizador da Soja

PGPAF – Política de Garantia de Preços da Agricultura Familiar

PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos

PPA – Plano Plurianual

PROGE – Procuradoria Geral

PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar

PROP – Prêmio de Risco de Opção Privada

PRORE – Procuradoria Regional

REFAP – Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos

SEADE – Setor de Administração

SEC – Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab

SECOF – Setor Contábil e Financeiro

SECOM – Setor de Operações Comerciais

SEDEN – Setor de Desenvolvimento Empresarial

SEGEO – Setor de Apoio a Logística e Gestão da Oferta

SEOPE – Setor de Operações de Estoques

SEPAB – Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento

SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SEREH – Setor de Recursos Humanos
SESAN – Sistema Nacional de Defesa Civil
SETAD – Setor Administrativo
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAGRO – Sistema de Informações Agropecuárias e do Abastecimento
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SPA – Secretaria de Política Agrícola
SUARM – Superintendência de Armazenagem
SUCON – Superintendência de Contabilidade
SUFIN – Superintendência de Finanças
SUFIS – Superintendência de Fiscalização de Estoques
SUGOF – Superintendência de Gestão da Oferta
SUINF – Superintendência de Informação do Agronegócio
SUMAJ – Subprocuradoria de Material Judicial
SUMOC – Superintendência de Modernização e Capacitação
SUOPE – Superintendência de Operações
SUREG-GO – Superintendência Regional de Goiás
SUREH – Superintendência de Recursos Humanos
SUTIN – Superintendência de Gestão de Tecnologia da Informação
TCU - Tribunal de Contas da União
TVN – Termo de Vistoria e Notificação
UA – Unidade Armazenadora
UC – Unidade de Comercialização
UG – Unidade Gestora
UF – Unidade da Federação
UJ – Unidade Jurisdicionada
VEP – Valor de Escoamento de Produto

Lista de Tabelas, Gráficos, etc.

Nº do Quadro	Nomenclatura	Página
I	Assistência Médica e Odontológica a Servidores, Empregados e Dependentes	28
II	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	31
III	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	32
IV	Formação de Estoques Públicos	34
V	Preços Mínimos	34
VI	Aquisições de Produtos Agrícolas	35
VII	Remoções de Produtos dos Estoques Públicos	36
VIII	Quantidades Removidas	36
IX	Demonstrativo da Execução Financeira	37
X	Posição dos Estoques Públicos - Goiás	37
XI	Posição dos Estoques Públicos – Distrito Federal	38
XII	Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	40
XIII	Despesas com Deslocamentos	40
XIV	Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas	41
XV	Demonstrativo de Fiscalização por Instrumento.	42
XVI	Gestão Administrativa	44
XVII	Demonstrativo de Execução de Despesas com Pessoal	45
XVIII	Pregão Eletrônico 2010	46
XIX	Pregão Eletrônico – Preço de Referência	46
XX	Contratos Administrativos	47
XXI	Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	48
XXII	Demonstrativo de Armazéns por UA	48
XXIII	Demonstrativo de Manutenção, Modernização e Adequação das Unidades Armazenadoras	49
XXIV	Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras	50
XXV	Demonstrativo da Capacidade Estática Cadastrada	51
XXVI	Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar	53
XXVII	Demonstrativo de Preços Mínimos Recebidos Pelos Produtores	54
XXVIII	Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação	55
XXIX	Treinamento por área de Conhecimento	56
XXX	Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras.	57

XXXI	Demonstrativo da área Plantada e da Produção Agrícola/Goiás, Safras 2008/2009 e 2009/2010.	58
XXXII	Demonstrativo da área Plantada e da Produção Agrícola/Goiás, Safras 2009/2010 e 2010/2011.	59
XXXIII	Demonstrativo da área Plantada e da Produção Agrícola/DF, Safras 2008/2009 e 2009/2010.	60
XXXIV	Demonstrativo da área Plantada e da Produção Agrícola/DF, Safras 2009/2010 e 2010/2011.	60
XXXV	Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista	61
XXXVI	Cumprimento de Débitos Judiciais	62
XXXVII	Garantia e Sustentação de Preços – Subvenção Venda de Milho	64
XXXVIII	Leilões de Prêmio para o escoamento de produtos	64
XXXIX	Pagamento de Prêmio para escoamento de Trigo.	65
XL	Demonstrativo de Metas Previstas para o PAA	69
XLI	Demonstrativo de Aquisições para CPR Estoque/MDS	70
XLII	Demonstrativo de Aquisições para CPR - Doação/MDS	70
XLIII	Demonstrativo de Execução de Despesa/MDS	70
XLIV	Demonstrativo de aquisição pela CDAF/MDA	71
XLV	Demonstrativo de Aquisição de CPR/Estoque/MDA	71
XLVI	Demonstrativo de Remoção de Estoques/MDA	72
XLVII	Demonstrativo de Execução de Despesas/MDA	72
XLVIII	Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos	74
XLIX	Demonstrativo de Aquisição de Gêneros Alimentícios	74
L	Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos por Beneficiários/MDS	75
LI	Demonstrativo da Execução de Despesa/MDS	75
LII	Demonstrativo de Distribuição de Alimentos/MDS	76
LIII	Demonstrativo da Produção de Cana de Açúcar	77
LIV	Demonstrativo da Produção de Açúcar	78
LV	Demonstrativo da Produção de Álcool	79
LVI	Demonstrativo da Evolução da Produção de Café no Brasil-Safra 2009/2010	81
LVII	Demonstrativo da Evolução da Produção de Café no Brasil-Safra 2010/2011	81
LVIII	Demonstrativo da Produção e Produtividade Cafeeira safras 2010/2011	82
LVIX	Demonstrativo de Estoques apurados por segmento e Unidades da Federação	83

LX	Demonstrativo dos Estoques do Café	83
LXI	Demonstrativo de Execução de Despesas	84
LXII	Demonstrativo de Levantamento da Produção do Pinhão Manso	85
LXIII	Demonstrativo da Execução de Despesas	85
LXIV	Demonstrativo da Comercialização de Produtos dos Estoques Públicos	87
LXV	Demonstrativo de Vendas com Subvenções	87
LXVI	Demonstrativo de Vendas Balcão	89
LXVII	Demonstrativo de Estoques Médio e Receitas de armazenagem com Produtos de Terceiros	90
LXVIII	Demonstrativo da Execução Física e Financeira das Ações realizadas pela UJ	91
LXIX	Demonstrativo da Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	92
LXX	Demonstrativo de Despesas por Modalidade de Contratação	93
LXXI	Demonstrativo de Despesas por Grupo e Elemento de Despesa	94
LXXII	Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	112
LXXIII	Demonstrativo de Composição do Quadro de Recursos Humanos	113
LXXIV	Demonstrativo de Variação de Efetivo por Situação Contratual	114
LXXV	Demonstrativo da Composição de Quadro de Recursos Humanos Por Faixa Etária	114
LXXVI	Demonstrativo da Composição de Quadro de Recursos Humanos Por Nível de Escolaridade	114
LXXVII	Demonstrativo da Composição de Quadro de Estagiários	115
LXXVIII	Demonstrativo de Custos do Quadro de Recursos Humanos	115
LXXIX	Demonstrativo do Quadro de Serviços de Limpeza e Vigilância	116
LXXX	Demonstrativo de Contratos de Prestação de Serviços e Locação de Mão de Obra	116
LXXXI	Demonstrativo da Distribuição do Pessoal Terceirizado	117
LXXXII	Demonstrativo de Pessoal por Faixa Etária X Tempo Trabalhado	119
LXXXIII	Demonstrativo do Quadro de Demanda Trabalhista por SUREG e Risco.	123
LXXXIV	Quadro Comparativo entre Benefícios Complementares pagos exercício de 2009 e 2010.	124
LXXXV	Demonstrativo da Entrega das Declarações de Bens e Rendas	127
LXXXVI	Informações Sobre o Funcionamento do Sistema do Controle Interno	128
LXXXVII	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	130
LXXXVIII	Gestão da Tecnologia da Informação	133
LXXXIX	Perfil dos Recursos Humanos envolvidos/TI-Por Tipo de Vínculo	135
XC	Perfil dos Recursos Humanos envolvidos/TI-Por Área	135

XCI	Demonstrativo da Aquisição de Equipamentos - TI	140
XCII	Recomendações da CGU	143
XCIII	Informações Sobre o Tratamento das Recomendações realizadas pela Unidade de Controle Interno	156
XCIV	Composição Acionária do Capital Social em 31/12/2010	202
XCV	Composição Acionária da UJ como Investidora	203
XCVI	Quadro Demonstrativo da Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	211
XCVII	Remuneração dos Administradores – Diretoria da Conab	212
XCVIII	Remuneração dos Administradores – Conselho Fiscal	213
XCIX	Remuneração dos Administradores – Conselho de Administração	213
C	Previdência Complementar – Valor Total da Folha de Pagamento dos Empregados Participantes	214
CI	Previdência Complementar – Valor Total das Contribuições Pagas pelos Empregados Participantes	215
CII	Previdência Complementar – Valor Total das Contribuições Pagas pela Patrocinadora (Conab)	216
CIII	Previdência Complementar – Valor Total por Tipo de Aplicação e Respectiva Fundamentação Legal	218
CIV	Previdência Complementar - Alocação de Recursos e Limites por Segmento e Modalidade de Investimento	220
CV	Previdência Complementar - Meta de Rentabilidade	220
CVI	Previdência Complementar – Agências de Classificação Risco de Crédito	221
CVII	Previdência Complementar – Comparativo das Rentabilidades dos Investimentos Janeiro a Dezembro de 2010	223
CVIII	Previdência Complementar – Projeção considerando o plano de custeio atual, com aporte das reservas a amortizar contratadas (sobrevida até 2017)	230
	FIGURAS (GRÁFICOS)	
I	Área de Atuação do PAA	67
II	Gráfico Comparativo de Vendas SUREG/GO X CONAB	90
III	Gráfico da Evolução do Número de Empregados	119
IV	Gráfico da Evolução do Número de Treinandos e do Custo <i>Per Capta</i>	121
V	Gráfico da Evolução das Despesas com Serviços de Saúde	122
VI	Gráfico da Evolução das Demandas Trabalhistas	123

Apresentação

O presente Relatório de Gestão, tem por objetivo apresentar as informações relativas as atividades desenvolvidas pela Superintendência Regional da Conab em Goiás e Distrito Federal, referente ao exercício de 2010, em conformidade com a Instrução Normativa n.º 63, de 1.º de setembro de 2010, Decisão Normativa n.º 107, de 27 de outubro de 2010, Portaria TCU n.º 277, de 7 de dezembro de 2010, e Portaria CGU n.º 2.546, de 27 de dezembro de 2010, que aprovou a Norma de Execução n.º 03, da mesma data.

Tomando-se por base a Parte A-Conteúdo Geral, do Anexo II, da DN 107, não foram atendidos os itens 3, 6, 13 e 14 por não terem sido registradas ocorrências durante o exercício, nesta Superintendência Regional.

As atividades desenvolvidas estão inseridas nas diversas ações que compõem os programas de governo inscritos no PPA, havendo atividades que foram realizadas, também, sob a forma de descentralização orçamentárias/financeiras, em atendimento a Termos de Cooperação celebrados pela Conab com outros órgãos públicos detentores das ações orçamentárias.

As ações finalísticas, ou seja, aquelas diretamente vinculadas à missão institucional, compõem o Programa Abastecimento Agroalimentar visando, entre outros objetivos, ao aumento e diversificação da produção agrícola e a formação de estoques públicos, com vistas à regularidade do abastecimento interno e à segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

As demais ações, inseridas no Programa acima mencionado, são de cunho administrativo e foram desenvolvidas de acordo com a legislação e acordos que regem a relação entre a Empresa e os empregados.

As Ações Orçamentárias: Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados e Contribuição à Previdência Privada não constam neste Relatório, pois a execução orçamentária é realizada pela Matriz (UG 135100), em Brasília, por meio da folha de pagamentos.

Este Relatório procura enfocar, além do detalhamento das atividades, todos os esforços desenvolvidos pela Conab, no âmbito da Superintendência Regional do Estado de Goiás/DF, para cumprir sua missão institucional que é **contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.**

As gestões de estoques públicos são desenvolvidas pela Regional por meio de aquisições, fiscalizações dos estoques armazenados, bem como, pelo atendimento aos clientes que utilizam os programas de subvenções do Governo Federal através dos programas PEP, VEP, PEPRO, Venda Balcão e também pela supervisão das doações efetuadas via operações do PAA.

Salienta-se, também, a prestação de serviços de armazenamento de produtos agropecuários públicos e de terceiros, pelas Unidades Armazenadoras administradas pela Conab no Estado de Goiás e Distrito Federal, com vistas ao atendimento aos programas governamentais.

Eurípedes Malaquias de Souza
Superintendência Regional de Goiás
Superintendente

1 – Identificação.

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento - Conab - (2114) Superintendência Regional de Goiás			
Denominação abreviada: Conab Sureg/GO			
Código SIORG: 87318	Código LOA: (não é UO) não se aplica		Código SIAFI: 22211
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Empresa Pública Federal			
Principal Atividade: Abastecimento Agroalimentar (Administração Pública em Geral)			código CNAE: 84.11.6-00
Telefones/Fax de contato:	(62) 3232-4401	(62) 3232-4317	(62) 3232-4312
Endereço eletrônico: go.sureg@conab.gov.br			
Página da Internet: http://www.conab.gov.br			
Endereço Postal: Av. Meia Ponte, 2748 - Setor Santa Genoveva – Goiânia – GO CEP:74670-400			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<p>A Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, constituída nos termos do art. 19, inciso II, da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990 é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O seu Estatuto Social foi aprovado pelo Decreto 99.994, em 26/12/1990, com alterações nas seguintes datas.</p>			
Versão	Decreto	Data do Decreto	Data de Publicação no DOU
1.ª Versão	99.944	26/12/90	31/12/90
2.ª Versão	369	19/12/91	20/12/91
3.ª Versão	s.n.º	03/07/95	04/07/95
4.ª Versão	1.816	09/02/96	09/02/96
5.ª Versão	s/n.º	19/12/96	20/12/96
6.ª Versão	2.390	19/11/97	21/11/97
7.ª Versão	3.336	13/01/00	14/01/00
8.ª Versão	4.514	13/12/02	16/12/02
9.ª Versão	6.407	24/03/08	25/03/08
As atividades tiveram início em 1º de janeiro de 1991.			
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<p>A Superintendência Regional de Goiás/DF – Sureg-GO é parte integrante da estrutura organizacional da Conab, tendo sido criada pela Resolução CONAD n.º 05 de 11 de maio de 1998, mediante deliberação do Conselho de Administração da Conab, em sua 62.ª Reunião Ordinária realizada em 8/5/1998, no uso da competência que lhe confere o Art. 16, Inciso IX, do Estatuto Social (versão 24/03/2008) e o Art. 3.º Inciso IX do Regimento Interno da Companhia (versão aprovada 25/11/2009).</p>			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			

Manual de Operações – MOC, Disposições Preliminares COMUNICADO Conab/MOC N.º 014, 15/06/2007

Normas da Organização – NOC; Código de Ética da Conab.

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

SIAFI	Nome			
UG	Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	UF	Função	Situação
135141	Sede – SUREG/GO	GO	Executora	ON LINE
135145	UA – PALMEIRAS DE GOIÁS	GO	Executora	OFF LINE
135146	UA – PARAUNA	GO	Executora	OFF LINE
135147	UA – PONTALINA	GO	Executora	OFF LINE
135148	UA – RIO VERDE	GO	Executora	OFF LINE
135149	UA – SÃO LUIZ DE MONTES BELOS	GO	Executora	OFF LINE
135152	UA – SANTA HELENA	GO	Executora	OFF LINE
135161	UA – ITAPURANGA	GO	Executora	OFF LINE
135410	UA – PORTEIRÃO	GO	Executora	OFF LINE
135449	UA – GOIÂNIA	GO	Executora	OFF LINE
135142	UNIDADE ESTOQUE ESTRATÉGICO/GO	GO	Executora	OFF LINE
135143	NUCLEO DE ESTOQUE REGULADOR/GO	GO	Executora	OFF LINE
135540	UNIDADE CONAB PAA/GO	GO	Executora	OFF LINE
135427	MERCADO DE OPÇÕES/GO	GO	Executora	OFF LINE
135153	UA BRASILIA	DF	Executora	ON LINE
135167	UNIDADE ESTOQUE ESTRATÉGICO/DF	DF	Executora	OFF LINE
135168	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/DF-PGPM	DF	Executora	OFF LINE
135169	SILO BUFALO	DF	Executora	OFF LINE
135428	MERCADO DE OPÇÕES/DF	DF	Executora	OFF LINE

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
22211	Companhia Nacional de Abastecimento - Conab

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
135141	22211
135145	
135146	
135147	
135148	
135149	
135152	
135161	
135410	
135449	
135142	
135143	
135540	
135427	
135153	
135167	
135167	
135169	
135428	

As atividades tiveram início em 1.º de janeiro de 1991, com os seguintes objetivos:

- **Objetivos:**

- Planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM do Governo Federal;
- Implementar a execução de instrumentos de sustentação de preços agropecuários;
- Participar da formulação da política agrícola e executar políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária;
- Coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- Encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno;
- Desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, obedecendo diretrizes baixadas pelo MAPA e pelo Decreto 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior-CAMEX, do Conselho do Governo, e dá outras providências;
- Exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

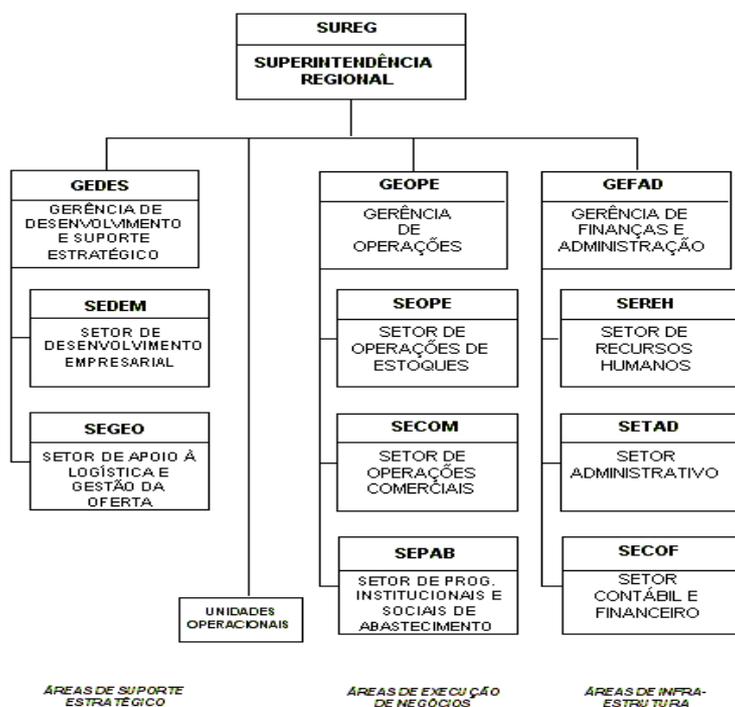
A Superintendência Regional de Goiás/DF- **Sureg-GO** é parte integrante da estrutura organizacional da Conab, tendo sido criada pela Resolução CONAD n.º 05 de 11 de maio de 1998, mediante deliberação do Conselho de Administração da Conab, em sua 62.ª Reunião Ordinária realizada em 8/5/1998, no uso da competência que lhe confere o Art. 16, Inciso IX, do Estatuto Social (versão 24/03/2008) e o Art. 3.º Inciso IX do Regimento Interno da Companhia (versão aprovada 25/11/2009).

Com sede em Goiânia, está subordinada hierarquicamente à Presidência da Conab e funcionalmente às respectivas Diretorias. No âmbito de sua jurisdição, tem as seguintes competências regimentais:

- Representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;
- Manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia e
- Buscar novos negócios;
- Divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;
- Coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;
- Constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia.

Sua estrutura orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

- I - Superintendência Regional – SUREG/GO.
- II - Procuradoria Regional – PRORE
- III - Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico - GEDES
 - a) Setor de Desenvolvimento Empresarial - SEDEM
 - b) Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – SEGEO
- IV - Gerência de Operações - GEOPE
 - a) Setor de Operações de Estoques - SEOPE
 - b) Setor de Operações Comerciais – SECOM
 - c) Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento – SEPAB
- IV – Gerência de Finanças e Administração - GEFAD
 - a) Setor de Recursos Humanos - SEREH
 - b) Setor Administrativo – SETAD
 - c) Setor Contábil e Financeiro – SECOF
- V – Unidades Operacionais
 - a) Unidade de Comercialização – UC
 - b) Unidade Armazenadora – UA



2. Responsabilidades, Objetivos, Programação e Execução Orçamentária.

2.1 – Responsabilidades e Objetivos Institucionais da Unidade

A Conab, empresa oficial do Governo Federal que tem por finalidade executar as Políticas Agrícolas no segmento do abastecimento agroalimentar, atua em todo o território nacional por meio de suas Superintendências Regionais, visando assegurar o atendimento de necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando mecanismos de mercado, garantindo renda ao produtor rural e a regularidade do abastecimento agroalimentar.

A missão institucional da Conab é **“Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.”**

A Companhia tem por objetivos:

- planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal;
- implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários;
- executar as políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária;
- coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários, no mercado interno;
- desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, consoante diretrizes baixadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e observado o Decreto n.º 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior - Camex, do Conselho de Governo, e dá outras providências;
- participar da formulação da política agrícola; e
- exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

Para cumprir sua missão e objetivos, a Conab realiza atividades como: comprar, vender e permutar produtos de origem agropecuária. Podendo ainda, promover a estocagem e o transporte desses produtos e, se necessário, atuar como companhia de armazéns gerais, além de executar operações de comércio exterior, nos mercados físico e futuro, de produtos de origem agropecuária, participar dos programas sociais do Governo Federal que guardem conformidade com as suas competências, firmar convênios, acordos e contratos, inclusive para financiamento e para gestão de estoques agropecuários de propriedade do Governo Federal, com entidades de direito público ou privado, efetuar operações financeiras com estabelecimentos de crédito, inclusive mediante garantia do Tesouro Nacional, observada a legislação em vigor; aceitar, emitir e endossar títulos, receber garantias de caução, fiança, aval, penhor e hipoteca, aceitar doações e dar destinação a elas, de acordo com os objetivos da Companhia, promover a análise e o acompanhamento do agronegócio brasileiro, incluindo oferta e demanda, preços internos e externos de produtos agropecuários e insumos agrícolas, previsão de safras e custos de produção, promover a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de pessoal, em atividades relativas aos objetivos da Companhia, explicitados no art. 6º; e prestar, mediante remuneração, apoio técnico e administrativo ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a outros órgãos e entidades públicos, na

execução das ações decorrentes dos mandamentos legais e regulamentares da legislação agrícola e do preceito institucional de organizar o abastecimento alimentar.

A Conab desenvolve atividades que abrangem toda a cadeia do sistema produtivo dos principais produtos agrícolas destinados ao suprimento da sociedade brasileira. Sua atuação pode ser dividida em cinco grandes segmentos de atividades:

- **Informações do Setor Agropecuário:** Desenvolver atividades de coleta, tratamento e análise de informações e dados sobre o comportamento das safras agrícolas, dos mercados (nacional e internacional), custos de produção, e outras informações que são repassadas ao Governo Federal e ao setor agropecuário. Tais informações possibilitam ao Governo a adoção de medidas de apoio e incentivo à agropecuária, reunidas nos chamados Planos-Safra.
- **Gestão dos Estoques Públicos:** Formar e fiscalizar os estoques públicos e administrar as atividades de armazenamento, movimentação e destinação desses estoques (venda ou doação aos programas sociais), participando, também, do processo de comercialização de produtos agrícolas, seja por compra direta, venda em bolsas de mercadorias ou balcão, ou na utilização de instrumentos que incentivem o escoamento de produtos para áreas desabastecidas.
- **Programas Sociais e de Abastecimento:** Desenvolver atividades voltadas à disponibilização de produtos (pela aquisição direta ou em bolsas de mercadorias), e ao transporte e a entrega nos locais/comunidades de destino, de acordo com programas sociais e de abastecimento desenvolvidos pelo Governo Federal.
- **Armazenagem:** Oferecer serviços de recepção, guarda e conservação de produtos agropecuários ou industrializados e a respectiva expedição exercendo, ainda, o papel de companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.
- **Organização e apoio aos mercados varejistas de micro e pequeno porte e atacadista hortigranjeiro:** Induzir ações de preparação, formalização e regularização de unidades varejistas para formação de Centrais de Negócios, e articular com o setor e seus parceiros visando a integração de bancos de dados estatísticos, treinamento, modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa, com a disponibilização e democratização do acesso às informações geradas.

Para cumprir a sua missão, a Conab desenvolve atividades que abrangem toda a cadeia do sistema produtivo dos principais produtos agrícolas destinados ao suprimento da sociedade brasileira. Sua atuação pode ser dividida em quatro grandes segmentos de atividades:

- **Informações do Setor Agropecuário:** Desenvolver atividades de coleta, tratamento e análise de informações e dados sobre o comportamento das safras agrícolas, dos mercados (nacional e internacional), custos de produção, e outras informações que são repassadas ao Governo Federal e ao setor agropecuário. Esses subsídios possibilitam ao Governo a adoção de medidas de apoio e incentivo à agropecuária, reunidas nos chamados Planos-Safra.
- **Gestão dos Estoques Públicos:** Fiscalizar e administrar atividades de armazenamento, movimentação e destinação dos produtos dos estoques públicos (venda ou doação aos programas sociais). A Conab participa, também, do processo de comercialização de produtos agrícolas, seja por compra direta, venda em bolsas de mercadorias ou balcão, ou na utilização de instrumentos que incentivem a remoção de produtos para áreas desabastecidas.

- Programas Sociais e de Abastecimento: Desenvolver atividades voltadas à disponibilização de produtos (pela aquisição direta ou em bolsas de mercadorias), e ao transporte e a entrega nos locais/comunidades de destino, de acordo com programas sociais e de abastecimento desenvolvidos pelo Governo Federal.
- Armazenagem: Oferecer serviços de recepção, guarda e conservação de produtos agropecuários ou industrializados e a respectiva expedição exercendo, ainda, o papel de companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.

2.1.1 - Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização

A Conab é a empresa oficial do Governo Federal encarregada de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento, visando assegurar o atendimento de necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando mecanismos de mercado.

Atuando em todo o território nacional, por meio de suas Superintendências Regionais, a Companhia responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que exerce um papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola, contribuindo, desta forma, para a formação de renda dos produtores rurais.

Os preços mínimos são elaborados anualmente, utilizando-se como parâmetros os preços observados (ao produtor, no atacado, no mercado internacional e de paridade), os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto para cada safra, sendo propostos pela Conab, aprovados pelo Conselho Monetário Nacional e fixados por Decreto, a fim de serem praticados nas operações a serem realizadas durante o exercício, mediante instrumentos concebidos para a operacionalização da PGPM.

Citada Política foi criada para dar suporte ao produtor naquelas situações em que os preços de mercado caem a níveis que induzam a prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha, contudo, a monopolizar a comercialização agrícola, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades, saindo do mercado sempre que as condições estiverem recuperadas. A atuação governamental inicia quando o preço de mercado está abaixo do mínimo nas regiões de produção. Por outro lado, todo produto adquirido pelo governo deve retornar ao mercado oportunamente e com os preços de compra compatíveis com os do mercado normal.

O Decreto-Lei nº. 79/1966 institui normas para a fixação de preços mínimos; a execução das operações de financiamento; aquisição de produtos agropecuários e, adota outras providências. Criou dois instrumentos básicos para atuação da PGPM: a Aquisição do Governo Federal (AGF) e o Empréstimo do Governo Federal (EGF), sendo que este é um instrumento financeiro, cujo risco econômico foi transferido para os bancos.

- Aquisições do Governo Federal (AGF): permite ao governo garantir o preço mínimo ao produtor rural e/ou sua cooperativa, mediante a aquisição direta, ou seja, com a compra direta e pagamento à vista, de produto constante da pauta da PGPM. Esta operação é realizada quando o preço de mercado estiver abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, condicionada ao repasse, pelo Tesouro Nacional, dos recursos para a operacionalização da aquisição. Os beneficiários devem atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento, quando manifestada a intenção de vender sua produção.**

Posteriormente, com a abertura da economia brasileira e a necessidade de modernizar o sistema de apoio à agropecuária, foram lançados outros mecanismos, como a seguir descritos.

- Contrato de Opção: possibilita ao Governo Federal fazer aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que quer comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Tem como objetivo proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra. Objetiva também melhorar a execução das políticas oficiais de sustentação e regulação dos preços agrícolas no mercado interno.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito - mas não a obrigação - de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

O exercício da Opção de Venda pelo produtor ou cooperativa é interessante quando o preço de exercício, situar-se acima da expectativa de mercado para a época de vencimento do contrato.

-Prêmio de Escoamento de Produto (PEP): possibilita ao governo garantir o preço mínimo ao produtor ou cooperativa sem que haja necessidade de adquirir o produto. Consiste em uma subvenção econômica concedida à segmento definido em Aviso específico, a ser arrematado em leilão público, para aquisição de produtos pelo valor de referência garantido pelo Governo Federal, que é utilizada posteriormente pelo arrematante que se compromete a promover o escoamento para as regiões de consumo previamente estabelecidas, conforme as condições previstas em Regulamento e Avisos específicos. Mediante os leilões realizados ocorre o pagamento da diferença entre o preço mínimo e o preço de mercado, decomposto a partir do preço de paridade de importação até a unidade federativa de produção. Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

-Valor de Escoamento do Produto (VEP): valor pago a um segmento consumidor/indústria definido, que adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral do seu valor (valor do produto mais a subvenção) e, posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento para a região de consumo, é ressarcido do valor da subvenção definida no leilão.

Este tipo de operação é utilizado quando o Governo Federal tem estoques em locais distantes dos centros de consumo e necessita deslocá-lo até as regiões consumidoras.

-Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda (PROP): trata-se de uma subvenção econômica concedida em leilão público a a segmento previamente definido que se dispõe a adquirir determinado produto, em data futura, diretamente de produtores e/ou suas cooperativas, pelo preço fixado e nas unidades da federação estabelecidas pelo governo, utilizando-se para isso do lançamento, em leilão privado, de Contrato Privado de Opção de Venda. Funciona de

modo similar ao Contrato de Opção de Venda e ao PEP. No entanto, quem lança os contratos é o setor privado. No caso do PROP, primeiramente há interesse na garantia de renda ao produtor rural ou sua cooperativa e que a mercadoria migre da zona de produção para a de consumo. É uma política que contempla os setores diretamente envolvidos na cadeia produtiva mas, principalmente, é um instrumento de sustentação de preços utilizado pelo governo objetivando a manutenção da renda dos produtores rurais, pois garante preços adequados em momento de baixa nas cotações.

-Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO): É uma subvenção econômica concedida em leilão público ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação. Operacionalmente é semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do Preço Mínimo, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

-Vendas em Leilão Público: Ocorre quando o Governo dispõe de estoques públicos e quando há a do Governo intervir no mercado (venda com ou sem subvenção) para regular preços e para abastecer segmentos consumidores por meio de escoamento (VEP – com subvenção). As operações (com ou sem subvenção) obedecerão ao Regulamento para Operacionalização da Venda de Produtos Agropecuários dos Estoques Públicos nº 004/04, publicado no Diário Oficial da União na sua edição de 30/12/2004 e aos Avisos específicos. A intervenção do governo na comercialização de produtos agrícolas se dá com a participação das Bolsas de Cereais.

-Vendas em Balcão: esse programa, implantado em 1991 com a perspectiva de apoiar e estimular a pequena produção rural, principalmente a de pequenos animais, objetiva garantir, de forma contínua e sistematizada, o suprimento regular de insumos, por meio da disponibilização de estoques oficiais a preços de mercado e compatíveis com os praticados em pregões públicos.

Trata-se de um programa destinado aos pequenos criadores rurais e agroindústrias de pequeno porte, voltado à comercialização de produtos agrícolas, e que permite o acesso dos beneficiários, por meio de venda direta, aos estoques governamentais, tendo em vista que essa clientela dificilmente teria condições de participar de leilões públicos. Embora de abrangência nacional, o maior volume de negócios tem ocorrido no Nordeste e no Sul do país.

Através da Sureg/GO foram comercializados, em 2010, 4.188.000 kg de milho, beneficiando 1.701 clientes, totalizando o valor de R\$ 1.335.600,81.

Por fim, vale lembrar que é de responsabilidade da SPA/MAPA a decisão sobre os instrumentos e o momento em que serão utilizados, a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados, assim como a origem e o destino dos produtos. Cabe à Conab sua operacionalização, ou seja, a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e, quando for o caso, o pagamento da respectiva subvenção, com recursos oriundos do Tesouro Nacional.

2.1.2 – Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA (Lei nº 10.696/03), pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

A Conab exerce papel preponderante ao dar suporte às ações de comercialização, que é uma das etapas mais difíceis das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, implementando instrumentos de política agrícola específicos a essa atividade. O PAA não somente apoia a comercialização da produção da agricultura familiar, como facilita o processo de doação, realizando ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e visa, ainda, à formação de estoques estratégicos.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA e os recursos oriundos dos Ministérios de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab.

Os Termos de Cooperação com o MDS e o MDA, para o Estado de Goiás, resultaram na transferência de recursos orçamentários/financeiros no valor total de R\$1.088.048,45, cujos repasses foram essenciais para a implementação da política de fortalecimento do agricultor familiar por meio dos seguintes instrumentos:

- Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR-Estoque. Visa a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos desses agricultores, objetivando a sustentação de preços e agregação de valor. As associações e/ou cooperativas de agricultores familiares recebem antecipadamente até 100% dos recursos para compra de matéria-prima, embalagens e rótulos, pagamento de produtor/fornecedor e despesas com beneficiamento. As normas operacionais do instrumento constam no Título 33 do Manual de Operações da Conab (MOC).
- Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR-Doação. Tem por finalidade incentivar o aumento da produção e a sustentação dos preços pagos aos pequenos produtores organizados em associação e/ou cooperativas, que entregam sua produção diretamente na instituição beneficiada. Os produtos adquiridos são destinados a atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio de doação. As normas operacionais do instrumento constam no Título 30 do Manual de Operações da Conab (MOC).
- Compra Direta da Agricultura Familiar- CDAF. Tem apoiado o agricultor familiar na medida em que, sendo feita diretamente pela Conab, com o pagamento líquido e certo da produção agrícola familiar. Caracteriza-se pela aquisição de produtos agropecuários definidos pelo Governo, a preços de referência, em pólos de compra instalados próximos aos locais de produção. As normas operacionais do instrumento e os preços de referência constam nos Títulos 27 e 31 do Manual de Operações da Conab (MOC).

Ressalte-se que, por ocasião da compra dos alimentos, os recursos financeiros usados para o pagamento movimentam a economia, incentivando os circuitos locais e regionais de produção e comercialização. Assim, os produtos de uma determinada região são consumidos pelas populações locais, proporcionando dinamismo à economia da localidade.

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos ou doação, podendo ser canalizados para populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo

dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

2.1.3- Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento

No âmbito dos programas institucionais e sociais de abastecimento, destacam-se as parcerias firmadas com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com o Ministério da Integração Nacional (Defesa Civil).

Para a composição das cestas de alimentos, geralmente contendo: arroz, feijão, fubá, farinha de mandioca, macarrão, óleo e açúcar, a Conab recorre ao estoque estratégico formado por produtos oriundos das aquisições do PAA e/ou adquiridos no mercado, via leilão público ou, ainda, utiliza produtos recebidos em doação ao Fome Zero.

Os beneficiários da distribuição gratuita de alimentos, são indicados pelo MDS ou pelo MI e/ou pelo Comitê Gestor das Ações Federais de Emergência, sendo que a distribuição fica a cargo dos representantes da Funai, Incra, Funasa, Fundação Cultural Palmares, Defesa Civil, MAB, SEPPIR, Ouvidoria Agrária Nacional OAN/MDA, Forças Armadas, além dos diversos parceiros do Fome Zero.

A experiência e a capilaridade operacional da Conab são fundamentais no apoio logístico demandado pelos diversos programas e ações governamentais. Essa logística tem favorecido o recebimento, a guarda, o transporte e a disponibilização de produtos ou mercadorias para distribuição.

2.1.4 - Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas

Buscando ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agropecuário e de abastecimento, a Conab tem o compromisso de difundir, sistematicamente, as informações demandadas pelo setor. Nesse sentido, possui e mantém atualizado um dos maiores bancos de dados sobre o segmento agropecuário e vem disponibilizando parte desse acervo, desde 1992, por meio de publicações que contemplam estatísticas referentes a: Estimativas de Safras (principais grãos, café e cana-de-açúcar); Importações e Exportações Brasileiras; Balança Comercial da Agricultura; Oferta e Demanda dos principais produtos; Preços da Agropecuária (produtor, atacado e varejo); Preços Mínimos (PGPM) e Preços de Referência para a Agricultura Familiar (PGPAF); Preços dos Insumos Agropecuários; Índices Econômicos; Impostos de Importação; Indicadores Econômicos e outros. Também divulga dados relativos às operações da Companhia, tais como Aquisições-AGF, Vendas, de Opção, Programa de Escoamento do Produto – PEP, Valor do Escoamento do Produto –VEP, Programa de Venda Balcão e, mais recentemente, a partir de 2006, passou a disponibilizar os dados referentes à Agricultura Familiar.

Destacam-se as estimativas de produção, cujo volume e complexidade dos trabalhos pertinentes têm aumentado, em razão da crescente safra brasileira e da exigência cada vez maior dos usuários.

O acompanhamento e a quantificação da produção agrícola brasileira pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mediante os Levantamentos de Safras Agrícolas realizados pela Conab, são de extrema relevância para a formulação e execução da Política Agrícola, pois permite aos gestores de políticas públicas conhecer a produção brasileira de grãos, antecipando-se aos eventuais problemas de abastecimento, adotando as ações corretivas proativa e tempestivamente, possibilitando, ainda, informar ao mercado sobre o volume a ser produzido, de forma a viabilizar seu planejamento. Ou seja, tais levantamentos, ao mesmo tempo em que subsidiam a elaboração de políticas agrícolas e de abastecimento, dão a necessária transparência aos

agentes que interferem no mercado, nas decisões de produção e comercialização. Revela-se, portanto, de fundamental importância para as atividades de acompanhamento conjuntural dos produtos e para as de comercialização e movimentação das safras.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas, atividade que vem sendo desenvolvida regularmente pela Conab desde a sua criação, fornecem dados estatísticos de área, produção e produtividade dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola nacional, provendo o Governo de informações sobre a evolução dos produtos agrícolas destinados ao consumo humano, animal e industrial, obedecendo a um calendário divulgado previamente para cada ano-safra. O conceito de ano-safra adotado significa o intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita e até o fim da comercialização (12 meses) que melhor agrega estas safras e que não necessariamente coincidem com o ano civil. Para efeito deste trabalho, considera-se que o Brasil possui safras distintas, a saber: Safra de Verão, Safra da Região Norte/Nordeste e Safra de Inverno.

O levantamento de dados é realizado nas principais áreas de produção do País, consultando-se informantes que atuam no segmento agroprodutivo, tais como agrônomos, técnicos de cooperativas, agentes financeiros, revendedores de insumos, Secretarias de Agricultura e órgãos de assistência técnica e extensão rural. Os roteiros compõem uma amostra intencional, definida a partir da área plantada de cada uma das principais culturas amparadas pela PGPM, representando o universo das mais diferentes regiões produtoras, sob os aspectos de solo e clima, levando em conta a distribuição espacial e temporal das colheitas.

Durante o ano-safra, a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.

2.1.5 - Gestão de Estoques - Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários

A Sureg-GO atua direta e indiretamente no armazenamento de produtos agropecuários no Estado de Goiás.

De forma direta, mantém uma Rede Armazenadora destinada a prestar serviços de armazenamento e correlatos ao público em geral e dar suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa (comercialização, distribuição ou formação de estoques estratégicos).

Buscando a otimização da rede, tanto em termos de ocupação de espaços, quanto de receita, e visando torna-la mais competitiva, a Companhia tem envidado esforços objetivando a capacitação dos empregados e a manutenção/modernização de suas unidades focando-se nas exigências das normas de certificação.

Além de atuar no armazenamento de produtos agropecuários, a Sureg-GO participa na manutenção do Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras, assim como a sua contínua atualização, implica a realização de operações de cadastramento e recadastramento, em âmbito nacional. Em 2010 ocorreram, ainda, cadastramentos emergenciais, objetivando o aumento da capacidade estática cadastrada, para apoio aos instrumentos de comercialização, especificamente o Prêmio de Escoamento do Produto-PEP e da capacidade credenciada para atendimento dos Contratos de Opção de Venda.

As informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sua qualificação, ou seja, equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos, são fundamentais para o conhecimento da oferta de armazenagem no país.

Dentro do conjunto de armazéns cadastrados, a Conab identifica aqueles com as condições técnicas para abrigar os estoques governamentais, os quais poderão ser credenciados, a depender do interesse dos seus proprietários.

Como forma de prestar apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenagem que realiza, a Conab também exerce relevante papel na Movimentação dos Estoques Públicos (remoção), que tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção (safras novas), além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade dos estoques.

À Conab realiza uma ação extremamente relevante para a gestão dos estoques públicos, que é a Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares sob sua guarda, procedendo sistematicamente, a avaliação de condições técnico-operacionais das Unidades Armazenadoras; o acompanhamento e a avaliação da integridade quantiquantitativa dos estoques públicos, buscando evitar perdas, desvios de produtos e os prejuízos decorrentes. Suas atividades são relacionadas à fiscalização dos estoques próprios e governamentais, envolvendo a classificação e o controle de qualidade, assim como a vistoria dos estoques privados e dos programas institucionais e sociais de abastecimento. São relacionadas também às fiscalizações especiais do agronegócio, objetivando o acompanhamento da correta aplicação dos instrumentos de apoio a comercialização (PEP, PROP, PEPRO).

Com a atividade de fiscalização busca-se, proativamente, propiciar maior segurança aos estoques depositados, de forma e aumentar a transparência, a responsabilidade e a eficiência dos procedimentos adotados pelos armazenadores.

Alicerçadas pelo conjunto de informações agropecuárias, as ações empreendidas pela Conab na execução das políticas agrícola e de abastecimento, seja por intermédio de instrumentos de comercialização específicos, seja na operacionalização do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, ou ainda por meio da implementação de programas sociais e institucionais, contam com o suporte de uma estrutura armazenadora e também com a fiscalização das condições de armazenamento.

Desta forma, mediante a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, e por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, a Conab tem apoiado tanto a agricultura empresarial quanto a familiar, exercendo um importante papel na formulação e na implementação de políticas públicas voltadas ao setor agrícola e de abastecimento.

2.2- Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

Considerando a missão institucional da Conab, bem como os objetivos do Programa Abastecimento Agroalimentar, inscritos no Plano Plurianual-2008/2011, que buscam contribuir para a expansão sustentável da atividade agropecuária, pela implementação de políticas e mecanismos de apoio à produção, comercialização, armazenamento e consumo, além de formar estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno e para a segurança alimentar e nutricional da população brasileira, a Companhia centrou esforços e direcionou suas ações no atendimento das necessidades dos segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, famílias em situação de risco nutricional e pequenos varejistas.

Para tanto, o foco das principais ações finalísticas esteve centrado nos objetivos vinculados à execução dessas políticas, delineados no Mapa Estratégico Corporativo, quais sejam:

- Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos;
- Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos; e
- Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar.

Nesse sentido, atenção especial foi dada à operacionalização da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM e do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Ambos objetivam a redução das flutuações dos preços recebidos pelos produtores, de maneira a incrementar e garantir a oferta de alimentos e matérias-primas e propiciar a manutenção da renda do setor rural, pela intervenção do Governo Federal, via aquisição de produtos ou aplicação de instrumentos que incentivem a comercialização.

O ano de 2010 foi marcado por forte queda nos preços de venda do grão. Objetivando reduzir os impactos gerados pela crescente crise internacional, o Governo Federal tem aumentado continuamente o crédito, reduzido taxas de juros, investindo em infra-estrutura e estimulado a criação e a utilização de instrumentos que incentivem a comercialização de produtos agrícolas.

Especificamente na área de atuação da Conab no Estado de Goiás, a Ação Formação de Estoques contou, em 2010, com recursos orçamentários na ordem de R\$84.585.961,53.

As intervenções, via aquisições do Governo Federal, no Estado de Goiás, ocorreram em operações de AGF (compra direta) e leilões eletrônicos voltados para a compra de milho em grãos, através dos quais a Conab adquiriu 138.575 toneladas, tendo sido efetivamente recebido até 31/12/2010.

Foram utilizados também instrumentos de comercialização, que concedem subvenções econômicas como incentivo ao escoamento de produtos para as regiões consumidoras ou para a exportação. Dentre os instrumentos praticados, utilizaram-se PEP e PEPRO que propiciaram o escoamento de estoques privados e o VEP, de estoques públicos.

A utilização desses instrumentos garantiu a estabilidade da renda do setor rural e a redução dos efeitos causados pela variação cambial e, ao Governo Federal, menores despesas com a formação e carregamento no tempo e no espaço de grande volume de estoques públicos.

Se, por um lado, a utilização desses instrumentos propicia a manutenção da renda no setor rural, reduz as flutuações de preços no mercado interno e garante o abastecimento, por outro, a sua operacionalização exige grande esforço administrativo, operacional e financeiro por parte da Conab, em decorrência da comprovação da operação, quando os agentes devem entregar nas Superintendências Regionais toda a documentação exigida nos diversos editais dos leilões públicos, para conferência, análise e pagamento da subvenção.

Na execução do Programa de Aquisição de Alimentos, a Conab tem aumentado o número de agricultores familiares atendidos e o volume de recursos aplicados. Esses são repassados à Companhia por meio de convênios e/ou termos de cooperação com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Desenvolvimento Agrário-MDA. Além das metas estabelecidas nesses instrumentos, em 2010 foram desenvolvidas ações pontuais para solução de problemas emergenciais para o atendimento a famílias em estado de carência alimentar e nutricional.

Com referência a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR-Estoque, houve somente 02 operações no Estado de Goiás no ano de 2010, as duas na modalidade de liquidação financeira, beneficiando 59 agricultores, no valor de R\$158.524,80, em 02 municípios.

Já a aquisição e distribuição de produtos alimentícios por meio da Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR - Doação, atingiu, nesse ano, a quantidade de 1.477.921,445 kg, contemplando 927 agricultores familiares e 42 municípios atendidos. Esses produtos foram doados a 628 entidades, identificadas como instituições governamentais ou não-governamentais que desenvolvem trabalhos de atendimento às populações em situação de risco social, e beneficiaram 195.556 pessoas, no montante total de R\$3.802.455,36. Já a doação de sementes crioulas de milho e feijão e de sementes de arroz, atingiu a importância de R\$231.900,16,

decorrente da aquisição de 83.882 kg de sementes, de 61 agricultores, as quais serão distribuídas para 5.595 pequenos agricultores para disseminação das culturas, em vários municípios do **Estado** de Goiás.

Foram adquiridos através da COMPRA DIRETA em Goiás, no ano de 2010, 1.542,95 toneladas de milho em grãos, 1.341 toneladas de sorgo em grãos e 13 toneladas de arroz em casca, perfazendo o total de R\$ 769.165,11 beneficiando 180 agricultores, em 10 **municípios** goianos.

Com relação à CPR – ALIMENTO - Das dívidas contraídas **pelos** agricultores familiares em 2003/2004, em conformidade com a Medida Provisória nº 432/2008 e Resolução nº 33, de 04/11/2008, a SUREG/GO após a renegociação de 873 contratos da dívida contraída em 12 assentamentos, localizados em 10 Municípios foram quitados integralmente 118 contratos, perfazendo o valor de R\$ 187.028.51.

A operacionalização do Programa exigiu grande esforço da Sureg-GO, seja na fase de divulgação dos instrumentos de ação, seja nas aquisições, na distribuição dos produtos e supervisão dos projetos. A promoção do Programa exige o deslocamento de empregados para regiões interioranas visando a participação em reuniões com produtores familiares, que para maior disseminação das informações são, geralmente, realizadas nos finais de semana. Em 2010 a **Sureg-GO** realizou 21 supervisões nos projetos de CPR-Doação, em 42 Municípios; 70 palestras em eventos e seminários; treinamento de 300 pessoas para operacionalização do PAANet – Programa On Line destinado a elaboração dos projetos do PAA – oriundas de 30 municípios . A operacionalização do PAA, exige, também, a criação de postos de compra em locais distantes, com a disponibilização de empregados no local e a rápida remoção dos produtos, tendo em vista que grande parte desses locais não conta com estruturas armazenadoras adequadas à guarda e conservação dos produtos.

A Conab atua também na formação e manutenção de um estoque estratégico de produtos alimentícios, armazenado em unidades próprias, em locais de fácil acesso, objetivando rapidez no atendimento a situações emergenciais , com a distribuição de alimentos às famílias em situação de carência alimentar e nutricional.

Esse estoque é formado com recursos orçamentários/financeiros transferidos pelos Ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e comprados por meio de leilões públicos ou com a utilização de produtos adquiridos pelo PAA.

Para celebração dos convênios, a Conab mantém permanente contato com os órgãos detentores das Ações Orçamentárias destinadas ao combate à fome e à miséria, realiza diversos leilões de compra, providencia a montagem das cestas e a remoção para as áreas de distribuição ou para unidades armazenadoras mais próximas. Em 2010, foram distribuídas 6.870 cestas básicas, e 179 toneladas de produtos.

2.3 Gestão de Programas e Ações

Para efeito de programação e execução orçamentária, as atividades desenvolvidas pela Sureg-GO estão inseridas em 3 programas do PPA, distribuindo-se em 14 Ações. São realizadas, também, atividades em atendimento a Termos de Cooperação e outros tipos de transferências orçamentárias/financeiras, relatadas no item 2.3.4.

2.3.1 – Programas

2.3.1.1 – Programa 0352 - Programa Abastecimento Agroalimentar

- Tipo de Programa: Finalístico
- Objetivo Geral: contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira.
- Gerente do Programa: Alexandre Franco de **Aguiar** – Presidente da Conab
- Gerente Executivo: Matheus Benevides Gadelha - Coordenador da Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias-Coamo
- Público-Alvo (beneficiários): O público-alvo é constituído pelos produtores rurais, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo e segmento varejista.
- Indicadores ou parâmetros utilizados:
 - a) **Produção Nacional de Grãos:**
Fórmula de Cálculo: Total da produção de grãos, em milhões de toneladas, no ano-safra.
 - b) **Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários**
Fórmula de Cálculo: Soma do número de produtores atendidos (por CPF ou CNPJ) pelos seguintes instrumentos de comercialização= Aquisições do Governo Federal (AGF) + Contratos Públicos de Opção de Venda + Prêmio de Escoamento do Produto (PEP) + Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP) + Prêmio Equalizador da Soja (PESOJA) + Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO).
 - c) **Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma**
Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de algodão em pluma e o consumo aparente no ano de referência.
 - d) **Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca**
Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de arroz em casca e o consumo aparente no ano de referência.
 - e) **Margem de Disponibilidade de Trigo**
Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de trigo e o consumo aparente no ano de referência.
 - f) **Margem de Disponibilidade de Milho**
Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de milho e o consumo aparente no ano de referência.
 - g) **Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários**

Fórmula de Cálculo: Recursos Orçamentários [(Valor Gasto na Formação de Estoques Públicos-PGPM + Valor gasto na Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários)] + Recursos Não Orçamentários [(Comercialização de Produtos Via Mercados Futuros e de Opções-BB Garantia de Preços)].

h) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Total de crédito rural concedido pelas instituições Financeiras Oficiais Federais de Crédito.

2.3.1.2 Programa 0360 - Programa Gestão da Política Agropecuária

- Tipo de Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Específicas
- Objetivo Geral: coordenar a formulação, o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando à garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro.
- Gerente do Programa: Edilson Guimarães - SPA/MAPA
- Gerente Executivo: José Maria dos Anjos - SPA/MAOA
- Indicadores ou parâmetros utilizados: Programa sob a responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA, que objetiva coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas agrícolas e pecuárias, visando assumir especial relevância na formulação, avaliação, reordenamento e controle dos programas finalísticos. Os indicadores são formulados e controlados pelo próprio MAPA.

2.3.1.3 Programa 0901 - Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

- Tipo de Programa: Operações Especiais
- Objetivo Geral: cumprir o pagamento de despesas relativas a sentenças judiciais envolvendo ações trabalhistas ou condenações pecuniárias.
- Gerente do Programa: Esse programa possui apenas coordenadores nacionais.

2.3.2 – Principais Ações dos Programas

- **0352 - Programa Abastecimento Agroalimentar**
 - 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes;
 - 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados;
 - 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados;
 - 2130 - Formação de Estoques Públicos - PGPM;
 - 2137 - Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários
 - 2272 - Gestão e Administração do Programa;
 - 2829 - Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns;
 - 4702 - Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras;
 - 8579 - Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar;
 - 0300 - Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários;

- **0360 - Programa Gestão da Política Agropecuária**
 - 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação; e
 - 4711 - Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras.
- **0901 - Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**
 - 0022 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado, Devida por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.
 - 002F – Cumprimento de Débitos Judiciais Vincendos, Devidos por empresas Publicas e Sociedades de Economia Mista.

2.3.2.1- (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
- **Descrição:** Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – GEBEM
- **Coordenadora nacional da Ação:** Luciano Monteiro Lopes
- **Responsável Regional da Ação:** GEFAD/SEREH
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
 - Ao Setor de Recursos Humanos – SEREH, subordinado à Gerência de Finanças e Administração, conforme definido no Regimento Interno:
 - VII - executar e controlar as atividades relativas aos benefícios concedidos pela Companhia;
 - VIII - promover o acompanhamento e a fiscalização dos convênios relacionados à assistência à saúde.

Quadro I

2.3.2.1.1 Resultados

(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Programa de Trabalho = 20.301.0352.2004.0001

PTRES = 024581

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/GO	
Dotação Orçamentária Inicial	14.882.545,00	2.320.000,00	
Suplementação/Cancelamento	7.670.505,00	-	-
Dotação Final	22.553.050,00	2.320.000,00	10,29
Execução Orçamentária	22.528.324,99	2.319.447,16	10,30
Índice	99,89	99,98	-
Meta Física	14.849	1.175	7,91
Execução Física	15.104	1.186	7,85
Índice	101,72	100,94	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	1.150	1.175	2,17	1.780.000,00	2.320.000,00	30,34
Execução	1.162	1.186	2,07	1.775.776,91	2.319.447,16	30,62
Percentual de Execução	101,04	100,94	-	99,76	99,98	-
Gasto per capita (R\$)				1.528,21	1.955,69	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Exercício	Elemento de Despesas (R\$)					Total
	Material de Consumo	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenização e Restituição	
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	-	47.533,28	1.197.789,51	9.501,41	-	1.254.824,20
2008	-	46.643,75	1.701.155,31	8.619,63	-	1.756.418,69
2009	-	48.798,90	1.719.431,81	7.546,20	-	1.775.776,91
2010	-	31.316,70	2.281.941,78	6.188,68	-	2.319.447,16

Visando o atendimento das necessidades dos empregados da Conab e de seus dependentes típicos e atípicos, foi aprovada na LOA/2010 crédito orçamentário de **R\$14.882.545,00**. Durante o exercício foram recebidos créditos suplementares no valor de **R\$7.670.505,00**. Para a Sureg-GO foi previsto crédito de R\$2.320.000,00. Durante o exercício de 2010 foram gastos R\$ 2.319,447,16, perfazendo 99,98% da meta financeira.

No acumulado de 2010, a média mensal global de beneficiários foi de 1.186, isto é, 100,94% da meta física prevista de 1.175 beneficiários.

Em relação ao exercício anterior, a execução física de atendimentos teve uma variação de apenas 2,07%, enquanto que nos gastos por atendimento houve um acréscimo de 30,62%, motivado pelo aumento de procedimentos cirúrgicos e conseqüentemente de diárias por internações.

O Plano de Saúde da Conab é de auto-gestão, não havendo contribuição fixa mensal, pois a participação do servidor é calculada de acordo com nível salarial e a utilização dos serviços disponibilizados, conforme a Tabela de Participação Financeira (TPF), constante da Cláusula Sétima, do Acordo Coletivo de Trabalho-2009/2011.

Além da garantia de assistência médico-hospitalar, odontológica e ambulatorial, por meio de convênios, a Conab promove no mês do aniversário do servidor Exames Médicos Periódicos obrigatórios, conforme disposto na Norma Regulamentadora n.º 1 (NR-1), item 1.8, da Portaria Mtb n.º 3.214/78, bem como no Regulamento de Pessoal – Capítulo XIII -Dos Deveres e Proibições. O Exame Médico Periódico é totalmente custeado pela Companhia, que consta de exames laboratoriais, consultas oftalmológica, cardiológica, ginecológica, urológica etc.

2.3.2.2 - (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Objetiva efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei n.º 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória n.º 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
- **Descrição:** Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenadora Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins.
-
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – GEBEM
-
- **Responsável Regional da Ação:** GEFAD/SEREH
-
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
 - Ao **Setor de Recursos Humanos – SEREH**, subordinado à Gerência de Finanças e Administração, conforme definido no Regimento Interno:
 - VII - executar e controlar as atividades relativas aos benefícios concedidos pela Companhia.

Quadro II
2.3.2.2.1 – Resultados

(2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
Programa de Trabalho = 20.331.0352.2011.0001
PTRES = 01685

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/GO	
Dotação Orçamentária Inicial	6.823.390,00	694.000,00	
Suplementação/Cancelamento	261.936,00	-	
Dotação Final	7.085.326,00	694.000,00	9,79
Execução Orçamentária	6.981.555,76	693.896,36	9,94
Índice	98,54	99,99	
Meta Física	3.897	370	9,49
Execução Física	3.771	364	9,65
Índice	96,77	98,38	

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	270	370	37,04	643.000,00	694.000,00	7,93
Execução	349	364	4,30	640.211,20	693.896,36	8,39
Vale-transporte/Crédito em cartão magnético	135	128	-5,19	259.549,80	259.549,90	0,00
Em pecúnia	214	236	10,28	380.661,40	434.346,46	14,10
Percentual de Execução	129,26	98,38	-	99,57	99,99	-
Gasto per capita (R\$)				1.834,42	1.906,31	-

Fonte: Siafi e Gebem

Execução Física	298	349	364,00	17,11
Execução Orçamentária	548.393,80	640.211,20	693.896,36	16,74
Gasto <i>Per Capta</i>	1.840,25	1.834,42	1.906,31	-0,32

A Sureg-GO teve como meta física atender uma média de 370 beneficiários/mês durante o ano de 2010, tendo beneficiado 364 e atingido 98,38% do previsto. As despesas lançadas pela Regional nessa Ação foram de R\$693.896,36 representando 99,99% da dotação financeira de R\$694.000,00.

A execução orçamentária desta Ação pode ocorrer de duas formas: a) na Matriz, em Brasília, quando a opção pelo recebimento do benefício por parte do empregado for em pecúnia, neste caso, a concessão é processada por meio da folha de pagamentos, b) por meio de créditos em cartão magnético ou distribuição de vales-transportes, neste caso, a execução orçamentária é realizada pela Sureg-GO.

2.3.2.3 - (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa conceder o auxílio-alimentação, sob a forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou tíquete-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
- **Descrição:** Concessão, em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou tíquete-alimentação ou refeição, ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenadora Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – GEBEM
- **Coordenador Regional da Ação:** GEFAD/SEREH
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
 Ao Setor de Recursos Humanos – SEREH, subordinado à Gerência de Finanças e Administração, conforme definido no Regimento Interno:
 VII - executar e controlar as atividades relativas aos benefícios concedidos pela Companhia;

Quadro III

2.3.2.3.1– Resultados

Programa de Trabalho = 20.306.0352.2212.0001

PTRES = 001684 – (2012) Auxilia Alimentação aos Servidores e Empregados

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/GO	
Dotação Orçamentária Inicial	19.092.224,00	2.088.980,00	
Suplementação/Cancelamento	4.061.531,00	-	-
Dotação Final	23.153.755,00	2.088.980,00	9,02
Execução Orçamentária	23.123.978,63	2.088.799,36	9,03
Índice	99,87	99,99	-
Meta Física	4.003	340	8,49
Execução Física	4.329	365	8,43
Índice	108,14	107,35	-

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

	2008	2009	2010	Varição (%)
Execução Física	310	346	365	5,49
Execução Financeira	1.494.805,08	1.620.799,05	2.088.799,36	28,87
Gasto <i>Per Capita</i>	4.821,95	4.684,39	5.722,74	22,17

A dotação aprovada na LOA/2010 mais créditos suplementares foi de R\$23.153.775,00 dos quais foram gastos R\$23.123.978,63, perfazendo 99,87% do previsto.

A meta física nacional de beneficiar 4.003 servidores/mês, por meio de 23 créditos no cartão magnético (refeição ou alimentação) de valor unitário de R\$20,00/dia, foi executada em 108,14%, perfazendo uma média mensal de 4.329 empregados.

A Sureg-GO previa o atendimento a 340 empregados e beneficiou 365 (107,35% da meta). Esse aumento de atendimentos é decorrente da readmissão de empregados beneficiados com a Lei de anistia. Com relação à meta financeira, a Regional previa uma dotação orçamentária de **R\$2.088.980,00** e executou R\$2.088.799,36 (99,99%), o que equivale a 9,03% da execução orçamentária nacional.

2.3.2.4 – (2130) - Formação de Estoques Públicos

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Tem como objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado, para garantir o preço e a renda do produtor, formar os estoques públicos e regular o abastecimento interno.
- **Descrição:** Operacionalização dos instrumentos de intervenção definidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), como Aquisição do Governo Federal-AGF e Contrato Público de Opção de Venda, retirando o excedente do mercado no momento da safra, formando estoques reguladores e estratégicos, utilizando-os para o abastecimento, inclusive permitindo ou promovendo o acesso de compradores de pequeno porte (avicultores, suinocultores, agroindústrias e moinhos coloniais), realizando despesas operacionais financeiras e tributárias decorrentes das operações de compra e venda e manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Secretaria de Política Agrícola – SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
- **Coordenador nacional da Ação:** Carlos Eduardo Cruz Tavares
- **Responsável regional da Ação:** GEOPE/SECOM
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
Compete ao **Setor de Operações Comerciais – SECOM**, subordinado à Gerência de Operações:
 - I - executar as operações de aquisição dos pequenos produtores;
 - II - acompanhar as operações comerciais efetuadas pela Companhia, adotando as medidas que lhe forem pertinentes;
 - III - proceder à aquisição e venda dos produtos relativos aos estoques governamentais e aos destinados aos Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento, de acordo com as demandas da Matriz e da área de Apoio à Logística e Gestão da Oferta, emitindo os respectivos documentos fiscais;
 - VII - controlar e supervisionar as operações de entrega de produtos comercializados em Bolsas de Mercadorias.

Quadro IV

2.3.2.4.1 – Resultados

(21301) Formação dos Estoques Públicos

Programa de Trabalho = 20.605.0352.2130.0001

PTRES = 01678

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg-GO/DF	
Dotação Orçamentária Inicial	2.300.000.000,00	0,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	-
Dotação Final	2.300.000.000,00	210.000.000,00	9,13
Execução Orçamentária	1.257.049.773,91	84.585.961,53	6,73
Índice	54,65	40,28	-
Meta Física	3.517.000	400.000	11,37
Execução Física	1.036.732	141.498	13,65
Índice	29,48	35,37	-

Fonte: Siafi, Supor e Gefoc

Para a realização das atividades correlatas aos estoques públicos a LOA/2010 consignou, para a Conab, dotação de R\$2.300.000.000,00 (fonte 160), para uma meta física de 3.517.000 toneladas de produtos agrícolas.

a) Preços Mínimos

O preço mínimo é o resultado de estudos realizados pela Conab e acordado com o MAPA e Ministério da Fazenda, com vistas à aprovação pelo Conselho Monetário Nacional – CMN para, finalmente, ser oficializado por portaria ministerial.

Funciona como preço-piso para a comercialização da safra, garantindo renda ao agricultor e sinalizando estímulos à produção e garantia de abastecimento.

Nos quadros a seguir estão detalhados os preços mínimos vigentes durante o exercício de 2010 para as safras de verão e produtos regionais para as operações amparadas por AGF.

Quadro V

Preço Mínimo

Preços Mínimos

Safra Verão 2008/09 e 2009/10

Produto	Início da Operação			Unidade	Unidades da Federação/Regiões Amparadas	R\$/Unidade		
	Safra					Safra		
	2007/08	2008/09	2009/10			2007/08	2008/09	2009/10
Algodão em caroço	Janeiro/08	Janeiro/09	Janeiro/10	15 kg	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	13,40	14,40	15,60
Algodão em pluma	Janeiro/08	Janeiro/09	Janeiro/10	15 kg	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	44,60	44,60	44,60
Caroço de algodão	Janeiro/08	Janeiro/09	Janeiro/10	15 kg	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	2,37	2,37	2,57
Aiho nobre	Julho/07	Julho/08	Setembro/09	1 kg	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste	2,20	2,20	2,20
Amendoim comum	Janeiro/08	Janeiro/09	Janeiro/10	25 kg	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste	16,10	18,07	18,07
Arroz em casca longo fino	Janeiro/08	Janeiro/09	Janeiro/10	60 kg	Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste (exceto MT) e PR	26,46	30,96	30,96
Arroz em casca longo	Janeiro/08	Janeiro/09	Janeiro/10	60 kg	Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste (exceto MT) e PR	13,62	18,88	18,90
Borracha natural	Janeiro/08	Janeiro/09	Janeiro/10	1 kg	Todo território nacional	1,22	1,53	1,53
Café arábica	Abril/08	Abril/09	NF	60 kg	Todo território nacional	211,75	261,69	NF
Café robusta	Abril/08	Abril/09	NF	60 kg	Todo território nacional	124,40	156,57	NF
Feijão anão	Novembro/07	Novembro/08	Novembro/09	60 kg	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	48,42	80,00	80,00
Girassol	Julho/07	Julho/08	Julho/09	60 kg	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	17,61	18,68	25,68
Guaraná em grão	Julho/07	Julho/08	Julho/09	1 kg	Norte, Nordeste e Centro-Oeste	5,86	7,52	8,92
Leite "in natura"	Julho/07	Julho/08	Julho/09	1 l	Norte e MT	0,35	0,41	0,47
Mamona em baga	Julho/07	Julho/08	Julho/09	60 kg	Norte, Nordeste, GO, MT, MG e SP	33,56	36,59	40,65
Mandioca raiz	Janeiro/08	Janeiro/09	Janeiro/10	1 t	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	66,00	96,85	110,82
Mandioca farinha	Janeiro/08	Janeiro/09	Janeiro/10	50 kg	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	18,40	23,68	25,67
Mandioca fécula	Janeiro/08	Janeiro/09	Janeiro/10	1 kg	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	0,54	0,69	0,69
Milho	Janeiro/08	Janeiro/09	Janeiro/10	60 kg	Sul, Sudeste, MS, GO e DF	14,00	16,50	17,46
Milho de pipoca	Janeiro/08	Janeiro/09	Janeiro/10	1 kg	Sul, Sudeste e Centro-Oeste e BA-Sul	0,44	0,50	0,53
Soja	Janeiro/08	Janeiro/09	Janeiro/10	60 kg	MT, RO, AM, PA e AC	14,00	18,30	20,09
Sorgo	Janeiro/08	Janeiro/09	Janeiro/10	60 kg	MT	9,80	10,56	11,56

Preços Mínimos – Safra de Inverno

Produto	Início da Operação		Unidade	Unidades da Federação/Regiões Amparadas	R\$/Unidade	
	Safra				Safra	
	2009	2010			2009	2010
Trigo	Junho/08	Junho/09	1 t	Centro-Oeste e BA	446,50	460,00
Cevada cervejeira	Julho/08	Julho/09	1 t	Centro-Oeste, Sudeste e Sul	337,50	372,00
Triticale	Julho/08	Julho/09	1 t	Centro-Oeste, Sudeste e Sul	258,16	285,00
Canola	Julho/08	Julho/09	1 t	Centro-Oeste, Sudeste e Sul	367,83	471,00

Preços Mínimos – Produtos da Sociobiodiversidade

Produto	Início da Operação		Unidade	Unidades da Federação/Regiões Amparadas	R\$/Unidade	
	Safra				Safra	
	2007	2008			2007	2008
Pequi (fruto)	-	Outubro/08	kg	Sudeste e Centro-Oeste	-	0,31

b) Aquisições de Produtos Agrícolas

A meta física estabelecida para 2010 previa a aquisição consolidada para a Companhia de 3.517.000 toneladas de produtos agrícolas, tendo sido adquiridas em todo o País, 1.036.732 toneladas.

Para a Sureg/GO foi disponibilizado recursos Orçamentários no montante de **RS210.000.000,00**, para aquisição e custeio da PGPM, sendo que foi adquirido 141.498 toneladas de produtos, no valor de R\$84.585.961,53, o que representou 4,03% da meta nacional prevista para esta ação e 40,28% previsto para Goiás.

As aquisições de milho, realizadas em operações de Compra direta - AGF, objetivaram regular os preços de mercado, dando apoio aos produtores da região, e recompor os níveis de estoque do Governo Federal.

O baixo índice de aquisições em relação a meta prevista, se deveu ao uso de outros instrumentos de incentivo à comercialização executados pela Conab no exercício de 2010, através das operações de PEP e PEPRO.

Quadro VI
Aquisições efetivadas durante o exercício.

Ano	UF	Produto	Quantidade (Em t)		
			AGF	Contrato de Opção	Total
2009	DF	Feijão	173	-	173
		Milho	-	432	432
	GO	Cafê	-	168	168
		Feijão	8.209	-	8.209
		Milho	289.908	520.644	810.552
	Sorgo	3.045	-	3.045	
Total			301.335	521.244	822.579
2010	GO	Feijão	2.923	-	2.923
		Milho	138.575	-	138.575
Total			141.498	0	141.498

Fonte: Suope/Gefoc

Ano	Produto	Quantidade (Em t)		
		AGF	Contrato de Opção	Total
2009	Sacaria	31.376	400.000	431.376
2010	Sacaria	47.378	0	47.378

Fonte: Suope/Gefoc

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gerep e Conab/Diafi/Sucon/Gedoc

c) Remoções de Produtos dos Estoques Públicos

Atividade fundamental de apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela Conab. A movimentação dos estoques públicos tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, de forma a permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

Em 2010 foi contratada a remoção de 62.673 toneladas de milho na região sob jurisdição da Sureg-GO vinculado a Contrato de Opção e à PGPM. A contratação ocorreu via Leilão Eletrônico, com participação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros.

A realização das remoções teve como motivo principal a necessidade de abertura de espaço para o recebimento de produtos da safra 2009/2010 e o atendimento do Programa Vendas em Balcão nas Regiões Norte e Nordeste. As quantidades contratadas e removidas estão detalhadas no quadro a seguir.

Quadro VII
Remoções de Produtos dos Estoques Públicos

Remoção

UF		Produto	Motivo	Valores no Leilão		Quantidades (Em t)				
Origem	Destino			Abertura	Fechamento	Contratadas	Removidas	Canceladas	Aditadas	A Remover
GO	CE	Milho	Venda em Balcão	4.435.046,47	3.651.807,80	12.600	12.600	0	0	0
	DF	Milho	Venda em Balcão	339.300,00	281.175,30	5.000	5.000	0	0	0
	GO	Milho	Venda em Balcão	3.087.519,14	2.442.029,00	86.960	86.960	0	0	0
	MG	Milho	Abertura de Espaço	3.170.513,24	2.642.190,57	53.328	53.328	0	0	0
		Milho	Recursos Judicial	285.186,00	239.849,68	4.785	0	4.785	0	0
Total				11.317.564,85	9.257.052,35	162.673	157.888	4.785	0	0

Fonte: Suarm/Gemov

Quadro VIII
Quantidades Removidas

Ano	UF	Produto	Quantidade (Em t)		
			AGF	Contrato de Opção	Total
2009	DF	Feijão	-	-	0
		Milho	-	-	0
		Café	-	-	0
	GO	Feijão	-	-	0
		Milho	-	-	0
		Sorgo	-	-	0
Total		0,00	0,00	0	
2010	DF	Feijão	-	-	0
		Milho	-	-	0
		Café	-	-	0
	GO	Feijão	3.756,70	-	3.757
		Milho	52.188,00	148.948,90	201.136,9
		Sorgo	3.045,00	-	3.045
Total		58.989,70	148.948,90	207.939	

Fonte: GEOPE/SECOM

Quadro IX

Natureza da Despesa Detalhada	Despesa (Em R\$)		
	Conab	Sureg-GO/DF	Participação (%)
Aquisição de mercadorias para revenda	603.782.582,50	34.145.366,82	5,66
Capatazia, estiva, braçagem e pesagem	1.837.887,28	0,00	0,00
Embalagens	4.059.563,13	34.389,87	0,85
COFINS	45.441,35	0,00	0,00
PASEP	9.740,85	0,00	0,00
Armazenagem	485.202.429,50	44.309.876,32	9,13
Seguros em geral	6.456.564,88	0,00	0,00
Comissões e corretagens	2.639.062,11	557.147,10	21,11
ICMS	19.710.143,75	498.333,79	2,53
ISS	57.965,50	1.347,73	2,33
Serviços gráficos	650,00	0,00	0,00
INSS-Produtor rural	13.183.781,85	784.934,49	5,95
Encargos financeiros	8.685,68	0,00	0,00
Serviços de terceiros	9.299.643,89	401.243,22	4,31
Ensaque e reensaque	13.909,09	13.909,09	100,00
INSS-Armazenagem	1.252.422,61	0,00	0,00
Análises laboratoriais	828.520,98	0,00	0,00
Taxas e pedágios	50.255,47	0,00	0,00
Transportes, encomendas, carretos e fretes	108.563.968,61	3.839.413,10	3,54
Editais e publicações	46.554,88	0,00	0,00
Total	1.257.049.773,91	84.585.961,53	6,73

Demonstrativo da Execução Financeira Fonte: Siafi

d) Posição dos Estoques Públicos

No fim do exercício, os estoques públicos vinculados à PGPM, na área sob jurisdição da Sureg/GO, registravam um volume de 753.658,8 toneladas de produtos, e 5.110,0 unidades de sacarias, conforme demonstrativo:

Quadro X

Unidades Armazenadoras do Estado de Goiás

Posição do Estoques – 31/12

Produto	Vínculo	Estoque (t)			Variação (%) (b/a)	Variação (%) (c/b)
		2008(a)	2009(b)	2010(c)		
Algodão	AGF	37,1	37,1	37,1	0,00	0,00
Café	Contrato de Opção	-	167,8	169,0	-	0,72
Feijão	AGF	-	7.493,7	7.630,2	-	1,82
Milho	AGF	1.030,0	253.837,1	298.986,8	24.544,38	17,79
	Contrato de Opção	-	609.379,6	435.955,3	-	-28,46
Sorgo	AGF	-	3.045,1	150,0	-	-95,07
Sacaria(1)		5.310,0	7.710,0	5.110,0	45,20	-33,72
Total	Produto	1.067,1	873.960,4	742.928,4	81.800,52	-14,99
	Sacaria	5.310,0	7.710,0	5.110,0	45,20	-33,72

Quadro XI

Unidade Armazenadora de Brasília

Posição do Estoques – 31/12

Produto	Vínculo	Estoque (t)			Variação (%) (b/a)	Variação (%) (c/b)
		2008(a)	2009(b)	2010(c)		
Feijão	AGF	-	-	22.683,0	-	#DIV/0!
Milho	AGF	-	-	-	-	-
	Contrato de Opção	0,0	-	-	-	#DIV/0!
Sacaria(1)		-	0,0	0,0	-	-
Total	Produto	0,0	0,0	22.683,0	-	#DIV/0!
	Sacaria	-	0,0	0,0	-	-

2.3.2.5 - (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa a promover a periódica fiscalização, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias; a realizar também a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.
- **Descrição:** A realização, *in loco*, de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento para a avaliação das condições qualitativas e quantitativas dos produtos e das condições técnicas, cadastrais e operacionais dos armazéns e proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. As operações de Garantia e Sustentação de Preços na comercialização de produtos agropecuários serão inspecionadas em relação à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; o cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB
- **Coordenador nacional da Ação:** Raimundo Francisco Melo
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Fiscalização de Estoques – SUFIS e Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais – GEFIS
- **Responsável Regional da Ação:** GEOPE/SEOPE
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
 - Compete ao **Setor de Operações de Estoques – SEOPE**, subordinado à Gerência de Operações – GEOPE.
 - Operações, conforme definido no Regimento Interno:
 - I - controlar, vistoriar e fiscalizar os produtos pertencentes aos estoques próprios, governamentais e privados;
 - IV - executar a vistoria das unidades armazenadoras, com vistas à avaliação das condições de guarda e conservação dos produtos, promovendo o seu cadastramento;

X - acompanhar e supervisionar o controle quantitativo e qualitativo dos estoques.

Quadro XII

2.3.2.5.1-Resultados

(2137) Fiscalização dos Estoques e da Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares

Programa de Trabalho = 20.125.0352.2137.0001

PTRES = 01690

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/GO	
Dotação Orçamentária Inicial	3.100.000,00	300.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	3.100.000,00	300.000,00	9,68
Execução Orçamentária	2.603.751,25	264.784,30	10,17
Índice	83,99	88,26	-
Meta Física (fiscalização realizada)	4.200	268	6,38
Execução Física	8.952	704	7,86
Índice	213,14	262,69	-

Fonte: Siafi, Gefis e Gevep

Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)								Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serv. de Terceiros		Operações Tributárias e Contributivas	Equipamento e Material Permanente	Indenizações e Restituições	
				Pes. Física	Pes. Jurídica				
2007	108.980,40	26.458,86	27.230,47	0,00	847,64	0,00	0,00	0,00	163.517,37
2008	67.298,74	12.036,73	22.854,60	0,00	293,00	0,00	0,00	0,00	102.483,07
2009	143.877,12	23.873,89	43.444,79	0,00	422,70	0,00	0,00	0,00	211.618,50
2010	191.009,00	24.379,28	46.013,01	0,00	863,01	0,00	2.520,00	0,00	264.784,30

Fonte: Siafi

A meta física global aprovada da LOA/2010 previa a realização de 4.200 fiscalizações, sendo consignada dotação orçamentária de R\$3.100.000,00. Durante o exercício foram realizadas 8.952 fiscalizações, superando a meta física em 113,14%. A despesa total da Conab foi de **R\$2.603.751,25**, representando 83,99% da dotação.

No âmbito da Sureg-GO, foram previstas 268 fiscalizações ao custo total de **R\$300.000,00**. A meta física foi superada em 162,69%, com a realização de 704 fiscalizações, com despesa total de R\$264.784,30, incluindo diárias, material de consumo, passagens e despesas com locomoção e com serviços de terceiros (pessoa jurídica). Em relação ao valor gasto na Ação, os pagamentos realizados pela Sureg-GO representaram 9,68%.

Nesses custos estão incluídas despesas, com deslocamentos de empregados (fiscais) para a realização de fiscalização nas Suregs de Goiás, Mato Grosso, Paraná, Distrito Federal e no Rio Grande do Sul, cujos custos são contabilizados na origem dos empregados.

Quadro XIII

Despesas com deslocamento de Empregados para participarem de Fiscalização em outros Estados.

Empregado		Sureg	Valor (R\$1,00)
Marcos Antônio Delgado de Vasconcelos		GO	6.763,50
Gerson Menezes de Magalhães		GO	1.687,50
Francisco Parente Filho		GO	4.794,00
Joanice Lino de Souza		GO	2.721,50
Francisco Joelmar de Oliveira		MT e GO	1.786,00
Marílio Almeida Silva		MT e GO	8.084,00
Ney Eduardo Sabino		GO	1.687,50
Juraci Duarte Amorim		MT, PR e GO	10.875,00
Hamilton Carvalho dos Santos		GO	5.165,50
Antônio Donizete Diniz		GO	14.511,50
João Gomes da Silva		GO	3.666,00
Pacífico José da Silva		GO	1.687,50
Eurípedes Eurister Thomé		GO	3.795,50
Zirvaldo Zenid Virgolino		GO	94,00
Vounir Pereira da Silva		GO	12.032,00
Elias Costa da Paz		MT, PR e GO	16.183,50
Geraldo Pinto Coelho		GO	1.687,50
Sérgio de Rezende Borges		MT, PR e GO	22.358,50
Luis Cesário Dantas		GO	1.687,50
Benone Ribeiro de Melo		MT e GO	14.920,00
Maria Santíssima de Oliveira Sandim		GO	1.687,50
Genivaldo Lopes Veloso		MT, RS e GO	12.365,00
Natanael Luiz de Carvalho		MT e GO	7.649,50
Samuel Vainer do Rego Monteiro		GO	7.144,00
Sebastião Divino de Souza		GO	1.781,50
Barsaneu Afonso Rosa		GO	7.273,50
Lindomar Alves França		GO	16.074,00
Luiz Carlos do Nascimento		GO	846,00
Total			191.009,00

a) Fiscalização dos Estoques Públicos

No calendário de fiscalização elaborado pela Superintendência de Fiscalização de Estoques-SUFIS para o exercício de 2010, estavam previstas e foram realizadas cinco etapas de fiscalizações em armazéns localizados no âmbito da Sureg-GO/DF nos meses de fevereiro, abril/maio, junho/julho, agosto/setembro e novembro/dezembro. Além dessas aconteceram mais duas etapas especiais.

Durante o exercício foram visitadas 396 unidades armazenadoras e fiscalizadas, de forma cumulativa, 4.926.221 toneladas de produtos, em face do aumento expressivo nas aquisições/remoções dos estoques públicos armazenados em armazéns próprios da Conab e de terceiros sob sua jurisdição. Roram registradas perdas quantitativas (desvio e perdas em armazenagem) de 8.584 toneladas de feijão e milho, conforme detalhado no abaixo:

Quadro XIV
Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas

Discriminação	Exercício			
	2009		2010	
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado
AGF	341.241	341.241	1.927.918	1.924.003
Contrato de Opção	1.178.869	1.178.869	2.948.852	2.944.195
Agricultura Familiar	146	146	5.977	5.967
Fome Zero	18.856	18.856	4.026	4.026
Estoque Próprio	31	31	6.077	6.077
Varreduras	-	-	-	-
Terceiros	101.057	101.057	41.953	41.953
Total	1.640.200	1.640.200	4.934.803	4.926.221

Fonte: Gefis

Produto	Ocorrência (Em t)			
	Perdas Qualitativas		Perdas Quantitativas	
	AP	Desclassificado	Desvio	Perdas em Armazenagem
Feijão	-	-	-	2
Milho	-	-	4.785	3.797
Total	0	0	4.785	3.799

Fonte: Gefis/Sufis

De acordo com as diferenças quantitativas apuradas e registradas nos Termos de Vistoria e Notificação-TVN, foram calculadas as reduções de peso ocorridas em razão do tempo médio de depósito em que o produto ficou armazenado, para fins de enquadramento das ocorrências em desvio ou em perdas em armazenagem. Em seguida, foram procedidas as baixas contábeis pelas Suregs, além de comunicados os fatos, acompanhados dos TVNs, à Superintendência de Operações-Suope (para abertura do processo administrativo), à Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques-Suarm (para atualização dos registros cadastrais – impedimento/descredenciamento do agente armazenador) e à Superintendência de Finanças-Sufin (para cobrança).

b) Fiscalização dos Instrumento de Apoio à Comercialização

Com referência aos instrumentos de apoio à comercialização realizou-se fiscalização envolvendo 283 clientes de instrumentos de apoio à comercialização – PEP, apólice de seguro rural e de Vendas em Balcão, com um aumento de 48,17% em relação ao resultado apresentado no exercício anterior.

Quadro XV

Demonstrativo de Fiscalização por Instrumento

Discriminação	Exercício			
	2007	2008	2009	2010
Vendas em Balcão	-	-	-	3
AGF	-	-	-	-
PEPRO	-	29	35	-
PEP	-	-	1	148
VEP	-	-	0	-
PROP	-	-	11	-
Propostas de Seguro Rural	17	71	144	132
Subvenção aos Extrativistas	-	-	-	-
Total	17	100	191	283

Fonte: Gevep

Todo o processo de fiscalização segue orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações Conab-MOC n.º 020, de 16/10/2009, ou, ainda, em orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

No fim do período encontravam-se armazenadas 30 toneladas de milho, safra 1991/1992, considerado como desclassificado, cuja ocorrência foi apurada em 1993, e ainda se encontra em processo de cobrança judicial n.º 1998.35.00.009606-4.

Com referência ao estoque de 141 fardos de Algodão em Pluma, correspondentes a 27.249 kg, safra 1997/1998, adquiridos por intermédio das operações de Aquisição de Governo Federal/AGF, depositados no W3 Armazéns Gerais Ltda., cadastrado sob o CDA n.º 48.3275.002-0, em Itumbiara-GO; informamos que à Suerg-GO/DF está adotando as providências necessárias, visando a transferência do produto de armazéns ou, a comercialização em conformidade com o Parecer Proge/Sumad n.º PD 522/08, conforme processo administrativo da Conab n.º 00.1947 de 22/11/2002, em poder da PROGE desde 27/12/2010.

2.3.2.6 - (2272) Gestão e Administração do Programa

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
- **Descrição:** Essas despesas compreendem: pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Financeira – DIFIN
- **Coordenador Nacional da Ação:** Paulo Sérgio Silveira
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Superintendência de Finanças – SUFIN
- **Responsável Regional da Ação:** GEFAD/SEREH/SETAD
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

a) Ao **Setor Administrativo – SETAD**, subordinado à Gerência de Finanças e Administração, conforme definido no Regimento Interno:

I - proceder à aquisição, ao recebimento, à conferência, guarda e distribuição de materiais permanentes e de consumo;

II - examinar e preparar a documentação para formação de processos de pagamento das aquisições de materiais permanentes e de consumo, e de serviços;

III - executar e controlar as atividades relacionadas à administração de bens patrimoniais, realizando os respectivos inventários físicos, providenciando sua regularização e propondo sua destinação;

IV - executar, controlar e acompanhar as atividades de apoio administrativo relacionadas à reprografia, ao protocolo, ao arquivo, às telecomunicações e a outros de natureza análoga;

V - adotar as providências necessárias à publicação de extratos de contratos, convênios e outros instrumentos legais;

VI - executar, controlar e acompanhar as atividades de segurança, limpeza, conservação e jardinagem;

VII - controlar a utilização, manutenção, o licenciamento e os custos operacionais dos veículos próprios, propondo aquisição e alienação, quando for o caso;

VIII - promover a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e instalações das áreas da Sede;

IX - executar e acompanhar as atividades relacionadas a deslocamentos a serviço;

X - elaborar os contratos advindos da Comissão de Licitação;

XI - executar e acompanhar os contratos de prestação de serviços relativos à sua área de atuação, emitindo a documentação pertinente, e avaliar sistematicamente as bases contratuais, sobretudo nos aspectos de preço, qualidade e prazo, propondo, quando necessário, a renegociação ou o cancelamento dos instrumentos;

XII - executar e controlar as atividades relativas aos seguros contratados, acompanhando os casos de sinistros e instruindo os processos decorrentes.

b) Ao **Setor de Recursos Humanos – SEREH**, subordinado à Gerência de Finanças e Administração, conforme definido no Regimento Interno:

I - preparar os dados necessários à elaboração da folha de pagamento, guias de recolhimento de encargos legais, extinção e rescisão contratual e outros de natureza similar;

II - analisar e emitir parecer sobre pedidos de transferência de empregados, observando os normativos vigentes;

III - executar e controlar as atividades de recrutamento, seleção, admissão, demissão e avaliação de pessoal;

IV - controlar e manter atualizados os dados cadastrais e os registros funcionais dos empregados das áreas vinculadas, zelando pela sua guarda;

V - manter o controle do registro de frequência, escala de férias e licenças de qualquer natureza, e cessão dos empregados;

VI - executar o controle das atividades de estágios supervisionados;

- VII - executar e controlar as atividades relativas aos benefícios concedidos pela Companhia;
- VIII - promover o acompanhamento e a fiscalização dos convênios relacionados à assistência à saúde;
- IX - acompanhar a realização de exames admissionais, periódicos e demissionais;
- X - executar e controlar as atividades referentes à Segurança e Medicina do Trabalho;
- XI - subsidiar a área Jurídica nas ações trabalhistas e atuar como preposto, quando necessário;
- XII - executar as ações de capacitação, desenvolvimento de pessoas e modernização administrativa, em consonância com as diretrizes emanadas da Matriz.

Quadro XVI

2.3.2.6.1– Resultados

(2272) Gestão e Administração do Programa			
Controle: Siafi – PTRES 001682/001688 – Programa de Trabalho 20.122.0352.2272.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-GO-DF	
Dotação Orçamentária Inicial	378.742.641,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	459.342.641,00	14.053.000,00	3,06
Pessoal	359.742.641,00	7.841.500,00	2,18
Custeio	81.077.168,00	6.161.500,00	7,60
Investimentos	18.522.832,00	50.000,00	0,27
Execução Orçamentária	447.856.094,54	14.038.658,38	3,13
Pessoal	356.605.474,56	7.837.634,92	2,20
Custeio	80.499.809,63	6.160.203,75	7,65
Investimentos	10.750.810,35	40.819,71	0,38
Índice	97,50	99,90	-

Fonte: Supor e Siafi

A dotação aprovada para a Conab foi de R\$459.342.641,00, sendo que foram disponibilizados R\$359.742.641,00 para despesas de pessoal e encargos sociais, R\$81.077.168,00 para custeio e R\$18.522.832,00 para investimentos.

A meta prevista para a Sureg-GO era de R\$14.053.000,00, sendo liquidado no período R\$14.038.658,38 representando 99,90% da dotação disponibilizada para a superintendência Regional e 3,13% do gasto total.

A variação, a menor, no Grupo de Despesas de Pessoal, não decorre de redução nas despesas deste Grupo e sim de mudança metodológica. Os valores divulgados até 2009 referiam-se à execução global da despesa, ou seja, além da execução orçamentária processada nas Regionais da Conab eram agregados, também, os custos da folha de pagamento de pessoal de toda a Companhia, cuja execução orçamentária é processada pela Matriz, em Brasília. Objetivando a aderência às normas vigentes, a Conab alterou a metodologia, passando a divulgar, a partir do exercício de 2010, apenas os valores referentes à execução orçamentária realizada em cada Regional.

Quadro XVII
Demonstrativo da Execução de Despesas

Discriminação	GO-DF			
	2007	2008	2009	2010
Pessoal	16.083.474,98	18.113.653,36	20.696.671,73	7.837.634,92
Outros benefícios assistenciais	34.879,90	43.550,00	33.500,00	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	11.661.736,06	13.406.899,85	15.042.020,32	1.308.935,50
Obrigações patronais	4.106.104,15	4.405.835,39	1.054.914,28	1.547.084,59
Outras despesas variáveis	280.754,87	247.338,36	200.359,55	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	9.309,33	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	0,00	720,43	0,00	10.643,04
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações patronais – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	4.365.877,58	4.970.971,79
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00
Custeio	5.401.063,69	6.493.881,64	5.617.794,98	6.160.203,75
Outros benefícios assistenciais	0,00	5.950,00	0,00	0,00
Diárias	313.383,32	382.591,86	333.558,93	565.879,57
Material de consumo	933.711,86	1.333.217,93	563.824,13	718.567,35
Passagens e Despesas com locomoção	144.488,63	160.528,16	114.438,40	144.318,73
Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	61.683,83	48.788,64	25.664,29	20.943,74
Locação de mão-de-obra	1.402.359,24	1.245.471,21	1.202.235,99	1.696.542,91
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	2.318.917,71	2.704.865,46	2.880.718,80	2.635.565,12
Obrigações tributárias e contributivas	216.092,94	322.892,32	367.850,60	323.722,89
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	10.426,16	289.576,06	123.592,75	45.876,12
Material de consumo-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	8.003,32
Obrigações tributárias e contributivas-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	5.911,09	784,00
Investimentos	155.124,93	340.486,20	27.992,90	40.819,71
Obras e instalações	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento e material permanente	155.124,93	340.486,20	27.992,90	40.819,71
Total	21.639.663,60	24.948.021,20	26.342.459,61	14.038.658,38

Fonte: Siafi

O Quadro e as despesas de pessoal, na forma prescrita pela Portaria TCU 277, de 7 de dezembro de 2010, estão detalhados na item 5 – Composição do Quadro de Servidores Ativos.

Despesas Correntes e Investimentos

As principais despesas relativas a esta Ação foram realizadas por meio de licitações dando maior transparência às operações. Durante o exercício de 2010 ocorreram as seguintes licitações.

a) Processos Licitatórios

No exercício de 2010 foram realizados 10 procedimentos licitatórios na modalidade de pregão eletrônico.

Quadro XVIII

PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº	OBJETO	PROCESSO
1	Limpeza e conservação - sede SUREG/GO e UA/GYN	21209.000741/2008
2	Locação de veículos - sede	21209.000728/2009
3	Aquisição de óleo combustível OC-2A – Não encerrado	21209.000632/2009
4	Aquisição de passagens aéreas	21209.000914/2009
5	Aquisição de vacinas antigripal - CANCELADO	21209.000177/2010
6	Material de expediente para a SUREG/GO. REVOGADO	21209.000660/2009
7	Aquisição de vacinas	21209.000177/2010
8	Aquisição de material de expediente	21209.000660/2009
9	Manutenção de equipamentos de informática - REVOGADO	21209.000945/2009
10	Segurança e Vigilância da UA/BRASILIA	21209.000892/2010
TOMADA DE PREÇOS		
	Não houve.	

Os resultados obtidos nos processos licitatórios realizados foram os seguintes.

Quadro XIX

Nº	OBJETO	Vlr de Referência (R\$)	Valor Contratado (R\$)	Economia (%)
1	Limpeza e conservação	396.600,00	312.000,00	21,33%
2	Locação de veículos	155,00	61,90	60,07%
3	Aquisição de óleo OC-2A	cancelado		
4	Aquisição de passagens aéreas	40.000,00	37.060,00	7,35%
5	Aquisição de vacinas	cancelado		
6	Aquisição de materiais de expediente – Sede	Anulado		
7	Aquisição de vacinas	Revogado		
8	Aquisição de materiais de expediente – Sede	54.500,00	28.117,00	48,41%
9	Manutenção de impressora e computadores	Anulado		
10	Vigilância UA/BRASILIA	589.749,84	588.984,00	0,13%

b) Contratos Administrativos

No quadro seguinte estão relacionados os contratos administrativos vigentes durante o exercício de 2010.

Quadro XX
Contratos Administrativos

RAZÃO SOCIAL	PROCESSO ADMINISTRATIVO	Nº CONTRATO / ANO	Nº DA LICITAÇÃO/ ANO	BASE LEGAL	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA/ ADITIVADOS P/ O PERÍODO	VALOR MENSAL
Gentleman Seg. Ltda.	09.0587/2007	004/2008	016/2008	LLCA nº 8.666/93	Vigilância Armada GO	2010/2011	77.093,30
Digital World	09.1000/2007	002/2008	006/2008	Idem	Locação Copiadora	2010/2011	1.225,50
SINTRAM	09.1235/2010	Acordo	000/0000	Idem	Braçagens UA's	2010/2011	18.300,00
Contal Segurança	09.0461/2006	003/2007	001/2007	Idem	Vigilância Armada UA/DF	2009/2010	36.917,38
Paulista Serv. e Transp.	09.0528/2006	004/2007	002/2007	Idem	Limp. Conservação UA/DF	2010/2011	4.872,00
Net Projetos Ltda.	09.0741/2008	003/2010	001/2010	Idem	Limp. Conservação GO	2011/2012	26.000,00
Daleth Veiculos Ltda	09.0728/2009	005/2010	002/2010	Idem	Locação de Veículos	2010/2011	2.300,00
Posto Z+Z Ltda	09.0694/2009	001/2010	006/2009	Idem	Fornecimento Combustível	2010/2011	1.650,00
Lider Turismo Ltda	09.0914/2009	004/2010	004/2010	Idem	Passagens Aéreas	2010/2011	3.135,00
Damando Peças e S	09.0695/2009	002/2010	005/2009	Idem	Manut. Veiculos	2010/2011	2.300,00

2.3.2.7 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** A Ação visa manter a rede armazenadora própria em condições técnicas ideais para a guarda, conservação, comercialização e distribuição dos produtos agropecuários.
- **Descrição:** Manutenção e modernização da rede armazenadora; aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas e equipamentos e a informatização das unidades, observada a legislação vigente e os requisitos e exigências do Sistema Nacional de Certificação das Unidades Armazenadoras.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento - DIRAB
- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – SUARM e Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns – GECAD
- **Responsável Regional da Ação:** GEOPE/SEOPE
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Compete ao **Setor de Operações de Estoques – SEOPE**, subordinado à Gerência de Operações, conforme definido no Regimento Interno:

IV - executar a vistoria das unidades armazenadoras, com vistas à avaliação das condições de guarda e conservação dos produtos, promovendo o seu cadastramento;

VI - fiscalizar obras e serviços de construção e manutenção dos imóveis próprios ou sob sua administração;

VII - subsidiar a Matriz nas tarefas de elaborar projetos, levantar, quantificar, especificar e orçar os serviços necessários à recuperação, adequação e modernização das bases físicas.

Quadro XXI

2.3.2.7.1 – Resultados

(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns			
Controle: SIAFI – PTRES 1689 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-GO/DF	
Dotação Orçamentária Inicial	27.050.000,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	21.050.000,00	2.190.000,00	10,40
Despesas Correntes	5.850.000,00	190.000,00	3,25
Despesas de Capital	15.200.000,00	2.000.000,00	13,16
Execução Orçamentária (valor liquidado)	1.400.489,93	122.870,80	8,77
Despesas Correntes	1.053.606,66	117.130,80	11,12
Despesas de Capital	346.883,27	5.740,00	1,65
Restos a Pagar	5.763.613,03	2.049.307,57	35,56
Despesas Correntes	409.482,03	66.622,69	16,27
Despesas de Capital	5.354.131,00	1.982.684,88	37,03
Execução Total	7.164.102,96	2.172.178,37	30,32
Índice	34,03	99,19	-
Meta Física – unidade modernizada	70	9	-
Execução Física	88	10	11,36
Índice	125,71	111,11	-

Fonte: Supor e Siafi

Cancelamento de dotação orçamentária no valor de R\$6.000.000,00 no grupo despesas de capital, conforme Decreto de 13/10/2010

A dotação orçamentária (despesas correntes e de capital) prevista para a Sureg-GO/DF foi no montante de R\$2.190.000,00, o que representava 10,40% do valor total para a Conab, de R \$21.050.000,00. Durante o exercício esta Regional empenhou o valor total de R\$2.172.178,37, sendo liquidado R\$122.870,80 e o restante (R\$2.049.307,57) foi inscrito em restos a pagar. A execução total representou 99,19% da dotação prevista para esta **Sureg-GO** e 30,32% do valor total da Companhia.

Foram contratados serviços e/ou adquiridos equipamentos para 10 unidades armazenadoras, superando a meta física de 9 unidades, em 11,11%, com participação de 11,36% na quantidade total de unidades beneficiadas.

Sob a jurisdição da Sureg-GO/DF estão em operação 10 (dez) unidades armazenadoras, compostas por 19 armazéns, com capacidade estática para 253.800 toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir:

Quadro XXII

Demonstrativo de Armazéns por UA

UF	Unidade Armazenadora	Quantidade Armazéns	Cap. (t)	Tipo	Endereço
DF	Brasília	1	8.900	Convencional	Sia Sul, Quadra 5, Lotes 300 a 400, s/nº, CEP: 71.200-000, Brasília/DF
		1	6.200	Convencional	
		1	7.800	Convencional	
		1	14.900	Convencional	
GO		1	25.800	Silo Cônico	Sia Sul, quadra 7, Lote 100, CEP: 71.200-000, Brasília/DF
	Goiânia	1	6.700	Convencional	Av. Prof. Venerando de Freitas Borges, 150, CEP: 74.673-010, Goiânia/GO
	Itapuranga	1	7.000	Silo Plano	Av. Presidente Tancredo A. Neves, s/nº, CEP: 76.680-000, Itapuranga/GO
		1	2.400	Convencional	Av. Presidente Tancredo A. Neves, s/nº, CEP: 76.680-000, Itapuranga/GO
	Palmeiras de Goiás	1	14.000	Silo Plano	Rua Ceará, Quadra 41, Lote 1, s/nº, CEP: 76.190-000, Palmeiras de Goiás
	Paraúna	1	14.000	Silo Plano	Rod. GO 320, Km 2, Fazenda São José, 150, CEP: 75.980-000, Paraúna/GO
	Paraúna	1	3.500	Convencional	Rodovia GO 320, km 02 – Fazenda Trevo
	Pontalina	1	14.000	Silo Plano	Rua São benedito, s/nº, CEP: 75.620-000, Pontalina/GO
	Porteirão	1	42.000	Silo Plano	Av. Rio dos Bois, s/nº, CEP: 75.603-000, Porteirão/GO
		1	14.000	Convencional	Rod. BR 452, Km 01, s/nº, CEP: 75.900-000, Rio Verde/GO
	Rio Verde	1	40.000	Silo Plano	
	Santa Helena de Goiás	1	2.300	Convencional	St. Chácara Alagoas Campo Alegre, s/nº, CEP: 75.920-000, Santa Helena/GO
		1	2.300	Convencional	
		1	14.000	Convencional	
São Luís de Montes Belos	1	14.000	Silo Plano	Rua Rio da Prata, 1804, CEP: 76.100-000, São Luís de Montes Belos/GO	
Total			253.800		

As unidades contam com equipamentos operacionais necessários à movimentação e guarda e produtos, porém, necessitam de manutenção e modernização, tanto nos equipamentos quanto nas

instalações físicas, pois a maioria é antiga (década 70) e não teve suas demandas plenamente atendidas nos exercícios anteriores.

A Sureg-GO/DF executou R\$ 183.753,49 (cento e oitenta e três mil, setecentos e cinquenta e três reais, quarenta e nove centavos) em despesas correntes e R\$ 1.988.424,88 (um milhão, novecentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e vinte e quatro reais, oitenta e oito centavos) em investimentos, somando R\$ 2.172.178,37 (dois milhões, cento e setenta e dois mil, cento e setenta e oito reais, trinta e sete centavos), representando cerca de 30,32% do total executado pela Companhia.

Quadro XXIII
Demonstrativo de Manutenção, Modernização e Adequação das Unidades Armazenadoras

Serviço/Obra/Equipamento	Valor Liquidado (R\$)			Restos a Pagar (R\$)			Total Geral (R\$)		Total Geral (R\$)
	Corrente	Capital	Total	Corrente	Capital	Total	Corrente	Capital	
Serviços de manutenção e aferição dos determinadores de unidade	1.500,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	1.500,00
Aquisição de cobras de área (UA-Brasília)	1.195,00	0,00	1.195,00	0,00	0,00	0,00	1.195,00	0,00	1.195,00
Reforma da Sede da Sureg e do Escritório da UA-Goiania	0,00	0,00	0,00	0,00	866.630,91	866.630,91	0,00	866.630,91	866.630,91
Aquisição de termonebulizadores	0,00	0,00	0,00	0,00	9.690,00	9.690,00	0,00	9.690,00	9.690,00
	2.695,00	0,00	2.695,00	0,00	876.320,91	876.320,91	2.695,00	876.320,91	879.015,91
Aquisição de cobras de área	478,00	0,00	478,00	0,00	0,00	0,00	478,00	0,00	478,00
Aquisição de balança	0,00	0,00	0,00	0,00	1.004,25	1.004,25	0,00	1.004,25	1.004,25
Aquisição de determinador de unidade	0,00	0,00	0,00	0,00	2.750,00	2.750,00	0,00	2.750,00	2.750,00
Aquisição de jogo de peneiras para classificação de produtos vegetais	0,00	0,00	0,00	0,00	175,00	175,00	0,00	175,00	175,00
	478,00	0,00	478,00	0,00	3.929,25	3.929,25	478,00	3.929,25	4.407,25
Serviços de elaboração de projeto para pavimentação do pátio	23.430,00	0,00	23.430,00	0,00	0,00	0,00	23.430,00	0,00	23.430,00
Serviços de reparo da balança rodoviária	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
Aquisição de sonda termométrica portátil	0,00	780,00	780,00	0,00	0,00	0,00	0,00	780,00	780,00
Aquisição de cobras de área	239,00	0,00	239,00	0,00	0,00	0,00	239,00	0,00	239,00
Aquisição de calador de sacaria	0,00	0,00	0,00	0,00	49,82	49,82	0,00	49,82	49,82
Aquisição de peneiras para classificação de produtos vegetais	0,00	0,00	0,00	0,00	350,00	350,00	0,00	350,00	350,00
Aquisição de balança eletrônica e precisão	0,00	0,00	0,00	0,00	1.004,25	1.004,25	0,00	1.004,25	1.004,25
	28.669,00	780,00	29.449,00	0,00	1.404,07	1.404,07	28.669,00	2.184,07	30.853,07
Elaboração de projeto para pavimentação do pátio	22.950,00	0,00	22.950,00	0,00	0,00	0,00	22.950,00	0,00	22.950,00
Aquisição de cobras de área	1.434,00	0,00	1.434,00	0,00	0,00	0,00	1.434,00	0,00	1.434,00
Recuperação dos equipamentos e instalações de processamento danificados por vendaval	0,00	0,00	0,00	0,00	372.790,34	372.790,34	0,00	372.790,34	372.790,34
Aquisição de 1 calador de 3 estágios	0,00	0,00	0,00	0,00	312,04	312,04	0,00	312,04	312,04
Aquisição de 1 determinador de unidade	0,00	0,00	0,00	0,00	2.750,00	2.750,00	0,00	2.750,00	2.750,00
Aquisição de 1 balança eletrônica de precisão	0,00	0,00	0,00	0,00	1.004,25	1.004,25	0,00	1.004,25	1.004,25
	24.384,00	0,00	24.384,00	0,00	376.856,63	376.856,63	24.384,00	376.856,63	401.240,63
Aquisição de cobras de área	1.673,00	0,00	1.673,00	0,00	0,00	0,00	1.673,00	0,00	1.673,00
Obras de adequação da entrada da unidade	0,00	0,00	0,00	0,00	20.949,00	20.949,00	0,00	20.949,00	20.949,00
Aquisição de peneiras para classificação de produtos vegetais	0,00	0,00	0,00	0,00	175,00	175,00	0,00	175,00	175,00
Aquisição de balança eletrônica de precisão	0,00	0,00	0,00	0,00	1.004,25	1.004,25	0,00	1.004,25	1.004,25
	1.673,00	0,00	1.673,00	20.949,00	1.179,25	22.128,25	22.622,00	1.179,25	23.801,25
Aquisição de 2 escadas de alumínio	0,00	960,00	960,00	0,00	0,00	0,00	0,00	960,00	960,00
Serviços de manutenção da balança rodoviária	3.005,00	0,00	3.005,00	0,00	0,00	0,00	3.005,00	0,00	3.005,00
Aquisição de cobras de área	717,00	0,00	717,00	0,00	0,00	0,00	717,00	0,00	717,00
Serviços de desmontagem de equipamentos avariados	0,00	0,00	0,00	0,00	26.748,20	26.748,20	0,00	26.748,20	26.748,20
Serviços de manutenção e aferição da balança rodoviária	5.770,00	0,00	5.770,00	0,00	0,00	0,00	5.770,00	0,00	5.770,00
Aquisição de 1 jogo de peneiras para classificação de produtos vegetais	0,00	0,00	0,00	0,00	175,00	175,00	0,00	175,00	175,00
Aquisição de 1 balança eletrônica de precisão	0,00	0,00	0,00	0,00	1.004,25	1.004,25	0,00	1.004,25	1.004,25
Aquisição de 1 balança eletrônica de precisão	0,00	0,00	0,00	0,00	4.845,00	4.845,00	0,00	4.845,00	4.845,00
	9.492,00	960,00	10.452,00	26.748,20	6.024,25	32.772,45	36.240,20	6.984,25	43.224,45
Aquisição de cobras de área	717,00	0,00	717,00	0,00	0,00	0,00	717,00	0,00	717,00
Aquisição de 1 determinador de unidade	0,00	0,00	0,00	0,00	2.750,00	2.750,00	0,00	2.750,00	2.750,00
Aquisição de 1 jogo de peneiras para classificação de produtos vegetais	0,00	0,00	0,00	0,00	175,00	175,00	0,00	175,00	175,00
Aquisição de 1 balança eletrônica de precisão	0,00	0,00	0,00	0,00	1.004,25	1.004,25	0,00	1.004,25	1.004,25
	717,00	0,00	717,00	0,00	3.929,25	3.929,25	717,00	3.929,25	4.646,25
Aquisição de peças para o motor de aeração e do pulverizador	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
Serviços de manutenção do motor de aeração e de manutenção, revisão, limpeza e aferição	3.940,30	0,00	3.940,30	0,00	0,00	0,00	3.940,30	0,00	3.940,30
Aquisição de 3 lixeiras seletivas e 1 contêiner de ferro	5.315,00	0,00	5.315,00	0,00	0,00	0,00	5.315,00	0,00	5.315,00
Confecção de 50 blocos de notas de expedição e 10 de notas de recepção	1.111,50	0,00	1.111,50	0,00	0,00	0,00	1.111,50	0,00	1.111,50
Serviços de recuperação e revisão geral da rede elétrica do silo Bufalo e do armazém 7	29.347,00	0,00	29.347,00	0,00	0,00	0,00	29.347,00	0,00	29.347,00
Aquisição de 2 varredoras	0,00	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00
Serviços de revisão na parte elétrica da esteira transportadora, dos elevadores de caneca e d	1.680,00	0,00	1.680,00	0,00	0,00	0,00	1.680,00	0,00	1.680,00
Manutenção de veículo	0,00	0,00	0,00	0,00	2.925,49	2.925,49	0,00	2.925,49	2.925,49
Aquisição de chapas de aço	0,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	16.000,00	0,00	16.000,00	16.000,00
Aquisição de calador para sacaria	0,00	0,00	0,00	0,00	149,46	149,46	0,00	149,46	149,46
Aquisição de calador graneleiro de 3 estágios	0,00	0,00	0,00	0,00	312,04	312,04	0,00	312,04	312,04
Aquisição de jogo de peneiras para classificação de produtos vegetais	0,00	0,00	0,00	0,00	175,00	175,00	0,00	175,00	175,00
Aquisição de homogeneizador	0,00	0,00	0,00	0,00	677,90	677,90	0,00	677,90	677,90
Reforma do sistema de captação de pó	0,00	0,00	0,00	0,00	703.943,73	703.943,73	0,00	703.943,73	703.943,73
BALANÇAS ELETRONICA DE PRECISAO	0,00	0,00	0,00	0,00	1.004,25	1.004,25	0,00	1.004,25	1.004,25
DETERMINADO DE UMIDADE	0,00	0,00	0,00	0,00	2.750,00	2.750,00	0,00	2.750,00	2.750,00
	46.393,80	4.000,00	50.393,80	18.925,49	709.012,38	727.937,87	65.319,29	713.012,38	778.331,67
Aquisição de cobras de área	1.434,00	0,00	1.434,00	0,00	0,00	0,00	1.434,00	0,00	1.434,00
	1.434,00	0,00	1.434,00	0,00	0,00	0,00	1.434,00	0,00	1.434,00
Aquisição de cobras de área	1.195,00	0,00	1.195,00	0,00	0,00	0,00	1.195,00	0,00	1.195,00
Aquisição de calador de sacaria	0,00	0,00	0,00	0,00	99,64	99,64	0,00	99,64	99,64
Aquisição de calador de sacaria	0,00	0,00	0,00	0,00	175,00	175,00	0,00	175,00	175,00
Aquisição de determinador de unidade	0,00	0,00	0,00	0,00	2.750,00	2.750,00	0,00	2.750,00	2.750,00
Aquisição de 1 balança eletrônica de precisão	0,00	0,00	0,00	0,00	1.004,25	1.004,25	0,00	1.004,25	1.004,25
	1.195,00	0,00	1.195,00	0,00	4.028,89	4.028,89	1.195,00	4.028,89	5.223,89
	117.130,80	5.740,00	122.870,80	66.622,69	1.982.684,88	2.049.307,57	183.753,49	1.988.424,88	2.172.178,37

Fonte: Siafi

2.3.2.8 - (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Formar, manter e administrar o Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras.
- **Descrição:** Realização de Censo Nacional de Unidades Armazenadoras e a administração e atualização do banco de dados sobre a capacidade de armazenagem.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB
- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – SUARM e Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns – GECAD
- **Responsável Regional da Ação:** GEOPE/SEOPE
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
 Compete ao **Setor de Operações de Estoques – SEOPE**, subordinado à Gerência de Operações, conforme definido no Regimento Interno:
 IV - executar a vistoria das unidades armazenadoras, com vistas à avaliação das condições de guarda e conservação dos produtos, promovendo o seu cadastramento;
 VI - fiscalizar obras e serviços de construção e manutenção dos imóveis próprios ou sob sua administração.

Quadro XXIV

2.3.2.8.1– Resultados

(4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
 Programa de Trabalho = 20.126.0352.4702.0001
 PTRES = 01692

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/GO	
Dotação Orçamentária Inicial	500.000,00	35.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	-	-
Dotação Final	500.000,00	35.000,00	7,00
Execução Orçamentária	453.058,55	31.459,55	6,94
Índice	90,61	89,88	-
Meta Física	4.500	-	0,00
Execução Física	6.115	528	8,63
Índice	135,89	-	-

Fonte: Siafi, Supor e Gecad

Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serv. de Terceiros-Pes. Jurídica	
2007	8.205,00	2.114,70	2.503,02	-	12.822,72
2008	28.440,00	3.567,47	861,80	98,30	32.967,57
2009	30.779,00	3.878,21	7.326,34	-	41.983,55
2010	25.973,50	4.109,22	1.376,83	-	31.459,55

Fonte: Siafi

A meta física consolidada da Companhia, aprovada na LOA/2010 prévia o cadastramento/recadastramento de 4.500 unidades armazenadoras, tendo sido executado 6.115 armazéns, representando 135,89% da meta física. Da dotação orçamentária foram gastos **RS453.058,55**, representando 90,61% da dotação global de R\$500.000,00.

Quando da elaboração do programa de cadastramento/recadastramento de armazéns para 2010 não foi prevista a realização da atividade na área de jurisdição da Sureg-GO/DF. Mas, devido a falta de pessoal disponível nas regionais constante no programa. Motivo pelo qual foi realizado o censo de armazenagem no estado de Goiás, com o cadastramento/recadastramento de 528 armazéns ao custo total de R\$31.459,55. O quadro a seguir detalha as despesas pagas na realização do censo.

Na área sob jurisdição da Sureg-GO/DF estavam cadastrados, no final do exercício, 1072 armazéns com capacidade estática para 13.400.465 toneladas, representando 9,72% da oferta nacional. Desses apenas 37 armazéns (1067.480 t), estavam credenciados para operar com estoques e programas do Governo Federal. Os demais encontravam-se impedidos, por motivos financeiros e/ou técnicos, ou por não terem assinado/renovado o Contrato de Depósito com a Conab ou, ainda, por constarem como inadimplentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF, conforme detalhado no Quadro abaixo:

Quadro XXV Demonstrativo da Capacidade Estática Cadastrada

Sureg	Situação	2009		2010						Variação	
		N.º UA (a)	Capac. (t) (b)	Convencional		Granel		Total		N.º UA. (c/a)	Capac.(t) (d/b)
				N.º UA	Capac. (t)	N.º UA	Capac. (t)	N.º UA (c)	Capac. (t) (d)		
GO/DF	Credenciados	39	596.627	6	49.644	31	1.017.836	37	1.067.480	-5,13	78,92
	Descredenciados	36	714.714	19	67.117	21	542.247	40	609.364	11,11	-14,74
	Aptos s/ Contrato	15	233.227	5	18.922	11	224.148	16	243.070	6,67	4,22
	Impedidos	754	6.390.626	312	1.575.121	402	4.946.233	714	6.521.354	-5,31	2,05
	Impedidos no SICAF	254	5.457.014	79	311.159	186	4.648.038	265	4.959.197	4,33	-9,12
	Cadastrados	1.098	13.392.208	421	2.021.963	651	11.378.502	1.072	13.400.465	-2,37	0,06
Total Nacional	Credenciados	593	7.816.353	98	439.201	278	5.095.464	376	5.534.665	-36,59	-29,19
	Descredenciados	380	3.251.521	211	917.075	227	3.216.066	438	4.133.141	15,26	27,11
	Aptos s/ Contrato	751	5.732.842	367	1.142.512	478	5.356.347	845	6.498.859	12,52	13,36
	Impedidos	11.607	65.355.182	4.898	16.773.054	6.627	50.822.340	11.525	67.595.394	-0,71	3,43
	Impedidos no SICAF	3.802	48.088.873	1.537	6.570.618	2.768	47.542.928	4.305	54.113.546	13,23	12,53
	Cadastrados	17.133	130.244.771	7.111	25.842.460	10.378	112.033.145	17.489	137.875.605	2,08	5,86
Part. % da Sureg no Total Nacional Armaz. Credenciados		6,58	7,63	6,12	11,30	11,15	19,98	9,84	19,29	-	-
Part. % da Sureg no Total Nacional Armaz. Cadastrados		6,41	10,28	5,92	7,82	6,27	10,16	6,13	9,72	-	-

Fonte: Cead

2.3.2.9 - (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Subsidiar o setor e auxiliar o Governo na formulação e execução de políticas ligadas à agropecuária e ao abastecimento agroalimentar.
- **Descrição:** A Ação é implementada por meio da elaboração de estudos, análises conjunturais e prospectivas, boletins técnicos, estatísticas, banco de dados e outras informações congêneres por técnicos da Conab ou pela contratação de especialistas; e ainda implantação de tecnologias e sistemas aplicativos próprios ou de terceiros que possibilitam o acesso às informações e aos conhecimentos gerados, como forma de facilitar a tomada de decisão do Governo, dos produtores rurais e consumidores. A atividade é disponibilizada por meio do portal e distribuição aos clientes, de informações e conhecimentos acerca de temas relevantes, como avaliação de safras, conjunturas, custo de produção, armazenagem, valor bruto da produção, corredores de escoamento das safras, posição dos estoques, indicadores agropecuários, legislações, publicações especializadas, comercialização, etc.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI
- **Coordenador Nacional da Ação:** Airton Camargo Pacheco da Silva
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Informações do Agronegócio – SUINF
- **Responsável Regional da Ação:** GEDES/SEGEO
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Ao **Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – SEGEO**, subordinado à Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico, compete:

I - coletar os preços dos produtos agrícolas regionais, dos insumos e dos fretes, repassando-os sistematicamente à área de Logística e Gestão Empresarial da Matriz;

II - acompanhar e analisar sistematicamente os níveis de estoques de produtos agrícolas, para subsidiar as possíveis intervenções no mercado pela Companhia;

III - acompanhar os mercados dos complexos agropecuários, fornecendo informações gerenciais, para subsidiar os estudos desenvolvidos pela Matriz;

IV - prestar informações, ao público externo, sobre as normas específicas de produtos agrícolas e outros assuntos do Manual de Operações da Conab – MOC;

VI - participar de estudos relativos à composição e decomposição de preços, aos preços mínimos e à fixação de margens de comercialização, com a participação da área de Operações Comerciais;

VII - manter banco de dados com informações de preços, produção, produtividade e outros indicadores da agropecuária, com vistas a subsidiar a área de Logística e de Gestão Empresarial da Matriz.

Quadro XXVI

2.3.2.9.1– Resultados

(8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar			
Controle: SIAFI – PTRES 020.873 – Programa de Trabalho 20.605.0352.28579.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-GO/DF	
Dotação Orçamentária	350.000,00	20.000,00	
Execução Orçamentária	67.053,63	8.140,55	5,71
Índice	19,16	40,70	
Meta Física – informação disponibilizada (unid)	9.000	-	
Execução Física	8.908	-	0,00
Índice	98,98	-	

Atividades desenvolvidas: viagens para cadastramento de fontes de informações e colaboradores ligados às atividades de Agricultura Familiar e extrativismo

Esta Ação foi criada no PPA 2008/11 cujas atividades já estavam sendo desenvolvidas pela Conab com recursos da Ação: Gestão e Administração do Programa. Com a criação da Ação pretende-se ampliar os estudos visando o desenvolvimento de novos módulos para o banco de dados, buscando, também, a implementação de melhorias nos relatórios, modificação nos procedimentos, adaptações de rotinas, manutenção em geral, treinamento de operadores e a contratação de especialistas em Tecnologia de Informação. Os dados gerados ou coletados de outras fontes colaboradoras e parceiras são publicados na Revista Indicadores da Agropecuária e disponibilizados por meio de sistema denominado SIAGRO.

Para o desenvolvimento da Ação, a área responsável programou a coleta de dados em campo e a visita de empregados aos principais fornecedores de informações, objetivando a criação de um cadastro de fornecedores, visando a melhoria da qualidade e confiabilidade dos dados. Para tanto, contou com dotação orçamentária aprovada na LOA/2010 de R\$350.000,00 e meta física de 9.000 informações divulgadas. Durante o exercício foram pagas despesas no valor de R\$67.053,63 (19,16% da dotação orçamentária) e disponibilização de 8.908 informações (98,98% da meta física).

Com relação à Superintendência Regional de Goiás, foram disponibilizados cerca de **R\$20.000,00**; sendo que durante o exercício foram gastos um montante de R\$8.140,55, ou seja 40,70% da dotação orçamentária inicialmente prevista, o que equivale a afirmar que a participação de Goiás em relação ao dotado para todo País foi de 5,71%.

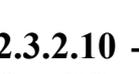
Para elaboração de estudos, análises conjunturais e prospectivas, boletins técnicos-conjunturais, estatísticas, banco de dados e outras informações congêneres previstas na meta física da Conab Matriz, técnicos da Sureg-GO participaram de levantamentos e pesquisas, gerando custos (quadro-xxxxxxx), com a execução de trabalhos como: Pesquisas de Extrativismo (Pequi e baru) e da Agricultura familiar-PGPAF (abacaxi, banana, etc). Também dentre outros serviços realizados durante o ano de 2.010; é importante ressaltar que junto as Avaliações de safra agrícola foi executado o levantamento do Custo de insumos, máquinas, implementos e serviços agrícolas. Estas operações conjuntas geraram uma economia anual para os cofres da Companhia na ordem de aproximadamente R\$9.450,00, não adicionando mais quaisquer custo extra na Ação de Geração e Difusão de Informações.

É importante destacar que a Regional acompanha os preços praticados no mercado a nível interno, como por exemplo o recebido pelo produtor, atacado e varejo dos principais produtos, considerados

básicos, tanto para o consumo animal quanto para o humano, que são assim identificados e distribuídos nos seguintes produtos de origem vegetal, como: Algodão (Caroço e Pluma), Amendoim, Arroz, Feijão, Cana-de-açúcar (seus derivados), Café, Girassol, Mandioca (derivados), Milho, Soja, Sorgo e Trigo; de origem extrativista, como: baru, pequi, etc; de origem animal, como: carnes (aves, bovinos e suínos), leite (in-natura e em pó) e ainda os hortifrutigranjeiros, como: abacaxi e banana. Todos estes preços são lançados/catalogados em bancos de dados pela Regional na área de logística, sendo que o principal deles é o denominado Sistema SIAGRO, que abrange todos as Unidades da Federação; e está centralizado na Conab/Matriz.

Quadro XXVII Demonstrativo - Goiás/2010

PREÇOS RECEBIDO PELO PRODUTOR - GOIÁS

PRODUTOS		UNIDADE	JAN/10	FEV/10	MAR/10	ABR/10	MAI/10	JUN/10	JUL/10	AGO/10	SET/10	OUT/10	NOV/10	DEZ/10
	ALGODÃO EM CAROÇO	15 KG	17,53	17,73	16,84	17,82	19,15	18,97	19,16	20,54	24,36	26,51	29,25	29,20
	ALGODÃO EM PLUMA	15 KG	40,43	42,33	45,15	49,09	49,60	50,10	50,60	53,32	68,10	71,43	85,45	83,95
	ARROZ LONGO FINO T-1	60 KG	32,45	35,70	35,71	34,66	34,11	34,09	34,35	34,73	35,12	35,91	36,68	36,80
	ARROZ LONGO TIPO-1	60 KG	31,18	31,50	31,62	31,68	32,02	32,08	32,12	32,38	33,04	33,00	33,06	33,30
	FEIJÃO ANÃO CORES	60 KG	58,04	53,53	69,58	105,04	119,49	123,58	120,65	95,93	110,27	149,21	131,99	92,00
	FEIJÃO ANÃO PRETO	60 KG	67,56	66,35	73,48	87,96	97,54	96,96	97,80	93,76	107,60	89,79	125,60	97,76
	MILHO EM GRÃOS	60 KG	15,29	14,74	14,57	14,34	14,09	13,97	13,30	13,74	17,01	19,93	21,42	22,25
	SOJA EM GRÃOS	60 KG	37,06	32,25	30,46	29,27	28,81	28,64	30,44	32,92	36,07	38,27	41,81	42,69
	SORGO EM GRÃOS	60 KG	11,53	11,35	11,17	10,86	10,66	10,43	10,15	10,71	13,11	14,51	16,09	16,54
	TRIGO EM GRÃOS	60 KG	29,89	29,89	28,99	28,08	30,28	26,75	27,16	26,12	29,26	29,33	28,70	28,52
	MANDIOCA RAIZ	TON.	166,83	168,83	162,36	156,31	171,96	183,36	191,97	196,76	222,15	233,16	234,64	175,84
	BOI GORDO	15 KG	70,11	69,90	72,04	75,09	75,96	76,15	77,19	79,23	86,51	89,79	103,00	93,48
	VACA GORDA	15 KG	66,71	66,41	68,06	71,14	71,16	71,63	72,76	75,40	81,77	85,62	97,30	89,09
	LEITE DE VACA	Lto.	0,57	0,57	0,60	0,62	0,67	0,66	0,65	0,61	0,59	0,63	0,65	0,64

FONTE: CONAB/SUREG/GO-DF/SEGE0

2.3.2.10 - (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Tem por objetivo promover a qualificação e a requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

- **Descrição:** Esta ação é implementada com a realização de diversas ações voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenador Nacional da Ação:** Maria Isabel Braga Coelho
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Modernização e Capacitação – SUMOC e Gerência de Capacitação e Desenvolvimento – GECAP
- **Responsável regional da Ação:** GEFAD/SEREH
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Ao **Setor de Recursos Humanos – SEREH**, subordinado à Gerência de Finanças e Administração, compete:

VI - executar o controle das atividades de estágios supervisionados;

XII - executar as ações de capacitação, desenvolvimento de pessoas e modernização administrativa, em consonância com as diretrizes emanadas da Matriz.

Quadro XXVIII

2.3.2.10.1– Resultados

(4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação
Programa de Trabalho = 20.128.0360.4572.0001
PTRES = 001694

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/GO	
Dotação Orçamentária Inicial	1.700.000,00	115.000,00	6,18
Suplementação/Cancelamento	-	-	
Dotação Final	1.700.000,00	115.000,00	
Execução Orçamentária	1.565.871,48	109.412,85	6,99
Índice	92,11	95,14	
Meta Física	5.917	422	7,13
Execução Física	3.666	404	11,02
Índice	61,96	95,73	

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	627	422	-32,70	70.000,00	115.000,00	64,29
Execução	470	404	-14,04	68.922,05	109.412,85	58,75
Percentual de Execução	74,96	95,73	-	98,46	95,14	-
Gasto per capita (R\$)				146,64	270,82	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Ano	Elemento de Despesa (R\$)						Total	
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas		Indenizações e Restituições
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	22.205,00	85,99	6.323,66	-	10.324,60	-	38.939,25	
2008	31.037,36	808,60	18.663,06	483,00	31.473,23	-	82.465,25	
2009	32.248,00	1.271,10	10.393,52	408,00	24.196,58	-	68.922,05	
2010	67.273,50	709,83	7.017,21	-	32.164,50	-	109.412,85	

Fonte: Siafi

A dotação orçamentária global para a Ação aprovada na LOA/2009 foi de **R\$1.700.000,00** e a meta física previa o treinamento de 5.917 empregados. Durante o exercício foram treinados 3.666 Empregados, 61,96% abaixo da meta, ao custo total de R\$1.565.871,48, representando 92,11% da previsão.

Para a Sureg-GO/DF, a meta previa o treinamento de 422 empregados com dotação orçamentária de R\$115.000,00, tendo sido capacitados 404 empregados, representando 95,14% da meta prevista.

Comparativamente ao exercício anterior verifica-se redução de 14,04% no número de treinandos e aumento de 58,75% nas despesas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Em 2010, foi dada ênfase a eventos nas áreas administrativas (130 treinandos), Educação e Desenvolvimento (75 treinandos) e Planejamento (73 treinandos).

Quadro XXIX

Treinamento por Área de Conhecimento

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos	Homens/hora Treinados	Meta de carga/horária por participante
Administrativa	130	1.751	13,47
Auditoria	1	16	16
Comunicação Social	-	-	-
Educação e Desenvolvimento	75	230	3,07
Financeira	15	132	8,8
Gerencial	34	61	1,79
Informática	20	1.110	55,5
Jurídica	1	360	360
Operacional	46	1.636	35,57
Planejamento	73	742	10,16
Qualidade	9	132	14,67
Total	404	6.170	15,27

Fonte: Gecap

As despesas liquidadas em 2010 somaram R\$109.412,85, destacando-se os valores pagos em diárias, representando 61,49% no total, devido a participação de empregados em cursos realizados na Matiz.

2.3.2.11 - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Esta Ação tem como objetivo subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas e o balanço de oferta e demanda dos produtos

amparados pela PGPM, permitindo a tomada de decisões do setor público e privado, de forma ágil, transparente e segura.

- **Descrição:** Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância (por telefone, internet, geoprocessamento, etc). No caso de ocorrências de situações climáticas anormais devem ser realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Roberto Bestetti
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Informações do Agronegócio – SUINF e Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras – GEASA
- **Responsável Regional da Ação:** GEDES/SEGEO
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
 Ao **Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – SEGEO**, subordinado à Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico, que compete:
 V - proceder a levantamentos de safras agrícolas e de informações acerca de estoques privados, conforme orientação da Matriz;

Quadro XXX

2.3.2.11.1– Resultados

(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras			
Controle: SIAFI – PTRES 1699 – Programa de Trabalho 20.605.0360.4711.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-GO	
Dotação Orçamentária	1.000.000,00	80.000,00	8,00
Execução Orçamentária	878.237,66	78.708,02	8,96
Índice	87,82	98,39	-
Meta Física – pesquisa realizada (unid)	12	12	100,00
Execução Física	12	12	100,00
Índice	100,00	100,00	-

Fonte: Supor, Geasa e Siafi

Em 2010, a dotação orçamentária global aprovada na LOA para a Ação foi de R\$ 1,0 milhão, sendo executado durante o exercício R\$ 878.237,66, representando 87,82 da dotação prevista.

Para a Superintendência Regional de Goiás foi disponibilizado o montante de **R\$80.000,00**, sendo que deste total foram realizados e liquidados R\$78.708,02, na consecução efetiva dos levantamentos da safra agrícola goiana, no ano 2010. Alcançando assim cerca de 98,39% do que foi estimado inicialmente; ressaltando-se que a meta física foi plenamente cumprida que era a realização de 12 avaliações no período.

Dando continuidade a um acordo firmado no ano 2007, a Conab e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, continuaram a parceria nos anos subsequentes de 2008, 2009 e 2010; na realização conjunta das pesquisas de plantio, com a mensuração de área, produção e produtividade/rendimento de grãos/plumas, café e cana-de-açúcar.

Este modelo estatístico de coleta vem se utilizando de dados adicionais disponibilizados pela área de Geotecnologia (mapeamento de áreas cultivadas, obtido por meio de imagens de satélite; e estimativa de produtividade por meio de modelos agrometeorológicos). Após a coleta e consolidação dos dados, o resultado é divulgado pelo MAPA e disponibilizado em meio eletrônico (Internet – com versões em português, inglês e espanhol) e publicações técnicas.

A meta física global aprovada na LOA/2010 prévia a realização de seis pesquisas de campo, realizadas de acordo com o período de safra nas várias regiões produtoras, procedidos de outros 06 (seis) levantamentos complementares para a atualização dos dados, utilizando-se de outros meios de comunicações e de busca de informações, como telefone, fax, e-mail, etc. No estado de Goiás, especificamente, foram realizados 12 levantamentos da safra agrícola, onde estes dados e informações foram catalogados, analisados e disponibilizados os resultados para o público interno e externo (MAPA, segmentos do agronegócio, Universidades, Pesquisadores e Estudiosos, Associações, Cooperativas, Produtores, Colaboradores e parceiros, etc).

Estabelecendo-se um comparativo entre as safras 2008/09 e 2009/10, visualiza-se um acréscimo de 2,2% em área plantada no estado de Goiás; saindo de 3.816,4 mil hectares cultivados, para 3.899,4 mil hectares (estimado), o que representará um incremento importante de 83,0 mil hectares em áreas de lavouras. As estimativas e as perspectivas indicam que o volume produzido na safra de grãos 2009/2010 poderá ser 1,8% maior que a safra anterior (2008/09), saindo de aproximadamente 13,23 milhões de toneladas para aproximadamente 13,46 milhões, que representa em termos absolutos 238,0 mil toneladas, conforme está detalhado no quadro demonstrativo logo a seguir.

Quadro XXXI

Demonstrativo da Área plantada e da Produção agrícola – Safra 2008/09 e 2009/10

PRODUTO	Área (em 1000ha)				Produção (em 1000 ton.)			
	SAFRA		VARIACÃO		SAFRA		VARIACÃO	
	2008/09 (a)	2009/10 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2008/09 (a)	2009/10 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	57,3	56,7	(1,0)	-0,6	148,5	138,0	(7,1)	-10,5
Amendoim	0,5	-	-	-0,5	1,6	-	-	0,0
Arroz	104,8	90,4	(13,7)	-14,4	255,2	196,3	(23,1)	-58,9
Feijão Total	114,4	113,0	(1,2)	-1,4	263,7	288,8	9,5	25,1
Feijão 1.ª safra	55,9	49,6	(11,3)	-6,3	118,6	115,0	(3,0)	-3,6
Feijão 2.ª safra	20,0	18,4	(8,0)	-1,6	33,1	43,7	32,0	10,6
Feijão 3.ª safra	38,5	45,0	16,9	-	112,0	130,1	16,2	18,1
Girassol	3,5	11,4	225,7	7,9	5,4	15,9	194,4	10,5
Milho Total	910,0	812,5	(10,7)	-97,5	4.898,9	4.796,0	(2,1)	-102,9
Milho 1ª safra	538,6	377,6	(29,9)	-161,0	3.202,0	2.643,2	(17,5)	-558,8
Milho 2ª safra	371,4	434,9	17,1	63,5	1.696,9	2.152,8	26,9	455,9
Soja	2.307,2	2.549,5	10,5	242,3	6.836,2	7.342,6	7,4	506,4
Sorgo	299,6	243,3	(18,8)	-56,3	731,9	601,0	(17,9)	-130,9
Trigo	19,1	22,6	18,3	3,5	84,3	85,1	0,9	0,8
Total da Sureg GO	3.816,4	3.899,4	2,2	83,0	13.225,7	13.463,7	1,8	238,0
Total Brasil	47.674,4	47.388,7	(0,6)	-285,7	135.134,5	149.204,9	10,4	14.070,4
Participação	8,01%	8,23%			9,79%	9,02%		

Fonte: Conab/Digem/Suinf/Geasa

Para o ano de 2.011, as expectativas para a safra (10/11), sinalizam um pequeno aumento de quase 2,0%, mais precisamente em 1,8% em área de cultivo, o que vale afirmar que a área estimada será próxima de 3.970,0 mil ha, com destaque especial para as culturas de algodão, feijão (1ª e 2ª safras) e soja, já o arroz e milho (1ª safra) sinalizam para um recuo em aproximadamente de 7% a 11% e 0,5% a 1,8% respectivamente, conforme declaram o segmento que acompanham os plantios.

Também com prognósticos bastante otimistas e positivos de acréscimo em lavouras milho (2ª safra), enquanto que para o sorgo, girassol e trigo irrigado deverá ser a área bem próxima ao da safra anterior, como está demonstrados nos quadros a seguir.

Justifica-se a aposta de ampliação de área nas culturas de algodão, feijão e soja em razão dos bons preços recebido pelos produtores na época de implantarem (preparo e plantio) estas lavouras. Para as culturas de milho e sorgo, os especialistas que acompanham estas cultivares, estas sinalizam para bons preços na segunda safra, assim, deverá haver uma alavancagem de área nestas commodities.

Quadro XXXII Área plantada e produção agrícola – Goiás – Safras 2009/2010 e 2010/2011

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safra		Variação		Safra		Variação	
	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	56,7	76,0	34,04	19,3	138,0	193,9	40,51	56
Amendoim total	0,0	0,0	#DIV/0!	0,0	0,0	0,0	#DIV/0!	0,0
Amendoim 1ª safra	0,0	0,0	#DIV/0!	0,0	0,0	0,0	#DIV/0!	0,0
Amendoim 2ª safra								
Arroz	90,4	83,8	-7,3	-6,6	196,3	188,8	-3,8	-7,5
Aveia								
Canola								
Centeio								
Cevada								
Feijão total	113,0	122,8	8,7	9,8	288,8	295,6	2,4	6,8
Feijão 1ª safra	49,6	59,4	19,8	9,8	115,0	134,7	17,1	19,7
Feijão 2ª safra	18,4	18,4	0,0	0,0	43,7	33,1	-24,3	-10,6
Feijão 3ª safra	45,0	45,0	0,0	0,0	130,1	127,8	-1,8	-2,3
Girassol	11,4	11,4	0,0	0,0	15,9	17,8	11,9	1,9
Mamona								
Milho total	812,5	811,0	-0,2	-1,5	4.796,0	4.501,8	-6,1	-294,2
Milho 1ª safra	377,6	376,1	-0,4	-1,5	2.643,2	2.444,7	-7,5	-198,5
Milho 2ª safra	434,9	434,9	0,0	0,0	2.152,8	2.057,1	-4,4	-95,7
Soja	2.549,5	2.605,6	2,2	56,1	7.342,6	7.686,5	4,7	343,9
Sorgo	243,3	243,3	0,0	0,0	601,0	614,3	2,2	13,3
Trigo	22,6	15,8	-30,1	-6,8	85,1	74,8	-12,1	-10,3
Triticale								
Total GO	3.899,4	3.969,7	1,8	70,3	13.463,7	13.573,5	0,8	109,8

Fonte: Conab/Digem/Suinf/Geasa

Em uma análise mais acurada nos quadros demonstrativos relacionados a seguir, observamos que nos últimos anos houveram uma redução significativa em área de plantio dentro do Distrito Federal, pois, do ano de 2008/2009 para 2009/2010 o recuo das lavouras foi um pouco expressivo na ordem de -3,3%, caindo de 113,5 mil hectares para 109,7 mil/hectares, ou seja redução de quase 4,0 mil hectares em termos absolutos. Como consequência e reação imediata houve uma diminuição no volume produzido (-10,2%), que significa em termos absolutos 51,4 mil toneladas a menos. Entretanto, em razão da recuperação nos preços no mercado interno e externo, este deverá aumentar sua área e produção para o ano/safra 2010/2011. Junto a este fator positivo alia-se a aplicação de tecnologias nas lavouras do Distrito Federal, a utilização de sementes de boa qualidade-rendimento e tratos culturais nestes plantio distribuídos dentro do território federal.

Quadro XXXIII
Área plantada e produção agrícola – DF – Safras 2008/2009 e 2009/2010

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr a		Variação		Safr a		Variação	
	2008/09 (b)	2009/10 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2008/09 (b)	2009/10 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Feijão total	16,9	15,8	-6,5	-1,1	43,0	37,8	-12,1	-5,2
Feijão 1ª safra	12,6	11,5	-8,7	-1,1	29,6	25,3	-14,5	-4,3
Feijão 2ª safra	0,1	0,1	0,0	0,0	0,2	0,2	0,0	0,0
Feijão 3ª safra	4,2	4,2	0,0	0,0	13,2	12,3	-6,8	-0,9
Milho total	39,0	32,6	-16,4	-6,4	271,7	222,8	-18,0	-48,9
Milho 1ª safra	34,2	27,8	-18,7	-6,4	246,0	198,3	-19,4	-47,7
Milho 2ª safra	4,8	4,8	0,0	0,0	25,7	24,5	-4,7	-1,2
Soja	48,9	53,0	8,4	4,1	156,5	159,0	1,6	2,5
Sorgo	5,8	5,8	0,0	0,0	17,4	18,7	7,5	1,3
Trigo	2,9	2,5	-	-0,4	15,2	14,1	-	-1,1
Total DF	113,5	109,7	-3,3	-3,8	503,8	452,4	-10,2	-51,4

Fonte: Conab/Digem/Suinf/Geasa

Quadro XXXIV
Quadro da Área plantada e produção agrícola – DF – Safras 2009/10 e 2010/2011

Produto	Safr a		Variação		Safr a		Variação	
	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Feijão total	15,8	17,2	8,9	1,4	37,8	44,2	17,0	6,4
Feijão 1ª safra	11,5	10,5	-8,7	-1,0	25,3	24,3	-4,1	-1,0
Feijão 2ª safra	0,1	0,3	200,0	0,2	0,2	0,5	127,5	0,3
Feijão 3ª safra	4,2	6,4	52,4	2,2	12,3	19,5	58,5	7,2
Milho total	32,6	33,2	1,8	0,6	222,8	227,4	2,1	4,6
Milho 1ª safra	27,8	25,7	-7,6	-2,1	198,3	187,7	-5,3	-10,6
Milho 2ª safra	4,8	7,5	56,3	2,7	24,5	39,7	62,0	15,2
Soja	53,0	53,0	0,0	0,0	159,0	168,5	6,0	9,5
Sorgo	5,8	7,0	20,7	1,2	18,7	26,5	42,0	7,8
Trigo	2,5	1,0	-60,0	-1,5	14,1	5,1	-63,8	-9,0

Fonte: Conab/Digem/Suinf/Geasa

2.3.2.12 - (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Objetiva cumprir as decisões judiciais relativas às Sentenças de Ações Trabalhistas Transitadas em Julgado, devidas pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, mediante pagamento de passivos judiciais.
- **Descrição:** Pagamento de passivos judiciais devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista após Sentença judicial Transitada em Julgado.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Procuradoria Geral – PROGE
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Eduardo Caparelli
- **Unidades Executoras:** Subprocuradoria de Matéria Judicial – SUMAJ
- **Responsável regional da Ação:** PRORE
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

À **Procuradoria Regional – PRORE**, subordinada hierarquicamente à Superintendência Regional e tecnicamente à Procuradoria-Geral, compete:

- I - prestar assistência jurídica nos assuntos de interesse da Companhia;
- II - elaborar procurações e escrituras; examinar, aprovar e chancelar as minutas de contratos, distratos, convênios, ajustes, acordos e editais, em que a Companhia seja parte ou interveniente, e promover a permanente atualização dos respectivos registros;
- VII - manter arquivo atualizado com informações sobre as ações em que a Companhia seja autora, ré, assistente ou oponente;
- VIII - manter atualizadas as pautas de audiências e julgamentos, com vistas ao seu estrito cumprimento;
- IX - acompanhar, no âmbito de atuação da Sureg, as ações em que a Companhia seja parte, e outras cujo deslinde seja de seu interesse, em todos os graus de jurisdição, perante as Justiças comum e especializada, instruindo quanto ao cumprimento dos julgados.

Quadro XXXV

2.3.2.12.1 – Resultados

Programa de Trabalho = 28.846.0901.0022.0001
PTRES = 001687-Cumprimento de Sentenças Judiciais

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/GO	
Dotação Orçamentária Inicial	12.000.000,00	2.336.000,00	
Suplementação/Cancelamento	19.467.764,00	-	
Dotação Final	31.467.764,00	2.336.000,00	7,42
Execução Orçamentária	31.412.433,87	2.335.082,36	7,43
Índice	99,82	99,96	

Fonte: Siafi, Supor e Sumaj

Suplementações/Cancelamentos
 Decreto de 07/07/2010 – R\$5195246,00
 Decreto de 02/08/2010 – R\$10.438.970,00
 Decreto de 12/11/2010 – R\$931.387,00
 Decreto de 06/12/2010 – R\$2.372.877,00
 Decreto de 16/12/2010 – R\$529.284,00

Exercício	Elemento de Despesa (R\$)				Total
	Pessoal e Encargos Sociais		Desp. Correntes		
	Depósitos Compulsórios	Sentenças Judiciais	Pensões	Sentenças Judiciais	
2007	205.244,76	302.284,98	-	-	507.529,74
2008	143.106,11	694.202,25	-	12.619,22	849.927,58
2009	444.705,00	1.104.547,69	15.539,30	-	1.564.791,99
2010	2.033.403,41	42.851,68	-	251.661,77	2.327.916,86

Na LOA/2009 mais créditos suplementares foi consignada dotação orçamentária nacional no valor de R\$31.467.764,00.

A previsão de pagamentos no âmbito da Sureg-GO era de R\$2.336.000,00 sendo liquidado no exercício R\$2.327.916,86

2.3.2.13 - 002F Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos, Devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

- **Tipo:** Operações Especiais

- **Finalidade:** Refere-se a pagamentos de condenações pecuniárias vincendas, a cargo de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, nos casos em que as sentenças que as originaram não se enquadram como precatórios ou sentenças de pequeno valor.
- **Descrição:** Pagamento de condenações pecuniárias vincendas a cargo de empresas públicas ou sociedades de economia mista, nos casos em que as sentenças que as originaram não se enquadrarem como precatórios ou sentenças de pequeno valor
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Procuradoria Geral – PROGE
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Eduardo Caparelli
- **Unidades Executoras:** Subprocuradoria de Matéria Judicial – SUMAJ
 - **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Eduardo Caparelli
 - **Unidades Executoras:** Subprocuradoria de Matéria Judicial – SUMAJ
 - **Responsável regional da Ação:** PRORE
 - **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

À **Procuradoria Regional – PRORE**, subordinada hierarquicamente à Superintendência Regional e tecnicamente à Procuradoria-Geral, compete:

I - prestar assistência jurídica nos assuntos de interesse da Companhia;

II - elaborar procurações e escrituras; examinar, aprovar e cancelar as minutas de contratos, distratos, convênios, ajustes, acordos e editais, em que a Companhia seja parte ou interveniente, e promover a permanente atualização dos respectivos registros;

VII - manter arquivo atualizado com informações sobre as ações em que a Companhia seja autora, ré, assistente ou oponente;

VIII - manter atualizadas as pautas de audiências e julgamentos, com vistas ao seu estrito cumprimento;

IX - acompanhar, no âmbito de atuação da Sureg, as ações em que a Companhia seja parte, e outras cujo deslinde seja de seu interesse, em todos os graus de jurisdição, perante as Justiças comum e especializada, instruindo quanto ao cumprimento dos julgados.

Quadro XXXVI

2.3.3.13.1 – Resultados

(0022) Cumprimento de Débitos Judiciais

Programa de Trabalho = 28.846.0901.0022.0001

PTRES = 001687

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/GO	
Dotação Orçamentária Inicial	41.505,00	5.000,00	
Suplementação/Cancelamento	-	-	
Dotação Final	41.505,00	5.000,00	12,05
Execução Orçamentária	34.872,12	4.141,20	11,88
Índice	84,02	82,82	

Fonte: Siafi, Supor e Sumaj

2.3.2.14 – Outros Programas, Ações e Atividades

2.3.2.14.1 – (0300) Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

Tipo: Operações Especiais

- **Finalidade:** Garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários, por meio de instrumentos de equalização de preços, exonerando o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.
- **Descrição:** Equalização de preços destinando recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de prêmio ou bonificação, apurados em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado, ou para o pagamento da diferença entre o preço de exercício em contratos de opção de venda de produtos agropecuários, lançados pelo Poder Executivo, e o valor de mercado desses produtos.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** MAPA/SPA
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Conab/ MF(STN)
- **Coordenador Nacional da Ação:** Adriano Pereira de Paula
Responsável Regional da Ação: SEGEO

Esta Ação compõe o Programa 0352 - Abastecimento Agroalimentar, mas está sob a responsabilidade do Ministério da Fazenda.

Atualmente, para esse fim, a Conab utiliza os seguintes instrumentos: Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO, Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda-PROP e Prêmio de Escoamento do Produto-PEP.

A decisão sobre os instrumentos que serão utilizados, o momento e a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados e sua origem e destino são de responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA/MAPA, cabendo à Conab apenas a operacionalização, que envolvem a elaboração de editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e o pagamento das subvenções.

Os pagamentos, no caso dos instrumentos acima citados, após análise da documentação pela Sureg de destino e comunicação de liberação, são realizados pela Matriz, em Brasília-DF, com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional, utilizando-se da dotação aprovada para a Ação Orçamentária do Ministério da Fazenda/Operações Oficiais de Crédito, denominada Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.

A Superintendência Regional de Goiás atua com o abastecimento de produtos, principalmente o milho, objeto das operações de PEP e PEPRO originários de outros Estados da Federação, conforme quadros e comentários a seguir demonstrados:

a) Operações de PEP – Prêmio de Escoamento de Produto

É um instrumento de política agrícola que concede subvenção econômica aos interessados em adquirir o produto diretamente do produtor e/ou cooperativa, garantindo-lhes o pagamento do valor de referência, sob a condição de escoar o excedente da safra para a região de consumo, evitando-se assim a aquisição desses excedentes por parte do Governo Federal.

Quadro XXXVII
Subvenção venda de milho

Origem	Quantidade (Em t)		Valor Previsto (Em R\$)	Destino	Comprovada (Em t)	Valor Pago (Em R\$)
	Ofertada	Negociada				
GO	1.590.000	1.494.285	105.316.763,93	AL	7.214	545.213,80
				BA	2.731	212.302,00
				CE	2.457	181.067,35
				ES	149.502	10.283.640,92
				GO	91.596	5.925.438,41
				MG	18.920	1.371.695,65
				MT	26.000	2.036.700,00
				PB	27.413	2.079.295,34
				PE	23.572	1.818.104,00
				PR	4.989	361.702,50
				RJ	13.886	1.001.319,30
				RN	1.709	128.141,35
				SE	820	70.760,00
Total	1.590.000	1.494.285	105.316.763,93	-	370.809	26.015.380,62
MT	-	-	-	GO	1.400	101.220,00
Total	-	-	-	-	1.400	101.220,00

Fonte: SUOPE/GECOM

Em 2010, foram ofertadas 1.590.000 toneladas de milho e negociado o escoamento de 1.494.285 toneladas, com subvenção prevista de R\$105.316.763,93. Até o fim do exercício foi comprovado o escoamento de 370.809 toneladas.

Também foi comprovado nesta Regional, o escoamento de 1.400 toneladas de milho originário do Estado de Mato Grosso cujo prêmio pago foi de R\$101.220,00.

Em decorrência da maior realização de leilões durante o 2.º semestre, o prazo máximo para comprovação vai até o mês de março de 2011.

Quadro XXXVIII
DATAS PARA ACOMPANHAMENTO DOS LEILÕES DO PRÊMIO PARA O ESCOAMENTO DO PRODUTO - PEP / 2010

Aviso	Produto	Data do Leilão	Data limite para pagamento do Produto	Data limite para formalização	Data limite para comprovação do Escoamento	Data limite para pagamento do Prêmio (10 dias úteis após da comprovação)
21	Milho Grãos	04/02/10	22/02/10	22/03/10	30/06/10	14/07/10
27	Milho Grãos	18/02/10	08/03/10	08/04/10	30/06/10	14/07/10
64	Milho Grãos	06/04/10	23/04/10	24/05/10	06/08/10	20/08/10
71	Milho Grãos	15/04/10	03/05/10	04/06/10	30/07/10	13/08/10
105	Milho Grãos	27/05/10	28/06/10	-	29/10/10	14/12/10
111	Milho Grãos	08/06/10	09/07/10	-	29/10/10	14/12/10
116	Milho Grãos	17/06/10	19/07/10	-	31/12/10	11/02/11
152	Milho Grãos	01/07/10	02/08/10	-	31/12/10	11/02/11
163	Milho Grãos	08/07/10	09/08/10	-	31/12/10	11/02/11
170	Milho Grãos	15/07/10	16/08/10	-	28/02/11	12/04/11
175	Milho Grãos	22/07/10	23/08/10	-	28/02/11	12/04/11
180	Milho Grãos	29/07/10	30/08/10	-	28/02/11	12/04/11
187	Milho Grãos	05/08/10	06/09/10	-	15/03/11	04/05/11
194	Milho Grãos	12/08/10	13/09/10	-	15/03/11	04/05/11
216	Milho Grãos	15/09/10	01/11/10	-	15/03/11	04/05/11

Fonte: Suope/Gecon

Também foram ofertadas 35.000 toneladas de trigo, sendo negociadas 20.160 toneladas e comprovado o escoamento de 20.073 toneladas, com pagamento de prêmio no valor de **R\$3.176.230,15**. Além dessas, também foi comprovado nesta Regional o escoamento de 1.000 toneladas negociadas no Estado de Minas Gerais, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XXXIX

Pagamento de prêmio escoamento de trigo

Sureg	Quantidade (Em t)		Valor Previsto (Em R\$)	Destino	Comprovada (Em t)	Valor Pago (Em R\$)
	Ofertada	Negociada				
GO	35.000	20.160	3.190.010,00	GO	20.073	3.176.230,15
Total	35.000	20.160	3.190.010,00	-	20.073	3.176.230,15
MG	-	-	-	GO	1.000	160.000,00
Total	-	-	-	-	-	-

Fonte: SUOPE/GECOM

b)Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA

O PAA é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei n.º 10.969, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto n.º 6.447, de 7 de maio de 2008, constituindo-se em uma das ações da Estratégia Fome Zero, cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

O Grupo Gestor do PAA, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e composto ainda pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação, é responsável pela implementação do Programa, cujas diretrizes são estabelecidas e publicadas em Resoluções.

O artigo 6.º do Decreto n.º 4.772, de 2 de julho de 2003, estabelece que o MAPA, por intermédio da Conab, fornecerá os subsídios e o suporte técnico para a operacionalização das decisões do Grupo Gestor.

Por meio deste Programa são adquiridos alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência correspondentes aos praticados nos mercados regionais, até o limite de: a) R\$4.500,00 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, na modalidade Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação; b) R\$8.000,00 por agricultor/ano para a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e para a Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF.

Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por instituições governamentais ou não governamentais que atendam às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Objetivando a aquisição de produtos e a operacionalização do Programa, a Conab tem firmado Termos de Cooperação com o MDS e o MDA, recebendo transferência de recursos orçamentários/financeiros consignados nos Programas 0351 – Agricultura Familiar-Pronaf e 1049 – Acesso à Alimentação (MDS). Com os recursos disponíveis, a Conab adquire a produção utilizando-se dos três instrumentos abaixo especificados, em conformidade com o art. 19 da Lei nº10.696, de 2 de julho de 2003, e com o Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008.

➤**Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF:** tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território

nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais.

Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do Brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab, a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

➤ **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque:** tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios e consórcios.

São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

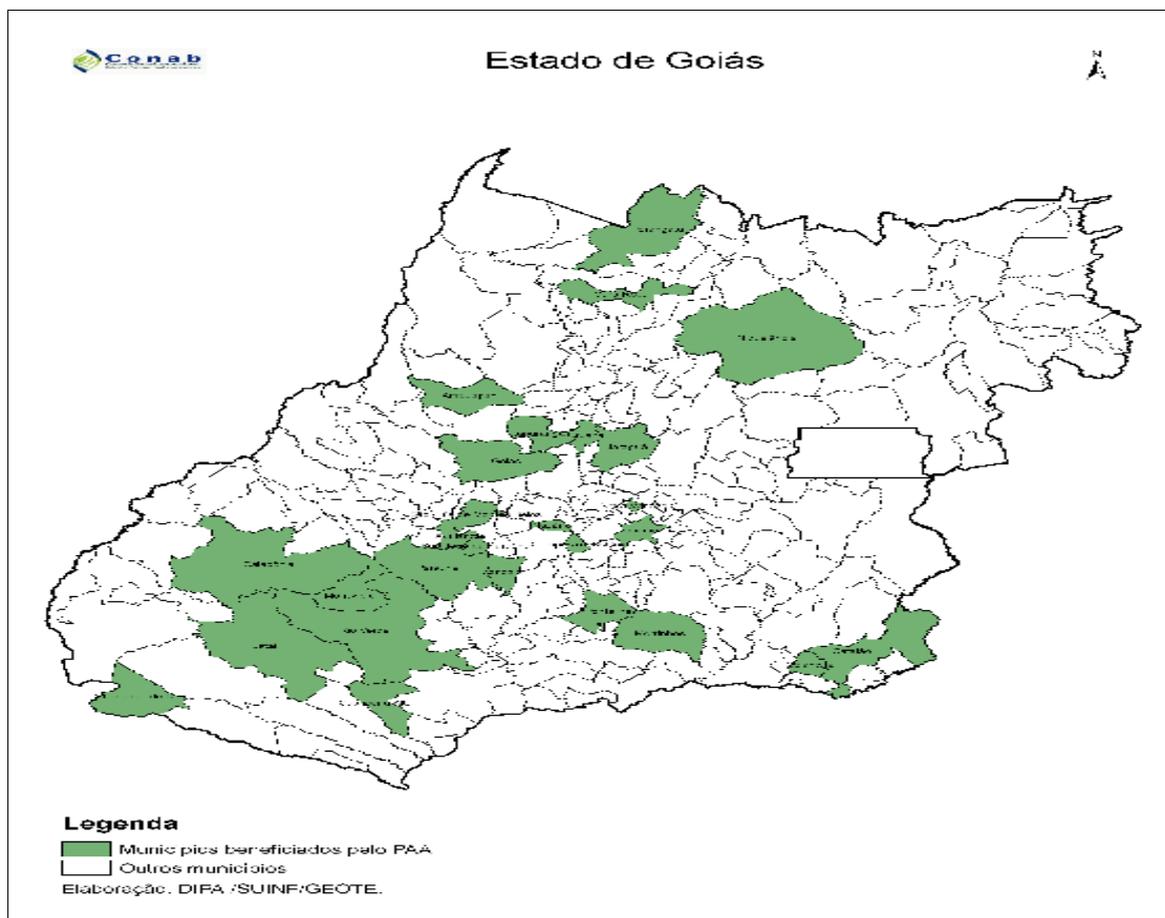
➤ **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação:** objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas e associações).

São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela Conab, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que e após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual e Operações da Conab. Quanto aos preços praticados na CPR-Doação e CPR-Estoque estes são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

O PAA entrou em operação em 2003, quando a Conab adquiriu, pelos instrumentos existentes naquele ano, 56 tipos de produtos de 41.065 produtores familiares, em 112 municípios. Em 2010 evoluiu para 316 produtos, 94.512 produtores familiares e 1.070 municípios contemplados. Especificamente no Estado de Goiás e no Distrito Federal foram atendidos 1.231 produtores familiares em 29 municípios, conforme demonstrado na Figura a seguir.

Figura I
Área de Atuação do PAA



Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS

Para a operacionalização do PAA, a Conab e o MDS celebraram Termo de Cooperação, em 2009, com descentralização de recursos orçamentários/financeiros consignados no Programa **1049-Programa Acesso à Alimentação**.

Citado Programa tem por finalidade erradicar a fome e promover a segurança alimentar e nutricional, garantindo à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana.

Integra esse Programa a Ação **Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar**, que tem por objetivo o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada.

Nesse sentido, busca promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar, promovendo o abastecimento institucional com alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios pra fins diversos, incluída a alimentação escolar, e constituindo estoques estratégicos de alimentos produzidos pela agricultura familiar. Também integrante deste Programa, a **Ação Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar** objetiva manter com segurança, remover e redirecionar quando necessário, os estoques de alimentos adquiridos, proporcionando maior eficácia na distribuição às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, na composição de cestas de alimentos e no atendimento às calamidades públicas, visando dar suporte operacional à Ação Aquisição de Alimentos, dos produtos adquiridos nas modalidades compra direta da agricultura familiar e formação de estoque pela agricultura familiar.

O Termo de Cooperação n.º 003/2009-SESAN, no valor de R\$650.000.000,00, com vigência no período de 04 de maio de 2009 a 31 de julho de 2011, foi destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, podendo ser utilizados os instrumentos já citados, objetivando a formação de estoques estratégicos/segurança, a distribuição gratuita dos alimentos às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e, eventualmente, a sua comercialização, para evitar o comprometimento da qualidade dos alimentos.

No rol de produtores beneficiários foram priorizados: a) aqueles dos municípios pertencentes aos Territórios da Cidadania; b) a participação de grupo de mulheres, atendendo o compromisso com o Programa de Apoio às Organizações Produtivas das Mulheres Rurais; c) povos e comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas, extrativistas, acampados da reforma agrária, atingidos por barragens, pescadores artesanais e agricultores familiares enquadrados no PRONAF, que, preferencialmente, estejam organizados em cooperativas e associações, e d) famílias dos municípios dos Consórcios de Segurança Alimentar Desenvolvimento Local-Consad, que integram a estratégia do MDS para a geração de oportunidades de trabalho e renda nas sub-regiões periféricas.

No plano de aplicação dos recursos foi prevista a liberação de recursos orçamentários/financeiros em 10 etapas, distribuídas no período de vigência. Além dos recursos previstos foram celebrados 3 (três) Termos Aditivos alterando as metas de quantidade de produto a serem adquiridas e o número de produtores atendidos. O quadro a seguir detalha as metas e os valores previstos.

**Quadro XL
Demonstrativo das Metas Previstas**

Discriminação	Ano			Total
	2009	2010	2011	
Termo de Cooperação Original				
Produtores	64.752	85.140	35.822	185.714
Quantidade Produto	132.085	173.674	73.073	378.832
Pólos	34	20	13	67
Repasse (Em R\$)	240.000.000,00	250.000.000,00	160.000.000,00	650.000.000,00
Termo Aditivo n.º 1				
Produtores	10.769	-	-	10.769
Quantidade Produto	28.600	-	-	28.600
Pólos	-	-	-	0
Repasse (Em R\$)	50.000.000,00	-	-	50.000.000
Total 2009				
Produtores	75.521	-	-	75.521
Quantidade Produto	160.685	-	-	160.685
Pólos	34	-	-	-
Repasse (Em R\$)	290.000.000,00	-	-	290.000.000
Termo Aditivo n.º 2				
Produtores	-	8.000	-	8.000
Quantidade Produto	-	22.850	-	22.850
Pólos	-	-	-	0
Repasse (Em R\$)	-	40.000.000,00	-	40.000.000
Termo Aditivo n.º 3				
Produtores	-	4.840	-	4.840
Quantidade Produto	-	12.477	-	12.477
Pólos	-	-	-	-
Repasse (Em R\$)	-	24.102.538,00	-	24.102.538
Total 2010				
Produtores	-	97.980	-	97.980
Quantidade Produto	-	209.001	-	209.001
Pólos	-	20	-	20
Repasse (Em R\$)	-	314.102.538,00	-	314.102.538

Fonte: Supaf/Gecaf

Em 2010, a Conab recebeu transferências de dotação orçamentária/financeira no valor total de R\$314.102.538,00. Além desses, o MDS autorizou a Conab a utilizar recursos no valor de R\$25.000.000,00 destinado à aquisição de gêneros alimentícios para distribuição gratuita às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, na aquisição de produtos de agricultores familiares.

Com os recursos disponibilizados pelo MDS, a Sureg-GO/DF atendeu a 1.021 produtores rurais, conforme descrito a seguir.

Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque)

Em 2010 foi adquirida 1 tonelada de diversos produtos, de 33 agricultores familiares, em 1 município, conforme quadro a seguir.

Quadro XLI
Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque / MDS

Ano	Nº de Agricultores Familiares	Nº de Municípios	Quantidade (t)	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
2009	-	-	-	-
Total	-	-	-	-
2010	33	1	9	50.824,80
Total	33	1	9	50.824,80

Fonte: Supaf/Gecaf

Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação

Por meio deste instrumento foram adquiridas 1.568 toneladas de diversos produtos alimentícios de 988 produtores familiares e distribuídas a 647 instituições sociais, conforme quadro a seguir. Em relação ao exercício anterior houve aumento de 2.197,67% no número de produtores familiares atendidos e de 175,57% na quantidade adquirida, conforme quadro a seguir.

Quadro XLII
Demonstrativo de Aquisição pela CPR-Doação/ MDS

Ano	UF	Nº de Agricultores Familiares	Nº de municípios	Quantidade (t)	Nº de Pessoas Beneficiadas	Nº de Entidades Beneficiadas	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
2009	GO	43	8	569	56.091	253	1.893.260,05
Total	Total	43	8	569	56.091	253	1.893.260,05
2010	DF	139	1	341	9.017	46	542.560,25
	GO	849	18	1.227	208.284	601	3.487.795,07
Total	Total	988	19	1.568	217.301	647	4.030.355,32

Fonte: Supaf/Gecaf

Execução Orçamentária

A despesa total na execução dessas atividades foi de R\$4.507.557,78, destacando-se as despesas com a aquisição de produtos para distribuição gratuita com participação de 90,54% na despesa total de 2010. Comparativamente ao exercício anterior houve aumento na despesa total de 90,23%, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XLIII
Demonstrativo da Execução da Despesa – MDS

Ano	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita.	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
2009	81.348,84	20.059,52	1.991.130,10	53.305,23	0,00	162.495,61	61.139,34	2.369.478,64
2010	98.112,00	90.441,45	4.081.180,12	23.092,37	0,00	70.548,58	144.183,26	4.507.557,78

Fonte: Siafi

Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA

Para a operacionalização do PAA, a Conab e o MDA celebraram Termo de Cooperação, com descentralização de recursos orçamentários/financeiros consignados no Programa 0351- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

O Programa 0351 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar objetiva garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar, promovendo a sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores. Dentre outras, é composto pelas seguintes ações:

➤2B81– Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA e 2B83-Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar, que objetivam a aquisição de produtos da agricultura familiar e assentados, como forma de apoiar as políticas voltadas à agricultura familiar, compreendendo ações de comercialização vinculadas à formação de estoques estratégicos com uso preferencial para venda no mercado tradicional, de forma a possibilitar novas compras de produtos; e

➤4280–Fomento a Projetos de Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar, que objetiva identificar, avaliar e difundir experiências exitosas no sentido de ampliar as alternativas de diversificação das fontes de renda dos agricultores familiares, mediante a ampliação das oportunidades de negócio e da valorização dos seus produtos e serviços.

Em 2010 foi celebrado Termo de Cooperação no valor de R\$109.890.450,00, objetivando o desenvolvimento de ações integradas na operacionalização do PAA, por meio de operações nas modalidades de Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF e de Formação de Estoques da Agricultura Familiar-CPR Estoque. Foi prevista a aquisição de 19.866 toneladas de diversos produtos, de 15.635 agricultores familiares, assim como a aquisição de equipamentos e material permanente, objetivando o fortalecimento das ações de comercialização. No exercício, ocorreu descentralização orçamentária no valor de R\$64.070.450,00

Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF

Este instrumento permitiu a aquisição, em 2010, de 3.037 toneladas de arroz, milho e sorgo, ao custo total de R\$766.066,68, beneficiando 184 produtores familiares, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XLIV
Demonstrativo de Aquisições pela CDAF/MDA

Ano	Nº de Municípios	Produto	Nº de Agricultores Familiares	Quantidade (t)	Recursos Gastos com a Aquisição (R\$)
2009	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-
2010	11	Arroz	2	13	4.513,65
		Milho	105	1.682	448.997,52
		Sorgo	77	1.341	312.555,51

Fonte: Supaf/Gecaf

Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque)

Por meio desse instrumento foram adquiridas 54 toneladas de açafrão, no município de Mara Rosa, ao custo de R\$107.700,00, atendendo 26 produtores familiares, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XLV
Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque/ MDA

Ano	Nº de Municípios	Nº de Agricultores Familiares	Quantidade (t)	Recursos Gastos com a Aquisição (R\$)
2009	-	-	-	-
2010	1	26	54	107.700,00

Fonte: Supaf/Gecaf

Remoção dos Estoques

Para reposição dos estoques visando a distribuição às famílias ou grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, ou a retirada de produtos de postos de compras que não ofereçam garantia de manutenção da qualidade dos produtos, ou, ainda, a comercialização, foi contratada a remoção de 110 toneladas de Leite em pó, conforme descrito no quadro a seguir.

Quadro XLVI

Demonstrativo de Remoção dos Estoques – MDA

UF		Produto	Preços no Leilão (Em R\$)		Quantidades (t)				
Origem	Destino		Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
RS	DF	Leite em pó	19.764,03	19.764,03	60	60	-	-	-
RS	GO	Leite em pó	14.831,05	14.831,05	50	50	-	-	-
Total			34.595,08	34.595,08	110	110	0	0	0

Fonte: Suarm/Gemov

Execução Orçamentária

Em 2010, as despesas executadas somaram R\$920.811,42, destacando-se Aquisição de Bens para Revenda, com 96,83% do total de despesas. Comparativamente ao exercício anterior verifica-se aumento da despesa de 890,15%, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XLVII

Demonstrativo da Execução da Despesa – MDA

Ano	Elemento de Despesa (Em R\$)								Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Equipamento e Material Permanente	Aquisição de Bens para Revenda	
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica				
2009	10.844,40	2.483,45	5.386,55	-	74.282,89	-	-	-	92.997,29
2010	13.160,00	3.487,38	2.365,84	150,00	9.998,08	-	-	891.650,12	920.811,42

Fonte: Siafi

Distribuição de Alimentos do Programa Fome Zero.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS

O **Programa 1049-Acesso à Alimentação**, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-Sesan do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, objetiva a erradicação da fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional, garantindo à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana. O público-alvo são os agricultores familiares, as famílias em situação de insegurança alimentar e/ou nutricional, comunidades populacionais específicas.

Compõe citado Programa a Ação orçamentárias: **2792-Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos** que objetiva a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, como famílias acampadas que aguardam o programa de reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas e atingidos por barragens em estado de risco e situação de insegurança alimentar e

nutricional. Também podem ser beneficiadas populações de grandes centros e da zona rural atingidas por calamidades (enchentes, secas, deslizamentos etc) e que precisam ser imediatamente socorridas.

Para a execução desta Ação o MDS e a Conab firmaram em 2003 parceria estabelecendo o repasse por parte do Ministério dos recursos orçamentários/financeiros disponíveis para a aquisição de produtos alimentícios e custeio das despesas correlatas, ficando a Companhia responsável pela execução operacional, disponibilizando, para tanto, sua estrutura operacional e administrativa.

A coordenação dos trabalhos encontra-se sob a gestão da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar-SESAN, que, em articulação com a Funai, Funasa, Incra, OAN/MDA, SEPPIR, SEAPE, Fundação Cultural Palmares e movimentos sociais, define os beneficiários, a composição das cestas de alimentos, os quantitativos e a periodicidade das entregas.

O quadro a seguir apresenta o número de famílias atendidas e a quantidade de cestas de alimentos distribuídas por beneficiários, em todo o país, no período de 2003 a 2010

A experiência iniciada em 2003 tem demonstrado a necessidade da continuidade da ação de atendimento a esses segmentos populacionais que continuam em situação de insegurança alimentar em todo o território nacional. Por intermédio do Ofício CGAV/DAPE/SESAN n.º 03, de 08 de fevereiro de 2010, a SESAN solicitou a aquisição de gêneros alimentícios para a continuidade do atendimento às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

O Termo de Cooperação 007/2010, celebrado entre a Conab e o MDS, estabeleceu o repasse de recursos orçamentários/financeiros no valor total de R\$138.000.000,00, divididos em duas remessas iguais no valor de R\$69.000.000,00, a primeira repassada em junho/2010 e a última prevista para o mês de abril/2011, para composição e distribuição de aproximadamente 3.224.000 cestas de alimentos no biênio 2010 e 2011 (1.612.000 cestas em cada exercício).

O maior contingente é o de famílias acampadas a espera de assentamento, para as quais se presume que necessitam de assistência enquanto não tiverem acesso à terra. Prevê-se, portanto, para o biênio 2010/2011 e início de 2012, o atendimento a cerca de 228,5 mil famílias acampadas identificadas pelo MDS/INCRA/OAN.

Situação semelhante ocorre com os atingidos por barragens, totalizando 16,3 mil famílias. Essas foram deslocadas de suas propriedades devido a construção de empreendimentos hidroelétricos, e encontram-se, em geral, expostas à insegurança alimentar em função da perda de sua fonte de sustento. Essa situação atinge não somente os pequenos agricultores, proprietários ou não de terras, mas também boa parte da comunidade próxima, pois a perspectiva do deslocamento provoca o empobrecimento geral da economia local, com a desvalorização das propriedades e da impossibilidade de iniciar novos projetos.

No caso das populações indígenas, a previsão de atendimento é de 63,8 mil famílias, comunidades remanescentes de quilombolas com 35 mil famílias, aquelas presentes em terreiros com 14 mil famílias e pescadores artesanais com 5,5 mil famílias. A situação em que se encontram tais comunidades está relacionada com ameaças ao território no qual esses grupos exercem suas formas tradicionais de produção, estando sujeitos à invasão por grileiros e posseiros e também depredação dos recursos naturais.

Comprovadas as necessidades de aporte alimentar para o conjunto das famílias, acampadas, indígenas, quilombolas, terreiro e atingidas por barragens, pescadoras artesanais e as situações emergenciais que podem levar à insegurança alimentar e que se enquadram em um estado de vulnerabilidade social extremamente grave, justifica-se a ação do MDS para o atendimento a essas famílias por meio da distribuição direta e gratuita de gêneros alimentícios.

Na formação dos estoques a Conab poderá, de comum acordo com o MDS, utilizar os estoques oriundos do PAA (MDS e/ou MDA) ou outras modalidades de estoques, a exemplo de doações recebidas em nome do Fome Zero. Os alimentos adquiridos serão recebidos e depositados nas Unidades Operacionais da Conab, preferencialmente nos estados onde ocorrerá a sua distribuição, podendo, ainda, ocorrer a contratação de transporte para reposicionamento e distribuição dos estoques.

Durante o exercício, foram realizados 25 leilões públicos para a aquisição de açúcar cristal, arroz beneficiado, farinha de mandioca e de trigo, flocos e fubá de milho, macarrão e óleo de soja, cujas quantidades, especificações e locais de entrega eram parte integrante dos avisos publicados no D.O.U e disponibilizados na Internet, no sítio da Companhia. Nestes certames foram adquiridas 27.689 toneladas dos produtos, representando cerca de 156,15% da meta estabelecida para o exercício. Além dessas foram utilizadas outras 8.597,7 t de produtos adquiridas pelo PAA e pela PGPM.

No área de atuação da Sureg-GO/DF tradicionalmente são atendidas as famílias acampadas a espera da reforma agrária, as remanescentes dos quilombos, as indígenas, as do Movimento dos Atingidos por Barragens, as de comunidades de terreiro e eventualmente são realizados atendimentos especiais. Em 2010 foi iniciado o atendimento às famílias caranguejeiras. A quantidade de cestas distribuídas representa, em média, 6,39% da quantidade total entregue por toda a Conab no período, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro XLVIII Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos

Ano	N.º Famílias Atendidas			Quantidade de Cestas Distribuídas			Quantidade de Produto Distribuído (t)		
	Brasil	GO/DF	Part. (%)	Brasil	GO/DF	Part. (%)	Brasil	GO/DF	Part. (%)
2003	254.911	18.331	7,19	715.435	51.977	7,27	16.607	1.367	8,23
2004	447.764	22.163	4,95	1.620.828	101.344	6,25	38.077	2.645	6,95
2005	505.375	22.972	4,55	1.950.914	153.852	7,89	47.956	3.662	7,64
2006	343.452	21.324	6,21	1.820.792	134.267	7,37	40.943	3.029	7,40
2007	402.726	21.208	5,27	2.097.153	110.977	5,29	49.590	2.448	4,94
2008	354.218	18.669	5,27	1.439.256	93.491	6,50	32.552	2.075	6,37
2009	338.446	17.761	5,25	1.427.275	82.070	5,75	32.636	1.921	5,89
2010	446.363	20.284	4,54	1.946.543	93.406	4,80	46.299	2.166	4,68

Fonte: Supab/Gepab

Da quantidade adquirida por meio dos leilões públicos, a Sureg-GO/DF recebeu 1.612,1 toneladas acrescidas de outras 446,1 toneladas de produtos vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e às AGFs, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XLIX Demonstrativo de Aquisição de Gêneros Alimentícios

Produto	Quantidades (t)			
	Leilão Público	PAA	PGPM	Total
Açúcar	179,1	-	-	179,1
Arroz beneficiado	895,7	-	-	895,7
Feijão	-	-	268,9	268,9
Farinha de mandioca	179,2	-	-	179,2
Fubá de milho	89,5	-	-	89,5
Leite em pó	-	177,2	-	177,2
Óleo de soja	179,1	-	-	179,1
Macarrão	89,5	-	-	89,5
Total	1.612,1	177,2	268,9	2.058,2

Fonte: Supab/Gepab

No âmbito da **Sureg-GO/DF** as distribuições foram iniciadas em 2003, atendendo as famílias acampadas, os quilombolas e as do Movimento dos Atingidos por Barragens e posteriormente as comunidades de terreiro, os indígenas e em 2010 famílias caranguejeiras. No período, foram realizados também atendimentos especiais, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro L
Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos

Ano		Beneficiários						Total	
		Acampados	Quilombolas	Comunidades de Terreiro	Atend. Especiais/ Emergenciais	MAB ¹	Indígenas		Marisqueiras/ Caranguejeiras/Pe s. Artesanais
2003	N.º Famílias	15.757	1.066	-	-	1.508	-	-	18.331
	Quant. Cestas	47.271	3.198	-	-	1.508	-	-	51.977
	Quant. Produtos(t)	1.274	55	-	-	38	-	-	1.367
2004	N.º Famílias	16.742	1.413	-	2.500	1.508	-	-	22.163
	Quant. Cestas	87.959	1.733	-	2.500	9.152	-	-	101.344
	Quant. Produtos(t)	2.335	43	-	38	229	-	-	2.645
2005	N.º Famílias	16.207	2.095	300	1.759	2.500	111	-	22.972
	Quant. Cestas	120.281	13.435	1.500	1.759	16.322	555	-	153.852
	Quant. Produtos(t)	2.907	300	36	44	362	13	-	3.662
2006	N.º Famílias	15.757	2.095	300	561	2.500	111	-	21.324
	Quant. Cestas	97.940	16.087	1.800	561	16.880	999	-	134.267
	Quant. Produtos(t)	2.217	378	44	12	353	25	-	3.029
2007	N.º Famílias	13.413	3.264	300	1.000	3.120	111	-	21.208
	Quant. Cestas	83.547	13.206	1.939	1.700	9.808	777	-	110.977
	Quant. Produtos(t)	1.837	289	44	41	219	18	-	2.448
2008	N.º Famílias	13.413	2.095	300	50	2.500	311	-	18.669
	Quant. Cestas	68.842	14.844	1.200	50	7.800	755	-	93.491
	Quant. Produtos(t)	1.512	323	28	26	169	17	-	2.075
2009	N.º Famílias	12.515	2.135	500	170	2.290	151	-	17.761
	Quant. Cestas	53.126	11.545	3.300	1.120	12.688	291	-	82.070
	Quant. Produtos(t)	1.252	276	74	25	287	7	-	1.921
2010	N.º Famílias	13.529	2.275	500	1.425	2.290	65	200	20.284
	Quant. Cestas	59.626	14.202	3.000	3.425	12.888	65	200	93.406
	Quant. Produtos(t)	1.374	333	82	83	288	2	4	2.166

Fonte: Supab/Gepab

Obs.: (1) Movimento dos Atingidos por barragens

Na aquisição de produtos alimentícios e embalagens, montagem das cestas e na distribuição, foram gastos R\$1.088.048,45. A despesa total com a aquisição dos produtos para distribuição foi de R\$983.842,91, representando cerca de 90,42%. Comparativamente ao exercício anterior verifica-se recuo de 35,41% na despesa total, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LI
Demonstrativo da Execução da Despesa-Distribuição de Alimentos-MDS

Sureg	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
2009	45.926,50	83.743,08	1.535.616,79	-	-	17.148,76	2.223,35	1.684.658,48
2010	44.457,50	42.761,13	983.842,91	496,17	-	15.729,64	761,10	1.088.048,45

Fonte: Siafi

Distribuição de Alimentos – Ministério da Integração Nacional-MI

O Programa 1029 – Resposta aos Desastres, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, objetiva promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por eventos

adversos, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados por desastres, supletivamente ao atendimento dos Estados e Municípios. O público-alvo são as pessoas afetadas nessas situações, especialmente as de menor renda.

As bases legais deste Programa estão na Constituição Federal que, no artigo 21, prevê como competência da União o planejamento e a promoção da defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente as secas e inundações. Portanto, principalmente nos desastres de grande e muito grande porte, quando as necessidades ultrapassam a capacidade de resposta dos municípios, o atendimento supletivo do Governo Federal deve ser feito com a urgência necessária.

Compõe citado Programa a Ação orçamentária **4564 – Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres**, com atuação em todo o território nacional, com objetivo de prestar socorro e assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grande porte, quando comprometida a capacidade local para pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como situação de emergência ou estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

Objetivando dar continuidade às ações de distribuição de alimentos a Conab elaborou o plano de trabalho que foi aprovado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios para formação e manutenção de estoque estratégico de gêneros alimentícios que possibilite ao Governo Federal, tempestivamente, prestar assistência alimentar, em caráter emergencial, a populações afetadas por desastres de qualquer natureza, que esteja classificado na Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos-CODAR.

À Conab competia a aquisição por meio de leilões eletrônicos de 1.702 toneladas de diversos gêneros alimentícios (arroz, feijão, óleo de soja, açúcar cristal, farinha de mandioca, macarrão, leite em pó, sardinha em lata e rosquinhas de coco), que após embalados formariam um estoque estratégico de aproximadamente 70.000 cestas de alimentos, depositadas nas unidades armazenadoras próprias em locais estratégicos, podendo, se necessário, ser deslocadas conforme as necessidades. Foi previsto também que na composição das cestas a Conab, em comum acordo com a Secretaria Nacional de Defesa Civil poderia utilizar os estoques oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

Por sua vez, ao Ministério da Integração Nacional competia as orientações necessárias à destinação dos alimentos adquiridos, tanto quanto as localidades e o público-alvo a ser beneficiado.

Para tanto, a Conab recebeu descentralização de recursos orçamentários/financeiros, no valor de R\$6.207.900,00.

No área de atuação da Sureg-GO/DF as distribuições foram iniciadas em 2009 com atendimentos emergenciais, aos acampados a espera da reforma agrária e, em 2010, atendeu também famílias quilombolas, conforme orientações da Defesa Civil. As cestas de alimentos distribuídas em 2010 pela Regional, representaram 0,70% da quantidade total entregue pela Conab, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro LII
Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos

Ano	N.º Famílias Atendidas			Quantidade de Cestas Distribuídas			Quantidade de Produto Distribuído (t)		
	Brasil	GO/DF	Part. (%)	Brasil	GO/DF	Part. (%)	Brasil	GO/DF	Part. (%)
2009	702.238	11.649	1,66	712.752	22.163	3,11	16.743	798	4,77
2010	139.452	6.870	4,93	142.286	6.870	4,83	3.766	179	4,75

Fonte: Supab/Gepab

2.3.2.14.2 – Levantamento de Safra de Cana-de-Açúcar, de Café e de Pinhão Manso.

2.3.2.14.2.1 – Levantamento da Safra Brasileira de Cana de Açúcar.

A Conab, em um programa de cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, realizou durante os dias 29 de novembro a 12 de dezembro de 2010, o terceiro levantamento da safra 2010/11 de cana de açúcar.

Nesta etapa, as visitas atingiram praticamente todas as unidades de produção sucroalcooleira. O objetivo do levantamento é consolidar os números finais da safra na região centro-sul e indicar o desenvolvimento da safra nas regiões norte e nordeste.

De acordo com a metodologia da Conab, os dados são obtidos diretamente dos informantes das próprias unidades de produção, através de questionários aplicados pelos técnicos da Companhia. As informações geradas neste relatório, além de serem oriundas de fontes primárias, são analisadas criticamente por unidade produtora e consolidadas em nível de Unidade de Federação.

A lavoura de cana de açúcar continua em expansão no Brasil. O levantamento indica aumento de área em todas as regiões, destacando os Estados da Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e Tocantins. Lembrando também que novas usinas entraram em funcionamento nesta safra sendo 3 em Minas Gerais, 2 em São Paulo e Goiás, 1 em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro.

A estiagem prolongada na região centro-sul e a má distribuição das chuvas na região norte e nordeste explicam a redução, no geral, da produtividade. Por outro lado, o comportamento do clima favoreceu as operações de colheita, aumentou a concentração da sacarose na cana, mas prejudicou o terço final do desenvolvimento dos canaviais colhidos nesta safra.

Importante citar que as condições climáticas adversas, observadas no decorrer de 2010, poderão afetar a produtividade na próxima safra (2011/12), uma vez que a estiagem tende a dificultar o processo de desenvolvimento da lavoura.

A previsão do total de cana que será moída na safra 2010/11 é de 624.991 mil toneladas, com incremento de 3,4% em relação à safra 2009/10, o que significa que haverá 20.477 mil toneladas a mais para moagem nesta safra.

Com exceção da região sul, que teve a produção reduzida em 3,4% as demais regiões apresentam incremento em sua matéria prima, destacando-se as regiões norte (39,2%) e centro-oeste (24,2%).

Do total da cana esmagada, 288.715,1 mil toneladas (46,2%) foram destinadas à produção de açúcar e 336.204,1 mil toneladas (53,8%) destinadas à produção de etanol.

Quadro LIII Demonstrativo da Produção de Cana de Açúcar

UF	Área (Em mil há)			Produção (em mil t)			Destinação (Em mil t)	
	Safra		Var (%)	Safra		Var (%)	Indústria Sucroalcooleira	
	2009/10	2010/11		2009/10	2010/11		Açúcar	Etanol
AL	448,0	438,6	-2,1	24.504,5	26.752,8	9,2	18.218,7	8.534,1
AM	3,8	3,8	-1,1	211,8	345,7	63,2	200,1	145,6
BA	37,4	42,6	13,8	2.947,1	3.259,2	10,6	1.157,0	2.102,2
CE	2,3	2,8	17,9	154,4	180,4	16,8	-	180,4
ES	68,0	68,7	0,9	4.009,6	3.484,0	-13,1	801,3	2.682,7
GO	471,9	599,3	27,0	40.092,5	47.980,8	19,7	13.266,7	34.714,1
MA	39,4	42,1	6,9	2.209,4	2.551,7	15,5	137,8	2.413,9
MG	588,8	649,9	10,4	49.923,4	55.198,1	10,6	23.867,7	31.330,4
MS	265,4	396,2	49,3	23.297,8	34.333,2	47,4	11.364,3	22.968,9
MT	203,0	207,1	2,0	14.045,6	13.835,1	-1,5	3.402,1	10.433,0
PA	10,9	10,0	-8,4	623,4	540,0	-13,4	234,9	305,1
PB	115,5	111,8	-3,2	6.320,0	5.349,9	-15,3	1.588,9	3.761,0
PE	321,4	346,8	7,9	17.805,6	18.783,8	5,5	13.486,8	5.297,0
PI	13,6	13,3	-2,2	1.014,0	836,9	-17,5	364,1	472,8
PR	536,0	582,3	8,7	45.502,8	43.905,2	-3,5	23.515,6	20.389,6
RJ	45,8	51,3	12,0	3.260,0	2.643,5	-18,9	1.467,1	1.176,4
RN	67,0	65,7	-2,0	3.472,5	2.994,2	-13,8	1.832,5	1.161,7
RO	1,8	2,6	47,8	111,3	146,5	31,6	-	146,5
RS	1,0	1,7	63,3	48,5	85,6	76,5	-	85,6
SE	37,9	37,0	-2,4	2.249,7	2.200,9	-2,2	550,2	1.650,7
SP	4.129,9	4.357,0	5,5	362.664,7	359.235,5	-0,9	173.259,3	185.976,2
TO	0,7	3,1	350,3	45,1	348,0	671,6	-	348,0
Total	7.409,6	8.033,6	8,4	604.513,7	624.991,0	3,4	288.715,1	336.275,9

Fonte: Dipai/Suinf/Geasa

Para o açúcar, a previsão é de crescimento, passando de 33.074,7 mil toneladas na safra passada para 38.675,6 mil toneladas na nova temporada, significando um aumento de 16,9%. O aumento se dá na

região norte (52,59%), no nordeste (9,39%), no centro-oeste (48,07%), no sudeste (13,98%) e no sul (25,91%).

Quadro LIV
Demonstrativo da Produção de Açúcar

UF	Cana de Açúcar Destinada a Produção de Açúcar (Em 1.000t)			Produção de Açúcar (Em 1.000t)		
	Safr		Var. %	Safr		Var. %
	2009/10	2010/11		2009/10	2010/11	
AL	16.455,7	18.218,7	10,7	2.096,2	2.352,2	12,2
AM	112,7	200,1	77,6	8,7	19,5	124,1
BA	1.184,3	1.157,0	-2,3	129,9	139,7	7,5
ES	666,6	801,3	20,2	77,7	93,2	19,9
GO	11.247,6	13.266,7	18,0	1.392,1	1.832,9	31,7
MA	118,8	137,8	16,0	15,9	17,3	8,8
MG	20.879,0	23.867,7	14,3	2.685,8	3.244,1	20,8
MS	6.199,7	11.364,3	83,3	746,8	1.488,9	99,4
MT	3.299,3	3.402,1	3,1	414,2	458,7	10,7
PA	178,6	234,9	31,5	24,5	31,1	26,9
PB	1.415,4	1.588,9	12,3	183,4	192,6	5,0
PE	12.527,2	13.486,8	7,7	1.478,3	1.644,9	11,3
PI	446,4	364,1	-18,4	53,9	46,0	-14,7
PR	20.186,1	23.515,6	16,5	2.438,1	3.069,7	25,9
RJ	1.600,2	1.467,1	-8,3	176,6	167,1	-5,4
RN	1.823,5	1.832,5	0,5	218,4	235,5	7,8
SE	624,1	550,2	-11,8	118,4	69,4	-41,4
SP	167.214,0	173.259,3	3,6	20.815,8	23.572,8	13,2
Total	266.179,2	288.715,1	8,5	33.074,7	38.675,6	16,9

Fonte: Dipai/Suinf/Geasa

Para o etanol a previsão é um aumento de 7,5%, passando de um total de 25.762.622,7 mil litros para 27.699.553,8 mil litros.

No que se refere ao etanol anidro, a produção estimada é de 8.107,5 milhões de litros, com estimativa de crescimento de 16,66% em relação à safra 2009/10. A previsão de aumento na produção se concentra nos Estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco e São Paulo.

Em se tratando de etanol hidratado, a produção estimada é de 19.592,1 milhões de litros, com aumento de 4,14% em relação à safra anterior. A produção está concentrada nas regiões centro-oeste e sudeste que respondem por 87,46% do etanol produzido no país, sendo os maiores produtores os Estados de São Paulo (54,26%), Goiás (11,61%), Minas Gerais (10,35%), Mato Grosso do Sul (7,39%) e Paraná (6,96%).

Quadro LV
Demonstrativo da Produção de Álcool

UF	Cana de Açúcar Destinada a Produção de Etanol (Em 1.000t)			Produção de Etanol (Em 1.000l)								
	Safra		Var. %	Etanol Anidro			Etanol Hidratado			Total		
	2009/10	2010/11		2009/10	2010/11	%	2009/10	2010/11	%	2009/10	2010/11	%
	2009/10	2010/11	%	2009/10	2010/11	%	2009/10	2010/11	%	2009/10	2010/11	%
AL	8.048,7	8.534,1	6,0	303.988,0	289.983,9	-4,6	318.969,0	381.083,1	19,5	622.957,0	671.067,0	7,7
AM	99,1	145,6	46,9	-	-	-	4.739,0	8.797,3	85,6	4.739,0	8.797,3	85,6
BA	1.762,9	2.102,2	19,2	43.828,0	64.325,4	46,8	74.247,0	90.323,4	21,7	118.075,0	154.648,8	31,0
CE	154,4	180,4	16,8	-	-	-	10.924,0	12.746,3	16,7	10.924,0	12.746,3	16,7
ES	3.343,1	2.682,7	-19,8	111.963,0	96.563,5	-13,8	124.924,0	92.735,0	-25,8	236.887,0	189.298,5	-20,1
GO	28.844,9	34.714,1	20,3	484.995,0	671.244,6	38,4	1.709.245,0	2.275.605,7	33,1	2.194.240,0	2.946.850,3	34,3
MA	2.090,6	2.413,9	15,5	109.746,0	145.599,1	32,7	58.751,0	36.444,7	-38,0	168.497,0	182.043,8	8,0
MG	29.044,4	31.330,4	7,9	482.839,0	592.413,1	22,7	1.814.448,0	2.024.253,0	11,6	2.297.287,0	2.616.666,1	13,9
MS	17.098,1	22.968,9	34,3	236.798,0	401.179,7	69,4	1.030.834,0	1.448.650,7	40,5	1.267.632,0	1.849.830,4	45,9
MT	10.746,3	10.433,0	-2,9	271.565,0	280.268,7	3,2	553.789,0	580.366,6	4,8	825.354,0	860.635,3	4,3
PA	444,9	305,1	-31,4	4.113,0	10.623,5	158,3	33.521,0	13.969,7	-58,3	37.634,0	24.593,2	-34,7
PB	4.904,6	3.761,0	-23,3	153.470,0	130.040,9	-15,3	234.276,0	147.142,1	-37,2	387.746,0	277.183,0	-28,5
PE	5.278,4	5.297,0	0,4	140.305,0	188.657,4	34,5	240.093,0	203.997,4	-15,0	380.398,0	392.654,8	3,2
PI	567,6	472,8	-16,7	35.807,0	33.133,0	-7,5	5.146,0	2.465,2	-52,1	40.953,0	35.598,2	-13,1
PR	25.316,8	20.389,6	-19,5	367.385,0	276.709,0	-24,7	1.514.002,0	1.362.829,0	-10,0	1.881.387,0	1.639.538,0	-12,9
RJ	1.659,8	1.176,4	-29,1	9.962,0	-	-100,0	103.297,0	83.116,4	-19,5	113.259,0	83.116,4	-26,6
RN	1.648,9	1.161,7	-29,5	51.225,0	40.892,9	-20,2	69.070,0	49.985,2	-27,6	120.295,0	90.878,1	-24,5
RO	111,3	146,5	31,6	-	-	-	8.550,0	12.126,8	41,8	8.550,0	12.126,8	41,8
RS	48,5	85,6	76,5	-	-	-	2.460,0	5.668,5	130,4	2.460,0	5.668,5	130,4
SE	1.357,0	1.650,7	21,6	28.464,2	26.895,3	-5,5	93.926,5	101.082,5	7,6	122.390,7	127.977,8	4,6
SP	195.450,7	185.976,2	-4,8	4.113.387,0	4.858.967,6	18,1	10.805.138,0	10.630.272,9	-1,6	14.918.525,0	15.489.240,5	3,8
TO	45,1	348,0	671,6	-	-	-	2.433,0	28.394,7	1.067,1	2.433,0	28.394,7	1.067,1
Total	338.066,1	336.275,9	-0,5	6.949.840,2	8.107.497,6	16,7	18.812.782,5	19.592.056,2	4,1	25.762.622,7	27.699.553,8	7,5

Fonte: Dipai/Suinf/Geasa

2.3.2.14.2.2 - Levantamento da Produção, Custos e Estoques Privados do Café.

O Programa 0350 - Desenvolvimento da Economia Cafeeira, constante do Plano Plurianual - PPA 2008-2011 -, instituído pela Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e da Lei Orçamentária Anual - LOA nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008, e sob a responsabilidade da Secretaria de Produção e Agroenergia-SPA/Mapa, tem o objetivo de implementar políticas dos setores público e privado, que propiciem a geração de renda e desenvolvimento da cadeia agroindustrial do café, além de promover geração de divisas, emprego e inserção social de forma sustentável. Destina-se também ao desenvolvimento de pesquisas, ao incentivo à produtividade e competitividade dos setores produtivos, qualificação da mão de obra, publicidade e promoção do café brasileiro, nos mercados interno e externo, e prioriza as linhas de financiamento para o custeio, investimento, colheita e pré-comercialização do café, entre outros instrumentos de política agrícola.

Na execução deste Programa, a SPAE e a Conab firmaram parceria objetivando a realização do levantamento da produção, dos custos de produção e estoques privados de café, prevendo o repasse de recursos orçamentários/financeiros da ordem de R\$864.915,00; sendo R\$698.754,19 para o levantamento da safra, R\$44.160,81 para a elaboração dos custos de produção e R\$17.000,00 para o levantamento dos estoques privados. Durante o exercício a Conab recebeu descentralização orçamentária no valor de R\$821.087,00. O Plano de Trabalho elaborado e aprovado previa:

- Realização das avaliações das safras brasileiras de café, pelos métodos objetivo e subjetivo, e continuidade aos estudos de aperfeiçoamento e avaliação dos métodos de estimativa de área cultivada e produtividade da cultura no Brasil, promovendo a uniformização dos modelos estatísticos de estimativas adotados, com o apoio e suporte técnico da rede multi-institucional de parceiros integrantes do Projeto Geosafras, para a aplicação e melhoria destes métodos, utilizando-se instrumentos de geotecnologia no mapeamento das lavouras; e monitoramento e aplicação de modelos agrometeorológicos, nos prognósticos de rendimento.
- Elaboração de planilhas de custo de produção, por meio de pesquisas de coeficientes técnicos e preços junto ao setor produtivo, nas principais regiões produtoras de café do País; e
- **Pesquisa dos estoques privados de café, na rede armazenadora que se dedica ao produto, em todo o País.**

a) Levantamento da Safra Brasileira de Café

No período de 8 de novembro a 17 de dezembro de 2010, os técnicos da Conab e de Instituições parceiras como: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo-SAA/CATI/IEA, Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A - EBDA, Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná - SEAB, Departamento de Economia Rural - DERAL, Associação de Assistência Técnica, Extensão Rural do Estado de Rondônia - EMATER/RO e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, visitaram municípios dos principais estados produtores de café (Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Paraná, Rondônia e Rio de Janeiro que correspondem a 98,0% da produção nacional), para a realização de entrevistas e aplicação de questionários aos informantes previamente selecionados, objetivando a realização da quarta estimativa de produção da safra de café de 2010 e a primeira estimativa de safra para 2011.

A safra de café beneficiado no País em 2009/10, fechou com uma produção de 48,09 milhões de sacas de 60 quilos. O resultado representa um acréscimo de 21,85% ou 8,62 milhões de sacas, quando comparado com a produção de 39,47 milhões de sacas obtidas na safra 2009. Tal crescimento é justificado pelo ano de bienalidade positiva, aliado às condições climáticas favoráveis durante o ciclo da cultura.

Quando comparada à safra anterior, observa-se uma redução de 0,78% ou de 16.284 hectares na área de café em produção, passando de 2.092,9 mil hectares para 2.076,6 mil hectares. Essa área que deixou de ser cultivada foi ocupada pelas lavouras de cana de açúcar, sobretudo nos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

Em setembro, os baixos índices pluviométricos registrados no norte e nordeste de Minas, no oeste e centro-sul da Bahia e no Espírito Santo favoreceram a maturação e o final da colheita do café, cuja qualidade melhorou bastante em função da diminuição do percentual de grãos verdes na planta. Esse problema ocorreu em função das sucessivas floradas no ano passado e conseqüente maturação desigual dos frutos.

No entanto, a qualidade do produto permaneceu aquém do esperado, devido às condições meteorológicas ocorridas, durante toda a safra, nas principais regiões produtoras. O clima mais seco nos meses de agosto e setembro fez com que os grãos amadurecessem prematuramente, comprometendo o processo de granação. E, em alguns casos, o longo período de estiagem entre os meses de abril a outubro favoreceu o ataque de pragas, embora os índices de produtividade permanecessem próximos da média.

Quadro LVI

Demonstrativo da Evolução da Produção de Café 2009/10

UF/Região	Safr				Variação	
	2009		2010		(c/a)	(d/b)
	Área em produção (ha) (a)	Produção (mil sacas beneficiadas) (b)	Área em produção (ha) (c)	Produção (mil sacas beneficiadas) (d)		
Minas Gerais	1.000.731	19.880	1.006.719	25.155,0	0,6	26,53
Espírito Santo	479.798	10.205	460.193	10.147,0	-4,09	-0,57
São Paulo	182.020	3.423	167.147	4.662,0	-8,17	36,2
Paraná	85.180	1.467	81.874	2.284,0	-3,88	55,69
Bahia	126.170	1.874	139.550	2.292,7	10,6	22,34
Rondônia	154.335	1.547	154.879	2.369,0	0,35	53,14
Mato Grosso	15.272	141	15.186	203,1	-0,56	44,04
Pará	12.407	228	13.500	228,6	8,81	0,26
Rio de Janeiro	13.923	265	13.100	250,1	-5,91	-5,62
Outros	23.073	440	24.477	503,3	6,09	14,39
Total	2.092.909	39.470	2.076.625	48.094,8	-0,78	21,85

Fonte: Convênio MAPA/SPAE e Conab/Dipai/Suinf/Geasa

Para a safra 2011, a primeira estimativa de produção total de café (arábica e conilon) indica que o País deverá colher entre 41,89 e 44,73 milhões de sacas de 60 quilos de café beneficiado. O resultado dessa primeira pesquisa representa uma redução entre 12,9% e 7,0%, quando comparada com a produção obtida na temporada anterior. Essa redução se deve ao ano de baixa bialidade.

A maior redução se dará na produção do café arábica, com queda entre 15,9 e 9,9% (redução entre 5,87 e 3,65 milhões de sacas). Para a produção do robusta (conilon), a previsão aponta desde uma redução de 3,0% a um crescimento de 2,6%, ou seja, redução de 340,3 mil a um aumento de 291,5 mil sacas.

Quadro LVII

Demonstrativo da Evolução da Produção de Café 2010/11

UF/Região	Safr					Variação		
	2010		2011			(c/a)	(d/b)	(e/b)
	Área em Produção (em ha) (a)	Produção (mil sacas benef) (b)	Área em Produção (em ha) (c)	Produção (mil sacas beneficiadas)				
				Lim. Inferior (d)	Lim. Superior (e)			
Minas Gerais	1.006.719	25.155,0	997.858	21.219,0	22.709,0	-0,88	-15,65	-9,72
Espírito Santo	460.193	10.147,0	455.777	10.216,1	10.847,9	-0,96	0,68	6,91
São Paulo	167.147	4.662,0	167.147	3.283,5	3.564,3	0	-29,57	-23,55
Paraná	81.874	2.284,0	76.000	1.630,0	1.800,0	-7,17	-28,63	-21,19
Bahia	139.550	2.292,7	139.725	2.495,8	2.655,6	0,13	8,86	15,83
Rondônia	154.879	2.369,0	154.879	1.856,9	1.971,8	-	-21,62	-16,77
Mato Grosso	15.186	203,1	15.186	203,1	203,1	-	-	-
Pará	13.500	228,6	13.500	228,6	228,6	-	-	-
Rio de Janeiro	13.100	250,1	13.100	250,1	250,1	-	-	-
Outros	24.477	503,3	24.477	503,3	503,3	-	-	-
Total	2.076.625	48.095	2.057.649	41.886,4	44.733,7	-0,91	-12,91	-6,99

Fonte: Convênio MAPA/SPAE e Conab/Dipai/Suinf/Geasa

A área total estimada é de 2.280,6 mil hectares, ou seja, 0,4% inferior à safra passada (2.289,2 hectares). A área em produção totaliza 2.057,6 mil hectares, inferior em 0,9% à safra 2010, enquanto que a área em formação, ou seja, aquela que ainda não entrou no processo produtivo, apresenta crescimento de 4,8% em comparação com a safra passada.

Quadro LVIII
Demonstrativo de Produção e Produtividade do Parque Cafeeiro Safra 2011

UF/Região	Parque Cafeeiro				Produção (Mil sacas beneficiadas)						Produtividade (Sacas/ha)	
	Em Formação		Em Produção		2011							
	Área (em ha)	Cafeeiros (mil covas)	Área (em ha)	Cafeeiros (mil covas)	Arábica		Robusta		Total		Limite Inferior	Limite Superior
					Limite Inferior	Limite Superior	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Inferior	Limite Superior		
Minas Gerais	144.490	519.593	997.858	3.073.595	20.975,0	22.449,0	244,0	260,0	21.219,0	22.709,0	21,26	22,76
Espírito Santo	31.972	108.527	455.777	1.156.408	2.816,9	2.991,2	7.399,2	7.856,7	10.216,1	10.847,9	22,41	23,80
São Paulo	8.634	31.565	167.147	459.082	3.283,5	3.564,3	-	-	3.283,5	3.564,3	19,64	21,32
Paraná	13.500	67.000	76.000	273.000	1.630,0	1.800,0	-	-	1.630,0	1.800,0	21,45	23,68
Bahia	9.031	33.002	139.725	321.339	1.795,4	1.911,8	700,4	743,8	2.495,8	2.655,6	17,86	19,01
Rondônia	6.955	11.295	154.879	114.860	-	-	1.856,9	1.971,8	1.856,9	1.971,8	11,99	12,73
Mato Grosso	6.307	14.638	15.186	33.865	16,3	16,3	186,8	186,8	203,1	203,1	13,37	13,37
Pará	150	335	13.500	30.105	-	-	228,6	228,6	228,6	228,6	16,93	16,93
Rio de Janeiro	150	405	13.100	27.437	237,6	237,6	12,5	12,5	250,1	250,1	19,09	19,09
Outros	1.716	6.008	24.477	60.371	201,3	201,3	302,0	302,0	503,3	503,3	20,56	20,56
Total	222.905	792.368	2.057.649	5.550.062	30.956,0	33.171,5	10.930,4	11.562,2	41.886,4	44.733,7	20,36	21,74

Fonte: Convênio MAPA/SPA/E e Conab/Dipai/Suinf/Geasa

b) Levantamento dos Custos de Produção

Objetivando a atualização dos custos de produção e coeficientes técnicos para elaboração da proposta de preços mínimos da PGPM e do PGPAF, Foram realizadas visitas a produtores dos seguintes estados:

- Bahia - Ilhéus
- Goiás – Cristalina, Itapuranga e Orizona.
- Mato Grosso do Sul – Nioaque e Sidrolândia.
- Minas Gerais – Buritizeiro, Porteirinha e Rio Pardo de Minas.
- Paraíba – Cajazeiras.
- Paraná – Querência, Ivaiporã, Prudentópolis, São Mateus do Sul, Paranacity, Marechal Cândido Rondon, Francisco Beltrão, São Miguel do Iguazu e Assis Chateaubriand.
- Rio Grande do Sul – Ijuí, Restinga Seca e Santa Maria
- Santa Catarina – Itapiranga, Campos Novos, Canoinhas, Mafra, Pouso Redondo, Rio do Sul e Concórdia.
- Sergipe – Poço Redondo e Poço Verde.

c) Levantamento dos Estoques Privados de Café

A Conab realizou, no período de 19 de julho a 20 de agosto de 2010, o 7.º Levantamento dos Estoques Privados de Café, objetivando quantificar o estoque de passagem ou a quantidade de café em estoque no dia 31/03/2010, data que antecede a entrada da nova safra 2010/11.

O levantamento efetuado é decorrente da Lei de Armazenagem (Lei n.º 9.973, de 9 de maio de 2000) e de seu Decreto Regulamentador (Decreto n.º 3.855, de 03 de julho de 2001), que tem como um de seus objetivos: “suprir a demanda por informações a respeito dos estoques dos principais produtos agropecuários que, em conjunto com outras informações, venham subsidiar o planejamento estratégico e a adoção de políticas para regularizar o abastecimento interno dos referidos produtos, via monitoramento periódico de todos os elos da cadeia agrícola”.

Para a realização deste levantamento foram encaminhados 1.118 formulários a estabelecimentos cadastrados e/ou entidades representativas, que integram a cadeia produtiva do café. Deste total 70,3% foram devolvidos à Conab, sendo que 67% estavam devidamente preenchidos e foram validados para a contagem dos volumes de estoque e 3,3% devolvidos pelo correio por motivos variados.

Em relação aos estoques apurados nos exercícios anteriores, verificou-se redução de 38,97%, 13,71%, 49,13% e 8,02% nos exercícios de 2009, 2008, 2007 e 2006, respectivamente.

Quadro LIX

Demonstrativo de Estoques Apurados, por Segmento e UF

UF	Estoques Finais em 31/12 (mil sacas de 60 kg)									
	2006		2007		2008		2009		2010	
	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon
MG	6.812	45	12.719	38	7.022	70	10.382	42	6.080	23
ES	512	129	529	456	471	531	613	345	373	457
SP	997	101	2.396	69	1.179	34	1.678	57	828	91
PR	566	78	652	67	522	49	742	107	419	35
Outros	391	93	485	172	393	94	590	100	546	92
Total	9.278	446	16.781	802	9.587	778	14.005	651	8.245	699
	9.724		17.583		10.365		14.656		8.944	

Fonte: Dipai/Suinf

Quanto à distribuição espacial e por entidade, verifica-se forte concentração no Estado de Minas Gerais, com 68,24% do estoque apurado, sendo que as cooperativas instaladas naquele estado detinham 27,77% do estoque total.

Quadro LX

Demonstrativo da Distribuição Espacial e por Entidade dos Estoques de Café

em sacas de 60 kg

UF	Entidades					Total	Participação (%)
	Indústrias	Solúveis	Exportadores	Cooperativas	Outros		
AC	147					147	0,00
AM	4.856					4.856	0,05
BA	20.569		70.650	105.088	14.503	210.810	2,36
CE	26.706					26.706	0,30
DF	14.534					14.534	0,16
ES	60.333		245.928	162.094	361.350	829.705	9,28
GO	123.349				32.320	155.669	1,74
MG	267.915	305	1.445.838	2.484.212	1.905.342	6.103.612	68,24
MS	883				182	1.065	0,01
MT	3.857			82	2.592	6.531	0,07
PB	14.174					14.174	0,16
PE	9.108					9.108	0,10
PR	36.842	40.098		146.777	230.719	454.436	5,08
RJ	11.988				494	12.482	0,14
RN	27.237					27.237	0,30
RO	6.829			215	1.012	8.056	0,09
RS	109					109	0,00
SC	19.760				93	19.853	0,22
SE	126.607					126.607	1,42
SP	84.159	11.568	364.102	298.457	160.005	918.291	10,27
Total	859.962	51.971	2.126.518	3.196.925	2.708.612	8.943.988	100,00

Fonte: Dipai/Suinf/Geint

A despesa executada para o desenvolvimento da avaliação de safra e nos demais levantamentos, foi de R\$724.412,33, destacando-se os Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica e diárias, com participação de 71,92% e 18,07%, respectivamente, conforme detalhado no quadro a seguir.

No âmbito da Superintendência Regional de Goiás, foram gastos R\$12.615,04, com diárias e material de consumo.

Quando LXI
Demonstrativo da Execução da Despesa

UF	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
AM	282,00	-	-	-	282,00
BA	4.737,00	1.465,06	-	-	6.202,06
CE	1.034,00	429,68	-	-	1.463,68
DF	48.068,50	6.126,63	27.252,22	520.844,00	602.291,35
ES	3.196,00	902,01	1.036,40	-	5.134,41
GO	10.810,00	1.805,04	-	-	12.615,04
MA	2.256,00	1.440,00	-	-	3.696,00
MG	34.404,00	7.876,86	15.369,27	85,75	57.735,88
PB	846,00	142,12	-	-	988,12
PE	2.538,00	485,61	-	-	3.023,61
PR	562,50	-	918,16	-	1.480,66
RO	1.034,00	469,19	-	17,00	1.520,19
SC	2.538,00	1.050,49	12,30	-	3.600,79
SP	17.578,00	3.276,03	1.704,15	36,36	22.594,54
TO	1.034,00	750,00	-	-	1.784,00
Total	130.918,00	26.218,72	46.292,50	520.983,11	724.412,33

Fonte: Siafi

2.3.2.14.2.3 – Levantamento Produção de Pinhão Manso

Em atendimento à solicitação da Secretaria de Produção e Agroenergia-SPA/EMBRAPA, a Conab elaborou Plano de Trabalho objetivando levantamento da safra de dendê nos Estados do Amazonas, Bahia, Pará e Roraima, e de pinhão manso nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Bahia, Goiás e Tocantins. Para tanto, a Conab recebeu recursos orçamentários no valor de R\$116.210,68 e financeiros de R\$24.850,03, consignados na Ação **2270-Gestão e Administração do Programa**, do **Programa Desenvolvimento da Agroenergia**, sob a coordenação daquela. Este objetiva ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva.

Pinhão Manso

As informações obtidas no levantamento realizado indicam que a cultura do Pinhão Manso vem enfrentando diversos problemas que impedem o seu desenvolvimento e o crescimento de área, dificultando sua consolidação como mais uma alternativa agrícola.

A falta de conhecimento técnico sobre a cultura é um dos principais fatores que está colaborando para o insucesso da cultura. Os produtores pouco conhecem sobre as pragas e doenças que atacam as plantas, bem como seu respectivo controle. Não possuem informações acerca do tipo de solo adequado, declividade e altitudes ideais para a cultura.

Outra variável que está afetando o desempenho da cultura é a comercialização. O preço oferecido desestimula os pequenos produtores, levando-os ao abandono da cultura que se dizima rapidamente.

No geral, as áreas onde se observou o desenvolvimento normal da cultura são aquelas implantadas pelas empresas, que fomentam o cultivo do Pinhão Manso e dispõem de acompanhamento técnico e recursos suficientes para manter todos os tratamentos culturais e práticas agronômicas exigidas pela cultura.

Nos estados onde foram localizados plantio ou vestígios de cultivo do pinhão manso, foi possível estimar as áreas plantadas, remanescente ou abandonadas. As informações obtidas no levantamento indicam que o processo de produção e comercialização se encontra efetivamente implantado no estado do Pará, cuja produção é exportada para a Espanha.

Nos demais estados pode-se continuar com o acompanhamento das possíveis colheitas esperadas e dos experimentos que vem sendo realizados. Essa situação se observa nos estados da Bahia, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Maranhão, Rio de Janeiro e Tocantins. No caso de São Paulo a tendência é de extinção da cultura, mas é necessário o acompanhamento das ações dos produtores.

É prematuro indicar uma estimativa futura de produção do pinhão manso, principalmente em virtude de que este é o primeiro levantamento de informações sobre a cultura realizado pela Conab, e, também, ainda é crítica a margem de confiança dos produtores, principalmente pela imprevisibilidade dos investimentos futuros na cultura.

Quadro LXII Levantamento de situação do Pinhão Manso

UF	Nº de municípios	Área plantada (ha)	Área remanescente (ha)	Idade do plantio	Situação geral	Produtividade (Kg/ha)	Produção (t)
BA	11	922,0	684,0	da implantação à produção	Boas condições	-	-
GO	11	75,6	75,6	1 a 3 anos	Regulares condições	-	-
ES	10	664,5	664,5	1 a 3 anos	Boas condições	p/ sementes	-
MA	7	12,0	12,0	-	-	-	-
MT	7	3.617,0	3.617,0	1 a 2 anos	Regulares condições	-	-
MG	20	680,6	398,2	0 a 3 anos	Regulares condições	-	-
PA	1	30.000,0	15.000,0	1 a 3 anos	Abandono 50% Produção 50%	6.500	97,53
RJ	10	3.000,0	3.000,0	2 anos	Abandonado	-	-
SP	4	35,0	0,0	-	Erradicado	-	-
TO	1	3.000,0	3.000,0	Sem informação	Semiabandono	-	-

Fonte: SUINF-Geasa

Durante o período, a Conab recebeu repasse orçamentário no valor de R\$116.210,68 e financeiro no valor de R\$24.850,03. Nos levantamentos das safras foram gastos R\$28.135,90. No fim do exercício a Conab devolveu à SPAE dotação orçamentária de R\$88.074,78.

Quadro LXIII Demonstrativo da Execução da Despesa

UF	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	
AM	807,50	-	150,00	-	957,50
BA	1.504,00	1.218,02	463,00	-	3.185,02
ES	94,00	-	-	-	94,00
GO	3.102,00	646,96	1.686,66	-	5.435,62
MA	2.256,00	1.124,40	-	-	3.380,40
MG	3.854,00	1.707,81	203,44	50,00	5.815,25
MT	1.504,00	533,90	889,76	-	2.927,66
PA	1.316,00	400,08	436,00	-	2.152,08
RJ	2.068,00	723,17	1.335,60	61,60	4.188,37
Total	16.505,50	6.354,34	5.164,46	111,60	28.135,90

Fonte: Siafi

Em conformidade ao cronograma previamente aprovado, executou-se no Estado de Goiás, no ano de 2010, duas Avaliações de Safra de Pinhão Manso estas ações foram executadas nos municípios onde foram constatados plantio desta cultura. O objetivo desta operação era de buscar informações mais precisas sobre a cultura da *Jatropha curcas* disseminadas regiões goianas. Sendo que inicialmente foram selecionados cerca de 36 localidades, divididos em três rotas distintas, nos seguintes municípios: Cachoeira Dourada, Caçu, Itumbiara, Hidrolândia, Morrinhos, Panamá, Piracanjuba, Pontalina, Vicentinópolis, Santa Helena de Goiás, Amaralina, Agua Fria de Goiás., Campinorte, Mara Rosa, Niquelândia, Novo Planalto, Porangatu, Minacu, Montividiu do Norte, Mutunópolis, Rubiataba, Santa Tereza, São Luiz do Norte, Trombas, Uruaçu, Araguapaz, Amorinópolis, Mozarlândia, Itaberaí, Inhumas, Goiás, Jussara, Montes Claros de Goiás, Diorama, Iporá, São Luiz de Montes Belos. No entanto, tendo em vista que diversas áreas ter sido erradicado e ou totalmente dizimadas ao final desta operação somente foram encontrados e restringido o plantio da cultura em aproximadamente onze (11) municípios.

A coleta de dados e as informações obtidas foram junto aos segmentos que acompanham os plantios, como: EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, IBGE, AGRODEFESA - Agência Goiana de Defesa e Agropecuária, Secretarias Municipais de Agricultura e Pecuária, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Produtores Rurais, Associações de Produtores, Cooperativas, dentre outras Empresas de pesquisas-esmagadoras instaladas em Goiás (BIONASA, Caramuru e EMBRAPA).

Estes dados foram analisados e catalogados encaminhados para a Conab-Matriz, que foram prontamente tabulados, conforme demonstrado no quadro Levantamento de Situação do Pinhão Manso.

2.3.2.14.3 – Comercialização de Produtos Agrícolas dos Estoques Públicos

No que tange à política de abastecimento, a intervenção do governo na comercialização dos produtos se dá mediante operações como a Venda e o VEP, realizadas por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com a participação de Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, e visa a suplementar a oferta e corrigir desequilíbrios de preços.

Vendas em Leilão Público - Estoques Governamentais - Vínculo AGF, AF, COV e EST.PROPRIO.

Foram ofertados 61.146.673 kg de Milho em Grãos, vinculados à AGF, 167.323.288 kg de milho em grãos, vinculados a Contrato de Opção, 7.990.648 kg de feijão comum, vinculados à AGF e 3.045.060 kg de sorgo granífero, vinculados à AGF. Sendo comercializados respectivamente, 52.488.625 kg de Milho em Grãos, vinculados à AGF, 145.089.909 kg de milho em grãos, vinculados a Contrato de Opção, 3.756.789 kg de feijão comum, vinculados à AGF e 3.045.060 kg de sorgo granífero, vinculados à AGF. Em relação aos demais estoques (AF e Est. Próprio), não houve leilão de oferta em 2010.

No período de janeiro a dezembro de 2010, a Conab ofertou 22.780.000 kg de milho em grãos, vinculados a Contrato de Opção, na modalidade VEP. Sendo comercializados 6.476.060 kg do produto.

Comercialização de Produtos dos Estoques Públicos

a) Vendas em Leilão Público

A comercialização dos estoques públicos, tem como objetivo o abastecimento interno, suprimento dos beneficiários da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM e redução de custos na gestão de estoques.

A Sureg/GO comercializou em 2010, a quantidade de 201.350 toneladas de produtos, entre Feijão, Milho e Sorgo. As comercializações ocorreram através de Avisos de Venda via Leilão Eletrônico, com participação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros.

Quadro LXIV
Comercialização dos Produtos dos Estoques Públicos

Produto	UF	Quantidade (t)			Valor da Operação (R\$)	
		Ofertado	Negociado	% Negociado	Sem ICMS	Com ICMS
Algodão em pluma	GO	10	-	-	-	-
Subtotal		10				
Feijão cores	GO	11.958	3.772	31,54	5.047.380,32	5.435.461,82
Subtotal		11.958	3.772	31,54	5.047.380,32	5.435.461,82
Milho em grãos	DF	1.198	-	-	-	-
	GO	203.745	197.578	96,97	69.513.827,34	51.964.521,54
Subtotal		204.943	197.578	96,41	69.513.827,34	51.964.521,54
Sorgo granífero	GO	4.387	4.387	100,00	1.394.062,06	1.430.402,88
Subtotal		4.387				
Total Geral		221.298	201.350	90,99	74.561.207,66	57.399.983,36

Fonte: Suope/Geocom

Obs.: Algodão e Feijão vinculados às AGFs; Feijão, Milho (Df) estoque próprio e em GO a AGF e ao Contrato de Opção; e Sorgo a AGF e ao PAA-MDA

b) Subvenção à Comercialização – Valor de Escoamento do Produto-VEP

O VEP é um valor pago a um segmento consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores, que adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral de seu valor (valor do produto mais o valor da subvenção) e, posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento para a região de consumo, é ressarcido do valor da subvenção definida no leilão.

Durante o exercício, foram ofertadas 22.780 toneladas de milho armazenadas no Estado de Goiás, sendo negociadas 6.476 toneladas, com prêmio previsto de R\$446.848,14, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXV
Demonstrativo de Vendas com Subvenção

UF de Origem	Quantidade (t)		Valor da Operação com ICMS sem o Prêmio (Em R\$)	Prêmio Previsto (Em R\$)
	Ofertada	Negociada		
BA	11.338	7.213	3.058.804,99	366.502,24
GO	22.780	6.476	2.042.349,43	446.848,14
MS	50.000	47.575	13.915.195,34	4.971.167,50
MT	187.671	5.550	1.370.130,00	182.250,00
TO	20.344	76	28.538,00	5.517,60
Total	292.133	66.890	20.415.017,76	5.972.285,48

Fonte: Suope/Geope

2.3.2.14.4- Programa Vendas em Balcão

O Programa Vendas em Balcão foi concebido objetivando possibilitar, de forma direta, condições de equidade ao acesso dos estoques públicos aos criadores e agroindústrias de pequeno

porte, propiciando a sustentabilidade do empreendimento do beneficiário, gerando emprego e renda em áreas rurais mais necessitadas, inibindo, por consequência, o êxodo rural.

No início da década de 1990, com a promulgação da Lei Agrícola Nacional (Lei n.º 8.171, de 17/01/91), o Governo Federal apresentou de forma clara sua preocupação com o desenvolvimento do setor agrícola, notadamente quanto ao abastecimento alimentar, visando garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico.

Como objetivos principais para alcançar tais pressupostos, o Art. 3.º daquela Lei destaca, dentre outros, os seguintes: “III – eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura” e “X – prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família”.

Uma das principais ações adotadas para possibilitar o alcance de tais objetivos e que está ligada diretamente ao Programa Vendas em Balcão, foi a “especial, exclusiva e excepcional” permissão para a comercialização dos estoques públicos que estão sob a gestão administrativa do Governo Federal, de forma direta, a um público específico e com um perfil pré-definido. Tal permissão pode ser vislumbrada no Art. 19 do instrumento regulador da mencionada Lei Agrícola, que é a Portaria Interministerial n.º 182, de 25/08/1994, assim descrito: “Excepcionalmente, quando as condições de mercado estiverem inviabilizando o acesso do comprador de pequeno porte a produto que esteja disponível nos estoques públicos, poderão ser feitas vendas diretas “de balcão (...), respeitados os princípios desta portaria”.

É reconhecida a dificuldade dos pequenos criadores em suprir suas demandas de produtos para a composição da ração necessária à alimentação dos seus rebanhos, pela falta de acesso, em vista da sua escala operacional e/ou localização, aos estoques governamentais ofertados por meio dos tradicionais leilões públicos, realizados em Bolsas de Mercadorias.

Para contrapor essa situação, foram formuladas as operações de vendas em balcão, com o propósito de permitir o escoamento pulverizado de parcela dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa, aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Tal permissiva, em síntese, traduz o reconhecimento de que as condições financeiras e estruturais dos pequenos compradores impõem-lhes permanentes limitações quanto a um suprimento regular de insumos, necessários à manutenção de seus negócios. A falta de capital de giro, incluindo o acesso ao crédito, não permite que os pequenos criadores rurais tenham condições de manter estoques de insumos, tornando-os vítimas das flutuações e oportunismo do mercado. Com a sistematização de ofertas regulares de insumos às propriedades rurais de pequeno porte, assegura-se um contínuo processo de alavancagem de um dos mais representativos segmentos da economia nacional. Propicia-se, assim, a geração de renda e empregos, sobretudo nas áreas rurais mais necessitadas, inibindo, em consequência, o êxodo populacional para os grandes centros urbanos. Também se beneficiam deste Programa as entidades de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento do setor.

Para que os produtos ofertados sejam acessados por um número maior de clientes, as quantidades máximas para compra mensal estão limitadas por produto e região, sendo:

- milho em grãos -14 toneladas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e 27 toneladas nas regiões Sul e Sudeste;
- arroz em casca - 100 toneladas;
- trigo em grãos – 50 toneladas;
- castanha de caju – 10 toneladas (embalagem 1.000 unidades);

- feijão – 3 toneladas;
- farinha de mandioca – 2 toneladas;
- farinha de trigo – 600 kg
- leite em pó – 600 kg,
- sorgo – 10 toneladas;
- açúcar – 2 toneladas;
- arroz beneficiado – 5 toneladas;
- castanha do brasil – 10 toneladas

Os preços de venda dos produtos são compatíveis com os de mercado, em níveis que não tenham comportamento concorrencial ao segmento vendedor tradicionalmente constituído, observando-se:

- não pode ser inferior ao preço médio ponderado de fechamento do último leilão público do produto, realizado pela Conab no estado onde for efetuada a venda em balcão;
- o preço é mantido até a ocorrência de novo leilão e, no máximo, por 30 dias corridos;
- no caso de não ter ocorrido leilão nos últimos 30 dias corridos, o preço praticado não pode ser inferior ao preço constante na publicação “Acompanhamento Semanal de Preços”, editada pela Conab e de circulação pública;
- no cálculo do preço de venda, podem ser considerados ágios e deságios por tipo, safra, localização e embalagem, em relação às especificações do produto leiloado;
- não ocorrendo leilão, nem havendo divulgação de preços na “Tabela de Acompanhamento Semanal”, são adotados os valores constantes na “Tabela de Referencial de Preços VEP/PEP/PEPRO”;
- quando nenhuma das condições anteriores forem aplicáveis neste tipo de operação, é adotada a “Tabela Referencial de Composição do Preço do Milho Importado”;
- o produto é entregue ao comprador no armazém onde está depositado, correndo por conta do mesmo as despesas com o transporte. Nos armazéns próprios, as despesas adicionais, inclusive serviços de braçagem, são de responsabilidade da Conab.

Os preços de venda, a área de abrangência, a clientela e demais procedimentos operacionais e financeiros do Programa estão definidos no Título 22 – Programa de Abastecimento Social/Venda em Balcão, do Manual de Operações da Conab-MOC.

Em 2010, as vendas em balcão de produtos dos estoques públicos (incluindo os originários de aquisições da Agricultura Familiar), cujo desempenho está vinculado à disponibilidade do produto e à atratividade do seu preço de venda, realizadas na unidade armazenadora de Brasília, no Distrito Federal, e em Itapuranga e Pontalina, no Estado de Goiás, totalizaram 4.188 toneladas de milho em grãos, em 1.701 atendimentos, com incremento de 836,74% sobre a quantidade vendida em 2009.

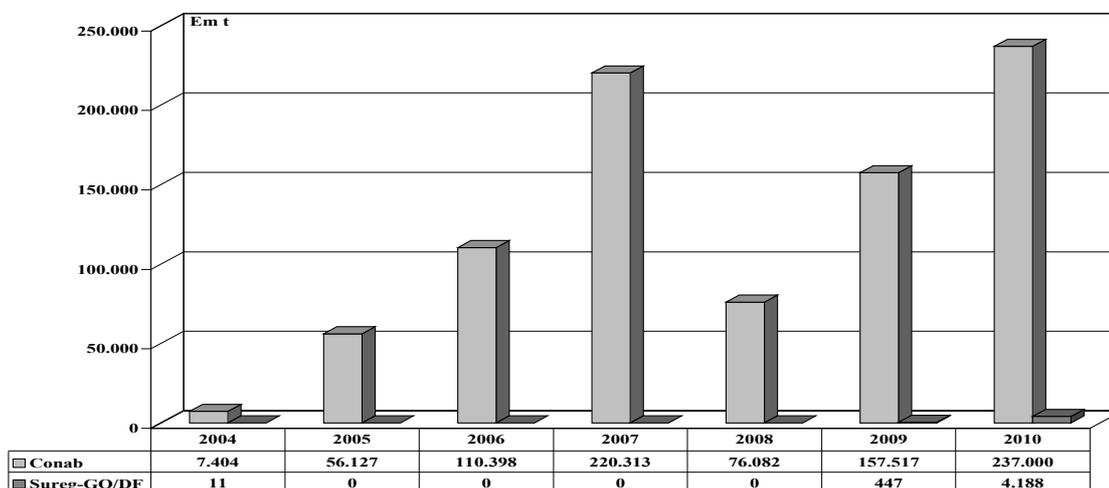
Quadro LXVI Demonstrativo de Vendas em Balcão

Unidade	2009			2010		
	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Nº Clientes	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Nº Clientes
Brasília	12	3.259,32	10	720	219.522,53	276
Itapuranga	418	121.176,87	207	2.904	921.577,09	1.245
Pontalina	16	4.774,52	19	565	194.501,19	180
Total	447	129.210,71	236	4.188	1.335.600,81	1.701

Fonte: Supab/Gepab

No período 2005-07 o programa não foi desenvolvido na Regional. As vendas foram reinicializadas durante o exercício de 2009 e, em 2010, representaram cerca de 1,77% da quantidade total comercializada pela Companhia, conforme demonstrado na figura a seguir.

Figura II
Comparativo de Vendas – Sureg-GO x Conab



Fonte: Supab/Gepab

2.3.2.14.5 - Serviços de Armazenagem.

A receita de armazenagem de produtos de terceiros, em âmbito nacional, apresentou redução de (39,83%) em relação aos resultados apresentados no mesmo período do exercício de 2009, ocorreu também uma redução nos estoques de terceiros em torno de (46,91%). Com referência aos estoques públicos tiveram um aumento de 49,11%. A Sureg-GO/DF obteve Receita com Produtos de Terceiros de R\$ 1.966.557,00 (hum milhão, novecentos e sessenta e seis mil, quinhentos e cinqüenta e sete reais), apresentando um decréscimo de (52,27%), em relação ao valor total de R\$ 4.119.768,00 (quatro milhões, cento dezenove mil, setecentos sessenta e oito reais), inerente ao mesmo período do exercício anterior.

Quadro LXVII

Unidade	Demonstrativo Estoque Médio e Receita com Produtos de Terceiros											
	Estoque Médio Armazenado (em t)									Variação (b/a)	Receita com Produtos de Terceiros (em R\$ 1,00)	
	2009			2010			2009	2010	Variação (%)			
	Governo	Terceiros	Total (a)	Governo	Terceiros	Total (b)						
Sureg-GO/DF									69			
Brasília	10.412	14.892	25.304	11.300	6.829	18.129	-28,36	2.427.425	1.034.484	-57,38		
Goiânia	970	523	1.493	1.600	300	1.900	27,26	34.761	37.724	8,52		
Itapuranga	4.166	706	4.872	4.799	121	4.920	0,99	98.732	25.514	-74,16		
Palmeiras Goiás	5.260	1.286	6.546	7.982	1.254	9.236	41,09	164.973	93.091	-43,57		
Parauna	4.789	4.842	9.631	7.655	1.629	9.284	-3,60	356.524	233.034	-34,64		
Pontalina	6.701	2.782	9.483	13.181	725	13.906	46,64	247.938	141.627	-42,88		
Porteirão	24.199	122	24.321	33.228	3.393	36.621	50,57	14.308	38.605	169,82		
Rio Verde	24.684	2.541	27.225	35.492	2.169	37.661	38,33	317.620	273.921	-13,76		
Santa Helena de Goiás	2.138	4.411	6.549	6.824	583	7.407	13,10	6.604	24.163	265,88		
São L. de M.Belos	134	86	220	2.377	87	2.464	1.020,00	450.883	64.326	-85,73		
Total	83.453	32.191	115.644	124.438	17.090	141.528	22,38	4.119.768	1.966.557	-52,27		
Total Nacional	599.780	431.797	1.031.577	927.536	197.800	1.125.336	9,09	40.751.048	24.520.974	-39,83		
Participação Sureg-GO	13,91	7,46	11,21	13,42	8,64	12,58		10,11	8,02			

Quadro LXVIII
2.3.3 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Função	Sub função	Progrma	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2011
20	301	0352	2004	A	4	pessoa beneficiada	1.175	1.186	1.175
20	331	0352	2011	A	4	servidor beneficiado	370	364	340
20	306	0352	2012	A	4	servidor beneficiado	340	365	353
20	605	0352	2130	A	3	produto adquirido (ton)	400.000	141.498	500.000
20	125	0352	2137	A	4	fiscalização realizada	268	634	350
20	122	0352	2829	A	4	unidade modernizada	9	10	9
20	126	0352	4702	A	4	unidade cadastrada	0	528	300
20	605	0360	8579	A	4	informação disponibilizada	0	0	-
20	128	0360	4572	A	4	servidor capacitado	422	404	404
20	605	0360	4711	A	4	pesquisa realizada	12	12	12

1.No programa 0352, ação 2004 - Exames Periódicos, a meta foi superada em função da realização de alguns exames previsto para o exercício de 2009, realizados em 2010.

2.No programa 0352, ação 2011 e 2012, Auxilio Transporte e Auxilio Alimentação, a meta foi cumprida.

3.No programa 0352, ação 2130, produto adquirido, a meta não foi cumprida em decorrência da liberação de recursos orçamentários financeiros fora do prazo previsto;

4.No programa 0352, ação 2137, fiscalização realizada, a meta foi superada, considerando a necessidade de se identificar ou coibir possíveis irregularidades na aplicação dos instrumentos de apoio à comercialização e para garantia da integridade física e qualitativa dos estoques públicos;

5.No programa 0352, ação 4702, unidade cadastrada, a meta não foi cumprida, haja vista que o cadastramento de armazéns só é realizado quando há demanda para tal.

6.No programa 0360, ação 4572 – Capacitação de Empregados – A meta não foi cumprida em função do contingenciamento de recursos Orçamentários e Financeiros.

7.No programa 0360, ação 4711 – Pesquisa e avaliação de Safras - A meta foi integralmente cumprida.

2.3.4– Desempenho Orçamentário e Financeiro

Quadro LXIX

2.3.4.1– Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital				
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital		
Movimentação Interna	Recebidos	135100	135141	20.122.0350.2272.0001	-	-	13.273,11	-	-		
			20.605.0352.2130.0001	-	-	-	-	87.610.168,65	-		
			20.306.0352.2012.0001	-	-	2.255.560,03	-	-	-		
			20.331.0352.2011.0001	-	-	259.819,10	-	-	-		
			28.846.0901.002F.0001	-	-	4.141,20	-	-	-		
			28.846.0901.0022.0001	2.165.614,64	-	258827,27	-	-	-		
			20.122.0352.2272.0001	8.625.994,03	-	6.424.674,80	42.407,59	-	-		
			20.122.0352.2829.0001	-	-	51.228,20	9.690,00	-	-		
			20.125.0352.2137.0001	-	-	281.816,72	2.520,00	-	-		
			20.126.0352.4702.0001	-	-	44.826,70	-	-	-		
			20.128.0360.4572.0001	-	-	126.565,34	-	-	-		
			20.605.0360.4711.0001	-	-	84.777,00	-	-	-		
			08.244.1049.2792.0001	-	-	6.114,80	-	-	-		
			08.605.1049.2802.0001	-	-	8.830,01	-	-	-		
			20.122.1409.2272.0001	-	-	5.826,96	-	-	-		
			20.605.0352.28579.0001	-	-	11.128,45	-	-	-		
			08.306.1049.2798.0001	-	-	1.500.000,00	-	-	-		
			20.301.0352.2004.0001	-	-	2.423.118,53	-	-	-		
			135145	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	3.929,25	-	-	
			135146	20.122.0352.2829.0001	-	-	30.230,00	2.979,74	-	-	
			135147	20.122.0352.2829.0001	-	-	32.950,00	431.902,49	-	-	
			135148	20.122.0352.2829.0001	-	-	72.996,00	1.179,25	-	-	
			135149	20.122.0352.2829.0001	-	-	18.775,00	7.014,25	-	-	
			135152	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	3.929,25	-	-	
			135153	135141	20.122.0352.2272.0001	-	-	40.885,84	-	-	
					20.122.0352.2829.0001	-	-	88.602,34	713.012,38	-	
			135161	20.122.0352.2829.0001	-	-	5.397,92	-	-	-	
			135410	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	4.028,89	-	-	
		135449	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	1.024.980,91	-	-		
			135167	135141	08.244.1049.2792.0001	-	-	9,32	-	-	
				08.605.1049.2802.0001	-	-	745,03	-	-		
				135153	08.605.1049.2802.0001	-	-	1.075,00	-	-	
					20.122.0352.2272.0001	-	-	20,21	-	-	
					08.244.1049.2792.0001	-	-	165,00	-	-	
		135168	135141	20.605.0352.2130.0001	-	-	-	-	239,16	-	
				08.244.1049.2792.0001	-	-	1.097.450,26	-	-	-	
				08.605.1049.2802.0001	-	-	432.024,68	-	-	-	
			135141	21.122.0351.2B83.0001	-	-	56.913,47	-	-	-	
				21.605.0351.2B81.0001	-	-	-	-	1.514.785,98	-	
				08.306.1049.2798.0001	-	-	2.644.500,00	-	-	-	
			135142	21.122.0351.2B83.0001	-	-	-11.634,03	-	-	-	
			135153	08.244.1049.2792.0001	-	-	1.109.736,24	-	-	-	
				08.605.1049.2802.0001	-	-	53.791,13	-	-	-	
				21.122.0351.2B83.0001	-	-	-140,41	-	-	-	
			135540	21.605.0351.2B81.0001	-	-	-	-	-143.135,82	-	
				08.306.1049.2798.0001	-	-	-47.772,90	-	-	-	
		135428	135141	20.605.0352.2130.0001	-	-	-	-	32.154,82	-	
		Movimentação Externa	Concedidos	135141	135100	20.122.0350.2272.0001	-	-	658,07	-	-
					20.605.0352.2130.0001	-	-	-	-	2.518.215,71	-
					20.306.0352.2012.0001	-	-	166.760,67	-	-	-
					20.331.0352.2011.0001	-	-	537,89	-	-	-
					28.846.0901.0022.0001	89.359,55	-	-	-	-	-
					20.122.0352.2272.0001	788.359,11	-	300.087,79	-	-	-
					20.122.0352.2829.0001	-	-	57.181,05	-	-	-
					20.125.0352.2137.0001	-	-	19.552,42	-	-	-
20.126.0352.4702.0001	-				-	13.367,15	-	-	-		
20.128.0360.4572.0001	-				-	17.152,49	-	-	-		
20.605.0360.4711.0001	-				-	6.068,98	-	-	-		
08.244.1049.2792.0001	-				-	36.807,00	-	-	-		
08.605.1049.2802.0001	-				-	5.500,44	-	-	-		
20.122.1409.2272.0001	-				-	391,34	-	-	-		
20.605.0352.28579.0001	-				-	2.987,90	-	-	-		
21.122.0351.2B83.0001	-				-	15.977,73	-	-	-		
21.605.0351.2B81.0001	-				-	-	-	480.000,04	-		
20.301.0352.2004.0001	-				-	103.671,37	-	-	-		
135143	20.605.0352.2130.0001				-	-	-	-	1,11	-	
135146	20.122.0352.2829.0001				-	-	1.800,00	795,67	-	-	
135147	20.122.0352.2829.0001				-	-	-	55.045,86	-	-	
135148	20.122.0352.2272.0001				-	-	393,51	-	-	-	
135149	20.122.0352.2829.0001				-	-	52.047,00	-	-	-	
135149	20.122.0352.2829.0001				-	-	-	30,00	-	-	
135153	20.122.0352.2272.0001				-	-	4.872,00	-	-	-	
135161	20.122.0352.2829.0001				-	-	5.397,92	-	-	-	
	135449				135141	20.122.0352.2272.0001	-	-	3,59	-	-
						20.122.0352.2829.0001	-	-	-	158.350,00	-
					08.244.1049.2792.0001	-	-	15.730,00	-	-	
	135153			135167	20.122.0352.2272.0001	-	-	20,10	-	-	
					08.244.1049.2792.0001	-	-	1.071.765,50	-	-	
					08.605.1049.2802.0001	-	-	36.991,86	-	-	
				135168	20.605.0352.2130.0001	-	-	-	245.502,70	-	
	135141			135347	08.244.1049.2792.0001	-	-	1.124,67	-	-	
	135153			135428	20.605.0352.2130.0001	-	-	-	292.881,58	-	
Movimentação Externa	Recebidos			-	-	-	-	-	-	-	
	Concedidos			-	-	-	-	-	-	-	

Quadro LXX
2.3.4.2 - Despesas por Modalidade de Contratação

Em R\$

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	16.906,44	0,00	16.906,44	0,00
Tomada de Preços	1.436.668,82	2.597.667,24	1.436.668,82	2.597.667,24
Concorrência	65.181,28	502.332,16	65.181,28	502.332,16
Pregão	20.321.590,93	9.376.317,01	20.321.590,93	9.376.317,01
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	248.387.157,01	82.707.524,37	248.387.157,01	82.707.524,37
Inexigibilidade	16.158.597,39	3.598.079,65	16.158.597,39	3.598.079,65
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	55.637,48	31.597,40	55.637,48	31.597,40
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	0,00	2.033.403,41	0,00	2.033.403,41
Diárias	736.673,72	1.090.371,07	736.673,72	1.090.371,07
Outros				
Não se aplica	3.779.184,05	4.788.678,45	3.779.184,05	4.788.678,45

Fonte: Siafi

Quanto à modalidade de licitação destacaram-se em 2010 as despesas executadas nas seguintes modalidades:

·Dispensa de Licitação - no valor total de R\$82.707.524,37, sobressaindo-se os custos de aquisição e manutenção dos estoques públicos (AGF e Contrato Público de Opção de Venda), no valor de R\$79.747.653,44.

·Pregão – no valor total de R\$9.376.317,01, destacando-se os custos relacionados à remoção dos estoques públicos, no valor de R\$4.279.813,26, à concessão do Auxílio Alimentação aos empregados, no valor total de R\$2.088.799,36, e à aquisição de gêneros alimentícios para composição das cestas de alimentos para distribuição às famílias ou grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, e outras despesas realizadas na operacionalização da distribuição, no valor total de R\$989.242,23.

·Inexigibilidade – com valor total de R\$3.598.079,65, onde se destacaram as despesas relativas à assistência médica aos empregados e dependentes, no valor de R\$2.213.258,48.

Quadro LXXI
3.3.4.3– Despesas por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.

Em R\$

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesa de Pessoal	8.147.807,14	9.913.890,01	8.147.807,14	9.913.890,01	0,00	0,00	7.397.745,90	9.224.303,90
Vencimentos e Vantagens Fixas	1.177.762,59	1.308.935,50	1.177.762,59	1.308.935,50	-	-	1.055.826,01	1.206.643,21
Obrigações Patronais	5.420.791,86	6.518.056,38	5.420.791,86	6.518.056,38	-	-	4.792.667,20	5.937.554,44
Depósitos Compulsórios	444.705,00	2.033.403,41	444.705,00	2.033.403,41	-	-	444.705,00	2.027.513,91
Sentenças Judiciais	1.104.547,69	42.851,68	1.104.547,69	42.851,68	-	-	1.104.547,69	42.851,68
Indenizações e Restituições Trabalhistas	-	10.643,04	-	10.643,04	-	-	-	9.740,66
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	12.859.534,98	17.434.852,88	12.057.937,57	17.208.540,14	801.597,41	226.312,74	11.675.142,63	16.361.153,76
Pensões	15.539,30	11.306,70	15.539,30	11.306,70	-	-	15.539,30	11.306,70
Diárias	722.862,72	1.090.371,07	722.862,72	1.090.371,07	-	-	722.825,72	1.088.795,07
Material de Consumo	607.094,01	945.755,65	591.936,67	900.137,17	15.157,34	45.618,48	527.414,84	886.195,57
Material de Distribuição Gratuita	3.526.746,89	5.065.023,03	2.871.078,30	5.065.023,03	655.668,59	-	2.871.078,30	5.063.332,99
Passagens e Despesas com Locomoção	260.378,64	246.254,26	260.378,64	246.254,26	-	-	260.025,29	233.656,35
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	68.801,19	54.090,44	68.087,09	54.090,44	714,10	-	63.892,82	45.100,51
Locação de Mão-de-Obra	776.281,52	1.696.542,91	776.281,52	1.601.692,85	-	94.850,06	687.573,38	1.442.941,25
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	6.536.633,99	7.542.079,87	6.406.576,61	7.456.235,67	130.057,38	85.844,20	6.187.003,41	6.808.570,60
Obrigações Tributárias e Contributivas-Op. Intra-Orçamentárias	221.199,12	483.643,25	221.199,12	483.643,25	-	-	215.791,97	481.469,02
Sentenças Judiciais	-	251.661,77	-	251.661,77	-	-	-	251.661,77
Indenizações e Restituições	123.997,60	48.123,93	123.997,60	48.123,93	-	-	123.997,60	48.123,93
4 – Investimentos	213.727,25	1.943.364,98	65.717,50	0,00	148.009,75	1.943.364,98	65.717,50	0,00
Obras e Instalações-Op. Intra-Orçamentárias	-	1.943.364,98	-	-	-	1.943.364,98	-	0,00
Equipamento e Material Permanentes-Op. Intra-Orçamentárias	213.727,25	-	65.717,50	-	148.009,75	-	65.717,50	0,00
5 – Inversões Financeira	275.426.600,49	85.477.611,65	268.055.682,43	83.905.179,63	7.370.918,06	1.572.432,02	245.463.315,46	83.550.837,62
Aquisição de Produtos para Revenda	275.426.600,49	85.477.611,65	268.055.682,43	83.905.179,63	7.370.918,06	1.572.432,02	245.463.315,46	83.550.837,62
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	296.647.669,86	114.769.719,52	288.327.144,64	111.027.609,78	8.320.525,22	3.742.109,74	264.601.921,49	109.136.295,28

A programação orçamentária da Conab é realizada de forma centralizada pela Matriz, em Brasília, e a execução é efetuada na Matriz e nas Superintendências Regionais por meio de descentralizações orçamentárias/financeiras quando da realização das diversas ações.

Em relação ao exercício anterior verificou-se a exclusão da Ação: Ações de Informática, e a inclusão da Ação: Assistência Médica aos Empregados e Servidores-Exames Periódicos, esta não executada em 2009 pois os recursos orçamentários foram descentralizados somente em 15 de dezembro de 2009 e a liberação do limite para movimentação e empenho apenas no dia 18 de dezembro, até então último dia para a elaboração de empenhos.

Quanto às demais ações, as variações nos valores executados, para mais ou menos, decorreram do cumprimento dos compromissos assumidos, do atendimento à demanda de produtores, da manutenção da Companhia e dos produtos em estoque, e do cumprimento às determinações judiciais.

Em 2010, foi empenhado o total de R\$114.769.719,52, com variação, a menor, de 61,31%, em relação ao exercício anterior, conforme detalhamento a seguir:

Os valores contabilizados em Despesas de Pessoal (Grupo 1) incluem o pagamento dos encargos sociais, o cumprimento das determinações judiciais e demais despesas de pequeno vulto relacionadas a pessoal. Destaca-se o grupo das Obrigações Patronais incluindo, entre outros, o pagamento do INSS, no valor de R\$4.020.859,10, e do FGTS, no valor de R\$1.547.084,59. A execução orçamentária das demais despesas de pessoal (salários, gratificações, férias, auxílios etc) é processada na Matriz por meio da folha de pagamento. O Grupo representou 8,63% do total empenhado em 2010 com variação, a maior, de 21,68% em relação a 2009.

·As Outras Despesas Correntes (Grupo 3) representaram 15,18% do empenho total, com variação, a maior, de 35,58% em relação ao ano anterior. Destacam-se as despesas referentes à aquisição de produtos para distribuição gratuita, no valor total de R\$5.065.023,03, adquiridas com recursos repassados pelo MDS, MDA e MI (Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e distribuição às famílias e/ou grupos atingidos por desastres naturais ou aqueles em situação de insegurança alimentar e nutricional).

Os Investimentos (Grupo 4) totalizaram R\$2.031.764,59, representando cerca de 1,77% do total empenhado, com variação, a maior, de 850,63% em relação ao ano anterior. São constituídos pelos investimentos realizados na Sede da Regional, com recursos da Ação Gestão e Administração do Programa e nas unidades operacionais, utilizando o orçamento da Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns. Em 2010, destacou-se a reforma da Sede da Sureg e do escritório da UA-Goiânia, no valor de R\$866.630,91. Em função da liberação dos limites de empenho das despesas de capital ter ocorrido durante o último trimestre do exercício, grande parte dos valores empenhados neste grupo foi inscrita em Restos a Pagar não Processados.

No grupo Inversões Financeiras estão contabilizados os valores gastos na formação e manutenção dos estoques públicos, adquiridos por meio da formalização das AGFs e do exercício dos Contratos Públicos de Opção de Venda, e na aquisição de produtos agropecuários de produtores familiares, com recursos repassados pelo MDA. As despesas totalizaram R\$85.477.611,65, com variação, a menor, de 68.97% em relação a 2009.

2.3.4.4– Indicadores de desempenho ou institucionais

A cultura de avaliação interna na Conab vem sendo implantada gradativamente. Para monitorar seu desempenho, a Matriz vem centralizando os dados, informações e indicadores das atividades em avaliação.

Objetivando dar cumprimento às determinações emanadas do TCU e observando as atribuições regimentais da Gerência de Avaliação de Resultados-Gerais, foi resgatado todo o material elaborado no Projeto Empresarial para Implantação de Indicadores de Desempenho e, após avaliação e atualizações necessárias em decorrência das mudanças organizacionais e operacionais, foi iniciado um novo processo de criação de indicadores, em consonância com a metodologia proposta por aquele Tribunal, ou seja, contemplando as cinco dimensões: efetividade, economicidade, eficiência, eficácia e equidade.

Em 2010, foi dada continuidade aos trabalhos e implantaram-se alguns indicadores das demais atividades operacionais da Companhia e a Sureg-GO está inserida como uma das precursoras a adotá-los, desenvolvendo análise crítica dos resultados.

a) - (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)			
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes			
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos			
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gesas			
Resultados:			
2007			63,73
2008			65,01
2009			101,04
2010	Meta:	100	Realizado
			100,94
Análise: Até 2008, a metodologia adotada na Conab para a estimativa da meta física previa o atendimento mensal do empregado, incluindo mais quatro dependentes. Para 2009, a meta física foi estabelecida pela Secretaria de Orçamento e Finanças-SOF, com base na execução física registrada no período de elaboração da proposta orçamentária, ficando este valor bem abaixo das previsões de atendimentos efetuadas pela Companhia. Em consequência da variação na metodologia de estimativa da meta física houve forte variação no resultado apurado por este indicador. Em 2010, a execução física superou a meta esperada em 0,94% devido principalmente ao crescimento do número de empregados e ao aumento da faixa etária.			

Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)			
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gesas			
Resultados:			
2007			99,43
2008			99,97
2009			99,76
2010	Meta:	100	Realizado
			99,98
Análise: No que se refere a execução orçamentária o indicador apresentou comportamento esperado			

Nome: Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)			
Descrição: Custo unitário de atendimento médico e odontológico do SAS			
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do SAS			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por atendimento			
Meta: Menor ou igual ao ano anterior			
Fórmula de Cálculo: (X/Y)			
Variáveis: X = Valor executado Y= n.º de atendimentos no período			
Fonte: X= Siafi Y=Sureh/Gesas			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gesas			
Resultados:			
2007			1.180,46
2008			1.621,81
2009			1.528,21
2010	Meta:	1.528,21	Realizado
			1.955,69
Análise: O custo per capta apresentou crescimento de 27,97% em relação à meta prevista devido ao aumento dos preços dos serviços médicos, do aumento da faixa etária dos empregados e pela demanda de precedimentos mais caros			

b) - (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados.

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte			
Descrição: Percentual de atendimento do benefício Auxílio-Transporte aos empregados			
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: [(X/Y) x100]			
Variáveis: X= n.º de empregados atendidos e Y= n.º total de empregados			
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
Resultados:			
2007			89,93
2008			115,95
2009			129,26
2010	Meta:	100	Realizado
			98,38
Análise: No que se refere a execução o indicador apresentou comportamento esperado			

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte			
Descrição: Percentual de gasto com o benefício do Auxílio-Transporte aos empregados ativos			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
Resultados:			
2007			98,20
2008			99,71
2009			99,57
2010	Meta:	100	Realizado 99,99
Análise: No que se refere a execução o indicador apresentou comportamento esperado			

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte			
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Transporte			
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Transporte			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado			
Meta: Menor ou igual ao ano anterior			
Fórmula de Cálculo: (X/Y)			
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados			
Fonte: X= Siafi Y=Sureh/Gesas			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
Resultados:			
2007			1.610,47
2008			1.840,25
2009			1.834,42
2010	Meta:	1.834,42	Realizado 1.906,31
Análise: O custo per capita apresentou crescimento de 3,92% em função dos reajustes tarifários praticados pelas empresas de transporte público			

c) - (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação			
Descrição: Percentual de atendimento do benefício de Auxílio-Alimentação aos empregados			
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= n.º de empregados beneficiados e Y= n.º total de empregados beneficiados previsto			
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
Resultados:			
2007			97,48
2008			111,51
2009			111,61
2010	Meta:	100,00	Realizado
			107,35
Análise: A execução superou a meta em 7,35% em função do aumento de quadro de empregados			

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação			
Descrição: Percentual de gastos com o benefício do Auxílio-Alimentação aos empregados			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
Resultados:			
2007			99,98
2008			98,99
2009			99,99
2010	Meta:	100,00	Realizado
			99,99
Análise: No que se refere a execução o indicador apresentou comportamento esperado			

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação			
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Alimentação			
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Alimentação			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado beneficiado			
Meta: Menor ou igual ao ano anterior			
Fórmula de Cálculo: (X/Y)			
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados			
Fonte: X= Siafi e Y=Sureh/Gebem			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
Resultados:			
2007			4.489,79
2008			4.821,95
2009			4.684,39
2010	Meta:	4.684,39	Realizado
Análise:			

d) - (2130) - Formação de Estoques Públicos.

Nome: Percentual de produtos adquiridos para a Formação de Estoques Públicos			
Descrição: Percentual de produtos adquiridos em relação à meta prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: (X/Y)*100			
Variáveis: X= quantidade de produto adquirido Y= quantidade de produto previsto			
Fonte: X = Gefoc Y = Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Superintendente da Sugof			
Resultados:			
2007			6,32
2008			0,11
2009			94,46
2010	Meta:	100,00	Resultado:
			35,37
Análise: Dois fatores influenciaram na baixa execução física desta Ação: 1) restrições orçamentárias durante o 1.º semestre de 2010 e a recuperação dos preços dos produtos amparados pela PGPM, o que exigiu menor intervenção do governo			

Nome: Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques Públicos			
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$			
Variáveis: X= valor executado Y= valor previsto na LOA			
Fonte: X = Siafi Y = Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Superintendente da Sugof			
Resultados:			
2007			4,78
2008			37,30
2009			91,81
2010	Meta:	100,00	Resultado: 40,28

Análise: A execução a menor deve-se principalmente à redução nas quantidades adquiridas em função da recuperação dos preços dos produtos no mercado primário

e) - (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.

Nome: Percentual de Fiscalizações Realizadas			
Descrição: Percentual de Fiscalizações realizadas em relação à meta prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= número de fiscalizações realizadas e Y= número de fiscalizações planejadas			
Fonte: X = Sufis e Y = Supor/Gepor			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup			
Resultados:			
2007			-
2008			646,67
2009			315,33
2010	Meta:	100,00	Realizado: 236,57
Análise: A execução física superou a meta em 136,57% devido ao aumento dos armazéns com estoques públicos e o aumento da fiscalização sobre os instrumentos de apoio à comercialização			

Nome: Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sust			
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= valor executado e Y= valor previsto na LOA			
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup			
Resultados:			
2007			99,71
2008			70,68
2009			99,82
2010	Meta:	100,00	Realizado: 88,26
Análise: No que se refere a execução o indicador apresentou comportamento esperado			

Nome: Índice de Perdas em Armazenagem			
Descrição: Quantidade de perdas de produtos agropecuários apuradas em armazenagem em relação ao estoque			
Objetivo: Acompanhar a conformidade entre as quantidades de perdas e os índices técnicos estabelecidos			
Tipo: Efetividade			
Unidade de Medida: %			
Meta: Menor que o do ano anterior			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= quantidade de perdas em armazenagem (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)			
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerente da Gefis			
Resultados:			
2007			0,22
2008			0,00
2009			0,00
2010	Meta:	0,00	Realizado: 0,08
Análise: Em 2010 foi registrada a perda em armazenagem de 3.799 toneladas de feijão e milho			

Nome: Índice de Desvio de Produtos Armazenados			
Descrição: Quantidade de produtos desviados por fiéis depositários em relação ao estoque contábil			
Objetivo: Acompanhar o índice de desvios praticados por fiéis depositários			
Tipo: Efetividade			
Unidade de Medida: %			
Meta: 0,00%			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= quantidade de produtos desviados (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)			
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerente da Gefis			
Resultados:			
2007			0,00
2008			0,00
2009			0,00
2010	Meta:	0,00	Realizado: 0,10
Análise: Em 2010, foi registrada a ocorrência de desvio de 4.785 toneladas de milho em armazéns de terceiros			

Nome: Índice de ocorrência de produtos desclassificados			
Descrição: Quantidade de produtos considerados desclassificados em relação ao estoque contábil			
Objetivo: Acompanhar a ocorrência de produtos considerados como desclassificados			
Tipo: Efetividade			
Unidade de Medida: %			
Meta: 0,00%			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= quantidade de produtos desclassificados (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)			
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerente da Gefis			
Resultados:			
2007			0,00
2008			0,00
2009			0,00
2010	Meta:	0,00	Realizado: 0,00
Análise: Em 2010, não foi registrada a ocorrência de produtos desclassificados			

Nome: Índice de Ocorrência de Produtos Abaixo do Padrão			
Descrição: Quantidade de produtos avaliados como abaixo do padrão em relação ao estoque contábil			
Objetivo: Acompanhar a ocorrência de produtos abaixo do padrão			
Tipo: Efetividade			
Unidade de Medida: %			
Meta: 0,00%			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= quantidade de produtos abaixo do padrão (emt) e Y= quantidade de estoque contábil (emt)			
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerente da Gefis			
Resultados:			
2007			0,00
2008			0,00
2009			0,00
2010	Meta:	0,00	Realizado: 0,00
Análise: Em 2010, não foi registrada a ocorrência de produtos abaixo do padrão			

Nome: Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos			
Descrição: Percentual de Estoques Públicos Fiscalizados			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta operacional			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo programado			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= Quantidade fiscalizada e Y= Quantidade planejada			
Fonte: X = Sufis e Y = Sufis			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerentes da Gefis			
Resultados:			
2007			106,11
2008			62.306,50
2009			237,71
2010	Meta:	100,00	Realizado: 120,89
Análise: A execução superou a meta em 20,89% principalmente em decorrência da realização de duas etapas especiais de fiscalização			

Nome: Custo por Fiscalização realizada			
Descrição: Custo unitário por fiscalização realizada			
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos por fiscalização realizada			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por fiscalização realizada			
Meta: Menor que o do exercício anterior			
Fórmula de Cálculo: X/Y			
Variáveis: X= valor executado com despesas correntes (em R\$) e Y= número de fiscalizações realizadas			
Fonte: X = Siaf e Y = Gefis/Sufis			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerente da Gefis			
Resultados:			
2007			-
2008			528,26
2009			447,40
2010	Meta:	447,4	Realizado: 413,67
Análise: O custo por fiscalização realizada teve redução de 7,54% devido a menor participação de fiscais em operações em outras Regionais			

f) -- (2272) Gestão Administrativa do Programa.

Nome: Percentual de Execução Financeira nas Ações de Apoio ao Programa			
Descrição: Percentual de gastos com atividades relacionadas à administração do Programa Abastecimento Agroalimentar			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Sufin			
Resultados:			
2007			99,83
2008			99,93
2009			99,97
2010	Meta:	100,00	Realizado 99,90
Análise: No que se refere a execução o indicador apresentou comportamento esperado			

g) - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns.

Nome: Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas			
Descrição: Percentual de unidades atendidas, visando a manutenção das condições para a guarda e conservação dos produtos agropecuários			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Maior ou igual a 100%			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$			
Variáveis: X = Unidades armazenadoras atendidas e Y = Número de unidades previstas			
Fonte: X = Gerap e Y = Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gerap			
Resultados:			
2007			333,33
2008			125,00
2009			100,00
2010	Meta:	100,00	Realizado 111,11
Análise: Em 2010, foram atendida as 10 unidades da Regional, com aquisição de equipamentos e pequenos serviços			

Nome: Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria			
Descrição: Percentual de execução financeira em relação à meta estabelecida na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$			
Variáveis: X = Valor executado e Y = Valor previsto			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gerap			
Resultados:			
2007			97,74
2008			93,91
2009			97,60
2010	Meta:	100,00	Realizado 99,19
Análise: No que se refere a execução o indicador apresentou comportamento esperado			

h) - (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras.

Nome: Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns			
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecad			
Resultados:			
2007			98,64
2008			99,90
2009			93,30
2010	Meta:	100,00	Realizado
			89,88
Análise: Para 2010 não foi programado a realização de censo de armazenagem no Estado de Goiás. Mas por dificuldades em cumprir a programação por falta de empregados disponíveis em algumas regionais, foi realizado em Goiás. Na programação original havia apenas a previsão de participação de empregados desta Regional. Com a realização do censo houve menores custos com diárias e passagens.			

Nome: Custo por Unidade Cadastrada			
Descrição: Custo unitário por unidade cadastrada			
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de cadastramento de unidades armazenadoras			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por cadastramento			
Meta:			
Fórmula de Cálculo: (X/Y)			
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de cadastramentos			
Fonte: X= Siafi e Y=Gecad/Suam			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecad			
Resultados:			
2007			261,69
2008			35,07
2009			466,48
2010	Meta:	-	Realizado
			59,58
Análise: Com a realização do censo no Estado de Goiás com roteiros previamente estabelecidos acarretou redução de custos e maximização do número de armazéns cadastrados/recadastrados			

i) – (8579) Geração e Difusão de Informações Agropecuárias e do Abastecimento Agroalimentar.

Nome: Percentual de Execução Financeira na Geração e Difusão da Informações Agropecuárias			
Descrição: Percentual de execução financeira com relação ao previsto na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$			
Variáveis: X = valor liquidado e Y = Valor previsto na LOA			
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Geint			
Resultados:			
2008			59,81
2009			-
2010	Meta:	100,00	Realizado
			40,70
Análise:			

j) (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação.

Nome: Atendimento da Demanda de Capacitação			
Descrição: Percentual dos empregados treinados previstos na LOA			
Objetivo: Acompanhar a implementação das atividades de treinamento prevista no Plano de Capacitação			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$			
Variáveis: X = n.º de empregados treinados e Y = número de treinandos previsto			
Fonte: X= Sureh/Gecap e Y=Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecap			
Resultados:			
2007			81,03
2008			347,43
2009			74,96
2010	Meta:	100,00	Realizado
			95,73
Análise: No que se refere a execução o indicador apresentou comportamento esperado			

Nome: Percentual da Execução Financeira com Capacitação			
Descrição: Percentual dos gastos com a ação de capacitação dos empregados			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$			
Variáveis: X = Valor executado e Y = valor previsto			
Fonte: X = Siaf e Y = Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecap			
Resultados:			
2007			97,35
2008			95,89
2009			98,46
2010	Meta:	100,00	Realizado 95,14
Análise: No que se refere a execução o indicador apresentou comportamento esperado			

Nome: Custo por Empregado Capacitado			
Descrição: Custo por empregado capacitado			
Objetivo: Apurar o valor investido por empregado capacitado			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: R\$ por empregado capacitado			
Meta: Menor que o obtido no exercício anterior			
Fórmula de Cálculo: X/Y			
Variáveis: X = valor executado e Y = quantidade de empregados capacitados			
Fonte: X = Siafi e Y = Sureh/Gecap			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerente da Gecap			
Resultados:			
2007			207,12
2008			135,63
2009			146,64
2010	Meta:	146,64	Realizado 270,82
Análise: O custo por treinando apresentou aumento de 84,68% em função do maior número de treinamentos realizados fora da área de lotação dos empregados participantes			

k) - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras.

Nome: Percentual de Pesquisa de Safras			
Descrição: Percentual de pesquisa de safras em relação à meta prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Igual ou superior a 100%			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$			
Variáveis: X = número de pesquisas realizadas e Y = número de pesquisas previstas			
Fonte: X e Y = Suinf/Geasa			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Geasa			
Resultados:			
2007			150,00
2008			100,00
2009			100,00
2010	Meta:	100,00	Realizado
			100,00
Análise: No que se refere a execução o indicador apresentou comportamento esperado			

Nome: Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras			
Descrição: Percentual de gastos com pesquisa de safras			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$			
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto			
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Geasa			
Resultados:			
2007			99,60
2008			66,16
2009			86,71
2010	Meta:	100,00	Realizado
			98,39
Análise: No que se refere a execução o indicador apresentou comportamento esperado			

I -) (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.

Nome: Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais			
Descrição: Percentual de gastos com sentenças e débitos judiciais			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Superintendente da Sumaj			
Resultados:			
2007			99,52
2008			95,50
2009			98,85
2010	Meta:	100,00	Realizado 99,96
Análise: No que se refere a execução o indicador apresentou comportamento esperado			

m) - 002F Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos, Devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Nome: Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais			
Descrição: Percentual de gastos com sentenças e débitos judiciais			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Superintendente da Sumaj			
Resultados:			
2007			95,18
2008			64,91
2009			-
2010	Meta:	100,00	Realizado 83,88
Análise: No que se refere a execução o indicador apresentou comportamento esperado			

3.Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.

Não houve ocorrências.

4.Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro LXXII

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2007	7,10		7,10	
2008	1.670.675,32	108.265,65	1.534.158,29	28.251,38
2009	22.975.143,14	3.464,32	22.971.266,21	415,09
2010	2.014.623,24			

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2007				
2008	667.804,38	4.482,80	607.933,62	55.387,96
2009	7.624.684,50	3.198.502,66	4.481.569,80	
2010	3.025.635,92			

FONTE SIAFI/GEFIN

Restos a Pagar Processados

O valor a pagar de R\$ 415,09 (quatrocentos e quinze reais e nove centavos), inscrito em restos a pagar processados e pendente de pagamento no exercício fiscal de 2009, foi liquidado no exercício fiscal de 2010.

O Valor R\$ 2.014.623,24, (dois milhões e quatorze mil seiscentos e vinte e três reais e vinte e quatro centavos) inscrito em Restos a Pagar Processados, no exercício fiscal 2010, em sua quase totalidade teve como origem o registro de obrigações com aquisições de materiais de consumo, despesas com energia elétrica, guarda e vigilância e armazenagem de Produtos da Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal – PGPM.

Restos a Pagar Não Processados

No Exercício Fiscal de 2010 foi inscrito o valor de R\$ 3.025.635,92 (três milhões e vinte e cinco mil e seiscentos e trinta e cinco reais e noventa e dois centavos) inscritos em Restos a Pagar Não Processados refere-se a destinação para a contratação de reforma do imóvel da sede da Sureg- Goiás na importância de R\$ 866.630,91 (oitocentos e sessenta e seis mil seiscentos e trinta reais e noventa e um centavos) e os demais valores são destinados a quitação de despesas assumidas pelas unidades jurisdicionadas a esta Superintendência que destacamos: valor de R\$ 157.957,96, assumido pela UG/135141, o valor de R\$ 377.380,36, assumido pela UG/135147, o valor de R\$ 651.111,51 assumido pela UG/135143 e o valor de R\$ 919.754,51 assumido pela UG/135427.

5- Composição dos Recursos Humanos

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados celetistas, contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de funcionários terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da Conab para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento, que do quadro de pessoal 2.480 vagas estão destinadas a receber os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, a quais deverão ser extintas à medida que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Neste contexto, a Conab não estabeleceu lotação autorizada por Regional.

No fim do exercício, a Sureg-GO/DF contava com 364 empregados, sendo 233 em efetivo exercício na Regional e os demais cedidos a outros órgãos públicos ou em licença não remunerada, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXXIII – Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Lotação Autorizada	Lotação Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	0	326	5	2
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	0	195	5	2
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	195	5	2
1.2.2 Servidor de Carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	131	0	0
1.4.1 Cedidos	-	127	-	-
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença Remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	4	-	-
2 Provimento de cargo em comissão	0	38	0	0
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0
2.2.1 Servidor de Carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-
2.3 Funções gratificadas	0	38	0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	38	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
Total	0	364	5	2

Fonte: Sumoc/Gecav

Do quadro de empregados 206 apresentam situação contratual decorrente de readmissão por reintegração judicial ou pela lei de anistia, correspondendo a 56,59% do corpo funcional. O vínculo empregatício mediante contrato padrão aplica-se aos demais empregados, incluídos os concursados cujas admissões ocorreram mais recentemente.

**Quadro LXXIV - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual
Situação Apurada em 31/12/2010**

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	Sureg-GO/DF		Variação
	31/12/09	31/12/10	
Contrato Padrão	158	158	-
Reintegrado (Transitado)	11	12	1
Reintegrado Liminar	3	3	-
Anistiado (Transitado)	28	28	-
Anistiado (Liminar)	8	8	-
Anistiado (Lei 8878/94)	151	155	4
Total	359	364	5

Fonte: Conab/Dirad/Sureh

A faixa etária entre 51 a 60 anos apresenta concentração de 53,57% do número de empregados, seguida pela faixa entre 41 a 50 anos com 28,57%, conforme detalhado no quadro a seguir.

**Quadro LXXV – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária
Situação Apurada em 31/12/2010**

Tipologias do Cargo	Faixa Etária					Total
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60	
1. Provedimento de cargo efetivo	2	14	104	195	49	364
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	0
1.2 Servidores de Carreira	2	5	66	132	32	237
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	9	38	63	17	127
2. Provedimento de cargo em Comissão	0	0	0	0	0	0
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	0
2.3 Funções Gratificadas	-	-	-	-	-	0
3. Total	2	14	104	195	49	364

Fonte: Sutin

Do quadro de empregados apenas 22,80% possuem curso superior com especialização/mestrado/doutorado ou não, conforme detalhado no quadro a seguir.

**Quadro LXXVI – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade
Situação Apurada em 31/12/2010**

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
1. Provedimento de cargo efetivo	1	0	67	32	159	39	7	19	3	0	327
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1.2 Servidores de Carreira	1	-	47	16	89	26	-	19	3	-	201
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	20	16	70	13	7	-	-	-	126
2. Provedimento de cargo em Comissão	0	0	1	2	19	6	8	1	0	0	37
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
2.3 Funções Gratificadas	-	-	1	2	19	6	8	1	-	-	37
3. Total	1	0	68	34	178	45	15	20	3	0	364

LEGENDA: Nível de Escolaridade 1-Analfabeto; 2-Alfabetizado sem cursos regulares; 3-Primeiro grau incompleto; 4-Primeiro grau; 5-Segundo grau ou técnico; 6-Superior; 7-Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8-Mestrado; 9-Doutorado; 10-Não Classificada

Fonte: Sumoc/Gecap

Além dos empregados a Regional contava com 18 estagiários de nível superior e 6 de nível médio, com custo anual de R\$185.905,45 (salário mais auxílio transporte).

**Quadro LXXVII – Composição do Quadro de Estagiários
Situação Apurada em 31/12/2010**

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Vagas Aprovadas	Quantitativo de vagas preenchidas em Dez/2010	Custo do Exercício (em R\$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre			
Nível Superior	18	21	20	18	24	24	185.905,45
Área Fim	7	8	6	6			
Área Meio	11	13	14	12			
Nível Médio	5	3	6	6			
Área Fim	4	2	4	5			
Área Meio	1	1	2	1			
Total	23	24	26	24	24	185.905,45	

Fonte: Sureh/Gepes

Com referência ao Quadro de Custos de Recursos Humanos, o sistema de folha de pagamentos utilizados pela Conab em sua arquitetura não foi prevista a segregação de informações na forma solicitada pelo Tribunal de Contas da União, ou seja, não foi possível retirar do grupo de servidores de carreira os valores referentes aos empregados ocupantes de funções gratificadas. Os ajustes necessários serão providenciados no decorrer do exercício de 2011.

Quadro LXXVIII

Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens fixas (R\$)	Despesas Variáveis (Em R\$)						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Servidor de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	21.639.370,43	0,00	1.664.674,02	155.138,48	0,00	0,00	0,00	23.459.182,93
2009	24.486.629,26	0,00	1.810.478,70	185.281,70	0,00	0,00	0,00	26.482.389,66
2010	22.445.857,86	0,00	2.014.598,82	49.541,68	0,00	0,00	0,00	24.509.998,36
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	5.567.607,90	0,00	0,00	45.678,00	0,00	0,00	0,00	5.613.285,90
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sutin

Os quadros a seguir apresentam de forma detalhada a formação do quadro de mão de obra terceirizada que tiveram vigência no exercício de 2010.

Quadro LXXIX – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante														
Nome:Cia Nacional de Abastecimento – CONAB - SUREG/GO														
UG/Gestão:135141/22211							CNPJ – 26461699/0022-05							
Informações sobre os contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
				Início	Fim	F		M		S			P	C
						P	C	P	C	P	C			
2010	L	O	003/2010	22/03/10	21/03/11							A	9	9
2008	V	O	004/2008	02/09/08	01/09/09							P	44	44
2010	V	E	002/2010	01/12/10	29/05/11							A	7	7
2007	L	O	004/2007	03/09/07	02/09/08							P	4	4

Observação:

Legenda:
 Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado
 Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada

Fonte:

Quadro LXXX– Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante															
Nome:Cia Nacional de Abastecimento – CONAB – SUREG/GO															
UG/Gestão: 135141/22211							CNPJ:264616990022-05								
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantid Trabalh:	
					Início	Fim	F		M		S				P
							P	C	P	C	P	C			
2010	1	E	001/2010	7673846000131	05/03/10	04/09/10							E		
2010	1	O	001/2010	37275922000111	22/11/10	21/11/10							P		
2008	1	O	002/2008	5022145000107	03/07/08	02/07/09							P		
2010	1	O	OS-71/2010	26898452000126	18/11/10	17/11/11							A		
2009	1	O	OS-08/2010	4699101000153	24/03/10	31/12/10							E		
2009	1	O	004/2010	1819149000160	01/06/10	31/05/11							P		
2009	1	O	005/2010	4515963000189	29/06/10	28/06/11							P		
2009	1	O	002/2010	3736542000115	05/02/10	04/02/11							E		
2009	1	O	001/2010	37878139000142	15/03/10	14/03/11							E		
2009	1	O	002/2010	3736542000115	05/02/10	04/02/11							E		

Observação: Não existe número fixo de trabalhadores e de Advogados.

Legenda:

Área:

- 1 – Apoio Administrativo, Técnico e Operacional;
- 2 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
- 3 – Serviços de Copa e Cozinha;
- 4 – Manutenção e Conservação de Bens Móveis;
- 5 – Serviços de Brigada de Incêndio;
- 6 – Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
- 7 – Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Fonte:

Quadro LXXXI

Distribuição de Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra

Identificação do Contrato	Área	Quantidade	Unidade Administrativa
003/2010	7	9	SEDE DA SUREG-GO
004/2008	8	44	SEDE DA SUREG-GO e UNIDADES JURISDICIONADAS
002/2010	8	7	UA/BRASÍLIA
004/2007	7	4	UA/BRASÍLIA

Legenda:
 Área:
 1 – Apoio Administrativo Técnico e Operacional
 2 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
 3 – Serviços de Copa e Cozinha;
 4 – Manutenção e Conservação de Bens Móveis
 5 – Serviços de Brigada e Incêndio
 6 – Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
 7 – Higiene e Limpeza
 8 – Vigilância Ostensiva
 9 – Vigilância Ostensiva

5.1 – Análise Crítica sobre a Composição dos Recursos humanos

O processo de criação da Conab, decorrente da fusão de três empresas públicas, em 1990, se deu de forma intempestiva e sem planejamento e, em um cenário direcionado para a redução de funções públicas, o que acabou gerando um número expressivo de demissões à época. Nesse contexto, herdou um quadro de empregados bastante heterogêneo, baseado em culturas e direitos trabalhistas distintos.

A redução das atividades operacionais, paralelamente à contínua redução do corpo de empregados, somada a períodos de descontinuidade administrativa, impossibilitaram o planejamento de médio e longo prazos, acarretando falta de objetividade nas ações desenvolvidas.

Nesse ambiente, a Companhia implementou, entre 1994 e 2002, sete programas de demissões voluntárias e incentivadas, que resultaram na demissão de 2.866 empregados.

Desta forma, ao final de 2002 a Conab contava com 2.500 empregados, administrando um estoque público de 461.702 toneladas de produtos, com o suporte de 49 unidades armazenadoras estratégicas e com uma atuação mais restrita no âmbito dos programas sociais.

Em 2003 a Conab foi incluída na operacionalização do Fome Zero, passando a implementar também o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e a intensificar a distribuição de cestas de alimentos às populações atingidas por desastres ou a grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional. Programas próprios foram incrementados, como o Vendas em Balcão, acrescidos de novos, como a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-Refap e o Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort que, agregando-se aos já existentes, imprimiram maior dinamismo às competências atribuídas à Companhia desde o processo de fusão.

A reafirmação da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, atividade da maior relevância para o cumprimento da missão institucional da Companhia, ampliou o atendimento aos produtores rurais de forma significativa, mantendo em 2010 um estoque de 7,1 milhões de toneladas de produtos agrícolas, demandando a administração de uma rede armazenadora composta atualmente por 177 armazéns, com capacidade estática para o armazenamento de 2,0 milhões de

toneladas de produtos. A PGPM demanda, ainda, a operacionalização de instrumentos de incentivo à comercialização de produtos agropecuários, tais como o PEP e PEPRO que resultaram, neste ano, no escoamento de aproximadamente 15,0 milhões de toneladas de diversos produtos para áreas consumidoras ou para a exportação.

O incremento dessas atividades criou gargalos provocados pelo reduzido número de empregados, principalmente daqueles lotados nas Superintendências Regionais, levando a Companhia a buscar a alternativa de seleção pública para a contratação de novos empregados, em face da necessidade de complementação do quadro, de forma sobretudo qualitativa. Os dois concursos públicos, realizados em 2005 e 2006, e direcionados a candidatos com formação superior, reservou maior número de vagas para Engenheiros Agrônomos/Agrícolas, visando suprir as lacunas existentes em áreas técnico-operacionais, principalmente nas Superintendências Regionais. Foram admitidos, a partir desse período, 446 concursados.

No entanto, os baixos salários dos novos empregados, contratados nas faixas iniciais da carreira, como definido em edital e em razão do plano de cargos vigente, tornaram-se motivo de não retenção desses concursados, daí decorrendo um número significativo de demissionários. Do total de concursados contratados restaram 307 empregados ao final de 2010, correspondendo a 31,2% de desligamentos, em sua maioria por insatisfação salarial.

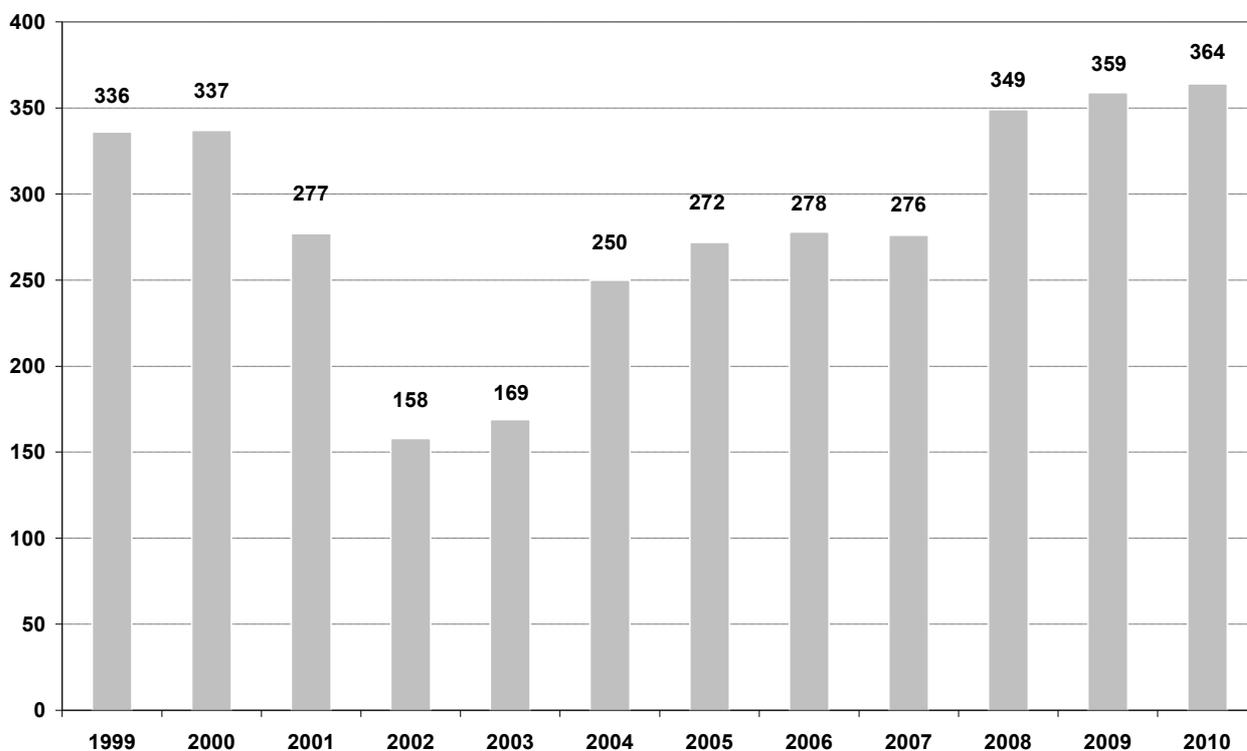
Por outro lado, ao longo dos anos e por determinação judicial, a Companhia vem readmitindo ou reintegrando parte do contingente de empregados demitidos no período pós fusão, inclusive com base na lei de anistia. E, em que pese a existência da Lei n.º 8.878, de 11/05/94, foi somente com a publicação da Portaria n.º 278/01 que efetivamente se deu início ao retorno, em 2004, dos empregados anistiados. O Decreto n.º 6.077, de 2007, intensificou o processo, permitindo o retorno, até o momento, de 1.610 empregados, em cumprimento a esses instrumentos legais. Ao final do exercício de 2010, cerca de 54,2% do quadro funcional compõe-se de empregados que retornaram à Companhia em decorrência dos eventos citados.

Conforme a Portaria n.º 21/2009, do DEST, a Conab está autorizada a gerenciar seu quadro de pessoal próprio, praticando atos de gestão para repor empregados desligados ou que vierem a se desligar do quadro funcional, desde que sejam observados o limite estabelecido e as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício, bem como as demais normas legais pertinentes.

Considerando o limite máximo para o quadro de pessoal próprio da Conab, fixado pelo DEST em 5.076 empregados para o ano de 2010, estando aí incluídas 2.480 vagas destinadas a recepcionar os readmitidos sob a condição de anistiados, este grupo tende a ser ampliado no próximo exercício.

Como parte integrante da Conab, a Sureg-GO apresenta situação idêntica. A figura a seguir mostra a evolução do seu quadro de empregados, na qual se verifica forte redução até o exercício de 2002 e em seguida crescimento, atingindo em 2010, uma evolução de 130,4% em relação àquele ano.

Figura III - Evolução do Número de Empregados



Fonte: Sureh/Gepes

O retorno dos anistiados reduziu o gargalo gerado pelo reduzido número de empregados, atuando em diversas áreas da Companhia e participando na realização de todas as operações. Mas, em determinados setores, principalmente nas áreas de engenharia, agronomia, contabilidade e de tecnologia da informação, persiste a falta de empregados especializados, causando dificuldades e atrasos na execução de ações, principalmente no segmento operacional.

Na Sureg-GO existe a perspectiva de saída de parte significativa da força de trabalho por motivo de aposentadoria, pois 67,0% do número de empregados tem idade superior a 51 anos, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXXXII – Faixa Etária X Tempo de Trabalho

Faixa Etária	Tempo de Serviço									Total
	0 a 5	6 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 25	26 a 30	31 a 35	35 a 40	Mais de 40	
20 a 25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
26 a 30	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
31 a 35	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3
36 a 40	11	-	-	-	-	-	-	-	-	11
41 a 45	8	5	-	-	8	1	-	-	-	22
46 a 50	25	19	1	1	10	20	6	-	-	82
51 a 55	22	29	4	1	5	26	26	1	-	114
56 a 60	21	11	4	1	4	14	23	3	-	81
61 a 65	9	15	-	-	1	1	5	1	1	33
65 a 70	4	3	-	-	1	1	1	-	-	10
Mais de 70	3	2	-	-	-	1	-	-	-	6
Total	108	84	9	3	29	64	61	5	1	364

Fonte: Sureh

Considerando o limite imposto pelo DEST, a Conab identificou a necessidade de preenchimento das 154 vagas existentes, por meio da realização de concurso público ainda em

2011. Serão priorizadas as áreas da Matriz, principalmente a de Tecnologia da Informação, com 75 vagas, pois atualmente esta área conta com número elevado de mão de obra terceirizada, contratada por meio do PNUD.

A terceirização de mão de obra na Conab não apresenta impactos diretos sobre sua produtividade, pois acontece apenas em tarefas não finalísticas. Os efeitos são indiretos, principalmente no que diz respeito à complementação da capacidade da organização de produzir aplicativos de informática apropriados ao atendimento dos processos de trabalho. A permanência deste grupo é considerado de fundamental importância devido ao pequeno número de empregados especializados, decorrente da incapacidade de retenção de mão de obra em exercícios anteriores devido aos salários oferecidos serem inferiores àqueles praticados no mercado. Além da área de Tecnologia da Informação, a terceirização está presente nos serviços de limpeza, conservação, vigilância e braçagem.

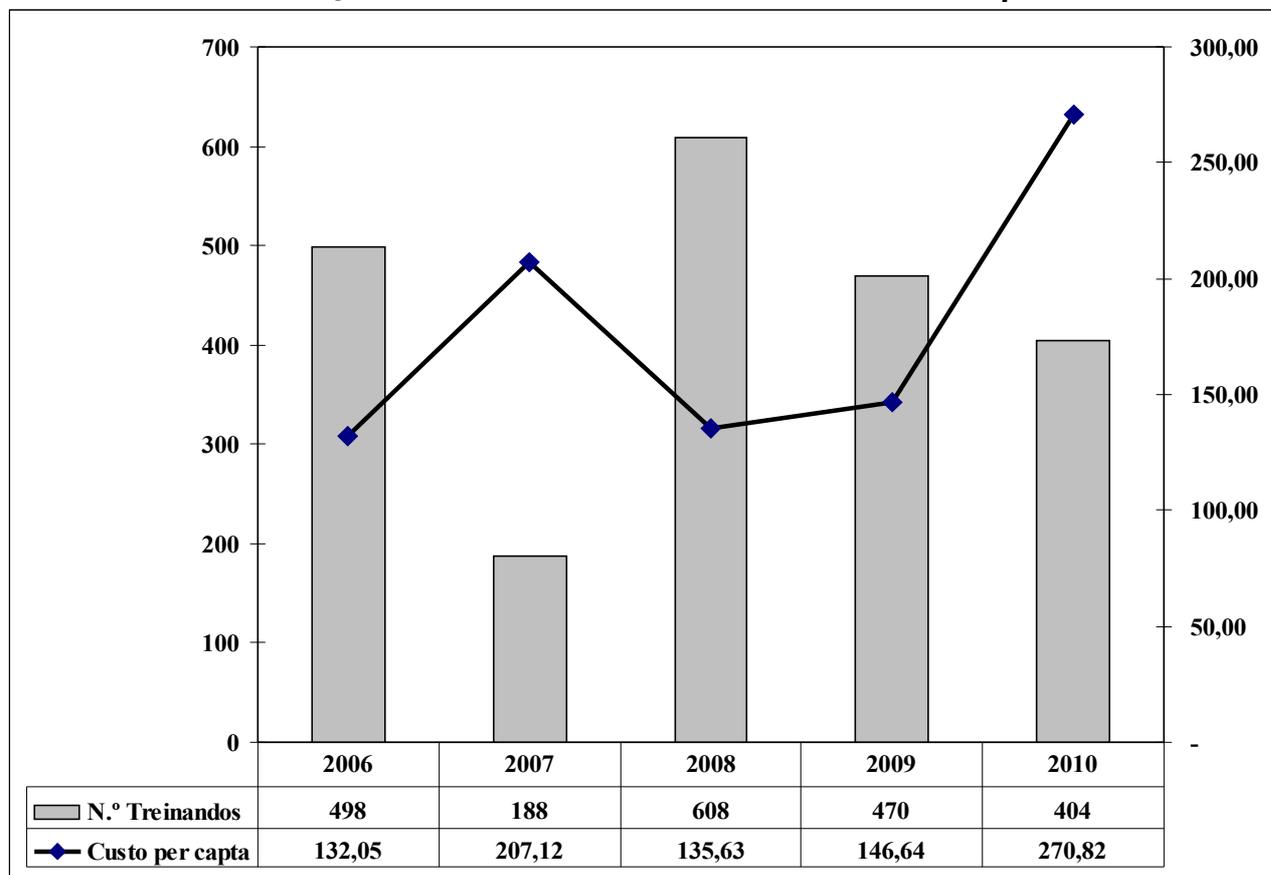
Atualmente, os ingressos no quadro de pessoal ocorrem somente pelo retorno de ex-empregados, seja por decisão judicial ou pela Lei de Anistia, ou, então, por meio de contratos especiais nas funções de diretores, assessores ou conselheiros, sem vínculo empregatício. No outro sentido, a redução ocorre pela rescisão dos contratos especiais, pela solicitação de demissão sem justa causa e por falecimento do empregado.

Em 2009, foi aprovado o novo Plano de Cargos, Carreira e Salários da Conab (PCCS-2009) com implantação a partir do mês de janeiro de 2010. A adesão dos empregados ao novo plano implica em renúncia aos benefícios e vantagens previstas no PCCS-91e do correlato Regulamento de Pessoal, podendo ser realizada em qualquer tempo, com efeito a partir da data de adesão. Até o fim do exercício 38 empregados (10,4% do quadro de pessoal) aderiram ao novo Plano.

Para a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços prestados ao governo e à sociedade tem se buscado a melhoria dos níveis de educação e formação do corpo funcional. Neste sentido, são oferecidos cursos em áreas de interesse da Companhia a todos os empregados e, também, incentivos, sob a forma de pecúnia ou por meio da concessão de facilidades (redução da jornada de trabalho, permissão para falta em dias de provas etc) ao retorno aos estudos, em cursos de 3.º grau, especialização, pós-graduação, mestrado e doutorado. Oferece ainda, cursos de 1.º e 2.º graus para empregados e terceirizados, ministrados preferencialmente por empregados, e cursos de idiomas (inglês e espanhol).

Nos exercícios anteriores houve maior demanda por cursos na área de informática devido a mudanças adotadas pela Companhia nos softwares de trabalho e para treinamento de novos empregados, e, também, em eventos destinados à melhoria no relacionamento pessoal e na motivação para o trabalho, com participação de maior número de empregados e realização por instituições locais, facilitando a realização dos eventos e redução dos custos. Em 2010, verificou-se redução de 14,0% no número de treinandos e aumento de 84,75% no custo *per capita*, devido à participação de empregados em eventos realizados na Matriz, em Brasília, e nos estados da Paraíba, de São Paulo e de Minas Gerais, com conseqüente aumento das despesas com diárias e passagens.

Figura IV
Evolução do N.º de Treinandos e do Custo *Per Capta*

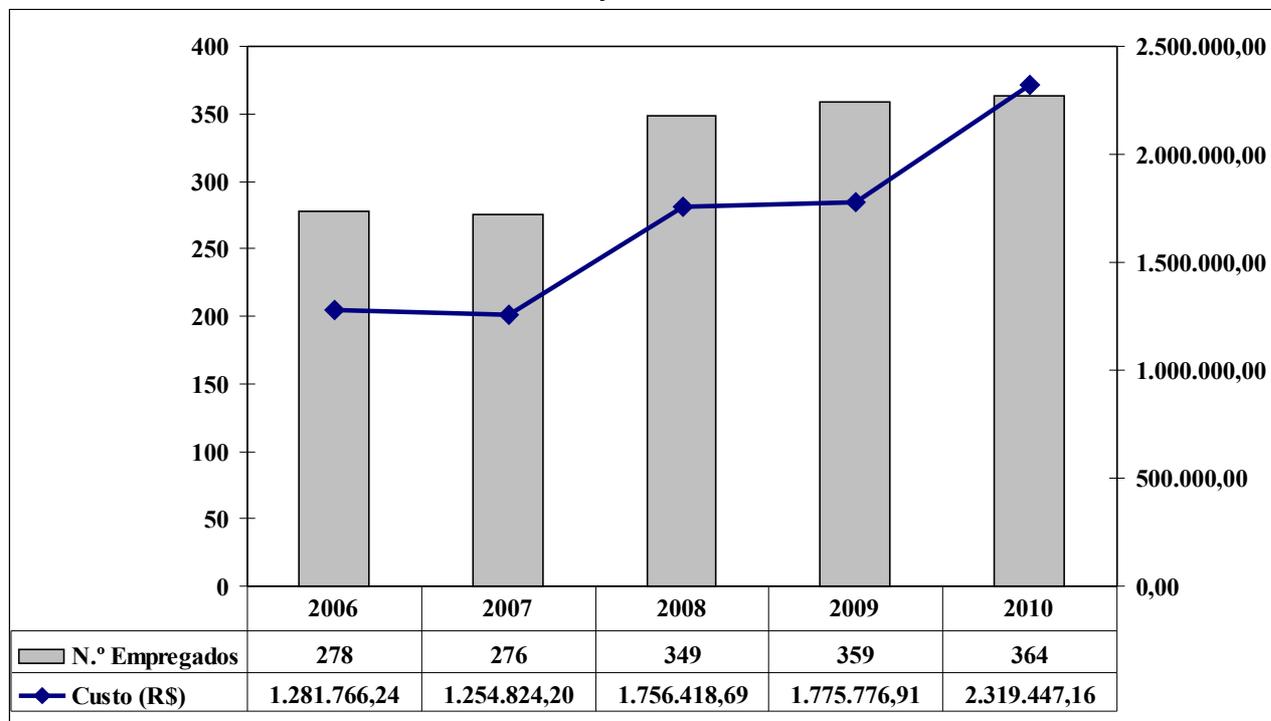


Fonte: Sumoc/Gecap e Siafi

A Companhia considera de fundamental importância, também, a manutenção da saúde física e mental do quadro de empregados. Para tanto, oferece um plano de assistência médica, odontológica e psicológica de auto gestão, não implicando em pagamentos mensais mas em participação nas despesas de acordo com o nível salarial. Além deste, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional-PCMSO inclui a realização de exames periódicos anuais gratuitos e de caráter obrigatório, a todo o corpo funcional e campanhas de vacinação antigripal. Com relação ao ambiente de trabalho, é realizado em todos os setores da Companhia o Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho-LTCAT, com identificação e caracterização de todos os agentes de riscos ocupacionais. Apesar dos esforços realizados foi registrada a ocorrência de 3 de acidentes de trabalho em 2010.

Apesar do aumento de 1,4% do número de empregados em relação ao exercício anterior, verifica-se crescimento de aproximadamente 30,1% nas despesas com assistência médica e odontológica. Tal fato deve-se principalmente ao aumento da faixa etária dos empregados com maior demanda por serviços médicos e por procedimentos mais complexos, e, também, pelo aumento dos preços praticados por instituições e profissionais conveniados.

Figura V
Serviços de Saúde

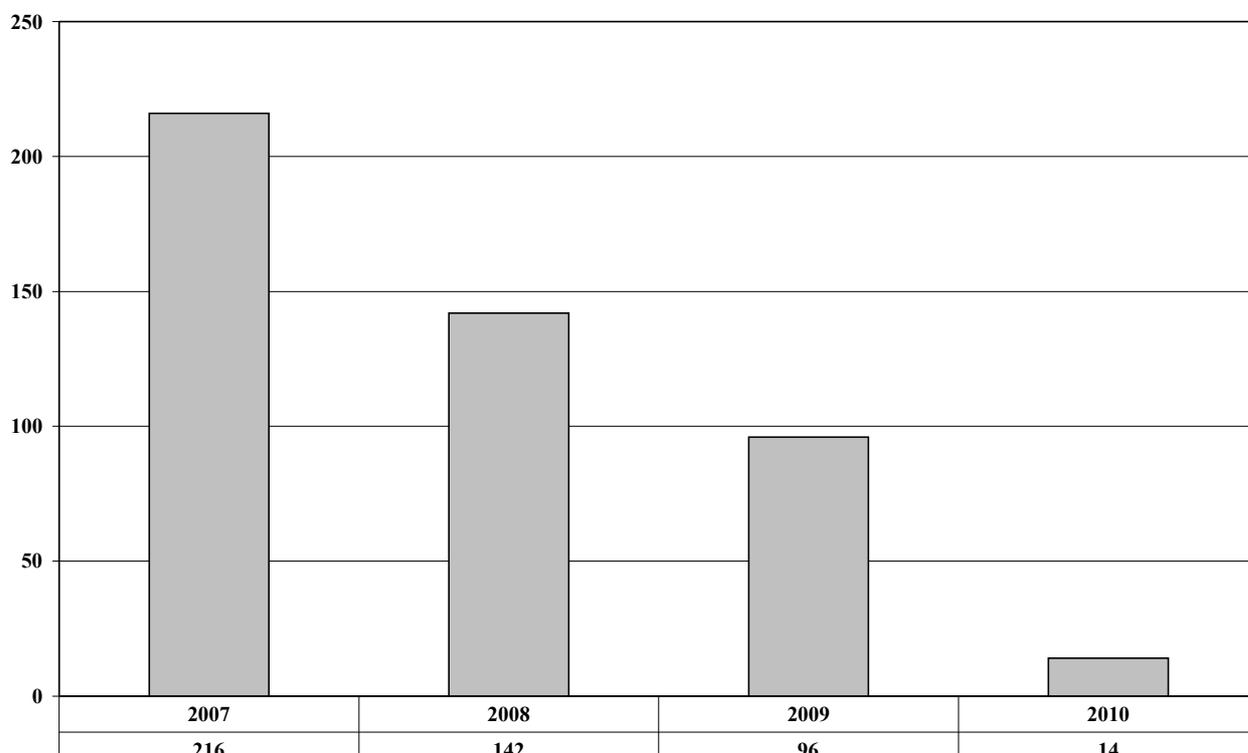


Fonte: Sureh/Gebem e Siafi

De forma complementar, a Companhia vem elaborando o Perfil Profissiográfico Previdenciário contendo todas as informações relativas à saúde dos empregados, desde as atividades que executam, os agentes nocivos aos quais estão expostos, a intensidade e a concentração desses agentes, os exames médicos clínicos realizados etc.

O retorno dos anistiados, a implantação de novo PCCS, e a não adoção de um sistema de avaliação funcional pela empresa, tem resultado em aumento de demandas relacionadas à justiça trabalhista em quase toda a Conab, principalmente pela busca de isonomia de benefícios e direitos. Contrariamente à tendência registrada em quase todas as demais estruturas da Conab, verifica-se na Sureg-GO, contínua redução no número de processos em trâmite em que a Companhia figura como agente passivo. Comparativamente ao exercício anterior a redução registrada em 2010 foi de 85,4%

Figura VI
Evolução das Demandas Trabalhistas



Fonte: Proge/ Sumaj

Os critérios de classificação quanto aos riscos adotados pela Companhia podem sofrer alterações de acordo com o andamento dos processos nas diversas instâncias. O quadro a seguir apresenta de forma detalhada a situação por Sureg/Matriz e pelo nível de risco.

Quadro LXXXIII

Demandas Trabalhistas, por Sureg e Risco

Sureg	Classificação de Risco								Total	
	Praticamente Certo		Prováveis		Risco Possível		Risco Remoto			
	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor
AL	1	150.000,00	6	1.817.000,00	3	410.000,00	14	700.000,00	24	3.077.000,00
AM	-	-	5	60.512,64	75	36.504.103,15	4	60.592,00	84	36.625.207,79
BA	4	500.386,71	9	971.181,54	67	2.768.698,07	108	3.173.005,58	188	7.413.271,90
CE	16	3.965.258,98	31	4.608.184,18	491	27.035.787,50	90	4.864.800,00	628	40.474.030,66
Matriz	15	935.200,67	31	1.008.354,37	182	3.507.023,49	606	3.008.392,24	834	8.458.970,77
ES	14	1.363.478,30	9	446.549,61	6	91.701,00	12	270.265,88	41	2.171.994,79
GO	-	-	1	20.000,00	3	184.588,22	10	391.498,18	14	596.086,40
MA	109	2.530.727,96	90	1.330.687,03	97	1.409.244,67	115	4.427.123,07	411	9.697.782,73
MT	-	-	3	44.938,79	17	667.627,72	13	428.980,05	33	1.141.546,56
MS	-	-	-	-	31	623,05	1	4.231.597,70	32	4.232.220,75
MG	-	-	15	854.500,00	42	5.973.000,00	-	-	57	6.827.500,00
PA	24	2.929.785,82	3	93.511,32	2	85.214,28	-	-	29	3.108.511,42
PB	-	-	60	1.721.819,39	25	778.000,00	6	118.820,81	91	2.618.640,20
PR	21	1.090.169,21	24	1.365.500,00	9	310.000,00	22	20.000,00	76	2.785.669,21
PE	12	415.000,00	60	5.167.000,00	22	768.000,00	100	45.000,00	194	6.395.000,00
PI	-	-	25	5.516.239,00	219	6.487.066,05	43	907.500,00	287	12.910.805,05
RJ	-	-	1	5.158,75	40	3.020.547,47	30	735.378,61	71	3.761.084,83
RN	9	611.853,70	125	7.167.839,19	100	6.407.055,60	12	644.767,60	246	14.831.516,09
RS	8	2.297.578,05	-	-	42	3.029.000,00	129	9.562.000,00	179	14.888.578,05
RO	1	4.500,00	17	1.084.000,00	3	126.000,00	10	286.000,00	31	1.500.500,00
SC	-	-	39	2.544.519,87	3	85.000,00	2	15.191,01	44	2.644.710,88
SP	4	718.780,89	20	15.155.000,00	13	4.340.000,00	1	22.000,00	38	20.235.780,89
TO	-	-	2	100.000,00	-	-	2	668.728,71	4	768.728,71
-	-	-	1	33.129,60	11	3.304.896,00	1	50.000,00	13	3.388.025,60
Total	238	17.512.720,29	577	51.115.625,28	1.503	107.293.176,27	1.331	34.631.641,44	3.649	210.553.163,28

Fonte: Proge

A Conab ainda não desenvolveu indicadores gerenciais para a área de recursos humanos, estando previsto para 2011 a realização de um treinamento sobre a construção de indicadores e, a partir de então, dar início aos trabalhos envolvendo a Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Resultados-Geare, a Superintendência de Recursos Humanos-Sureh e a Superintendência de Modernização e Capacitação-Sumoc.

5.2 - Benefícios Complementares

Auxílio Funeral - valor em pecúnia correspondente a R\$3.718,50 no exercício de 2010, pago aos empregados por meio da folha de pagamento, destinado à realização de despesas com o funeral de dependentes típicos e de genitores, nos termos da Cláusula Decima Primeira do ACT 2009/2011.

Auxílio-Escola - valor em pecúnia correspondente a R\$ 100,00 no exercício de 2010, pago por meio da folha de pagamento, nos termos da Cláusula Quinta do ACT 2009/2011.

Quadro LXXXIV Comparativo entre Benefícios Complementares pagos Exercícios de 2009 e 2010

Benefícios Complementares Sureg-GO						
Benefícios	Quantidade de Benefícios		Custo Total (R\$)		Variação (%)	
	2009	2010	2009	2010	Quantidade	Valor pago
Auxílio Funeral	10	12	33.500,00	44.622,00	20,00	33,20
Auxílio Escola	42	31	40.400,00	47.820,00	-26,19	18,36

FONTE gefad/sereh

6. Informações sobre transferências.

Constará apenas no Relatório da MATRIZ

7 - Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Declaramos para fins de atendimento aos normativos de elaboração do Relatório de Gestão, que os valores recebidos pela Conab no exercício de 2010, foram provenientes de Termos de Cooperação, e estes não são registrados no SICONV.

Brasília-DF, 21 de fevereiro de 2011.



Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendência de Contabilidade
Superintendente



Mara Nívia Ribeiro Costa
Gerência de Controle de Convênios e
Operações Governamentais
Gerente

D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios firmados por esta Superintendência estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termo de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei 11.768 de 14 de agosto de 2008.

Goiânia, 31 de dezembro de 2010

EMIL JOSÉ FERREIRA
Gerente Financeiro e Administrativo
Matrícula SIAPE 1267921

8 – Informações Sobre Entrega das Declarações de Bens e Rendas.

DECLARAÇÃO

DECLARO para os fins previstos na Instrução Normativa do TCU nº 57, de 27 de agosto de 2008, Decisão Normativa do TCU nº 102 de 02 de setembro de 2009, Portaria-TCU nº 389, de 21 de dezembro de 2009 e Norma de Execução da CGU nº 3, de 4 de novembro de 2009, aprovada pela Portaria-CGU nº 2270, de 4 de novembro de 2009 que os integrantes do rol de responsáveis da **Superintendência Regional da Conab, no Estado de Goiás**, Empresa Pública Federal de direito privado, criada por meio da Lei nº 8.029, de 12/04/1990, apresentaram perante a unidade de pessoal suas Declarações de Bens e Rendas de que trata a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, referentes ao ano base de 2009, exercício de 2010, a seguir relacionados:

Quadro LXXXV

NOME	CARGO	NOMEAÇÃO	EXONERAÇÃO	Entregou Declaração
Euripedes Malaquias de Souza	Dirigente Máximo (Superintendente)	Portaria 181/2001		Sim
Emil José Ferreira	Dirigente Máximo - substituto	Portaria 104/2000		Sim
Irnás Fideles de Souza	Gerente de Operações	Portaria 018/2006	Port. 43, 22.03.10	Sim
Arnon Silva Guedes	Gerente de Operações Substituto	Ato Direção 021/2002		Sim
Marilson G. Campos	Gerente de Operações	Port. 044, 22.03.10		Sim
Arnon Silva Guedes	Gerente de Operações substituto	Ato Dir. 021/2002		Sim
Emil José Ferreira	Gerente de Finanças e Administração	Portaria 393/2003		Sim
Francisco Pereira da Silva	Gerente de Finanças/Adm, Substituto	Portaria 022/2002		Sim
Vicente Teixeira Silva	Gerente Desenv. Suporte Estratégico	Portaria 019/2006		Sim
Ana Lúcia de Fatima Fernandes	Gerente Desenv.Sup.Estratégico. (substituta)	Ato Dir. 358/2004		Sim
Demais Empregados	Diversos			Sim

Goiânia – Go, 31 de Dezembro de 2010

Euripedes Malaquias de Sousa.
Superintendência Regional
Superintendente

Maria Aparecida N. Moraes
Setor de Recursos Humanos
Encarregado

9. Informações Sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno.

Quadro LXXXVI – Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais: Resultado de consenso apurado em reunião com os Gestores responsáveis pelas diversas áreas da Superintendência Regional					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro LXXXVII

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? → Descarte de embalagens de agrotóxicos				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). → Aquisição de lenha certificada pelo IBAMA				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? → Uso de Biodiesel				X	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e		X			

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? →Folders e comunicações internas					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?			X		
Considerações Gerais:					
Para preenchimento do quadro foi efetuada consulta às áreas que mais demandam ações de licitações – Superintendência de Administração-Supad, Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques e Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação-Sutin					
Outras Informações:					
1) A comissão de Coleta Seletiva Solidária da Conab-Matriz doou, até o fim do exercício de 2010, 86,5 toneladas de material reciclável, como papel branco, papelão e plástico, às cooperativas e associações de catadores de Brasília. Também foi arrecadado um total de 3.500 unidades de lâmpadas fluorescentes. A Conab iniciou esta ação em 2007, em cumprimento ao Decreto 5.940/06, que obriga órgãos e entidades da administração pública a separarem seus resíduos recicláveis para doação. A ação também se estende às Superintendências Regionais, que fazem suas doações às instituições locais.					
2) Para a aquisição de combustíveis vegetais utilizados no processo de secagem de grãos são exigidos os certificados de registro emitidos por órgãos estaduais, responsáveis pela fiscalização da atividade de comercialização de lenha, assim como a declaração de corte e colheita, ou documento equivalente, com vistas a atender às exigências do órgãos estaduais quanto à origem do produto e à comprovação de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Quaisquer Recursos Ambientais, do IBAMA.					
3) Na aquisição de inseticidas, utilizados no tratamento fitossanitário nos armazéns, a Conab exige dos fabricantes: cópias do certificado de registro atualizado do produto no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, atestado de utilização e eficiência do produto, relatório técnico e bula do produto aprovado pelo MAPA, declaração indicando que o produto não poderá apresentar quaisquer restrições de uso na região onde será utilizado, e indicação do local e endereço para devolução das embalagens vazias.					
4) A maioria das unidades que trabalham com grãos possuem equipamentos de controle					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p>de emissão de partículas poluidoras, tais como: captadores de pó, retentores de partículas finas nos secadores e filtros de manga, e, para aquelas que ainda não contam com estes equipamentos, a aquisição está em fase de projeto, em cumprimento à Instrução Normativa-MAPA n.º 41. Também, em fase de aquisição, equipamentos para detecção de gases.</p> <p>5) Também há o reaproveitamento das impurezas retiradas pelas máquinas de pré-limpeza e dos retentores e a fabricação de briquetes de casca de arroz beneficiado, na usina de Rio Formoso-TO.</p> <p>6) Nas unidades armazenadoras instaladas no Estado de Goiás, que operam sistemas de secagem com derivados de petróleo, foram construídas 'bacias' de contenção em torno dos depósitos de combustíveis para evitar contaminação do solo e da água.</p> <p>7) Em atendimento a exigências dos órgãos de controle ambiental do Minas Gerais foram elaborados estudos de impacto ambiental das Unidades Armazenadoras de Uberaba e Uberlândia.</p>					
<u>LEGENDA</u>					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11 - Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de propriedade da União ou locado de terceiros.

A Conab é uma empresa pública federal, a teor do disposto na alínea b do inciso II do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 200/1967, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, criada por Decreto Presidencial e autorizada pela Lei n.º 8.029m de 12 de abril de 1990, tendo iniciado suas atividades em 1.º de janeiro de 1991, integrando a Administração Pública Indireta, tendo personalidade jurídica de Direito Privado, conforme expresso no artigo 173 da Constituição da República.

Assim, por ser uma empresa pública integrante da Administração Pública Descentralizada, a Conab possui personalidade jurídica própria (distinta da União, que é Pessoa Jurídica de Direito Público) e patrimônio próprio, este não se vinculando, portanto, à Secretaria e Patrimônio da União (do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou seja Administração Pública Direta).

Por esse motivo, deixamos de apresentar as informações solicitadas no Quadro “A.11.1 - Discriminação Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União”.

12 – Gestão da Tecnologia da Informação

12.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO LXXXVIII – GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	X				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Servidores: 39 Terceirizados: 43				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	BENS: 0% SERV.: 50%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais: Vide relatório a seguir					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

12.2 Tecnologia da Informação

O exercício de 2010 foi destacado pela entrada em produção de várias soluções tecnológicas corporativas e de menor porte, notadamente a conclusão da implantação em âmbito nacional da nota fiscal eletrônica para todas as inscrições administrativas e finalísticas, da Escrituração Fiscal Digital – EFD/Sped Fiscal, assim como o lançamento do novo sítio da Conab e os vários aplicativos de consultas públicas disponibilizados, contemplando informações em tempo real e *on-line*, além da ampliação dos links de longa distância.

12.2.1 Planejamento da área

O Planejamento das ações de TI na Conab tem como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

O PMTI é a principal iniciativa de sustentação do objetivo estratégico “Prover a Companhia de infraestrutura de Tecnologia da Informação atualizada”. É o suporte dos outros objetivos estratégicos, quais sejam: melhorar a geração de informação e conhecimento; facilitar o acesso às informações e conhecimentos e fortalecer os mecanismos de divulgação; atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos; fortalecer a atuação no segmento da agricultura familiar; articular a modernização do mercado de hortigranjeiros e criar ambiente interno participativo, integrado e motivado.

O PMTI tem, portanto, interseção em 7 dos 21 objetivos do Mapa Estratégico da Companhia, evidenciando-se assim o alinhamento estratégico das ações de TI e a importância destas como fator de apoio ao sucesso da execução das estratégias organizacionais.

O projeto geral preconizou um conjunto de ações e programas de forma a torná-lo uma solução mais completa possível, tendo sido composto originalmente por sete subprojetos, a maioria deles já concluídos, e outros em andamento, principalmente os que envolvem as áreas de desenvolvimento de sistemas, suporte técnico e segurança da informação.

Como um planejamento estratégico de TI de médio prazo, a execução do PMTI norteia as atividades da Sutin desde sua concepção, em 2004, até a presente data. Para tanto, suas ações e programas são priorizados e desmembrados ano a ano, de acordo com o desenvolvimento dessas ações em curso, com as necessidades e as disponibilidades orçamentárias e financeiras.

Outro instrumento que merece destaque nesse contexto é o Plano Diretor de Tecnologia da Informação–PDTI, aprovado, e em vigor, para o quinquênio 2007–2011, que se propõe ao atendimento das soluções de TI, abrangendo as seguintes áreas: - Definição das diretrizes de tecnologia; - Arquitetura da rede corporativa; - Diretrizes de contingência e segurança da informação; - Diagrama de integração dos sistemas priorizados; - Organização da função de TI; e - Plano de implementação e acompanhamento.

Sua elaboração levou em consideração diversas prospecções tecnológicas e decisões tomadas pela Companhia em relação à tecnologia da informação, na esteira das demais ações do Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação–PMTI, assim como as diretrizes definidas pelo governo federal, como o e-Gov e o e-Ping.

O PDTI da Conab encontra-se disponibilizado em seu sítio internet no endereço eletrônico <http://www.Conab.gov.br/detalhe.php?a=1060&t=1>.

O Comitê Gestor do Plano foi previsto nas Normas da Organização-NOC, Capítulo 60.213, sendo proposto pela Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação–Sutin e aprovado pela Diretoria Colegiada em agosto/2007; prevê-se a sua regulamentação para o ano de 2011.

12.2.2 Perfil dos Recursos Humanos envolvidos

O quadro de pessoal permanente da Sutin necessita urgentemente de recomposição quantitativa para a adequada execução de suas atribuições regimentais. Conforme demonstra o quadro abaixo, mais da metade dos técnicos alocados na área são terceirizados (51%), sendo a quase totalidade dessa terceirização via acordo de Cooperação técnica PNUD/ABC.

Estudos feitos para subsidiar a proposta de realização de concurso público, que se encontra em fase de contratação de empresa especializada, por determinação da Presidência da Companhia, para a elaboração de edital e dos demais procedimentos para a realização do concurso, indicam o quantitativo necessário de 86 técnicos, dentre os diversos perfis para as gerências das áreas de desenvolvimento e suporte técnico da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação. No âmbito das 26 Superintendências Regionais e respectivas unidades armazenadoras vinculadas, identificou-se a necessidade de uma recomposição de 50 profissionais ao todo, na área de suporte técnico.

Tabela LXXXIX - Técnicos da Sutin por tipo de vínculo

Tipo de vínculo	Quantidade
Empregados efetivos de TI da Conab (*)	38
Empregados efetivos não de TI da Conab	01
Terceirizados de TI	43
Estagiários de TI	03
Total	85

Fonte: Sutin

(*) Inclui os técnicos e seis gestores (gerentes das quatro Gerências de Área, Assistente e Superintendente)

Tabela XC - Técnicos da Sutin por Área

Área	Quadro Atual			Total
	Próprio	Terceiriza	Estagiári	
Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação-Sutin	2	0	0	2
Gerência de Sistema e Informação-Gesin	8	4	0	12
Gerência de Engenharia de Software-Gesof	11	35	1	47
Gerência de Administração de Rede e Segurança da Informação-Geasi	6	4	0	10
Gerência de Suporte Técnico-Gesut	12	0	2	14
Total	39	43	3	85

Fonte: Sutin

12.2.3 Segurança da Informação

12.2.3.1 Segurança Lógica

No que tange à segurança da informação, a Sutin, desde 2004, vem executando ações visando dotar a Companhia de mecanismos que minimizem as vulnerabilidades e mitiguem os riscos de incidentes de segurança que possam comprometer a integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações armazenadas em sua rede corporativa. Estas ações têm se mostrado eficazes, na medida em que não se tem registro de nenhum incidente de segurança que

tenha alguma relevância. No decorrer do exercício de 2010, aliadas a várias outras atividades rotineiras, foram realizadas ações, dentre as quais, cabe destacar:

1. implantação de *firewall* de alta disponibilidade e alta performance;
2. vinculação do *Dynamic Host Configuration Protocol* – DHCP ao endereço físico de todos os equipamentos que acessam a rede corporativa da Conab;
3. análises de vulnerabilidades lógicas interna e externa;
4. monitoramento dos serviços críticos de TI;
5. instalação de nova versão de sistema de detecção de intrusos;
6. implantação de sistema de análise de *logs*;
7. virtualização de serviços críticos visando alta disponibilidade;
8. reestruturação da política de *backup*;
9. elaboração de termo de referência para contratação de nova solução de antivírus mais completa;
10. elaboração de anteprojeto de segurança da informação.

No caso específico do anteprojeto de segurança da informação, é importante salientar que a contratação de pessoal para o quadro permanente da Conab facilitará a concepção, os desdobramentos e, sobretudo, a continuidade após a contratação da execução de um projeto dessa magnitude, o qual está orçado em cerca de R\$3 milhões. O escopo previsto no projeto é o seguinte:

- Gestão de Riscos (conformidade com as normas ABNT NBR ISO/IEC 27001:2005, ABNT NBR ISO/IEC 27005:2008 e a Instrução Normativa n.º 01 PR/GSI/DSIC e normas complementares);
- Análise de Processos (normas ABNT NBR ISO/IEC 27001 e melhores práticas do Cobit 4.1 e ITIL V3, utilizando métricas do GMM – *Governance Maturity Model* para análise do *framework* Cobit);
- Tratamento e Respostas a Incidentes
- Análise de Conformidade - ABNT 15.408 (conformidade com boas práticas de segurança nos ambientes/processos de desenvolvimento de sistemas de informação);
- Política e Normas de Segurança da Informação em conformidade com a ABNT NBR ISO 27001 e regulamentações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e toda regulamentação já citada (diretrizes, critérios e procedimentos para elaboração, institucionalização, divulgação e atualização da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) na Conab, retificando ou ratificando as normas em vigor e/ou criando novas, em conformidade com a ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 e Instrução Normativa 03 do Gabinete de Segurança Institucional da PR);
- Gestão de Continuidade de Negócios em conformidade com a ABNT NBR 15.999 e regulamentações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (minimizar os impactos decorrentes de falhas, desastres ou indisponibilidades significativas sobre as atividades da Conab, além de permitir que sejam recuperados ativos da informação em um nível aceitável por intermédio de ações de prevenção, resposta e recuperação);

- Gestão de Segurança da Informação (estruturação e atuação do Comitê Gestor de Segurança da Informação–CGSI, em conformidade com as Normas de Recursos Computacionais da Conab (NOC 60.213), propondo, quando for o caso, mudanças na NOC 60213, bem como as Normativas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.);
- Plano Diretor de Segurança da Informação (plano estratégico para a organização, alinhado com as suas metas, com o intuito de direcionar seus esforços de manutenção, inovação e melhoria dentro da visão de gestão de riscos, visando à diminuição dos impactos decorrentes de falhas de segurança da informação);
- Plano de Campanha de Conscientização e treinamento em Segurança da Informação.

12.2.3.2 Segurança Física

Deverão ser feitos estudos técnicos, com vistas a sua aprovação pela Diretoria, com a consequente alocação de recursos orçamentários e financeiros para mudança de local das instalações e dos empregados da Sutin, que, atualmente, encontram-se alojados em local inadequado.

12.2.4 Desenvolvimento e produção de sistemas

Na área de desenvolvimento de sistemas foi dado andamento às ações e projetos previstos no PMTI, pelas gerências de Desenvolvimento de Sistemas de Informação-Gesin e de Engenharia de Software-Gesof. Atenção também foi dada às novas demandas, aos sistemas departamentais e às manutenções corretivas, adaptativas e evolutivas.

Em todos os casos, as ações foram conduzidas com os mesmos recursos que já vinham sendo disponibilizados, com maior ênfase na utilização de recursos terceirizados, via acordo ABC/PNUD (vide composição do quadro de recursos humanos apresentado no item 10.2.1). As diretrizes tecnológicas estabelecidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação–PDTI continuaram a ser observadas em 2010. Ressalta-se também que a Sutin utiliza um Processo de Desenvolvimento de Software denominado ConabUP, cujas disciplinas: Gerenciamento de Projetos, Requisitos, Testes, Análise, Projeto e Implementação e Gerenciamento de Configuração e Mudanças, foram customizadas a partir do Processo Unificado.

Pautados na preservação da visão sistêmica, os sistemas corporativos compartilham um mesmo modelo, composto de entidades de negócio e serviços e utilizam tecnologias inovadoras na área de desenvolvimento, como a especificação *Model Driven Architecture (MDA)*. Além da utilização do Processo Unificado, utilizado no desenvolvimento dos sistemas corporativos, a Conab também faz uso de metodologia ágil (SCRUM) para o desenvolvimento de sistemas departamentais.

Preocupada com a preservação e disseminação do conhecimento adquirido, a Sutin se utiliza da ferramenta TWIKI (ferramenta de escrita colaborativa na web), para a documentação dos seus processos de trabalho e dos artefatos produzidos. Essa documentação pode ser encontrada utilizando-se o link <http://twiki.Conab.gov.br/cgi-bin/twiki/view>.

Dentre as importantes realizações do ano 2010, destaca-se o lançamento do novo sítio da Conab, no mês de julho. Segundo estatísticas extraídas da ferramenta Google Analytics, foram registrados mais de 680.000 acessos entre os meses de julho a dezembro de 2010, oriundos de 90 diferentes países, cujo tempo médio de acesso tem sido superior aos tempos registrados pelos usuários brasileiros. Estes dados corroboram a iniciativa tomada pela Conab para a reestruturação deste importante e vital meio de comunicação.

12.2.4.1 Relação de sistemas entregues em 2010/Relação de sistemas mantidos em 2010

SISCOD - Sistema de Geração de Códigos para Acesso Externo: para atendimento dos empregados, fornecendo meios para o portal de acesso a sistemas da Conab, considerando que várias atividades da Companhia são realizadas em trabalhos de campo.

SISMAT - Sistema de Material, composto por 5 módulos (de solicitação de material; de cadastro de material; de manutenção de tabelas auxiliares; de cadastro de almoxarifados; de deliberação de cadastro de material): esse sistema efetua o controle de itens de consumo estocável e imediato nos almoxarifados da Conab (matriz e regionais) e também o registro de bens patrimoniais, promovendo a padronização do cadastro de material, mantendo a eficácia no controle de entrada e saída (individual e global), e propiciando melhor planejamento de compras, faturamento, atualização contábil, Escrituração Fiscal Digital/Sped Fiscal, integrado com a solução nota fiscal eletrônica, implantada em âmbito nacional. A solução encontra-se em fase de desenvolvimento, com os módulos citados já em produção.

SIGEST – Sistema de Gestão de Estoques, com 4 módulos entregues, voltados ao Programa de Aquisição de Alimentos, disponíveis no sitio Internet e/ou intranet.

- Módulo **Entrega de CPR Estoque e Doação - PAANet** : permite, ao público da agricultura familiar, o gerenciamento e envio das informações referentes às entregas do PAA, inerentes à liquidação das CPRs.

- Módulo **Entrega de CPR Estoque e Doação:** permite o recebimento e gerenciamento, pelas áreas negociais da Conab, das informações referentes às entregas do PAA e à liquidação das CPRs.

- Módulo **consulta pública de Preços Praticados no PAA:** apresenta os preços praticados por meio dos mecanismos de CPR-Estoque e CPR-Doação, disponibilizando sempre o último preço faturado com as entregas de produtos das CPRs.

- Módulo **consulta pública de Transparência Pública do PAA:** apresenta as informações das CPRs formalizadas nas modalidades CPR-Estoque e CPR-Doação do PAA, possibilitando a visão em âmbito nacional e o detalhamento em nível municipal.

SIAGRO – Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento – com 4 módulos entregues, sendo os três primeiros para acesso ao público em geral, via sítio internet e 1 (Módulo DW) para uso interno, via intranet.

- Módulo **consulta pública de bônus do programa de garantia da agricultura familiar:** consulta aos preços de garantia, preços de mercado e ao Bônus de Garantia de Preço do PGPAF, por produto e vigência.

- Módulo **consulta pública de preços de insumos agropecuários:** consulta aos preços de insumos agropecuários utilizados pela Conab e sua série histórica, de acordo com suas origens dentro do tempo.

- Módulo **consulta pública de preços mínimos básicos da política de garantia de preços mínimos:** consulta à série histórica de preços mínimos básicos de todos os produtos objeto da pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM.

- Módulo **DW:** desenvolvimento da **solução PENTAHO-DW** para cálculos ponderados de preços coletados e relatório de Preço de Garantia da Agricultura Familiar.

SICARM – Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras , com três módulos entregues, disponibilizados ao público, via internet.

- Módulo **solicitação pública de cadastro de armazém**: permite que o agente armazenador promova a atualização dos dados de seu armazém já cadastrado no SICARM ou promova o cadastro prévio de novo armazém e solicite vistoria da Conab.

- Módulo **consulta pública ao cadastro nacional de unidades armazenadoras**: permite o acesso aos dados das unidades armazenadoras, com possibilidade de uso de diversos filtros nas pesquisas possibilitando, inclusive, a localização geográfica da unidade armazenadora no mapa.

- Módulo **consulta pública da capacidade estática de armazenagem cadastrada**: permite aos agentes armazenadores, proprietários, governo e público em geral, consultar os dados consolidados da capacidade de armazenagem, por região ou estado.

XFacWeb – Sistema de Faturamento e Controle de Estoques Públicos, composto de módulos distintos, disponíveis no sítio da Conab e/ou na intranet, dependendo da informação disponibilizada.

- Módulo **consulta pública de Preços Praticados no Venda em Balcão**: disponibiliza os preços praticados no programa venda em balcão, apresentando sempre o último preço faturado objeto da comercialização;

- Módulo **consulta pública de Posição de Estoques Públicos - Específico e Consolidado**: viabiliza a consulta à Posição de Estoques Públicos, permitindo identificar a posição do estoque público sobre um determinado produto em uma determinada UF no dia anterior à consulta, em seus diversos Programas e Instrumentos.

- Módulos de **consulta à Posição de Estoque Específico; Estoque Analítico; Estoque Consolidado; Movimentação de Estoque**: viabilizam a consulta à Posição de Estoques Públicos, disponibilizada na intranet e/ou Internet. Permite identificar a posição do estoque público em âmbito nacional em seus diversos Programas e Instrumentos ou sobre um determinado produto em uma UF específica no dia anterior à consulta, já apresentando a situação cadastral e de impedimento de cada armazém. Para a consulta da Posição de Estoques Públicos na intranet, há possibilidade de demais filtros e dados a serem exibidos. O serviço de consulta à Movimentação de Estoques Públicos permite o acompanhamento das atividades de entrada e saída dos estoques públicos, referente ao período informado pelo usuário em um determinado armazém, produto e safra;

- Módulo de **consulta de Perdas Quantitativas, Desvios e Sinistros em Armazenagem**: viabiliza a consulta, na intranet, a todas as ocorrências de perdas quantitativas, desvios e sinistros em armazenagem, apuradas na cubagem e fiscalização dos estoques públicos e comandadas por meio de Termo de Vistoria e Notificação – TVN;

- Módulo de **consulta de Vendas Refap**: viabiliza a consulta pública, no sítio internet, às informações consolidadas das vendas faturadas do programa Refap;

- Módulo de **consulta de Doações** (cestas, ajuda humanitária, entre outras): viabiliza a consulta pública no sítio internet, às informações consolidadas de todas as doações faturadas dos programas sociais, de abastecimento e de parcerias institucionais;

- Módulo de **consulta de Vendas em Balcão**: viabiliza a consulta pública no sítio internet, às informações consolidadas das vendas faturadas do programa venda em balcão;

- Módulo de **envio de mensagens automáticas**: disponibilização de rotina automática do xFacWeb de envio de mensagem eletrônica às áreas negociais gestoras e Suregs apontando, todo dia 1º e 15º do mês, os estoques públicos depositados em armazéns com restrição cadastral e/ou impedimento para subsidiar a gestão, notadamente quanto à priorização de escoamento;

SIAJUR - Sistema de Atividades Jurídicas: mantém base de dados centralizada, referente às informações de atividades jurídicas dos processos judiciais sob gestão das Superintendências Regionais;

NFe e EFD/Sped Fiscal: conclusão da implantação, em âmbito nacional, da solução de emissão de nota fiscal eletrônica e Escrituração Fiscal Digital – EFD para toda a Matriz, Superintendências Regionais e Unidades Armazenadoras próprias;

Portal Nfe: Disponibilização no sítio internet de solução integrada com os sistemas internos de faturamento, na qual qualquer destinatário de nota fiscal eletrônica emitida pela Conab pode realizar, no momento desejado, o *download* do XML. Na intranet, o usuário possui facilidades adicionais de consultas, reimpressão e envio de Danfe ao destinatário;

ETL xFac/xFacWeb: processo de extração, tratamento e carga dos dados do sistema xFac para banco de dados centralizado em PostgreSQL;

ETL SISCOE/xFac Postgres: processo de extração, tratamento e carga dos dados do Sistema de Comercialização Eletrônica - Siscoe em Sybase, para banco de dados corporativo em PostgreSQL, visando servir de insumo para os faturamentos relacionados às operações realizadas nos leilões eletrônicos da Conab;

Novo Sítio da Conab: o novo portal institucional da Companhia Nacional de Abastecimento possibilita um canal mais interativo entre a empresa e seu público-alvo, além de tornar o *site* mais contemporâneo e alinhado às melhores práticas da internet.

12.2.4.2 - Relação de Sistemas Mantidos em 2010

SAFRAS – Módulo Café: reestruturação arquitetural da solução, para atendimento à nova metodologia de levantamento de safras de café utilizada pela Conab.

xFac Postgres: disponibilização da versão PostgreSQL do sistema xFac, a qual substitui o armazenamento de dados em estrutura DBF para banco de dados relacional.

SISOUV: reestruturação da arquitetura para adequação ao novo sítio da Conab.

SIGEST – PAA: reestruturação da arquitetura para adequação às mudanças de requisitos demandados pela área negocial gestora e manutenção evolutiva.

SIAGRO: implementação das solicitações de mudanças demandadas pela área negocial gestora.

SICARM: implementação das solicitações de mudanças demandadas pela área negocial gestora.

XFAC: implementação, em curso, de funcionalidades para controle de produtos alimentícios beneficiados, por prazo de validade, nos termos da recomendação da Controladoria-Geral da União – CGU.

12.2.5 Contratação e gestão de bens e serviços de TI

As aquisições de bens e serviços de TI foram realizadas tomando-se como diretriz o Planejamento da área de TI para o ano de 2010, que teve como orientação geral o PMTI.

Para este Planejamento, foram consideradas as necessidades estratégicas da Companhia para o período, as disponibilidades orçamentárias e as novas demandas das áreas negociais.

As aquisições foram realizadas em total obediência à legislação pertinente (Lei 8.666, Instruções Normativas do MPOG, particularmente a IN/04, dentre outras) e aos procedimentos legais.

QUADRO XCI - Aquisição de Equipamentos

Processos	Descrição	Qtde	Observação
3755/2009	Servidores pequeno Porte	20	
3756/2009 3757/2009	Servidores médio porte Virtualização	12	
3757/2009	Microcomputadores + monitores	295	

Processos	Descrição	Qtde	Observação
1680/2010 2950/2010	Microcomputadores + monitores	350	
1679/2010 2172/2010	Notebooks	222	Aguardando entrega pelo fornecedor
1781/2010	Autoloader – para Backups	01	
3448/2009	Impressoras portáteis	150	
3743/2009 3746/2009 3747/2009	Impressoras laser, Matriciais e jato de tinta	398	
2863/2010	Monitores de LCD	500	Aguardando entrega pelo fornecedor
2550/2010	Sistema de Armazenamento (STORAGE)	01	Fase final de contratação
1192/2010	Placas de Recuperação	1.000	Fase final de contratação
1451/2010	Servidores pequeno porte Uas Servidores pequeno porte Suregs Servidores corporativos tipo I Servidores corporativos tipo II Unidade externa portátil para HD No Breaks		Processo em fase de assinatura da ata de registro de preço e contrato
2950/2010	Microcomputadores + Monitores	279	Processo em fase de assinatura de contrato

Fonte: Sutin

12.2.5.2 - Contratação de serviços de TI

Dentre as contratações de serviços de TI realizadas e em andamento, merecem destaque:

✓Elaboração do Edital e Termo de Referência para a Contratação de Fábrica de Software para Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas, que se encontra em trâmite entre áreas internas da Companhia (administrativa e jurídica), com vistas ao oportuno certame licitatório.

✓Readequação e republicação do Edital para aquisição de uma SOLUÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS JUDICIAIS E GESTÃO JURÍDICA, juntamente com os serviços de treinamento, customização, instalação, conversão de dados e suporte técnico, para atender à área Jurídica, baseada em plataforma livre (banco de dados e sistema operacional). O Pregão Eletrônico foi concluído com sucesso, com a identificação da vencedora do certame. O processo encontra-se em fase de conclusão, restando apenas a assinatura de contrato pelas partes.

✓Aditamento do contrato firmado com a empresa Sênior Sistemas S/A., para prestação de serviços de atualização de versão, suporte técnico e manutenções corretiva, legal e evolutiva do sistema de gestão de recursos humanos utilizado pela Conab. Cabe destacar que, com respaldo neste contrato, foi realizada, no ano de 2010, a implantação do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Companhia, aprovado pelo Dest no ano de 2009.

✓Firmado contrato com a Embratel, no âmbito da Ata de Registro de Preços Conab, objetivando a expansão da capacidade dos canais de comunicação que compõem a rede corporativa de dados da Companhia.

✓Realização de processo licitatório com vistas ao registro de preços de licenças de uso de solução para acesso remoto a aplicações (registro de 250 licenças, com proposta de aquisição imediata de 64).

✓Renovação do contrato firmado com a empresa KM&M Engenharia de Sistemas LTDA., para a prestação de serviços de atualização de versão, suporte técnico e manutenções corretiva e evolutiva do Sistema de Administração Quantitativa de Armazenagem de Grãos–SAAGRA, operado por toda a rede de Unidades Armazenadoras da Conab e que automatiza as atividades do dia-a-dia dos armazéns.

✓Renovação do contrato firmado com a empresa E-Sales Soluções de Integração Ltda., para a prestação de serviços de atualização de versão e suporte técnico à solução de transmissão de Notas Fiscais Eletrônicas–NF-e emitidas pelos sistemas internos da Conab.

✓Renovação do contrato firmado com a empresa Cybernet Informática Ltda. para a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção de equipamentos de informática.

✓Renovação do contrato firmado com o Serviço Federal de Processamento de Dados–Serpro, para a prestação de serviços de acesso corporativo à Internet, via Infovia.

✓Renovação do contrato firmado com a empresa RTM-Rede de Telecomunicações para o Mercado, para a prestação de serviço de acesso à rede da CETIP–Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

✓Renovação do contrato firmado com o Serviço Federal de Processamento de Dados–Serpro, para a prestação de serviços de acesso às bases de dados de Entidades do Governo Federal.

12.2.6 Portal da Companhia

Além dos sistemas anteriormente citados, o detalhamento sobre os documentos, artefatos e ações envolvendo a Tecnologia da Informação podem ser obtidos no Portal da Companhia, nos seguintes endereços:

a)Portfólio de Soluções e serviços de TI:

<http://www.Conab.gov.br/detalhe.php?a=1059&t=1>

b)Plano Diretor da Tecnologia da Informação – PDTI:

<http://www.Conab.gov.br/detalhe.php?a=1060&t=1>

c)Portal Interno dos Projetos de TI (Twiki):

<http://twiki.Conab.gov.br/cgi-bin/twiki/view>

13 – Informações Sobre a Utilização de Cartões de Pagamento do Governo Federal (a conab está dispensada conforme item d do Quadro A-1 – Relacionamento entre as unidades jurisdicionada e os conteúdos Gerais e Contábeis do Relatório de Gestão, da Anexo II da DN 107).

14 - Renúncias Tributárias

Não houve ocorrência no período

15 – Atendimento às determinações do TCU.

a) TCU – Não Houve Ocorrência.

b) CGU

RECOMENDAÇÕES CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO-CGU

Quadro XCII

QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB			2114
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	246696	2.2.4.1-Constatação 12	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE GOIÁS - SUREG/GO			87318
Descrição da Recomendação:			
<p>Recomendamos à CONAB/SUREG-GO que, quando da elaboração dos editais de licitação especifique com clareza suficiente o critério de julgamento com disposições claras e parâmetros objetivos, conforme estabelecem os arts. 40, inciso VI; 43, inciso V; 44 e 45, da Lei nº 8.666/1993. E, estabeleça de forma correta o regime de execução dos serviços previstos no art. 10, inciso II, se de empreitada por preço global ou empreitada por preço unitário.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Comissão Permanente de Licitação- CPL, Comissão de Pregoeiros e Procuradoria Jurídica			87318
Síntese da providência adotada:			
<p>Foi expedida a comunicação interna-CI de nº 9615, de 19/10/2010, para toda as Gerências, Procuradoria Jurídica, Comissão de Pregoeiros e Comissão Permanente de Licitação da SUREG/GO, através da qual foram repassadas as instruções da CGU referente a elaboração dos editais de licitação, com a exigência de serem especificados com clareza suficiente os critérios de julgamentos com disposições claras e parâmetros objetivos, conforme estabelecem os arts. 40, inciso V; 44 e 45, da Lei nº 8.666/1993, além de estabelecer de forma correta o regime de execução dos serviços previstos no artigo 10, inciso II, e se empreitada por preço global ou empreitada por preço unitário.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			

As recomendações serão rigorosamente observadas por toda a equipe da SUREG/GO.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Verificamos que na elaboração dos editais de licitação estão sendo especificados com maior clareza o critério de julgamento com disposições claras e parâmetros objetivos, conforme estabelecem os arts. 40, inciso VI; 43, inciso V; 44 e 45, da Lei nº 8.666/1993, bem como estão sendo estabelecidas de forma correta o regime de execução dos serviços previstos no art. 10, inciso II, se de empreitada por preço global ou empreitada por preço unitário.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
002	246696	2.2.5.2 CONSTATAÇÃO: (014)	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE GOIÁS - SUREG/GO	87318

Descrição da Recomendação:

RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos à CONAB/SUREG-GO atentar ao que dispõe o art. 40 da IN/SLTI nº 02/2008 quanto a decidir sobre o pedido de repactuação no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos por parte da empresa contratada, considerando, ainda, a disponibilidade orçamentária do Órgão.

RECOMENDAÇÃO: 002

Recomendamos, ainda, executar as despesas de acordo com o orçamento do exercício de competência utilizando-se da inscrição em restos a pagar ou da classificação como despesas de exercícios anteriores, quando se tratarem de despesas de exercícios encerrados, que não se tenham processado na época própria.

RECOMENDAÇÃO: 003

Recomendamos à SUREG/GO que confirme as providências a serem tomadas por parte da UA/Brasília, de excluir a CPMF dos componentes de custos do Contrato nº 003/2007.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Gerências de Área, Procuradoria Jurídica, Setor Administrativo e Setor Contábil e Financeiro.	87318

Síntese da providência adotada:

Com relação as recomendações 1 e 2, foi expedida a Comunicação Interna-CI nº 10258/2010, de 04/11/2010, orientando os gestores da Unidade Armazenadora de Brasília, e Procuradoria Regional-PRORE, responsáveis pela análise e acompanhamento dos contratos firmados junto a CONAB, para seja observado, rigorosamente, o prazo mínimo de sessenta dias quando da repactuação dos instrumentos contratuais.

Quanto às recomendações para contabilização extemporânea das despesas de exercícios

anteriores foi, através da CI acima mencionada, orientado aos gestores da Unidade Armazenadora de Brasília e ao Setor Contábil e Financeiro da SUREG/GO que doravante acatem na íntegra as recomendações emanadas daquele Órgão de Controle.

Salientamos, ainda, que a administração desta Unidade auditada observará, rigorosamente, o cumprimento das recomendações apontadas.

Atendendo a recomendação 003, quanto a exclusão da CPMF dos componentes de custos do Contrato de nº 003/2007, esclarecemos que no transcorrer de 2010 os pagamentos para a empresa CONTRAL SEGURANÇA LTDA para prestação de serviços de vigilância e Segurança para UG 135153-UA.BRASÍLIA o tributo relativo a CPMF já não mais fez parte dos pagamentos regulares.

Síntese dos resultados obtidos

Quando da apresentação de novas demandas de repactuação contratual, a contabilização das despesas serão processadas em conformidade com as recomendações.

Quanto a inclusão de CPMF no contrato mantido com a empresa CONTRAL SEGURANÇA LTDA, o referido tributo não mais faz parte dos custos finais.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Esta recomendação possibilitou a Superintendência Regional que observasse com maior rigor o prazo mínimo de sessenta dias quando da repactuação dos instrumentos contratuais, bem como a adoção de providências para que não haja a contabilização extemporânea das despesas de exercícios anteriores.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
003	246696	2.2.5.4 CONSTATAÇÃO: (016)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE GOIÁS - SUREG/GO			87318
Descrição da Recomendação:			
<p>RECOMENDAÇÃO: 001 Recomendamos à CONAB/SUREG-GO rever o Contrato nº 003/2010 no sentido de adequar os valores aos limites máximos estabelecidos na Portaria/SLTI nº 09, de 07/10/2009, atualmente em vigor.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Recomendamos ainda, que, nas futuras contratações de serviços terceirizados a SUREG/GO elabore o edital, bem como o projeto básico da contratação de acordo com o que estabelece a IN/SLTI nº 02/2008, fixando os valores máximos aceitáveis tendo em vista orçamento detalhado, que no caso seria a planilha de custos e formação de preços prevista na norma. Para tanto, busque capacitar os empregados responsáveis por esta elaboração.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Comissão Permanente de Licitação- CPL, Comissão de Pregoeiros e Procuradoria			87318

Jurídica e área Administrativa.

Síntese da providência adotada:

Não obstante a manutenção por parte desta Superintendência Regional, do entendimento anterior de que: "O Termo de Referência foi elaborado levando em consideração a diversidade de áreas no âmbito da Sede Regional: área pavimentada com asfalto, área com blocos de cimento, área gramada, área de terra, área construída, área ajardinada, área com piscina, área com campos de futebol e área com matagal, conforme foi verificado "in loco" pelos auditores da CGU.

A área de jardinagem não se confunde com a área para limpeza externa, uma vez que esses serviços são específicos, por isso foram cotados à parte e não fazem parte dos 11.515 m², uma vez que se fôssemos considerar o disposto na IN N° 3, de 15 de outubro de 2009, considerando que a área aproximada só de jardinagem seria de 11.000 m², comparando com uma produtividade por profissional, seria necessária a contratação de 9 jardineiros.

A área que era cedida à Associação dos Servidores da CONAB - ASNAB foi restituída, razão porque houve um acréscimo substancial na área constante do Edital, antes os serviços de limpeza eram de responsabilidade daquela Associação, inclusive a área que hoje está sendo utilizada com Centro de Treinamento.

Devido a diversidade de áreas existentes a adequação do Termo de Referência faz-se necessária, do contrário, considerando a área total do terreno, em torno de 78.000 m², o valor de referência a ser indicado seria substancialmente maior, implicando em gasto financeiro bem maior em prejuízo do erário.

Ao estrito rigor da IN N° 3, de 15 de outubro de 2009, suponhamos que desses 78.000 m², 70.000m² fosse de área externa e multiplicássemos por R\$ 1, 33/m². Só de área externa o valor estimativo seria de R\$ 93.100,00 mensais.

Quando da análise das propostas foi levado em conta os limites máximos da Portaria n° 09, de 07 de outubro de 2009, em vigor, nos termos da legislação, ou seja:

a) ÁREAS DE PISO

INTERNA: R\$ 2,67/m²

EXTERNA: R\$ 1,33/m²

b) ESQUADRIA EXTERNA

FACE INTERNA/EXTERNA: R\$ 0,62/m²

c) FACHADA ENVIDRAÇADA

FACE EXTERNA: 0,23/m²."

Foi Aberto o Processo Administrativo n.º 21209.001213/2010-72, tendo como objetivo a deflagração de novo certame Licitatório, tendo em vista que não foi possível realizar a revisão do contrato n° 003/2010.

Portanto a adequação dos valores aos limites máximos estabelecidos na Portaria/SLTI n.º 09, de 07 de outubro de 2009, será contemplada com a conclusão do citado processo licitatório.

expedida a comunicação interna-CI de n° 9615, de 19/10/2010, para toda as Gerências, Procuradoria Jurídica, Comissão de Pregoeiros e Comissão Permanente de Licitação da SUREG/GO, através da qual foram repassadas as instruções da CGU referente a elaboração dos editais de licitação, com a exigência de serem especificados com clareza suficiente os critérios de julgamentos com disposições claras e parâmetros objetivos, conforme estabelecem os arts. 40, inciso V; 44 e 45, da Lei n° 8.666/1993, além de estabelecer de forma correta o regime de execução dos serviços previstos no artigo 10, inciso II, e se empreitada por preço global ou empreitada por preço unitário.

Síntese dos resultados obtidos

a) Os serviços de Limpeza, Conservação, Jardinagem e Recepção, com fornecimento de material

e mão de obra na instalações da CONAB em Goiânia/GO, constituídas pela Sede da Regional, pela Unidade Armazenadora de Goiânia e pelo Centro de Treinamento, com as especificações abaixo, continuam sendo prestados pela Empresa NET – Projetos Ltda., pelo valor mensal de R\$ 26.000,00 (Vinte e seis mil Reais), até que seja finalizado o procedimento licitatório em andamento.

Área Coberta.....	11.630,91 m ²
Área Pavimentada.....	9.159,98 m ²
Área não Pavimentada	46.430,06 m ²
Área de Jardinagem	11.117,05 m ²
Área Total do Terreno	78.338,00 m²

b) Os empregados responsáveis pelas contratações de serviços terceirizados pela SUREG/GO, inclusive aos membros da Comissão de Pregoeiros e Comissão Permanente de Licitação serão treinados e orientados a fim de evitar futuras falhas nos procedimentos licitatórios.

Os empregados Agnaldo Andrade Bezerra, matrícula de nº 63.523, Lourival Rodrigues dos Santos, matrícula de nº 17.785 e Willian Alberany Lemos Barbosa, matrícula de nº 48.567, envolvidos diretamente em processos licitatórios, participaram no período de 03/11/2009 a 04/11/2009, do Curso de Formação de Pregoeiro: Pregão Eletrônico, ministrado pela ENAP – Escola Nacional de Administração Pública, em Goiânia / GO. Além do que, esta Superintendência Regional, atendendo recomendação desse Órgão de Controle e objetivando alcançar o grau de excelência que se espera nos processos de licitação, está concluindo a programação de cursos de capacitação para todos os empregados envolvidos, inclusive das áreas demandantes.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Em razão da diversidade de áreas no âmbito da Sede Regional: área pavimentada com asfalto, área com blocos de cimento, área gramada, área de terra, área construída, área ajardinada, área com piscina, área com campos de futebol e área com matagal, conforme foi verificado "in loco" pelos auditores da CGU, com uma área total do terreno, em torno de 78.000 m², o valor de referência a ser indicado seria substancialmente maior, implicando em gasto financeiro bem maior em prejuízo do erário.

Ao estrito rigor da IN Nº 3, de 15 de outubro de 2009, suponhamos que desses 78.000 m², 70.000m² fosse de área externa e multiplicássemos por R\$ 1, 33/m². Só de área externa o valor estimativo seria de R\$ 93.100,00 mensais. Razão pela qual em função do contingenciamento de gastos, estamos encontrando dificuldades em dar andamento ao novo procedimento licitatório..

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
004	246696	2.2.5.6 CONSTATAÇÃO: (018)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE GOIÁS - SUREG/GO			87318
Descrição da Recomendação:			

Recomendamos à CONAB/SUREG-GO elaborar orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários das contratações, conforme prevê o § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/1993, de forma a evidenciar a exatidão dos valores a serem aprovados.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Comissão Permanente de Licitação- CPL, Comissão de Pregoeiros e Procuradoria Jurídica	87318

Síntese da providência adotada:

Como consequência do Termo de Resilição contratual, lavrado em 20/05/2009, e até antes mesmo da tomada de tal decisão, a partir daí, ensejou na realização da licitação na modalidade de Concorrência nº 001/2008, do tipo menor preço global (Proc. nº 09.0074/2008), visando à contratação destes mesmos serviços especializados de advocacia terceirizada, previstos em substituição ao aludido Contrato nº 027/2006 e de seus aditamentos;

Ocorre que no caso da Concorrência nº 001/2008, foi o mesmo objeto de suspensão pelo TCU, por descumprimento ao que reza o art. 3º, parágrafo 1º, inc. I, da Lei nº 8.666/93, consoante preconizado no Ofício nº 1.145/2008 – TCU/SECEX-GO, juntado nos autos em epígrafe, calcada na representação (ação judicial) interposta por uma das empresas que participaram do citado certame concursal;

Diante de tal impasse, uma vez que a determinação do TCU, num primeiro momento, foi pela suspensão da Concorrência nº 001/2008 então em curso, fato este que ocasionaria demora imprevisível e inevitável (por tempo indeterminado) para a conclusão do ato licitatório e, sobretudo, levando-se em conta que o prazo do Contrato nº 027/2006 vigente à época, viesse a expirar-se sem ter sido findado os procedimentos preliminares visando à implementação do outro certame (Concorrência nº 001/2008) objeto da lide. A Procuradoria Regional - PRORE/SUREG-GO optou por adotar, como medida de rigor, duas fases/etapas de procedimentos, quais sejam:

a.1) solicitou ao titular da Superintendencia Regional - SUREG/GO, no que foi, de pronto atendido, a anulação da licitação (Concorrência nº 001/2008) em curso - por ter sido questionada pelo TCU -, para dar início à abertura de um novo certame (Concorrência nº 001/2009), consoante regulamentado nos termos do art. 3º, 38, 49 e 109 da Lei nº 8.666/93;

a.2) e, concomitantemente, de forma tempestiva, diante da eminente situação de risco por demais clara, consoante acima explicitado, propor a contratação emergencial de um escritório especializado de advocacia para prestar, como de fato ocorreu, serviços jurídicos no âmbito da SUREG/GO, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com fulcro no art. 24, IV, da lei em epígrafe;

a.2.1) para tanto, deve-se observar que a CONAB/SUREG-GO é parte em, aproximadamente, **1.700 (um mil e setecentos) processos judiciais**, sendo a maioria deles

de grande complexidade técnica e de valores extremamente vultosos devidos à Companhia – aproximadamente 17 milhões de reais -, em tramite perante todo o Estado de Goiás;

a.2.2) sem se considerar as demais ações judiciais ainda não liquidadas, o que decerto aumentaria sobremaneira esse valor pecuniário devido à CONAB/SUREG-GO;

a.2.3) é notório que não há recursos humanos/servidores suficientes no âmbito da SUREG/GO, ou seja, de profissionais especializados na área jurídica, e que se fazem necessários, a fim de permitir o acompanhamento de todos esses processos;

a.2.3.1) e, nessas condições, por óbvias razões, fica transparente o caráter emergencial atrelado ao da urgência para solução, à época, do caso em tela, concluindo-se por reconhecer a impossibilidade de se administrar todas ações judiciais tramitando no estado, sem a ajuda do escritório de advocacia terceirizado;

a.2.3.1) ademais, registre-se que os 02 (dois) únicos procuradores lotados na PRORE/GO são responsáveis pela emissão de 250 (duzentos e cinqüenta) manifestações administrativas por mês, aí inclusos os processos administrativos, judiciais e demais expedientes diversos; de igual modo, também, prescindem da ajuda do escritório de advocacia especializado.

Contratação Emergencial (art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93)

Enfim, cabe lembrar que tal procedimento que redundou na celebração da contratação emergencial, pautou-se em estreita conformidade com os ditames legais, uma vez que houve manifesta participação dos dirigentes das unidades administrativas setoriais (regional e matriz) nele envolvidas, nesta ordem:

a) a Procuradoria Regional - PRORE/SUREG-GO, com a emissão do Parecer nº 002/2009, subscrito conjuntamente pelos Procuradores Lorena Maria A. de Carvalho U. Lousa - OAB/GO nº 14.606 e Fernando Gomes de Oliveira – OAB/DF nº 17.353, que trata dos pedidos de anulação do processo licitatório, à época em curso (Concorrência nº 001/2008), e conseqüente abertura de novo certame (Concorrência nº 001/2009)e, ainda, concomitante, com a contratação emergencial;

b) a Procuradoria Geral - PROGE/CONAB/MATRIZ pronunciou-se por meio do DESPACHO PROGE nº 497/2007, ratificando a manifestação exarada no supracitado Parecer PRORE/GO nº 002/2009, no concernente ao reconhecimento da legalidade da contratação emergencial no âmbito da SUREG/GO;

c) a Presidência da CONAB/MATRIZ – O Presidente da Companhia, à época, Sr. Wagner Gonçalves Rossi, manifestou-se por meio do VOTO PRESI nº 010/2010, no sentido de que à Diretoria Colegiada da Companhia, conforme previsto na Resolução nº 15/2007, por tratar-se de dispensa de licitação, ratificando-se o pedido constante do aludido Parecer PRORE/GO nº 002/2009 e do DESPACHO PROGE nº 497/2009, sendo aprovado mediante decisão (REDIR nº 906/2009).

Destarte, ante a presença de todas essas autoridades da estrutura da Companhia (SUREG/GO e CONAB/MATRIZ), detectou-se provas cabais de que houve o correto procedimento do ponto de vista da legalidade visando à contratação emergencial e afastando a suspeição tentada – por parte da equipe de auditoria da CGU/GO, na forma como indicado no item pertinente do relatório em apreciação - de ter havido suposto direcionamento em favor da firma contratada, coincidentemente, no caso, o escritório Brom e Brom Advogados Associados S/S.

Ademais, deve ser registrado, se é que ainda persistem dúvidas quanto à lisura dos atos praticados relativamente à contratação emergencial levadas a efeito no âmbito da SUREG/GO, que a Lei nº 8.666/93 não especifica o número de interessados para participar nessa hipótese de contratação direta por meio de dispensa, em caráter emergencial, a que alude o art. 24, IV, do citado diploma legal.

Entretanto, no qual reputamos como medida extremamente salutar, informamos que por orientação da Procuradoria Regional, calcada na orientação constante do item 1.8 do Parecer PRORE/GO nº 2002/2009, cuja tarefa ficou a cargo da Comissão Permanente de Licitação - CPL/SUREG-GO, foi feita a cotação de preços limitados aos 06 (seis) escritórios de advocacia já credenciados e que teriam participado da licitação anterior questionada pelo TCU e, posteriormente, anulada por orientação da própria PRORE/GO (Concorrência nº 001/2008).

A propósito, registre-se que a documentação comprobatória inerente a tais propostas encaminhadas pelos escritórios que prestam serviços especializados de advocacia e que participaram da cotação de preços administrada pela CPL, encontra-se preservada nos autos (Proce. nº 21209.00905/2009-60), em poder e sob responsabilidade da SUREG/GO. Para melhor compreensão, transcrevemos a seguir, na íntegra, o resultado advindo da cotação de preços processada, via fax, pela CPL/SUREG-GO, ocasião em que se deu início à contratação emergencial:

- I. BROM Advogados Associados – R\$ 13.766,00 (Treze mil, setecentos e sessenta e seis reais) por mês - e R\$ 9,84 (nove reais e oitenta e quatro centavos) por processo;**
- I. AURES ROSA Sociedade Empresarial S/S – R\$ 32.466,00 (Trinta e dois mil, quatrocentos e sessenta e seis reais) por mês - e R\$ 23,19 (vinte e três reais e dezenove centavos) por processo;**
- I. Gonçalez, Nunes & Advogados S/S – R\$ 34.006,00 (Trinta e quatro mil e seis reais) por mês - e R\$ 24,29 (vinte e quatro reais e vinte e nove centavos) por processo;**

Valderramas Advogados Associados – R\$ 26.600,00 (vinte e seis mil e seiscentos reais) por mês - e R\$ 19,00 (dezenove reais) por processo;

- I. Wagner José da Silva Advocacia Empresarial – R\$ 49.210,00 (quarenta e nove mil, duzentos e dez reais) por mês - e R\$ 35,15 (trinta e cinco reais e quinze centavos) por processo;**

BROM e BROM Advogados Associados S/S – R\$ 23.296,00 (vinte e três mil, duzentos noventa e seis reais) por mês - e R\$ 16,64 (dezesesseis reais e sessenta e quatro centavos) por processo.

Após análise criteriosa de cada item das propostas apresentadas pelas 06 (seis) firmas interessadas, excluída a do escritório Brom Advogados Associados S/S, por absoluta falta de coerência (comprovação de inexecutabilidade da proposta ofertada) em relação ao valor orçado pela SUREG/GO, a CPL opinou, com o aval da PRORE/GO, pela celebração do contrato emergencial com o atual escritório BROM e BROM Advogados Associados S/S, CNPJ nº 07.758.813/0001-94, por ter o mesmo apresentado a melhor proposta, face ao menor preço apurado, procedimento este respaldado nos art. 24, IV, c/c o 26, ambos da legislação retrocitada.

No mais, importa observar ainda que, parcialmente, devido a sua relevância na apreciação do mérito do caso vertente, o entendimento do inteiro teor do VOTO PRESI nº 010/2009, proferido pelo Presidente da CONAB/Matriz, anteriormente citado, constante do item III intitulado de RELATO, *verbis*:

“A mora gerada por esse ato do TCU (que motivou na anulação da Concorrência nº 001/2008); a insuficiência de procuradores lotados naquela Regional (aí entendido na PRORE/SUREG-GO), atualmente dois, para acompanharem cerca de 1.400 (um mil e quatrocentos) ações judiciais, além da manifestação jurídica administrativas; o encerramento do atual contrato (no caso, o Contrato nº 027/2006), com o Escritório Brom e Brom Advogados, até o dia 1º/09/09; a limitação temporal para se concluir o novo certame até o dia 1º/07/09; e, o auto custo para o deslocamento de reforço técnico à PRORE/GO (denominada de Procuradoria Regional – PRORE/SUREG/GO), ensejaram o pedido de contratação emergencial” (grifamos).

“O prazo de duração desse contrato (de natureza iminentemente emergencial) será de até 180 (cento e oitenta) dias, na forma da lei, ou até a conclusão do novo procedimento licitatório (no caso da Concorrência Pública nº 001/2009 ora em curso no âmbito da SUREG/GO)” (grifamos).

“Feita a pesquisa de preços (a cargo conjuntamente da CPL e PRORE/GO) com os seis escritórios que participaram da licitação anterior (Concorrência nº 001/2008 – suspensa pelo TCU), desconsideradas as propostas inexequíveis, apurou-se o de menor valor aquele ofertado pelo atual contratado o Escritório Brom e Brom Advogados Associados S/S, R\$ 16,64 (dezesseis reais e sessenta e quatro centavos) por processo, totalizando o montante de R\$ 23.296,00 (vinte e três mil, duzentos e noventa e seis reais) por mês” (grifamos).

“Submetidos os autos (nº 09.0074/2008) à análise da PRORE/GO (Procuradoria Regional – PRORE/SUREG-GO), por intermédio do Parecer nº 002/2009, com fulcro nos arts. 5º, II e 37, XXI, da CF e art. 24, IV, c/c o art. 26, da Lei nº 8.666/93, concluiu-se pela legalidade na celebração do contrato emergencial” (grifamos).

“Apresentados os autos à PROGE (no caso a Procuradoria Geral – PROGE/CONAB/MATRIZ), para análise e manifestação, o Parecer da PRORE/GO (nº 002/2009) foi ratificado pelo Procurador-Geral, conforme Despacho PROGE nº 497/2009” (grifamos).

“Em decorrência da Resolução nº 15/2007 (editada pela CONAB/MATRIZ), remete-se o presente caso à Diretoria Colegiada” (grifamos).

“IV – VOTO: Nestes termos, proponho à Diretoria Colegiada (no caso da CONAB/MATRIZ) a ratificação do reconhecimento da presença dos requisitos demonstrativos e justificadores da celebração do contrato emergencial com o escritório Brom e Brom Advogados Associados Ltda., face ao menor preço apurado, com base no art. 24, IV c/c o art. 26 da Lei nº 8.666/93, com a data de 23/06/2009, foi subscrito pelo Sr. Wagner Gonçalves Rossi, na condição de Presidente da CONAB/MATRIZ” (grifamos).

Por derradeiro, em cumprimento ao pedido supracitado formulado pelo Presidente da CONAB/MATRIZ, a Diretoria Colegiada da Companhia reuniu-se e, com base na decisão

constante do REDIR nº 906, datada de 23/06/2009, contendo as assinaturas dos demais dirigentes da DIRAD, DIFIN, DIPAI e DIRAB, APROVOU o pleito em tela oriundo da PRORE/SUREG-GO, nos termos do Parecer nº 002/2009, a que se reporta o Proc. nº 09.0074/2008 culminado, assim, pela contratação emergencial de serviços advocatícios no âmbito da SUERE/GO.

Diante de todos estes fatos ficou, portanto, plenamente justificada a imperiosa necessidade da contratação emergencial realizada em 2009 pela SUREG/GO, com o conseqüente enquadramento em tal exceção, conforme devidamente delimitado no art. 24, IV, c/c o art. 26, ambos da Lei nº 8.666/93.

Parâmetro de Exequibilidade (média aritmética dos valores das propostas de preços)

Nesta mesma linha de entendimento cabe destacar o inteiro teor do conteúdo embasado no item 2.24 do Parecer PRORE/GO nº 002/2009, dada a relevância que se impõe, na fase do resultado de julgamento das propostas de preços, conforme prescrito nos termos do art. 48 da Lei nº 8.666/93:

“Item 2.24 – Verificamos pelos termos do artigo (no caso o art. 48 da mencionada lei) que temos de considerar”

Por todo o exposto, restou evidenciado que inexistente a suposta majoração de 305% ou seja, alegação de preço excessivo apontada no relatório de auditoria da CGU/GO, quanto ao preço praticado em 2009 por meio do Contrato de natureza eminentemente emergencial nº 0001/2010 (Proc. nº 21209.00905/2009-60), em relação àquele praticado no contrato anterior o qual, no caso concreto, refere-se ao Contrato nº 027/2006 e seus aditamentos, pelas razões que se seguem, caso a caso:

a.1) lembrando que, num primeiro momento, a contratação do escritório Brom e Brom S/S, foi decorrente do Pregão Eletrônico nº 001/2006, sendo que a celebração do contrato deu-se em 18/09/2006 (época distante - mais de três anos passados). Vale lembrar que nesta modalidade de licitação as transações se processam num ambiente virtual afastando, assim, qualquer possibilidade de manipulação do resultado do julgamento do certame e, sobretudo, em relação ao preço contratado;

a.1.1) quanto a suposta alegação de preço considerado inexequível, falece diante de tais esclarecimentos, além do mais não poder preterir o licitante vencedor, por ofender o princípio do direito líquido e certo, consagrado na lei vigente (Lei nº 8.666/93);

Esclarecimentos Complementares

Em qualquer caso não se admite que a equipe da CGU/GO simplesmente afirme no item pertinente do relatório de auditoria nº 246696 (gestão de 2009) em discussão, que o preço é excessivo sem indicar o parâmetro que o conduziu a tal conclusão.

Em termos práticos, faz-se mister que indique no mencionado relatório de auditoria, a existência de preços mais reduzidos, em situação idêntica à prevista nas circunstâncias que envolveram a contratação emergencial aqui ventilada, de modo a dirimir a dúvida se a

informação em que se baseia não é motivada e arbitrária.

De qualquer modo, não há que se falar que houve “preço excessivo” em relação a proposta apresentada pela Brom e Brom Advogados Associados S/S, no valor mensal de R\$ 17.184,10 deduzidos os encargos legais incidentes, ajustados pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do Contrato Emergencial nº 001/2010, pois não basta somente alegar e comparar com o preço praticado, em épocas distantes (ou seja, referindo-se ao exercício de 2006 em relação ao de 2010), em que as circunstâncias do próprio mercado foram totalmente distintas e se, ainda assim, fosse levado em conta, o que convenhamos, seria um enorme equívoco.

III - Conclusão

A disparidade entre estes fatos e as conclusões do relatório atual de auditoria, oriundo da CGU/GO, relativo às contas de 2009, põe por terra a própria confiança dos servidores públicos aqui lotados em superar as dificuldades notórias enfrentadas pela SUREG/GO nas suas duas décadas de existência, visto que, em meio a todas as dificuldades vivenciadas pela Administração Pública Federal indireta, são obrigados a realizar, paralelamente às suas funções, a defesa de um relatório que lhes ataca a própria dignidade.

Ademais, deve ser registrado, se é que ainda persistem dúvidas quanto à lisura dos atos então praticados na SUREG/GO, que não existe fundamento para definição do número de interessados para participar nessa hipótese de contratação direta por meio de dispensa em caráter emergencial, a que alude o art. 24, IV, do citado diploma legal o que, por razões óbvias, falece a afirmação improcedente formulada pela equipe de auditoria da CGU/GO de ter havido suposto direcionamento em favor da firma detentora da proposta vencedora (escritório Brom e Brom Advogados Associados S/S), quando da contratação emergencial levada a efeito no âmbito deste ente público.

Síntese dos resultados obtidos

Esta em curso novo processo licitatório para contratação de serviços advocatícios, objeto do processo administrativo de nº 09.0523/2009.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Estão sendo efetivadas ações conjuntas da Procuradoria Geral e Procuradoria Regional, com apoio das equipes de trabalho da Superintendência Regional envolvidas nos procedimentos licitatórios, objetivando a contratação de Escritório de Advocacia.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
005	246696	2.2.5.8 CONSTATAÇÃO: (021)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE GOIÁS - SUREG/GO			87318
Descrição da Recomendação:			
<p>Recomendamos à CONAB/SUREG-GO definir de forma mais circunstanciada os valores de referência para contratação de serviços, conforme estabelece o art. 7º, § 2º, inciso II da Lei nº 8.666/1993, tendo em vista, ainda, que a</p>			

análise da exequibilidade das propostas apresentadas nas licitações podem tomar por base o valor orçado pela Administração (§ 1º do art. 48 da Lei nº 8.666/1993). E ainda, de acordo com o inciso IV do art. 43 da mesma lei, a licitação será processada e julgada com a verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Comissão Permanente de Licitação- CPL, Comissão de Pregoeiros e Procuradoria Jurídica	87318

Síntese da providência adotada:

Por se tratar de Pregão Eletrônico (Proc. nº 09.0490/2005), com fundamento nas disposições da Lei nº 10.520/02, no Decreto 5.450/05 e nas determinações constantes da Lei nº 8.666/93, revestia-se a licitação então adotada – convém enfatizar há mais de 03 (três) anos, por ter sido firmado em 18/09/06, contrato nº 027/2006 - de reconhecida complexidade aliada à total segurança nas realizações das transações inerentes ao mencionado pregão eletrônico, no caso vertente, relacionado com a contratação de serviços advocatícios especializados nas áreas trabalhistas, cível e tributária, para a SUREG/GO.

Ante o explicitado, é certo que num certame concursal todo ele realizado por meio eletrônico, contando apenas com a presença virtual onde o credenciamento dos licitantes ou de seus representantes legais deram-se mediante a utilização de login e senha privativa por ser a única condição possível para acesso ao sistema eletrônico no sítio www.comprasnet.gov.br, claramente se deduz que não havia nenhuma possibilidade de manipulação no que tange ao direcionamento de resultado licitatório em prol desse ou daquele licitante.

Complementando, verifica-se que o escritório Brom e Brom S/S, foi considerado o licitante detentor da melhor oferta (observado o critério de julgamento, aí entendido o de menor preço global), no valor total de R\$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais) por mês.

Feitas estas considerações, não há que se falar ou de se admitir que houve, portanto, direcionamento no julgamento do resultado das propostas de preços em benefício da empresa vencedora (no caso concreto, aqui ventilado, o escritório Brom e Brom Advogados Associados S/S) e, ainda reforçando que, no decorrer da etapa competitiva do pregão o mesmo foi realizado exclusivamente por meio de sistema eletrônico, vedada a identificação dos licitantes.

Suposta constatação de preço inexequível – Contrato nº 001/2006

Com referência a esse tópico, informamos que o procedimento relacionado ao Pregão Eletrônico nº 001/2006, do tipo menor preço global, acima justificado, seguiu o seu trâmite normal, o que com isso, por razões óbvias, afastou a possibilidade de ter havido negligência ou qualquer outro ato indevido ficando, também, evidente nenhum prejuízo de natureza pecuniária à Administração Pública Federal indireta (CONAB/SUREG-GO).

Ademais, o Relatório de Auditoria CGU/GO de nº 190677, relativo a Gestão de 2006, no concernente ao preço praticado naquele exercício, limitou-se a afirmar que o mesmo era inexequível (R\$ 4.600,00 por mês - Contrato nº 027/2006), não sendo legítimo, agora, aquela nobre equipe de auditoria da CGU/GO que avaliou as contas de 2009, a destempo, questione o

preço contratual praticado em épocas distantes, ou seja, em relação ao exercício de 2006 e o de 2010. Faz, ainda comparação em relação ao montante apurado em 2009 através de pesquisa de preços pela Comissão Permanente de Licitação - CPL, decorrente do contrato emergencial, firmado em 05/03/2010, no valor fixo mensal ajustado em R\$ 17.184,10 (dezessete mil, cento e oitenta e quatro reais e dez centavos), tendo-se deduzidos os encargos legais incidentes.

A propósito, o posicionamento adotado pelos nobres Auditores confronta o princípio da segurança jurídica que deve ser observado em face das decisões proferidas pelas instâncias competentes para conhecer, julgar e decidir a conformidade dos atos administrativos para com os princípios fundamentais esculpido no art. 37, caput, da Constituição Federal, eis que ressucita procedimento já apreciado e julgado pelo C. Tribunal de Contas da União, afrontando o instituto da *res judicata*, não se olvidando que o ato nulo, caso do preço considerado inexecutável, não mais existe no mundo jurídico, e mais, não aproveitando a quem lhe deu causa, consoante fixa a legislação processual civil.

A.

B. II - Termo de Resilição Contratual – Contrato nº 027/2006

É importante mencionar que, em cumprimento às orientações constantes do Relatório de Auditoria originário da CGU/GO (Gestão de 2006), afirmando que o Contrato nº 027/2006, teria sido considerado como sendo inexecutável em função do valor contratual pactuado, decidimos pelo seu distrato, fato este ocorrido em 01/07/2009, mediante a lavratura do Termo de Resilição Contratual, datado de 20/05/2009, com a conseqüente abertura de novos certames licitatórios (Concorrências nºs 001/2008 e 001/2009).

Quanto às falhas formais, indicadas no atual Relatório de Auditoria da CGU/GO nº 246696 (gestão de 2009) e que dizem respeito à execução do Contrato nº 001/2006 e dos seus termos aditivos, não há dúvida, de que, na prática, elas ocorreram. Todavia, não tendo acarretado nenhum prejuízo financeiro à SUREG/GO, além de terem sido adotadas, pela Unidade, as medidas saneadoras inibidoras da repetição de tais vícios, e mais foram aperfeiçoados os que necessárias para evitar prejuízos financeiros, haja vista envolver mais de 1.700 (um mil e setecentos) processos judiciais.

É preciso levar em conta, que o Contrato nº 027/2006 e os seus termos aditivos, no que tange ao seu prazo de duração, foi o mesmo convalidado por mais de 2 (dois) anos e 10 (dez) meses, em condições de plena normalidade, por terem sido observadas todas as formalidades legais e exigências contratuais;

a.1) registre-se, por oportuno, que a SUREG-GO, com fulcro no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, poderia ter prorrogado o referido contrato por mais 02 (dois) anos – biênios de 2009/2010 -, o que resultaria de forma bastante significativa numa redução de despesas, em decorrência do valor mensal então praticado pela firma contratada (Brom e Brom Advogados Associados S/S), conforme já informado, no montante de R\$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais) por mês;

a.2) temos a considerar, ainda, que a formalização em 18/09/2006 do Contrato de prestação de serviços advocatícios, com a firma Brom e Brom Advogados Associados S/S versus SUREG/GO, como vimos, deu-se em estrita consonância com os ditames da legislação vigente, tanto assim que as contas relativas à gestão de 2006 da SUREG/GO, com base no Relatório de Auditoria CGU/GO de nº 190677, foi regularmente aprovada pelo Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 425 / 2009 - TCU/Plenário - 1ª Câmara;

Nesse diapasão, em que pese a decisão adotada, tem-se conhecimento de que é vedada, sob qualquer pretexto, a preterição do licitante vencedor, conforme pacificado na legislação pertinente da Lei nº 8.666/93), ou seja, quando ao resultado da licitação, caso em que a

Administração não pode ignorá-la, atentando-se, assim, em não cometer ofensa à regra basilar fundamentada nos princípios norteadores da legalidade e moralidade administrativa.

Síntese dos resultados obtidos

Esta em curso novo processo licitatório para contratação de serviços advocatícios, objeto do processo administrativo de nº 09.0523/2009.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A constatação possibilitou a implementadas ações conjuntas da Procuradoria Geral e Procuradoria Regional, com apoio das equipes de trabalho da Superintendência Regional envolvidas nos procedimentos licitatórios, objetivando definir de forma mais circunstanciada os valores de referência para contratação de serviços,

16 – Informações Sobre o Tratamento das Recomendações realizadas pela Unidade de Controle Interno

Quadro XCIII

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
9/2010 - (AVG) - SUREG GO/GO -	703 - Em 31/12/2009 a conta apresentava os saldos relativos ao ICMS, contabilizados nas UGs como se segue: Verificamos que, à exceção da UG 135168, os demais saldos, acumulados até dez/2009, não estavam compatíveis com os registros de apuração do ICMS. Quanto às UGs 135142, UG 135143 e UG 135427, observamos nas diferenças apresentadas que os registros não foram efetuados no período de competência, tendo em vista a implantação do xFAC o que, conseqüentemente, alterou o Livro Fiscal.	703.1 - Na UG 135141 não constava saldo credor no Livro de Registro de Apuração do ICMS desde fev/2008. Recomendamos à área contábil informar, com relação ao lançamento no valor de R\$ 310.938,09, referente a mercadoria de terceiros (pagamento de armazenagem), correspondente a NF n.º 009449, 2009NL3154, 2009OB806677 e 2010NL15, as providências adotadas no sentido de regularizar a referida pendência.	de clovis.santos em 11/05/2010 como Pendente Informamos que através da 2010nl001131, foi regularizado o valor de R\$ 273.625,52, debitado a maior através da 2009nl3154. Sendo que o valor de R\$ 37.312,57 foi devidamente recolhido em janeiro de 2010. de zilda.silva em 11/05/2010 como Solucionado Solucionado.
	704 - Em 31/12/2009 a conta apresentava os saldos de R\$ 830.482,81 , contabilizado na UG 135141 - Sede da Sureg/GO e R\$ 1.620,11 na UG 135153 - UA Brasília .	704.1 - Recomendamos ao Secof juntamente com o Sereh analisar a diferença apresentada no SAS, visando a compatibilização dos saldos.	de clovis.santos em 09/06/2010 como Pendente

	<p>Verificamos, de acordo com o controle extra contábil, relativo a nov/2009, que o saldo devedor do Relatório de Controle de Utilização do SAS/Sereh, no valor de R\$ 459.511,63, não estava compatível com o saldo contábil de R\$ 770.639,86, gerando uma diferença de R\$ 311.128,23.</p> <p>Constatamos que o Sistema Sicop está inoperante não permitindo acesso, para fazer o levantamento até dez/2009. A posição fornecida manualmente foi até nov/2009 (com alteração no valor descontado no mês que passou de R\$ 21.615,71 para R\$ 29.257,99; total do serviço mês: R\$ 14.583,93 passou para R\$ 106.469,09). A área de Recursos Humanos sugere que o sistema precisa ser descentralizado e também a necessidade de utilização do mesmo sistema usado na Matriz, objetivando mais eficiência e qualidade nos serviços. Na análise detectamos as seguintes pendências, referentes ao saldo acumulado de d</p>		<p>Informamos que o sistema SICOP utilizado no lançamento, controle e acompanhamento dos Serviços do SAS encontra-se danificado desde o mês de JUN/2009, devidamente registrado através do processo administrativo de nº. 09.0588/2009, com carga para a MATRIZ desde aquele mês.</p> <p>de zilda.silva em 24/06/2010 como Pendente</p> <p>Aguardamos novas informações acerca do assunto.</p> <p>de osvaldo.pateiro em 02/08/2010 como Pendente</p> <p>Solicitamos a manifestação dessa Sureg/GO acerca do assunto tratado nesta recomendação, tendo em vista que o prazo para resposta já se encontra esgotado.</p> <p>de francisco.pereira em 11/08/2010 como Pendente</p>
--	--	--	--

			<p>Até a presente data não obtivemos resposta formal a respeito do processo administrativo de nº 09.0588/2009, encaminhado à SUTIN em meados de julho do ano de 2009, cujo objeto são irregularidades no Sistema SICOP pelo qual é efetivado o controle e acompanhamento das Despesas do SAS, Participação Financeira dos Empregados nas despesas do SAS e outros. Por falta de manutenção do SICOP, as despesas com o SAS e participação dos empregados não estão sendo efetivadas há bastante tempo. Sendo assim, sugerimos a interação desta Auditoria Interna objetivando a disponibilização regular de sistema de controle e acompanhamento do SAS.</p> <p>de francisco.pereira em 02/09/2010 como Pendente Considerando que o Processo de nº 09.0588/2009 foi encaminhado à SUTIN NA DATA DE 19/08/2009, solicitando entre outras providências, à disponibilização do Sistema de Recursos Humanos utilizado pela SUREH, não acatada. No entanto, foi autorizada a contratação do profissional responsável pelo desenvolvimento do Sistema SAS, cuja contratação está em andamento.</p> <p>de zilda.silva em 02/09/2010 como Pendente Com relação ao Processo n.º 09.0588/2009, verificamos que foi encaminhado pela Sutin a essa Sureg, em 20.8.2010. Solicitamos informar a Audin a posição atual do assunto.</p> <p>de zilda.silva em 03/09/2010 como Pendente Aguardamos as providências adotadas.</p> <p>de euripedes.souza em 15/09/2010 como Pendente O sistema através do qual esta Superintendência controlava e acompanhava os gastos com SAS, foi regularizado e estamos envidando todos os esforços possíveis no sentido de atualização do mesmo, bem como fazer as análises para compatibilização dos controles do Setor de Recursos Humanos com os Registros Contábeis.</p> <p>de zilda.silva em 15/09/2010 como Baixado O assunto será objeto de análise na próxima auditoria a ser realizada nessa Sureg.</p>
		<p>704.2 - Recomendamos à área contábil transferir os saldos remanescentes de exercícios anteriores para o Ativo Realizável a Longo Prazo, caso não ocorram os recebimentos até o final do exercício em curso (c/12.249.01.00). E também regularizar o ajuste de 0,01 referente a erro de digitação (2007NL562).</p>	<p>de clovis.santos em 11/05/2010 como Pendente</p>

			<p>Em atendimento as recomendações de auditoria, foram analisados e transferidos os saldos remanescentes de exercícios anteriores para o ativo realizável a longo prazo, conta contábil (112490100), as seguintes contas correntes e seus respectivos valores: - 08123039115 - Laercio Peixoto Ferrante - R\$ 67.674,56; 16138562100 - Dorvalino Ribeiro - R\$ 435,89; 18230571104 - Francisco de Assis Rocha - R\$ 1.123,50; 211703094115 - Julio Cesar dos Santos - R\$ 297,69; 26932334100 - Irma Jacinto de Oliveira - R\$ 81,99; 44314868104 - Arnaldo Eustaquio de Souza - R\$ 966,02, com relação a conta corrente 08370362168 , no valor de R\$ 494,71 esta sendo quitada mensalmente. Quanto as demais contas correntes foram devidamente regularizadas em maio de 2010.</p> <p>de zilda.silva em 12/05/2010 como Pendente</p> <p>UG 135153 - UA Brasília (R\$1.620,11) = pendente; demais contas correntes = solucionado</p> <p>de em 14/05/2010 como Pendente</p> <p>Informamos que transferimos o valor de R\$ 1.620,11 para a conta 122490100 (longo prazo) cujo débito de responsabilidade de Bianor Cardoso da Silva, objeto do processo administrativo de nº. 09.0579/02, que encontra-se no Escritório Terceirizado para propositura de ação judicial.</p> <p>de zilda.silva em 17/05/2010 como Solucionado</p> <p>Solucionado = 2010NL237, de 14/5/10.</p>
	<p>705 - Em 31/12/2009 as contas apresentavam os saldos de R\$ 2.758,14 e R\$ 278.951,75, contabilizados nas UGs elencadas no quadro a seguir. No confronto dos saldos contábeis com o Relatório de Saldo de Férias não constatamos divergências importantes, apenas saldos residuais que deveriam ter sido ajustados quando do encerramento do exercício. No entanto, por amostragem, observamos que alguns adiantamentos de férias concedidos em 19/11/2009, não foram descontados na FOPAG de jan/2010, em contrapartida, outros na mesma data, foram descontados no mês mencionado (a exemplo: empregados matrículas n.ºs 100.283 e 107.470; 10055 e 107478). Na UG 135141 as pendências relativas a diferença do adiantamento de 13º salário, no valor de R\$ 1.077,00 é relativa ao empregado matrícula n.º 101280, que retornou de licença médica (2009NL128); e no valor de R\$ 831,14 é</p>	<p>705.1 - Recomendamos à Sureg/GO avaliar as pendências e interagir com a Sucon no sentido de proceder a regularização.</p>	<p>de em 17/05/2010 como Pendente</p>

	<p>relativa ao empregado matrícula n.º 96383 que se encontrava em licença sem vencimentos (2007NL3021). Sobre o assunto a Sureg/GO expediu a CI.Sureg/GO n.º 8667, em 2/1</p>		<p>Com relação as diferenças encontradas na confrontação do saldo contábil com o extra contábil emitido pela SUREH/GEFOP, informamos: a) O valor de R\$ 1.077,00, que encontrava-se em aberto no cpf 167.900.141-87, da empregada Maria Lina Gomes, foi regularizado através da 2010nl001169; b) o valor de R\$ 831,14, que encontra-se em aberto no cpf n.º. 273.852.211-49, do empregado Daniel Mesac, deverá permanecer em aberto até janeiro de 2011, quando vencerá a licença sem vencimento para exercer o cargo eletivo de Deputado Estadual pelo Estado de Goiás, no período compreendido entre 15.08.2007 a 31.01.2011, concedida através da Portaria n.º. 201 de 22.10.2007. c) o valor de R\$ 1.185,96 que encontrava-se em aberto foi devidamente regularizado pela SUREH/GEFOP, conforme Relatório de saldo de 13º. Salário emitido em abril de 2010. d) O valor de R\$ 1.770,74, foi devidamente regularizado pela SUREH/GEFOP em abril de 2010; e) Quanto as diferenças de centavos apresentadas entre os registros contábeis e extra contábeis, oriundos d</p> <p>de zilda.silva em 17/05/2010 como Pendente</p> <p>UG 135149 = R\$ 106,32 - pendente; demais saldos = solucionado.</p> <p>de clovis.santos em 18/05/2010 como Pendente</p> <p>Com relação ao valor de R\$ 106,32, pendente na UG/135149, relativo ao Adiantamento de Férias ao empregado Henrique Lucio da Fonseca, Mat. n.º. 73340, informamos que através da CI/SUREG/GO n.º. 4212 de 18.05.2010, solicitamos a SUCON que nós informasse a data da regularização..</p> <p>de zilda.silva em 24/05/2010 como Pendente</p> <p>UG 135149 - R\$ 106,32 (CI/SUREG/GO n.º. 4212 de 18.05.2010) - pendente;</p> <p>de clovis.santos em 01/07/2010 como Pendente</p> <p>Com relação ao valor de r\$ 106.32, referente ao adiantamento de ferias do empregado Henrique Lucio da Fonseca, que não foi descontado à época, informamos que o valor foi regularizado através da 2010nl077 em 28.06.2010 UG/135149.</p> <p>de zilda.silva em 13/07/2010 como Solucionado</p> <p>Solucionado</p>
	<p>706 - Em 31/12/2009 as contas 11.244 e 19.911 apresentavam os saldos de R\$ 600,00 e a 19.912 o saldo de R\$ 440,00, registrados nas UGs 135146 - UA Paraúna e UG 135153 - UA Brasília. Verificamos na UG 135153 as pendências nas contas correntes n.ºs 05437423187 (R\$ 200,00), e 16695763100 e</p>	<p>706.1 - Recomendamos ao Secof analisar as pendências mencionadas e observar o princípio contábil do regime de competência, para evitar registros extemporâneos.</p>	<p>de clovis.santos em 11/05/2010 como Pendente</p>

	<p>98935399191 (ambas = R \$ 120,00), referentes a transferência de saldo para baixa de classificação da despesa com viagem, conforme a 2009NL2611, de 30/10/2009.</p>		<p>Com relação aos registros extemporâneos os mesmos ocorreram motivados pelo depósito bancário de devolução de diárias verificado no final do mês através de "RA" cujo crédito somente e disponibilizado após "48" (quarenta e oito horas após). Portanto os lançamentos contábeis somente poderão ser efetivados no mês seguinte. No entanto informamos que já adotamos providências para que tais fatos não se repitam.</p> <p>de zilda.silva em 17/05/2010 como Pendente</p> <p>UG 135153 = R\$ 440,00 - Pendente.</p> <p>de clovis.santos em 18/05/2010 como Pendente</p> <p>Com relação ao valor de R\$ 440,00, pendente na conta 199110600, informamos que o valor foi regularizado através da 2010nl002611</p> <p>de zilda.silva em 24/05/2010 como Solucionado</p> <p>UG 135153 - c/19.912 = R\$ 440,00 (R\$ 120,00, R\$ 120,00 e R\$ 200,00 = 2010NL1182, de 18/5/2010) - Solucionado</p>
	<p>708 - Em 31/12/2009 a conta apresentava os saldos de R\$ 1.260.018,22 e R\$ 2.363.476,34, registrados nas UGs 135427 - Mercado de Opção/GO e 135540 - Unidade Conab PAA/GO, respectivamente, distribuídos em 118 contas correntes de agricultores e/ou cooperativas de produtores rurais. Com relação ao acompanhamento dos Adiantamentos a Fornecedores - CPRs Alimentos, Doação Simultânea e Formação de Estoque, verificamos que os controles apresentados pelas áreas contábil e operacional não estão compatíveis. Na UG 135540, verificamos no confronto dos controles contábeis e extra contábeis, que constavam diferenças em relação às CPRs n.ºs 52.1.033 (Assoc. PA Cachoeira Bonita), 52.1.043 e 52.3.001 (COOPCERRADO) e 52.1.037 (COOPERCOISAS). Consoante nossa orientação o acerto deverá ser efetuado pela área contábil até o final de fev/2010.</p>	<p>708.1 - Visando o acompanhamento das operações de recebimento dos débitos, conforme preceitua a Resolução n.º 23, de 9/2/2007, da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, publicada no D.O.U n.º 30, de 12/2/2007 e também o contido no item 7 - Acompanhamento/Controle, do Título 34 - Aditamento de Cédula de Produtor Rural - CPR, Comunicado Conab/MOC n.º 005, de 25/2/2007 e Nota Técnica Digem/Supaf n.º 5, de 26/11/2008, recomendamos à Sureg/GO efetuar a checagem e compatibilização sistemática entre controles contábeis e operacionais.</p>	<p>de clovis.santos em 17/05/2010 como Pendente</p>

	<p>Constatamos que a renegociação das dívidas, relativas à CPR Alimento (MOC - Título 34), contraídas em 2003 e 2004, e a regulamentação da MP n.º 432, está de acordo com o Art.15-B da Lei n.º 11</p>		<p>Informamos que a conciliação contábil da conta 113190100 - Adiantamento a Fornecedores está concluída até o mês de dez/09. Informamos ainda, que foi emitida a CI/SECOF/GEFAD de nº. 4132/09, solicitando à GEDES que nos encaminhe mensalmente o Relatório com a posição atualizada dos saldos das "CPRs".</p> <p>de zilda.silva em 18/05/2010 como Solucionado Solucionado</p>
	<p>709 - Em 31/12/2009, os estoques dos programas governamentais apresentavam os saldos contábeis R\$ 86.338.118,26 na UG -135143 PGPM, R\$ 211.743.421,33 na UG-135427 -MERCADO DE OPÇÕES e R\$ 2.179,29 na UG -135540 -PAA. Os estoques estavam depositados em armazéns próprios e de terceiros. O quadro a seguir demonstra que os saldos dos estoques estavam conciliados e compatíveis com os inventários de encerramento do exercício financeiro. Após análise, verificamos valores inconsistentes gerados pelo sistema xFAC por ocasião do encerramento do exercício financeiro. Estas impropriedades estavam relacionadas à implantação da Nota Fiscal Eletrônica, onde Mapas de Inventários de Mercadorias - MIM, apresentavam distorções em relação às fichas kardex, duplicidades de registros de notas fiscais e/ou saldos dos relatórios. No entanto, esses fatos foram corrigidos em tempo evitando impropriedades na implantação do sistema e o encerramento do exercício.</p>	<p>709.1 - Recomendamos à Sureg/GO informar à Audin se o sistema gerador das Notas Fiscais Eletrônicas passou a atender satisfatoriamente as unidades operacionais, após as correções efetuadas.</p>	<p>de clovis.santos em 18/05/2010 como Pendente</p> <p>Informamos que emitimos a CI/SECOF/GEFAD de nº. 3954 em 11.05.2010, às áreas afins, GEOPE e GEDES, com o intuito de aferir o grau de satisfação das unidades operacionais e demais áreas que utilizam o sistema gerador das Notas Fiscais Eletrônicas onde obtivemos o resultado que o Sistema XFARC está atendendo satisfatoriamente até a presente data.</p> <p>de antonio.lima em 30/06/2010 como Solucionado</p>

			<p>Apos análise dos itens "A,B,D,E,G,H,I e J, do item 710, informamos que efetuamos os lançamentos através das 2010nl1295, 1297,1155,1288,1299, quanto aos itens "C,D,G e H", informamos que os contratos terminaram no exercício de 2009 e não continuaram em 2010 por isto não efetuamos os registros dos mesmos.</p> <p>de zilda.silva em 24/06/2010 como Solucionado Resposta acatada.</p>
		<p>710.2 - De acordo com o contido na CI.Sucon n.º 582, de 19/8/2005, recomendamos à Sureg/GO que atente para a necessidade de registrar o valor global do contrato no momento da celebração, uma vez que o saldo contábil deve representar o total das parcelas a vencer e acompanhar as respectivas baixas. Alertamos para a obrigatoriedade de observar o princípio contábil do regime de competência.</p>	<p>de francisco.pereira em 14/05/2010 como Pendente</p> <p>Informamos que procedemos o levantamento da posição atual dos contratos vigentes e efetivamos os respectivos registros pertinentes na conta contábil nº. 19972020019 - Contratos de Serviços em maio de 2010.</p> <p>de zilda.silva em 28/05/2010 como Pendente</p> <p>Aguardamos informar c/relação a falta de registro das despesas mencionadas no relatório e citadas no item anterior. Lembramos que o saldo contábil deve representar o total das parcelas a vencer.</p> <p>de clovis.santos em 09/06/2010 como Pendente</p> <p>Apos análise dos itens "A,B,D,E,G,H,I e J, do item 710, informamos que efetuamos os lançamentos através das 2010nl1295, 1297,1155,1288,1299, quanto aos itens "C,D,G e H", informamos que os contratos terminaram no exercício de 2009 e não continuaram em 2010 por isto não efetuamos os registros dos mesmos.</p> <p>de zilda.silva em 24/06/2010 como Solucionado Solucionado.</p>
<p>20/2010 - (ACG) - SUREG GO/GO -</p>	<p>802 - A UA Santa Helena de Goiás dispõe de um quadro de pessoal composto por cinco empregados. As instalações do escritório são modestas e necessitam de reformas. O complexo armazenador conta com três armazéns convencionais. Sendo dois armazéns metálicos para produtos ensacados tipo Strans Steel, para 2.200t cada e um de alvenaria para 14.400t a granel. A capacidade estática total do complexo é de</p>	<p>802.1 - Recomendação à Sureg/GO: interagir com a Diretoria de Operações e Abastecimento/Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques - Dirab/Suarm, expondo os motivos para as reformas pretendidas.</p>	<p>de arnon.guedes em 19/10/2010 como Pendente</p>

	<p>18.800t. O índice de ocupação é de 19% com os seguintes produtos em estoque : feijão, café e algodão. No município de Santa de Helena de Goiás está sendo implantado um grande polo de desenvolvimento com a construção da Ferrovia Norte-Sul e a criação de um Porto Seco. Há um cenário indicador que a UA deveria ser melhor aproveitada. A UA tornou-se um ponto cobijado por investidores, pela posição estratégica e possibilidade logística, que vislumbra a curto/ médio prazo, um potencial de negócios. A estrutura dos armazéns e os equipamentos estão a um quilômetro do polo de logística em construção, para atender a região. Po</p>		<p>Devido a proximidade das casas residenciais, hospital municipal junto a unidade e denúncias dos moradores que os secadores e máquinas de pré-limpeza estavam liberando partículas e poeira na atmosfera, as operações de secagem foram interrompidas, a unidade está operando somente com produtos limpo, seco e elaborado.</p> <p>de nanci.lino em 26/01/2011 como Solucionado</p> <p>Visto que temos de atender as normas de proteção ambiental e considerando a proximidade das casas residenciais e hospital municipal, tornam-se prejudicadas as operações de secagem e limpeza dos produtos. Nesse contexto faz-se necessário um estudo de viabilidade para melhor aproveitamento da UA.</p>
		<p>802.2 - Recomendação à Sureg/GO: providenciar um estudo de viabilidade econômica para a UA Santa Helena de Goiás, considerando as novas perspectivas de negócios advindas com a construção da Ferrovia Norte Sul – FNS, que se encontra em adiantado estágio de construção e acenando com a possibilidade de ativar a região com o escoamento da produção, através do transporte multimodal.</p>	<p>de arnon.guedes em 19/10/2010 como Pendente</p> <p>O estudo de viabilidade econômica da Unidade Armazenadora da CONAB em Santa Helena de Goiás, foi elaborado por uma comissão com a participação dos empregados: Francisco Pereira da Silva, Jurandir Ferreira Rios e Ronaldo Elias Campos. A conclusão do relatório acostado ao processo nº 21209.000247/2008-25, foi pela continuidade operacional da unidade servindo de apoio ao PAA.</p> <p>de nanci.lino em 21/01/2011 como Solucionado</p>

			<p>Visto que as perspectivas de negócios advindas com a construção da Ferrovia Norte Sul - FNS são mais promissoras para a Região, um melhor aproveitamento para UA Santa Helena de Goiás deveria ser o objetivo para planejamentos futuros. Sendo necessário maiores investimentos para revitalização da Unidade.</p>
		<p>802.3 - Recomendação à Diretoria de Operações e Abastecimento/Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques - Dirab/Suarm: auxiliar na elaboração e acompanhamento da viabilidade econômica da UA Santa Helena de Goiás para integrar-se ao novo cenário de logística e armazenamento.</p>	<p>de arnon.guedes em 19/10/2010 como Pendente</p> <p>Na elaboração do estudo de viabilidade econômica da Unidade Armazenadora da CONAB em Santa Helena de Goiás, conforme exposto no item 802.2, foi solicitado apoio para definição às Gerências da SUREG/GO.</p> <p>de em 26/01/2011 como Solucionado</p> <p>O estudo de viabilidade econômica só será eficaz se ações concretas forem efetivadas com novos investimentos, revitalização e modernização dos armazéns. Tendo em vista a integração ao novo cenário de logística e armazenamento da UA Santa Helena de Goiás a Diretoria de Operações e Abastecimento junto com a Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques - Dirab/Suarm devem buscar os meios necessários para dar continuidade às ações na Sureg/GO..</p>
	<p>805 - O quadro é insuficiente para atender a demanda dos serviços executados no complexo armazenador, principalmente na época da safra ou quando há maior demanda por serviços. Há uma necessidade de contratação de pessoal nas áreas administrativa e operacional. Foi observado que a maioria dos empregados está próxima da aposentadoria.</p>	<p>805.1 - Recomendação à Sureg/GO: interagir com a Diretoria de Administração e Superintendência de Recursos Humanos - Dirad/Sureh com vista a buscar alternativas para suprir a falta de pessoal verificada.</p>	<p>de arnon.guedes em 19/10/2010 como Pendente</p> <p>A falta de pessoal nas Unidades Armazenadoras da COANB em Goiás, somente serão preenchidas com a abertura de concurso específico com a escolaridade de nível médio, preferencialmente Técnico Agrícola. Solicitamos a área de Recursos Humanos desta Superintendência Regional, a abertura de processo administrativo específico, com a finalidade de verificar a existência de empregados lotados nesta Superintendência e/ou outras superintendências, com a finalidade de verificar a existência de empregados com o perfil para trabalhar nas unidades e armazenadoras, e que tenham interesse em se transferir para as mesmas.</p> <p>de euripedes.souza em 25/11/2010 como Pendente</p>

			<p>Permitimo-nos observar que, não obstante diversos dos Colegas do quadro e cedidos possuírem no atual currículo, capacidade e habilitação técnica para trabalhos de elevada complexidade, não podem ver reconhecidos pela Administração os conhecimentos adquiridos, em especial para fins de provimento de cargos e funções compatíveis com as necessidades da Conab, porquanto, caracterizar-se-ia desvio de função, situação jurídica censurada pela Administração e por esta tida como conduta ímproba passível de punição, consoante reza a Resolução 01, de 11/01/2002. Salvo a formulação de uma política de incentivo financeiro permanente – ou o retorno ao chicote, apêndice rançoso dos sistemas ditatoriais, não vislumbramos expectativas quaisquer de aproveitamento dos empregados com enquadramento nos cargos fundamental e/ou de nível médio, de tal sorte possam regularmente desempenhar as atividades ora demandantes de mão-de-obra no âmbito das unidades armazenadoras, porquanto, o deslocamento importaria, dentre outras, despesas co</p> <p>de nanci.lino em 21/01/2011 como Baixado</p> <p>Baixado. Visto que a Política de Recursos Humanos é um planejamento contínuo e sistemático da Companhia, que objetiva determinar os recursos humanos necessários ao desenvolvimento das atividades da Companhia, aguardamos posicionamento da Diretoria para o novo concurso, quando a Sureg deverá mediante levantamento destacar as necessidades dessa Regional.</p>
	<p>806 - O serviço de manutenção e aferição da balança rodoviária feito recentemente não incluiu um sistema de leitura de pesagem preciso. O Inmetro emitiu Auto de Notificação n.º 664463/07, recomendando a transformação do sistema de pesagem manual para o sistema eletrônico ao considerar que o sistema manual está em desacordo com as Portarias Inmetro n.ºs 236/1994 e 261/2002. Além desse fato observou-se evidências que levam a outras reformas pretendidas e assim constatou-se uma série de melhorias necessárias para serem implantadas, a saber: - Infraestrutura: reforma da cobertura, do sistema de captação de águas pluviais e das galerias, substituição dos para-raios e reforma da Unidade Armazenadora (lanternim no armazem 10, pintura e pisos); - Ambiente de atendimento ao público: adequação das</p>	<p>806.1 - Recomendação à Sureg/Go: Interagir com a Diretoria de Operações e Abastecimento/Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques - Dirab/Suarm, com vista a contratação de serviços de conversão da balança de pesagem manual para eletrônica/digital.</p>	<p>de arnon.guedes em 19/10/2010 como Pendente</p>

	<p>instalações para atender os portadores de necessidades especiais; - Escritório: informatização, arquivo, almoxarifado e sistema de comunicação entre escritório e armazéns (substituir equipamentos obsoletos); - Análise do prod</p>		<p>Na programação orçamentária 2010, referente a Serviços, Obras e Equipamentos destinados as Unidades Armazenadoras da CONAB em Goiás, foi solicitado a troca de todas as balanças rodoviárias mecânica que estão com quase 40 (quarenta) anos de uso, por balanças rodoviárias digital com capacidade para 100 (cem) toneladas. Somente as Unidades de Rio Verde (já instalada) e a Unidade de Goiânia (em processo de licitação) foram contempladas. Na programação orçamentária 2011, será novamente solicitado a liberação de recursos para troca das demais balanças.</p> <p>de nanci.lino em 26/01/2011 como Pendente</p> <p>Tendo em vista que a manifestação da Sureg/GO não é conclusiva acerca da recomendação emanada pela equipe de auditores internos, permanecemos com o item pendente até nova manifestação.</p>
	<p>808 - Foi remetido à Sureg/GO, por meio das planilhas orçamentárias (exercício de 2010), o levantamento prévio para as reformas pretendidas pela UA. Foram identificados problemas técnicos e estruturais nos imóveis e equipamentos. As reformas pretendidas não foram implementadas e constatou-se uma série de melhorias necessárias: - Infraestrutura: reformas da cobertura, do sistema de captação de águas pluviais e galerias; - Rede elétrica: recuperar ou substituir a rede elétrica desde a subestação até o escritório, haja vista ser antiga, pondo em risco os usuários. - Para-raios: substituir o sistema de para-raios, que é do tipo radiativo, de uso proibido e incompatível com os modelos atuais; - Ambiente de atendimento ao público: adequar as instalações para portadores de necessidades especiais; - Escritório: informatização, instalação de arquivo e almoxarifado,</p>	<p>808.1 - Recomendação à Sureg/GO: interagir com a Diretoria de Operações e Abastecimento/Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques, expondo a necessidade das reformas pretendidas.</p>	<p>de arnon.guedes em 19/10/2010 como Pendente</p>

	<p>substituição de equipamentos obsoletos e instalação do sistema de comunicação entre escritório e armazéns; - Pesagem: dar continuidade à instalação do siste</p>		<p>As reformas dos secadores e a execução de outros serviços necessários de acordo com as reivindicações/orientações do Responsável Técnico e do Gerente da Unidade, serão solicitadas na programação orçamentária 2011. Estas reformas/serviços foram solicitadas na programação orçamentária 2010, porém não foram contempladas.</p> <p>de em 26/01/2011 como Pendente</p> <p>Tendo em vista que a manifestação da Sureg/GO não é conclusiva acerca da recomendação emanada pela equipe de auditores internos, permanecemos com o item pendente até nova manifestação.</p>
	<p>809 - A presença de insetos vivos em alguns silos (telcon) foi justificada pela insuficiência de lençóis plásticos para tratamento fitossanitário. O pedido de lençóis está inserido na programação orçamentária de 2010. Por meio de expediente o Gerente tem manifestado preocupação, alertando a Sureg/Geope sobre a reincidência de infestação dos produtos armazenados.</p>	<p>809.1 - Recomendação a Sureg/Geope: atender a UA considerando a programação orçamentária uma vez que foi constatada a falta de lonas novas e/ou em condições de uso para realização de expurgos necessários.</p>	<p>de arnon.guedes em 19/10/2010 como Pendente</p> <p>A SUREG/GO, através da GEOPE/SEOPE já está tomando as providências necessárias com vistas a aquisição de lonas para expurgo para todas as Unidades Armazenadoras, conforme fax solicitando propostas enviados as empresas abaixo relacionadas: VMC Representações - Itap Bemis - Dixie Toga Spandex - Lonas para expurgo Tecnigran Proteção de Grãos e Sementes Ltda</p> <p>de nanci.lino em 26/01/2011 como Pendente</p> <p>Item considerado pendente pelos auditores visto que as providências ainda não foram concluídas</p>
	<p>811 - Os secadores kw-8, kw-15 e as máquinas de pré-limpeza, quando operando, produzem uma acentuada dispersão de pó no galpão da pré-estocagem, por inoperância do sistema de exaustão, colocando em risco a saúde dos empregados. Do secador kw-15 foram retiradas peças e remetidas para Geope/Sureg/GO, no mês de abril/2010, para servirem de modelo na aquisição de peças novas, no entanto, não houve retorno, até o momento da auditoria. O Responsável Técnico se manifestou, através do Relatório de</p>	<p>811.1 - Recomendação à Sureg/Geope/GO: por se tratar de necessidade prioritária, providenciar com celeridade, o reparo e manutenção nos equipamentos de exaustão, máquinas de pré-limpeza e secagem (kw-8 e kw-15).</p>	<p>de arnon.guedes em 19/10/2010 como Pendente</p>

	<p>Supervisão Técnico Operacional, favorável à suspensão temporária das operações de pré-limpeza e secagem nos equipamentos, até a solução do problema. Enfatizou que se trata de necessidade prioritária.</p>		<p>As reformas dos secadores e a execução de outros serviços necessários de acordo com as reivindicações/orientações do Responsável Técnico e do Gerente da Unidade, serão solicitadas na programação orçamentária 2011. Estas reformas/serviços foram solicitadas na programação orçamentária 2010, porém não foram contempladas.</p> <p>de nanci.lino em 26/01/2011 como Pendente</p> <p>Tendo em vista que a manifestação da Sureg/GO não é conclusiva acerca da recomendação emanada pela equipe de auditores internos, permanecemos com o item pendente até nova manifestação.</p>
	<p>812 - Foi remetido à Sureg/GO, por meio das planilhas orçamentárias (exercício de 2010), o levantamento prévio para as reformas pretendidas pela UA. Foram identificados problemas técnicos e estruturais nos imóveis e equipamentos. As reformas pretendidas não foram implementadas e constatou-se uma série de melhorias necessárias: - Infraestrutura: reformas da cobertura, do sistema de captação de águas pluviais, galerias e recuperação do piso; - Rede elétrica: recuperação ou substituição de toda a rede elétrica; - Para-raios: substituir o sistema de para-raios que é do tipo radiativo de uso proibido e incompatível com os modelos atuais; - Ambiente de atendimento ao público: adequar as instalações para atender os portadores de necessidades especiais. Construção de uma guarita com banheiro, na entrada da UA, para os vigilantes; - Escritório: informatização, arquivo, almoxarifado e sistema de comunicação entre escritório e armazéns (substituir equipamentos obsoletos); - Pesagem: dar continuidade do sistema de info</p>	<p>812.1 - Recomendação à Sureg/GO: interagir com a Diretoria de Operações e Abastecimento/Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques, expondo a necessidade das reformas pretendidas.</p>	<p>de arnon.guedes em 19/10/2010 como Pendente</p>

			<p>As reformas e a execução de outros serviços necessários de acordo com as reivindicações/orientações do Responsável Técnico e do Gerente da Unidade, serão solicitadas na programação orçamentária 2011. Estas reformas/serviços foram solicitadas na programação orçamentária 2010, porém não foram contempladas.</p> <p>de nanci.lino em 26/01/2011 como Pendente</p> <p>Tendo em vista que a manifestação da Sureg/GO não é conclusiva acerca da recomendação emanada pela equipe de auditores internos, permanecemos com o item pendente até nova manifestação.</p>
	<p>813 - Encontra-se no pátio da UA Palmeiras de Goiás várias telas de silo (telcon) entre outros materiais que estão sujeitos a desgaste acelerado por estarem expostos às intempéries do tempo.</p>	<p>813.1 - Recomendação à Sureg/Geope/GO: orientar a Gerência da UA/Palmeiras de Goiás, para recolher os materiais que poderão ser utilizados e armazená-los em local que ofereça proteção.</p>	<p>de arnon.guedes em 19/10/2010 como Pendente</p> <p>Providenciado, os materiais citados (telas de silos telcon) já estão armazenados sob cobertura, informação prestada pela Unidade Armazenadora da CONAB em Palmeiras de Goiás.</p> <p>de nanci.lino em 26/01/2011 como Solucionado</p> <p>Resposta acatada pelos auditores.</p>
<p>3/2010 - Extraordinário - (AVG) - SUREG GO/GO -</p>	<p>1 - Em virtude do seu caráter extraordinário, a etapa de planejamento foi efetuada concomitante com a análise dos autos processuais, para verificação da legalidade do procedimento licitatório e da contratação do SINTRAM pela Companhia. Da análise da documentação constante no processo n.º 090055/05, constatou-se que, apesar de algumas irregularidades formais o procedimento licitatório e contratual atingiu o seu fim precípua. No que concerne ao procedimento licitatório verificou-se: a) a fragilidade do edital, como a ausência de especificação quanto a abrangência sindical, uma vez que, embora o SINTRAM atue em todo o Estado de Goiás, possui jurisdição apenas nas cidades de Paranaiguara, Inaçailândia e Montividiu, conforme Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral</p>	<p>1.1 - Tendo em vista que se encontra em andamento o procedimento licitatório (processo 09.0313/2010) para a contratação de serviços de braçagem, recomenda-se à Sureg/GO que faça constar no edital uma planilha de formação de preço, a ser preenchida pelo proponente, onde conste a especificação de todos os encargos, tributos e contribuições incidentes sobre a remuneração do sindicalizado, para realizar a conferência dos valores (pagos e descontados) constante no contracheque do braçagista.</p>	<p>de euripedes.souza em 15/09/2010 como Pendente</p>

	<p>de Montividiu - Estado de Goiás; b) a ausência de chancela e assinatura no edital e; c) a necessidade de constar no edital a exigência de apresentação de planilha de formação da remuneração do braçagista, com a com</p>		<p>Esta recomendação foi encaminhada a Comissão Permanente de Licitação, e para a Comissão de Pregoeiros.</p> <p>de tatiana.figueiredo em 15/09/2010 como Pendente O item ficará pendente até que a Sureg/GO informe o posicionamento da CPL quanto ao item em apreço.</p> <p>de sergio.amorim em 21/09/2010 como Solucionado A providência adotada em relação a este item foi acatada pela equipe de auditores internos.</p> <p>de euripedes.souza em 21/09/2010 como Pendente O Edital de Licitação para contratação de serviços de Braçagem, objeto da abertura do processo administrativo n.º 09.0313/2010, foi alterado, com inclusão das recomendações encaminhadas por essa AUDIN.</p>
		<p>1.2 - Recomenda-se à Sureg/GO que faça constar no Edital de Licitação a exigência de apresentação anual pelo Sindicato, acaso vencedor do procedimento licitatório, do estatuto Social atualizado, das atas anuais, das atas das eleições da Diretoria Sindical e da relação atualizada dos braçagistas.</p>	<p>de tatiana.figueiredo em 15/09/2010 como Pendente</p> <p>O item ficará pendente até que a Sureg/GO informe o posicionamento da CPL quanto ao item em apreço.</p> <p>de euripedes.souza em 15/09/2010 como Pendente Esta recomendação foi encaminhada a Comissão Permanente de Licitação e para a Comissão de Pregoeiros.</p> <p>de euripedes.souza em 21/09/2010 como Pendente O Edital de Licitação para contratação de serviços de Braçagem, objeto da abertura do processo administrativo n.º 09.0313/2010, foi alterado, com inclusão das recomendações encaminhadas por essa AUDIN.</p> <p>de sergio.amorim em 21/09/2010 como Solucionado A providência adotada em relação a este item foi acatada pela equipe de auditores internos.</p>
		<p>1.3 - Recomenda-se à Sureg/GO adequar o contrato e sua respectiva execução à Lei n.º 12.023/2009, em especial, no que concerne à exigência</p>	<p>de euripedes.souza em 15/09/2010 como Pendente</p>

		da realização de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho para contratação via Sindicato e à observância, pelo fiscal do contrato, do prazo de repasse em 72 horas úteis dos valores devidos aos braçagistas.	<p>Esta recomendação foi encaminhada a área operacional e à Procuradoria Jurídica com a nossa recomendação que o contrato e sua respectiva execução, sejam adequados à Lei n.º 12023/2009, bem como aos respectivos fiscais do contrato.</p> <p>de tatiana.figueiredo em 15/09/2010 como Solucionado A providência adotada pela Sureg foi acolhida pela equipe de auditores.</p>
		1.4 - Recomenda-se à Sureg/GO que faça constar no edital, no caso de participação de sindicato, a comprovação desta entidade de que possui, necessariamente, representatividade de âmbito estadual.	<p>de euripedes.souza em 21/09/2010 como Pendente</p> <p>O Edital de Licitação para contratação de serviços de Braçagem, objeto da abertura do processo administrativo n.º 09.0313/2010, foi alterado, com inclusão das recomendações encaminhadas por essa AUDIN.</p> <p>de sergio.amorim em 21/09/2010 como Solucionado A providência adotada em relação a este item foi acatada pela equipe de auditores internos.</p>
	4 - Além das entrevistas, foram prestadas orientações a todos os fiscais em questão, em especial acerca dos seguintes aspectos: tirar mensalmente a cópia da declaração do pagamento dos encargos sociais, do recibo de pagamento emitido pelo Sindicato, da ordem bancária, das atas das Assembléias realizadas pelo Sindicato, do Atestado de Saúde Ocupacional - ASO e da apólice de seguro com os nomes dos trabalhadores. Além dos documentos mencionados, cada fiscal deverá juntar em um processo específico de acompanhamento de execução contratual, a relação do cadastro de pessoal, os relatórios semestrais formulados pelo agente 67 e os comprovantes assinados dos repasses dos Equipamentos de Proteção Individual - EPIs.	4.1 - Recomenda-se à Sureg/GO que oriente formalmente os agentes 67 e se necessário, treine-os com cursos de capacitação, quanto as suas obrigações e responsabilidades.	de em 15/09/2010 como Pendente

			<p>Foi encaminhado a todos os fiscais do contrato (agentes 67) orientações emanadas da Gerência Administrativa e da Procuradoria Jurídica desta Regional, quanto as suas obrigações e responsabilidades.</p> <p>de tatiana.figueiredo em 15/09/2010 como Solucionado O providência adotada pela Sureg foi acolhida pela equipe de auditores.</p>
		<p>4.2 - Recomenda-se à Sureg/GO que oriente os fiscais do contrato de braçagem a adotar a prática administrativa de providenciar, mensalmente, a cópia da declaração do pagamento dos encargos sociais, do recibo de pagamento emitido pelo Sindicato, da ordem bancária, das atas das Assembléias realizadas pelo Sindicato, do Atestado de Saúde Ocupacional - ASO e da apólice de seguro com os nomes dos trabalhadores.</p>	<p>de euripedes.souza em 15/09/2010 como Pendente</p> <p>Todas as Unidades Operacionais foram orientadas a cumprir as recomendações contidas neste item.</p> <p>de tatiana.figueiredo em 15/09/2010 como Solucionado O providência adotada pela Sureg foi acolhida pela equipe de auditores.</p>
		<p>4.3 - Recomenda-se às Unidades Armazenadoras jurisdicionadas à Sureg/GO que oriente cada fiscal de contrato a abrir um processo específico de acompanhamento de execução contratual e nele anexe todas as cópias e originais de documentos pertinentes à execução citada, além da relação do cadastro de pessoal, dos relatórios semestrais formulados pelo agente 67 e dos comprovantes assinados dos repasses de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs para os braçagistas.</p>	<p>de tatiana.figueiredo em 15/09/2010 como Solucionado</p> <p>O providência adotada pela Sureg foi acolhida pela equipe de auditores.</p> <p>de euripedes.souza em 15/09/2010 como Pendente Foram abertos processos administrativos específicos para todas às Unidades Armazenadoras para acompanhamento da execução do contrato, bem como as unidades foram orientadas a cumprir as recomendações contidas neste item.</p>
		<p>4.4 - Recomenda-se à Sureg/GO que exija rigorosamente a apresentação anual pelo Sindicato, acaso vencedor do procedimento licitatório, do Estatuto Social</p>	<p>de sergio.amorim em 21/09/2010 como Solucionado</p>

		<p>atualizado, das atas anuais, das atas das eleições da Diretoria Sindical, da relação atualizada dos braçagistas e dos ASO a eles referentes.</p>	<p>A providência adotada em relação a este item foi acatada pela equipe de auditores internos.</p> <p>de em 21/09/2010 como Pendente</p> <p>Todas as Unidades Armazenadoras, através dos respectivos fiscais do contrato, foram orientadas a exigir do Sindicato, se o mesmo for vencedor do procedimento licitatório, o Estatuto Social Atualizado, as atas das reuniões e eleições da Diretoria Sindical, bem como a relação atualizada dos braçagistas e dos ASO a eles inerentes. O assunto será acompanhado pela Gerência de Operações, gestora do contrato.</p>
	<p>5 - Com o retorno à Matriz, solicitou-se à Gerência de Operações/ Geope e do Setor de Operações/Seope informações relativas à ocupação média dos armazéns da Sureg/GO, separadas por programa e por ano, desde 2004 (Solicitação de Auditoria n.º 1, de 22/6/2010 - SA1), e à Gerência Financeira e Administrativa/ Gefad e do Setor Financeiro/Sefin, a conformidade do pagamento de salário efetuado pelo SINTRAM aos trabalhadores terceirizados (a exemplo de cópia de contracheque enviada), de acordo com as normas pertinentes (Solicitação de Auditoria n.º 2, de 22/6/2010 – SA2). Por fim, por intermédio da Solicitação de Auditoria n.º 3 (SA3), de 5/7/2010, solicitou-se à Gefad o encaminhamento à Audin da cópia do Estatuto Social atualizado do Sindicato dos Trabalhadores de Movimentação de Mercadorias em Geral de Montividiu/GO – SINTRAM, para análise. Em resposta à mencionada Solicitação de Auditoria n.º 1, a área operacional da Sureg/GO encaminhou a Planilha de controle n.º 1, exposta na sequência. Em complemento à planilha e</p>	<p>5.1 - Recomenda-se à Sureg/GO que confira pontualmente o efetivo recolhimento do FGTS e do INSS dos braçagistas pelo Sindicato, solicitando a cada pagamento a apresentação dos comprovantes pertinentes aos recolhimentos do mês anterior.</p>	<p>de em 21/09/2010 como Pendente</p>

			<p>Objetivando responder a recomendação contida no Relatório de Auditoria de nº. 03, item nº. 05, informamos que o FGTS e o INSS, bem como todos os encargos trabalhistas inerente ao Sindicato são recolhidos pela CONAB por força de Lei e que toda a documentação relativo aos pagamentos dos encargos ficam de posse da CONAB.</p> <p>de tatiana.figueiredo em 24/09/2010 como Pendente Solicitamos o encaminhamento de documentos comprobatórios que certifiquem o alegado pelo Auditado, referentes ao último recolhimento realizado e atinentes a 3 braçagistas da UA Brasília, para análise da Audin.</p> <p>de clovis.santos em 19/10/2010 como Pendente Objetivando atender a solicitação de documentos, referente ao recolhimento dos encargos sociais do SINTRAM, informamos que a documentação solicitada foi encaminhada através da CI/SUREG/GO de nº. 9555/2010, de 15.10.2010</p> <p>de em 22/10/2010 como Solucionado A documentação encaminhada por meio da CI/SUREG/GO de n.º 9555/2010, de 15.10.2010, foi recebida e, após análise, concluímos pela solução deste item.</p>
		<p>5.2 - Recomenda-se à Sureg/GO que solicite ao Sindicato seu Estatuto Social atualizado, com a fixação do percentual devido a título de taxa sindical e, acaso inexistente essa versão, que a entidade sindical o providencie.</p>	<p>de euripedes.souza em 23/09/2010 como Pendente A Gerência de Operações, através do Setor de Operações - SEOPE, Solicitou ao Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias de Montividiu- SINTRAM, cópia do seu Estatuto Social atualizado, no entanto até o momento o documento não nos foi apresentado.</p> <p>de tatiana.figueiredo em 24/09/2010 como Pendente Em virtude da resposta do Auditado, solicitamos cópia do documento encaminhada pela GEOPE/SEOPE ao SINTRAM, requisitando o seu Estatuto Social atualizado, para análise da Audin.</p> <p>de tatiana.figueiredo em 06/12/2010 como Pendente Considerando a documentação anexa à Comunicação Interna nº 11036, de 24.11.2010, solicitamos à Sureg/GO que interaja junto ao Sintram para obter a lista de presença dos participantes da Assembléia Geral Extraordinária do Sintram, realizada no dia 30.12.2007, cuja Ata respalda a deliberação concernente à fixação do percentual de 15% sobre a remuneração bruta dos sindicalizados, a título de taxa sindical.</p> <p>de tatiana.figueiredo em 03/02/2011 como Pendente</p>

			<p>Item permanece pendente, tendo em vista que o solicitado foi atendido em parte. A lista de presença dos participantes da já mencionada Assembleia Geral Extraordinária do Sintram, encaminhada por intermédio da CI Sureg/GO n.º 256, de 11 de janeiro de 2011, não é hábil a comprovar o que se propõe - qual seja a participação dos braçagistas na fixação da taxa sindical - haja vista não se encontrar assinada pelos participantes ali relacionados. Interaja a Sureg/GO com o sindicato contratado, para informar à AUDIN, se EXISTE a lista ASSINADA dos participantes, referente a sua presença na Assembléia em questão.</p> <p>de euripedes.souza em 10/02/2011 como Pendente Através da CI/SUREG/GO n.º 1058 de 08 de fevereiro de 2011, destinada a ADUDIN/GEDOP, foram encaminhadas cópias autenticadas da Ata da assembléia Geral Extraordinária realizada em 28/03/2010, bem como a Relação dos trabalhadores associados presentes a referida Assembléia Extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Montividiu/ - SINTRAM.</p> <p>de tatiana.figueiredo em 14/02/2011 como Solucionado Em face da documentação encaminhada via CI (CI GO nº 1058/2011), temos por solucionado o item.</p>
		<p>5.3 - Recomenda-se à Sureg/GO, que nas próximas contratações de Sindicatos para a intermediação da prestação de serviços de braçagem, realize a conferência dos valores (pagos e descontados) constante no contracheque do braçagista com uma planilha de formação de preço, necessariamente preenchida pelo Contratado, onde conste a especificação de todos os encargos, tributos e contribuições incidentes sobre a remuneração do sindicalizado.</p>	<p>de sergio.amorim em 21/09/2010 como Solucionado</p> <p>A providência adotada em relação a este item foi acatada pela equipe de auditores internos.</p> <p>de euripedes.souza em 21/09/2010 como Pendente Orientamos as Unidades Operacionais, a Gerência de Operações e a Gerência Financeira e Administrativa no sentido do fiel cumprimento desta recomendação.</p>
		<p>5.4 - Recomenda-se à Sureg/GO que nas próximas contratações de Sindicatos para a intermediação da prestação de serviços de braçagem verifique estritamente a observância, durante toda a execução contratual, do disposto na Lei n.º 12.023/2009, em especial, no que concerne à exigência da realização de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho para</p>	<p>de sergio.amorim em 21/09/2010 como Solucionado</p>

		<p>contratação via Sindicato e à observância, pelo fiscal do contrato, do prazo de repasse em 72 horas úteis dos valores devidos aos braçagistas.</p>	<p>A providência adotada em relação a este item foi acatada pela equipe de auditores internos.</p> <p>de em 21/09/2010 como Pendente</p> <p>No que se refere a observância do disposto na Lei n.º 12.023/2009, quando da contratação de Sindicatos para a intermediação da prestação de serviços de braçagem, a Procuradoria Jurídica desta Regional, em conjunto com as demais áreas da empresa foram orientados à adequarem, as novas contratações, bem como a execução do contrato, ao referido dispositivo Legal.</p>
--	--	---	--

17 – Outras Informações

17.1 – CERTIFICAÇÃO DE UNIDADES ARMAZENADORAS

A Superintendência Regional da Conab em Goiás e Distrito Federal - SUREG-GO/DF, continua providenciando adequações das Unidades Armazenadoras da CONAB com objetivo de atender aos requisitos técnicos necessários para obter a Certificação dessas Unidades Armazenadoras em Ambiente Natural. Em 14/12/2010, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA publicou a Instrução Normativa nº 41 regulamentando o Sistema Brasileiro de Certificação de Unidades Armazenadoras e estabelecendo o início de vigência a partir de 31/12/2012.

Certificação é o reconhecimento formal, concedido por um organismo autorizado, de que uma entidade tem competência técnica para realizar serviços específicos. É um indicador para os usuários de que as atividades desenvolvidas pelo prestador de serviços atendem ao padrão de qualidade, e que possuem os requisitos técnicos mínimos estabelecidos no regulamento para o exercício daquela atividade.

17.2– PRINCIPAIS OBRAS APROVADAS NO ORÇAMENTO DE 2010.

a) – INSTALAÇÃO DA BALANÇA DE 100 T NA UA/RIO VERDE.

A obra de instalação da Balança de 100T na UA/Rio Verde, foi contratada à empresa KCR Comercio de Equipamentos Ltda. A qual sagrou-se vencedora no pleito conduzido na modalidade Tomada de Preços, Processo Administrativo nº 09.417/2006. As condições dos serviços a serem executados foram estabelecidas no contrato nº 003/2009 assinado entre aquela empresa e a CONAB em 04 de fevereiro de 2010 e iniciadas em 09 de fevereiro de 2010.

b) - ADEQUAÇÃO DA ENTRADA DA UA/RIO VERDE

A obra de adequação da entrada da unidade armazenadora de Rio Verde -GO, foi contratada à empresa Inácio e Silva Engenharia, a qual sagrou-se vencedora no pleito conduzido na modalidade dispensa de licitação, sendo emitida a OS nº 095/2010 de 02/12/2010 processo número SUREG / GO - 21209.1114/2010-91. As condições da obra foram estabelecidas na OS., supra mencionada e assinado entre aquela empresa e a Conab.

C) - OBRA DE DESMONTAGEM DOS EQUIPAMENTOS QUE SE ENCONTRAVAM AVARIADOS E PENDURADOS DEVIDO AO VENDAVAL OCORRIDO EM 07/10/2010 NA UA SÃO LUIZ DOS MONTES BELOS/GO

A obra de desmontagem dos equipamentos que se encontravam avariados e pendurados devido ao vendaval ocorrido em 07/10/2010 na unidade armazenadora de São Luiz dos Monte Belos -GO, contratada à empresa Cereal Center Ltda., a qual sagrou-se vencedora no pleito conduzido na modalidade TOMADA DE PREÇOS. As condições da obra foram estabelecidas no contrato nº 003/2009, assinado entre aquela empresa e a Conab.

d) - REFORMA E ADAPTAÇÃO DAS DEPENDENCIAS DA SUREG/GO

A obra de adequação referente os serviços de reforma e adaptação da dependências da Sureg/GO, foi contratada à empresa Construtora Cosama Ltda. A qual sagrou-se vencedora no pleito conduzido na modalidade Tomada Preços. As condições dos serviços a serem executados foram estabelecidos no contrato nº 002/2011, processo administrativo 09.0757/2009.

e)- MONTAGEM DOS EQUIPAMENTO DE CAPTAÇÃO DE PÓ DO SILO BUFALO NA UA/BRASILIA.

A Obra de Montagem dos Equipamentos referente a Captação de Pó foi contratada à Empresa Siloé Ltda a qual sagrou-se vencedora no pleito conduzido na modalidade Tomada de preços. As condições dos serviços a serem executados foram estabelecidos no contrato 005/2011 processo administrativo nº 21200.001682/2007-76.

6 - MONTAGEM DOS EQUIPAMENTOS REFERENTE AO VENDAVAL OCORRIDO NA UA/PONTALINA-GO

6.1 - A obra de Montagem dos equipamentos devido ao vendaval ocorrido na região, foi contratada à Empresa Siloé Ltda a qual sagrou-se vencedora no pleito conduzido na modalidade Tomada de Preços. O assunto foi objeto da abertura do processo administrativo nº 21209.000126/2010-06.

18 - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

18.1 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO PLENA	
Denominação completa (UJ):	Código da UG:
Superintendência Regional de Goiás	135141

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Goiânia - GO,	Data	31/12/2011
Contador Responsável	Clovis Vieira dos Santos	CRC nº	010026

Setor Contábil e Financeiro - SECOF
Clovis Vieira dos Santos
CRC-GO nº 010026
CPF: nº 228913071-00
Encarregado

18.2 – Demonstrações contábeis Previstas na Lei n.º 4.320/64

A Conab está dispensada de apresentar estas demonstrações por executar sua contabilidade no SIAFI

18.3 – Demonstrações Contábeis Lei n.º 6.404/76

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS - 6.404/76

Consoante o disposto na Nota Técnica nº 308/2007-DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, de 14 de fevereiro de 2007, encaminhado a Conab por meio do ofício nº 4447/2007/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, de 14 de fevereiro de 2007, há uma impossibilidade para o desmembramento ou composição em partes dos demonstrativos elaborados em consonância com a lei 6.404/76. Assim sendo, em face das adequações promovidas pela CGU/TCU nos processos de contas da Conab, foram anexados os demonstrativos globais da Companhia nos processos individualizados (Matriz e Superintendências Regionais).

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2010.

Rubinaldo Lameira dos Santos
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC-DF Nº 9252-O

a) BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

ATIVO	2010	2009
CIRCULANTE	5.212.315.145,43	4.453.686.306,52
DISPONÍVEL	972.426,41	69.258.896,90
Bancos Conta Movimento	0,00	10.113,12
Aplicações Financeiras	972.426,41	69.248.783,78
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	702.486.519,56	683.639.519,23
CRÉDITOS A RECEBER	578.264.288,00	604.170.044,36
Devedores por Fornecimento	26.622.370,92	24.683.961,44
Créditos Tributários	285.535.734,14	295.518.485,05
Recursos a Receber	89.431.178,90	112.956.698,11
Créditos Diversos a Receber	176.675.004,04	171.010.899,76
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	119.415.257,35	75.576.653,45
Entidades Devedoras	25.244.207,00	11.791.366,60
Créditos Parcelados	31.542,66	26.071,63
Recursos da União	94.139.507,69	63.759.215,22
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.806.974,21	3.852.106,33
Adiantamentos a Pessoal	4.456.974,21	3.842.910,10
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	350.000,00	0,00
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	0,00	9.196,23
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	40.715,09
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	4.508.832.121,49	3.700.765.083,11
Estoques para Alienação	4.138.198.154,24	3.355.193.999,67
Estoques de Distribuição	1.821.338,22	0,00
Estoques Internos - Almoarifado	1.163.790,54	1.072.054,81
Títulos e Valores em Circulação	67.890,17	374.999,38
Materiais em Trânsito	3.240.040,96	1.486.014,00
Compra Antecipada - Entrega Futura	364.340.907,36	342.638.015,25
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	24.077,97	22.807,28
Valores Pendentes	24.077,97	22.807,28
ATIVO NÃO CIRCULANTE	567.647.970,33	491.988.908,31
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	307.205.272,55	239.601.644,03
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	120.748.569,96	42.646.685,44
Recursos Vinculados	120.748.569,96	42.646.685,44
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	186.456.702,59	196.954.958,59
Devedores - Entidades e Agentes	15.347.849,42	38.434.005,81
Créditos Diversos a Receber	171.108.853,17	158.520.952,78
INVESTIMENTOS	80.262.840,30	91.560.820,94
Participações Societárias	27.803.290,88	35.864.295,27
Outros Investimentos	52.459.549,42	55.696.525,67
IMOBILIZADO	180.147.857,48	160.826.443,34
Bens Imóveis	275.770.754,07	250.874.881,40
Bens Móveis	73.372.988,03	66.124.518,53
Depreciações	-168.995.884,62	-156.172.956,59
INTANGÍVEL	32.000,00	0,00
TOTAL	5.779.963.115,76	4.945.675.214,83

PASSIVO	2010	2009
CIRCULANTE	5.446.379.747,49	4.605.038.799,15
DEPÓSITOS	30.625.802,58	33.757.908,62
CONSIGNAÇÕES	1.858.851,68	2.150.956,19
Previdência Social	0,00	278,43
Pensão Alimentícia	4.006,06	4.547,83
Planos de Seguros	199.216,17	168.093,44
Empréstimos	241.634,99	194.114,99
Outros Tributos e Consignações	1.413.994,46	1.776.747,58
Impostos e Contribuições Diversos	0,00	7.173,92
RECURSOS DA UNIÃO	17.077.860,98	17.118.859,64
Recursos Fiscais	7.500.722,89	5.027.899,28
Recursos Previdenciários	9.577.138,09	12.090.960,36
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	11.689.089,92	14.488.092,79
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	5.415.753.944,91	4.571.280.890,53
OBRIGAÇÕES A PAGAR	59.009.233,29	217.992.803,35
Fornecedores	55.179.709,89	208.570.261,62
Pessoal a Pagar	6.491,17	234.310,55
Encargos Sociais a Recolher	984.653,38	856.603,97
Obrigações Tributárias	48.724,95	428.375,18
Débitos Diversos a Pagar	350.401,69	2.875.434,69
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	2.439.252,21	5.027.817,34
PROVISÕES	243.404.292,41	218.640.087,89
Provisão para Férias	26.582.748,81	22.258.212,11
Provisão p/IRPJ e CSLL	7.976.030,89	847.350,16
ICMS s/Mercadorias para Revenda	571.652,59	367.171,89
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	142.621.396,31	131.701.823,93
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Encargos Sociais sobre Provisões	9.932.791,82	7.745.857,81
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	549.222.334,34	529.645.643,65
Entidades Credoras	549.222.334,34	529.645.643,65
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.548.342.382,92	3.601.884.180,32
Operações Especiais	4.548.342.382,92	3.601.884.180,32
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	15.754.080,72	2.780.940,88
Adiantamentos de Clientes	15.754.080,72	2.780.940,88
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	2.652,71	37.337,10
OUTRAS OBRIGAÇÕES	18.968,52	1.000,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	298.897,34
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	15.360.005,51	38.308.194,04
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	15.290.585,51	38.238.774,04
OBRIGAÇÕES A PAGAR	15.290.585,51	38.238.774,04
Entidades de Previdência Complementar	15.162.764,10	38.238.774,04
Entidades Federais	127.821,41	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	318.223.362,76	302.328.221,64
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
RESERVAS	50.501.495,63	49.987.968,85
Reservas de Capital	26.544.719,04	26.544.719,04
Reservas de Lucros	23.956.776,59	23.443.249,81
LUCROS A DESTINAR	44.541.368,28	29.159.753,94
TOTAL	5.779.963.115,76	4.945.675.214,83

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

b) DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

DETALHAMENTO	2010	2009
RECETA DE VENDAS E SERVIÇOS	389.427.296,95	195.266.743,04
RECETA DE VENDAS DE MERCADORIAS	364.331.410,40	154.515.694,96
Vendas Estoques Estratégicos	266.564.417,22	70.953.028,46
Vendas Estoques Reguladores - PGPM	93.748.987,59	86.306.728,78
Vendas Abastecimento Social	1.773,98	-7.829,98
Vendas Atacado e Outros	-64.785,56	927,46
Adição a Receita de Vendas	4.081.017,17	-2.737.159,76
RECETA DE SERVIÇOS	25.095.886,55	40.751.048,08
Serviços de Armazenagem	25.095.886,55	40.751.048,08
(-) DEDUÇÕES DAS RECETAS DE VENDAS E SERVIÇOS	15.435.144,96	5.946.485,16
RECETA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	373.992.151,99	189.320.257,88
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	469.963.039,71	248.548.305,54
CMV - Estoques Estratégicos	368.549.066,00	125.276.083,56
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	101.196.431,65	122.844.632,99
CMV - Atacado e Outros	217.542,06	427.588,99
ARREDONDAMENTOS	181.302,86	520.930,79
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	-201.862.370,69	-120.842.556,37
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	105.710.180,11	61.093.577,92
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	631.033.429,93	547.401.715,12
(-) DESPESAS DE PESSOAL	379.098.236,98	313.656.557,81
Vencimentos e Vantagens Fixas	259.628.758,80	214.052.127,03
Obrigações Patronais	93.696.051,97	75.580.921,92
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	15.067.547,10	12.620.622,38
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	10.705.879,11	11.402.886,48
(-) DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	251.935.192,95	233.745.157,31
Despesas/Receitas Financeiras	-227.168,48	-5.953.215,72
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	24.775.379,97	24.661.884,00
Transferências ao Exterior	2.348.800,00	1.729.024,13
Material de Consumo	4.291.084,20	6.483.659,12
Diárias - Pessoal Civil	10.443.299,65	8.720.509,38
Passagens e Despesas com Locomoção	3.662.398,89	3.535.653,56
Serviços de Consultoria	15.900,00	31.000,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.302.617,89	2.108.095,05
Locação de Mão-de-Obra	16.557.127,61	13.362.071,49
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	93.619.952,74	86.944.328,14
Obrigações Tributárias e Contributivas	30.147.520,43	58.896.545,41
Aquisições de Bens para Revenda	414.699,34	197.578,86
Outras Despesas Operacionais	63.583.580,71	33.028.023,89
(+) RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	537.061.291,03	506.239.604,25
Transferências Financeiras	411.790.569,26	419.332.541,19
Multas e Encargos de Outras Origens	2.920.971,74	5.863.837,09
Indenizações e Restituições	112.387.365,75	53.310.501,52
Receitas Imobiliárias	4.962.201,05	4.853.391,05
Receitas de Valores Mobiliários	61.578,53	42.731,22
Receitas Diversas	4.938.604,70	22.836.602,18
(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA	-1.918.690,89	8.609,56
RESULTADO OPERACIONAL	13.656.732,10	19.922.857,49
OUTROS RESULTADOS	4.589.834,40	23.849.086,47
RECETA DE ALIENAÇÃO DE BENS	4.586.745,87	24.107.328,66
Alienação de Bens Móveis	-207.444,28	-589.896,88
Alienação de Bens Imóveis	3.593.982,61	22.981.600,28
Depreciação - Reversão	1.200.207,54	1.715.625,26
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-3.088,53	258.242,19
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	18.246.566,50	43.771.943,96
Provisão para Imposto de Renda	5.825.184,24	617.405,51
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	2.150.846,65	229.944,65
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	10.270.535,61	42.924.593,80
LUCRO POR AÇÃO	5,52	23,08

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMA URY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

c) DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

DESCRIÇÃO	2010	%	2009	%
1.RECEITAS	394.013.198,77	78,22	219.113.851,24	43,81
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	389.423.364,37	77,30	195.264.764,77	39,04
1.2 - Outros Resultados	4.589.834,40	0,91	23.849.086,47	4,77
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	412.356.496,76	81,86	218.071.876,68	43,60
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	272.239.284,51	54,04	147.001.307,09	29,39
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	140.117.212,25	27,81	71.070.569,59	14,21
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	-18.343.297,99	-3,64	1.041.974,56	0,21
4.RETENÇÕES	15.207.353,03	3,02	13.304.113,08	2,66
4.1 - Depreciação	15.207.353,03	3,02	13.304.113,08	2,66
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	-33.550.651,02	-6,66	-12.262.138,52	-2,45
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	537.301.132,03	106,66	512.453.253,31	102,45
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	537.301.132,03	106,66	512.453.253,31	102,45
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	503.750.481,01	100,00	500.191.114,79	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	503.750.481,01	100,00	500.191.114,79	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	428.496.864,47	85,06	358.304.347,64	71,63
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	54.900.889,63	10,90	96.340.907,87	19,26
8.3 - Juros e Aluguéis	2.106.160,41	0,42	1.773.915,32	0,35
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	18.246.566,50	3,62	43.771.943,96	8,75
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	5.825.184,24	1,16	617.405,51	0,12
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	2.150.846,65	0,43	229.944,65	0,05
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	10.270.535,61	2,04	42.924.593,80	8,58
8.8 - Dividendos	2.439.252,21	0,48	5.027.817,34	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	513.526,78	0,10	1.058.487,86	0,00
8.10 - Lucros Retidos	7.317.756,62	1,45	36.838.288,60	7,36

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

d) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

DESCRIÇÃO	2010	2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	18.246.566,50	43.771.943,96
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	-68.690.715,84	189.438.127,64
Depreciações	12.822.928,03	11.378.233,44
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	-20.190.414,15	-8.405.243,08
Aumento (Redução) nos Créditos Tributários	9.562.102,02	-108.981.664,72
Redução nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	23.525.519,21	28.399.726,39
Aumento (Redução) nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	-43.700.636,04	2.299.533,48
Aumento em Pessoal e Encargos	-1.089.322,24	-103.599,17
Aumento (Redução) nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	40.715,09	-40.715,09
Redução (Aumento) nos Valores Pendentes a Curto Prazo	-300.168,03	235.499,00
Redução (Aumento) nos Empréstimos - Estoques Públicos	138.391.164,22	-68.855.347,19
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	-156.189.720,72	125.925.662,32
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	-2.799.002,87	8.293.248,13
Aumento nos Dividendos a Pagar	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Provisões	16.788.173,63	133.701.484,84
Aumento (Redução) nas Entidades Credoras	19.576.690,69	71.719.299,66
Aumento nos Adiantamento de Clientes	12.973.139,84	2.222.092,37
Aumento nos Recursos Vinculados	-78.101.884,52	-8.350.082,74
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-50.444.149,34	233.210.071,60
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	11.297.980,64	-1.450.252,16
Aplicações no Imobilizado	-32.176.342,17	-33.280.048,96
Compras de Imobilizado	0	0
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-20.878.361,53	-34.730.301,12
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Transferência p/Aumento de Capital	0	0
Reserva Legal	0,00	-434.867,74
Dividendos a Pagar	-2.439.252,21	-5.027.817,34
Redução de Dividendos a Pagar	-2.588.565,13	-1.363.979,64
Outras Reservas de Capital	0,00	-106.562,93
Resultado de Exercício Anterior	0,00	-163.350.668,52
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	-19.856.097,97
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	8.063.857,72	-3.106.670,99
Pagamentos de Empréstimos	0	0
Juros Pagos por Empréstimos	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	3.036.040,38	-193.246.665,13
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	-68.286.470,49	5.233.105,35
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	-68.286.470,49	5.233.105,35
No Início do Exercício	69.258.896,90	64.025.791,55
No Final do Exercício	972.426,41	69.258.896,90

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

e) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	CAPITAL REALIZADO	CORREÇÃO MONET.D.O CAPITAL	TRANSE. PAUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO		
SALDO EM 01/01/2009	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	834.701,13	11.249.173,74	11.570.455,95	178.634.902,82	451.286.313,33
RESULT. DE EXERC. ANTERIOR							-163.350.668,52	-163.350.668,52
LUCROS OU PREJ. ACUMULADOS								0,00
LUC. A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							-22.962.768,96	-22.962.768,96
RESULTADO DO EXERCÍCIO								0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								36.838.288,60
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO							42.924.593,80	
RESERVAS DE RET. DO LUCRO						0,00		0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-106.562,93				-106.562,93
DOAÇÕES								0,00
DOAÇÕES TRANS.F./RES.DE CAPITAL								0,00
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					623.620,12		-1.058.487,86	623.620,12
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-5.027.817,34	0,00
SALDO EM 31/12/2009	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	11.872.793,86	11.570.455,95	29.159.753,94	302.328.221,64
RESULT. DE EXERC. ANTERIOR							0,00	0,00
LUCROS OU PREJ. ACUMULADOS								0,00
LUC. A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							8.063.857,72	8.063.857,72
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.270.535,61	0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								7.317.756,62
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO								0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL								0,00
DOAÇÕES								0,00
DOAÇÕES TRANS.F./RES.DE CAPITAL								0,00
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513.526,78		-513.526,78	513.526,78
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-2.439.252,21	0,00
SALDO EM 31/12/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIAK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

f) NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	12	Recursos Vinculados
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	13	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária	14	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	15	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários	16	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	17	Créditos do Tesouro Nacional – Estoques Públicos
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	18	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	19	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	20	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Créditos em Cobrança	21	Convênios/Cooperação Técnica
11	Devedores – Entidades e Agentes		

NOTA - 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e encontram-se em fase de estruturação – e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA - 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei n.º 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU n.º 107 e 110/2010, apenas a Conab/Sede e as Superintendências Regionais nos estados do Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia e Tocantins, apresentam Processo de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas a contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

NOTA - 3. ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

NOTA - 4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

a. Equivalente de Caixa : Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais;

b. Créditos a Receber: as contas a receber decorrentes da comercialização de serviços e mercadorias são registradas, no momento em que são entregues e aceitas pelos clientes;

c. Estoques Públicos: a formação e manutenção de Estoques Públicos é executada com orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/04;

c.1. Demais Estoques: os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável;

c.2. Valor Presente dos Estoques: em face das mudanças introduzidas pela Lei n.º 11.638/07, os Estoques de Mercadorias p/ Alienação, no total de R\$4.138.198 mil, foram avaliados e comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da CONAB, da 2ª quinzena de dezembro de 2010, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente desses estoques por se tratarem de

estoques públicos, sob a guarda da CONAB, eles são garantidos pela Portaria Interministerial MF/ MAPA nº 38, de 09/03/2004, não havendo expectativa de perda na realização desses estoques;

d. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica;

e. Almoxarifado: os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição;

f. Investimentos: os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades;

f.1 Provisões: no exercício de 2010, foi registrada provisão no valor de R\$8.061 mil; destinada à cobrir possíveis perdas, relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatais;

g. Seguros: a Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc);

h. Imobilizado: demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98;

h.1 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): no exercício de 2010, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial;

i. Benefícios a empregados: o plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença;

j. Ajustes de Exercícios Anteriores: os ajustes de exercícios anteriores, conforme definidos na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2010 totalizaram a cifra de R\$3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor deverá ser absorvido pela equalização dos estoques governamentais;

k. Reconhecimento da Receita

k.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias;

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados;

I. Provisões para Contingências: encontram-se provisionadas as Contingências Praticamente Certas; no exercício de 2010 foi provisionado a quantia de R\$10.919 mil, valor este oferecido a tributação para fins de apuração da IRPJ e CSLL;

m. Regime de Tributação: para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita, são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

n. Demonstração do Resultado Abrangente: Até o exercício de 2010 não havia registro de valores que se enquadrassem no conceito contábil de “Valor Abrangente”; portanto, não existe demonstração a ser apresentada.

NOTA - 5. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:
Em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
ICMS a Compensar	285.410	294.861
IRRF a Compensar	33	578
Contribuições Outros Impostos	93	79
Total de Créditos Tributários - Circulante	285.536	295.518

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de produtos, predominantemente de produtores rurais para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA - 6. LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

O montante de R\$73.465 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2011, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e convênios.

NOTA - 7. RECURSOS A RECEBER DO TESOURO NACIONAL

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 2 – Encerramento do Exercício, subitem 2.2.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$150.314 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

1. R\$5.482 mil referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2010, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;
2. R\$28.373 mil referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2010, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
3. R\$116.459 mil referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2011;

Os valores acima estão registrados, por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”, criadas para registro automático desses valores e cujos efeitos se anulam.

Foram registrados pelos Órgãos Concedentes, mediante processo manual, na conta Recursos a Receber por Transferência, o total de R\$15.965 mil, relativo aos Recursos a Receber, em decorrência de Termos de Cooperação Técnica, com o MDA, MDS e outros Órgãos.

NOTA - 8. DEVEDORES POR FORNECIMENTO

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$26.622 mil correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias e prestação de serviços de armazenagem.

NOTA - 9. CONTAS A RECEBER

São oriundos das alienações de bens patrimoniais, da folha de pagamento e de outros créditos relacionados às operações da Companhia, de curto e longo prazo.

a. Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Créditos por Alienação de Bens	4.377	5.686
Créditos por Cessão de Pessoal	706	876
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores ⁽¹⁾	10.860	8.475
Créditos por Infrações Legal/Contratual ⁽²⁾	160.732	155.974
Subtotal – Circulante	176.675	171.011

Em R\$ mil

⁽¹⁾ incluem recursos relativos ao Programa de Assistência à Saúde – SAS, Salário Família e outros

⁽²⁾ Em consonância com as orientações contidas no manual do SIAFI, MACROFUNÇÃO 02.11.38, os débitos dos armazenadores, pertinentes aos desvios e perdas de produtos dos Estoques Governamentais, estão registrados na conta “11219.19.00 – Créditos por Infrações Legal/Contratual”.

b. Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Créditos por Alienação de Bens	10.548	5.067
Títulos a Receber	29.902	29.741
Outros Créditos	656	382
Créditos a Receber em Poder da Justiça	130.003	123.313
Subtotal – Não Circulante	171.109	158.503
Total – (Circulante + Não Circulante)	347.784	329.514

Em R\$ mil

NOTA - 10. CRÉDITOS EM COBRANÇA

Créditos a receber surgidos no curso normal dos negócios da Companhia, possuem expectativa de perda; entretanto, de acordo com o item 26 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03.10.2005, estes valores são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável à Companhia (não contabilizados). Quanto aos

créditos relativos às perdas em armazenagem dos estoques públicos, estes possuem garantia real nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04.

Esses créditos estão atualizados monetariamente, mais juros de 1% a.m, até 31/12/2010 e, portanto, representam a cifra de R\$2.098.976 mil, registrados em controles extra-contábeis, que atendem ao conceito contábil de “valor presente”, com a seguinte composição:

Descrição	Em R\$ mil	
	Posição em 31/12/2010	Posição em 31/12/2009
Ajuizados	1.946.235	1.735.601
Encaminhado para Ajuizamento	10.636	17.131
Cobrança em Andamento (administrativa)	4.508	3.608
Outros (¹)	137.597	131.820
Total	2.098.976	1.888.160

(¹) Remetido para instrução judicial, Composição de dívida, pagamento em juízo, Cobrança suspensa por determinação judicial.

NOTA - 11. DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos direitos a receber de Entidades Federais e da União, relativos às equalizações de preços de produtos e indenização de despesas de armazenagem dos Estoques Reguladores e Estratégicos; créditos parcelados originados de perdas de estoques governamentais depositados em armazéns de terceiros, objeto de acordos firmados entre as partes.

A conta Recursos da União registra os valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos dos meses de setembro a dezembro de 2010 e o valor de indenização de armazenagem de produtos dos estoques públicos de dezembro de 2010, a receber do Tesouro Nacional, estando assim demonstrada:

a. Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Descrição	Em R\$ mil	
	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Entidades Devedoras - Federais	25.244	11.791
Créditos Parcelados	31	26
Recursos da União	94.140	63.759
Total – Circulante	119.415	75.576

b. Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Descrição	Em R\$ mil	
	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Entidades Federais	15.163	38.239
Créditos Parcelados	102	102
Créditos a Recuperar	83	93
Total – Não Circulante	15.348	38.434

NOTA - 12. RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, com predominância de causas trabalhistas em andamento, registrados no não circulante, totalizando R \$120.748 mil.

NOTA - 13. BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O valor de R\$364.341 mil representa o saldo a receber dos adiantamentos concedidos nos exercícios de 2003 a 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2010; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Esses estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Estoques de Mercadorias	4.138.198	3.355.194
Estoques de Almoxarifado	1.232	1.447
Estoques em Trânsito	3.240	1.486
Compra Antecipada - CPR	364.341	342.638
Estoques de Distribuição	1.821	0
Total	4.508.832	3.700.765

Em R\$ mil

13.1 – Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparado e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em Déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2010, as equalizações totalizaram R\$201.862 mil (duzentos e um milhões, oitocentos e sessenta e dois mil).

NOTA - 14. ENDIVIDAMENTO

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2010, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$5.446.380 mil e não havia obrigações vencidas. Portanto, já expressas em valor presente.

No passivo não circulante, as obrigações totalizavam a cifra de R\$15.360 mil, pertinentes a depósitos e cauções, cujas operações apresentam pendências de natureza operacional, tratando-se, portanto, de obrigação não exigível de imediato.

NOTA - 15. DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R\$11.689 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e outros.

NOTA - 16. CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Passivos Contingentes – Provável

Ações Trabalhistas

A Conab é parte passiva em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por empregados e ex-empregados ou Entidades representativas da categoria. As provisões de “perdas prováveis ou praticamente certas” são compostas majoritariamente pelos seguintes pedidos: desvio funcional, horas extras, equiparação salarial, adicional de periculosidade e insalubridade, incorporação de diárias e função gratificada, piso salarial de acordo com o definido pela categoria, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações Tributárias

As demandas fiscais classificadas com risco “perdas prováveis ou praticamente certa” representam pedidos relacionados com: ICMS, INSS e outras e decorrem, geralmente, de autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social e/ou pelas Fazendas Públicas dos Estados, visando a cobrança de ICMS.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se os processos que visam às indenizações, à cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras durante o período dos planos econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão), à participação nos avisos de compra e venda da Conab dispensadas as exigências editalícias de regularidades no Cadin e no Sircoi, à não aplicação de multas por descumprimento do contrato, à cobrança decorrente de armazenagem, à execução de título executivo extrajudicial e judicial e outros pedidos.

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa	Valor do Provável Desembolso
-----------	----------------	------------------------------

	2009	2010	2009	2010
Cível	34.791	57.034	54.408	65.003
Trabalhista	11.249	41.068	29.792	51.116
Tributária	1.679	8.109	390	23.490
Total	47.719	106.211	84.590	139609

Passivos Contingentes – Possível Ações Trabalhistas

A Conab é parte passiva em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por empregados e ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de “perdas possíveis” podem ser dispensadas de constituição provisional e são compostas majoritariamente pelos seguintes pedidos, em especial daqueles oriundos da anistia administrativa (Lei nº 8.878/94): licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingresso no instituto de previdência social da Conab (Cibrius) sem o devido pagamento da joia, indenizações por danos morais e materiais, desvio funcional, horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporação de diárias e função gratificada, piso salarial de acordo com o definido pela categoria e outros.

Ações Tributárias

As demandas fiscais classificadas com risco “possíveis” podem ser dispensadas de constituição de provisão e representam pedidos relacionados com: ICMS, INSS e outras e decorrem, geralmente, de autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social e/ou pelas Fazendas Públicas dos Estados, visando a cobrança de ICMS.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se os processos que visam às indenizações, à cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras durante o período dos Planos Econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão), à participação nos avisos de compra e venda da Conab dispensadas as exigências editalícias de regularidades no Cadin e no Sircoi, à não aplicação de multas por descumprimento do contrato, à cobrança decorrente de armazenagem, à execução de título executivo extrajudicial, judicial e outros pedidos.

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2009	2010	2009	2010
Cível	161.772	129.517	164.615	152.336
Trabalhista	61.234	79.302	82.368	107.708
Tributária	2.927	108.704	7.847	109.123
Total	225.933	317523	254.830	369167

Ativos Contingentes – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais visando restituir indébitos tributários, reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável à Companhia (não contabilizados), de acordo com o item 26 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03.10.2005.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se as ações que visam indenizações e a cobrança, por quebra de garantias ou infrações contratuais, que representem perdas e danos para a Companhia, também reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável.

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2009	2010	2009	2010
Cível	207.931	311.182	1.025.130	792.718
Trabalhista	40	241	188	235
Tributária	42	212	46	56
Total	208.013	311.635	1.025.364	793.009

NOTA - 17. CRÉDITOS DO TESOUREIRO NACIONAL – ESTOQUES PÚBLICOS

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2010, corresponde a R\$4.548.342 mil.

NOTA - 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social: o capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b. Provisão para CSLL e IRPJ: As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2010, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevaletentes, no valor de R\$2.151 mil e R\$5.825 mil, respectivamente;

b.1. Reserva Legal e Dividendos: Foi calculada e provisionado a Reserva Legal e os Dividendos, de conformidade com o disposto no inciso I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R\$514 mil e R\$2.439 mil, respectivamente;

c. Resultado do Exercício: o resultado da Companhia é o conjunto da movimentação econômica das operações realizadas com estoques públicos envolvendo a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, operações oriundas de Contratos Públicos de Opção de Venda, Agricultura Familiar e aquisição de alimentos para doação. As demais operações são representadas pelas atividades de armazenagem e de administração. No exercício de 2010, a Companhia apurou lucro na ordem de R\$18.247 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$10.271 mil.

NOTA - 19. DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2010, ocorreram diversas apurações; entretanto, em

razão de novas inscrições na rubrica “**1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR PERDAS E DANOS**”, saldo do grupo aumentou para R\$31.357 mil:

Em R\$ mil

Exercício	Saldo
2009	31.108
2010	31357

NOTA - 20. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL - CIBRIUS

a. Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios a Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, qualificada como Patrocinador - Principal e o próprio CIBRIUS – Instituto Conab de Seguridade Social.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2010 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o Salário de Participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2010, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2010 e 2009, respectivamente, foi de R\$40.407 mil e R\$50.030 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

b. Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, biênio 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2010, a Conab efetivamente gastou com o SAS, já descontada a participação dos empregados, o montante de R\$21.971 mil, beneficiando 4.338 empregados e seus dependentes. O saldo a receber, em 31/12/2010, referente à participação financeira dos empregados é de R\$10.493 mil.

NOTA - 21. CONVÊNIOS/COOPERAÇÃO TÉCNICA

a. Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: 1. Implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; 2. Modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); 3. Aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); 4. Estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica, Social e Ambientalmente Sustentáveis; e 5. Promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2010, foram executadas com recursos próprios da Conab e da Secretária de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ. Em 2009, as ações do projeto, receberam repasses de recursos próprios da Conab, de outros Órgãos do MAPA, do MDA e, ainda, do Ministério da Pesca.

O montante dos recursos repassados foi:

Descrição	Exercícios	
	2010	2009
Repasse – Recursos Próprios	3.058	2.129
Repasse – Recursos Outros Órgãos	521	2.485
Total de Repasses	3.579	4.614

b. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.081 municípios e 94 mil pessoas (produtores/famílias), sendo adquiridas 226 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19

da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos n.º 6.447, de 07/05/2008 e n.º 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$362.500 mil no ano de 2009 e R\$379.700 mil no ano de 2010.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2010.

**ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE
AGUIAR**

PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA

DIRETOR FINANCEIRO

**ROGÉRIO COLOMBINI MOURA
DUARTE**

DIRETOR DE OPERAÇÕES E
ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

DIRETOR ADMINISTRATIVO

SILVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLITICA AGRICOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE
CONTABILIDADE

CONTADOR CRC DF 009252/O-8 CPF:
067475232-53

18.4– Informações Sobre a Composição Acionária do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC DF 009252/0-8

Quadro XCIV

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2010				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB				
Ações Ordinárias - 100 %				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Governamental	Tesouro Nacional	100%	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		100%	100%	100%
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Governamental	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		-	-	-

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos) divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 009252/O-8

Quadro XCV
Composição Acionária da UJ como investidora

INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES					
UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2010					
Denominação completa:					
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB					
Ações Ordinárias - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2008 (R)	31/12/2009	31/12/2010
Centrais Elétricas Brasileira -	23	CONA	3,16	3,16	3,16
Cia de Arms e Silos do Est. de	8.433.253,22	CONA	6.480.083,63	6.480.083,63	6.480.083,63
Fund. Nac. de Desenvolvimento -	1.110.475,12	CONA	69.074,55	69.074,55	69.074,55
Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do	232.798	RNDES	739.574,91	739.574,91	739.574,91
Banco da Amazônia S/A (1)	600.989	CONA	137.559,31	137.559,31	137.559,31
Cia Ind. Prod. Agrop. do	367.252,99	CONA	541.998,85	541.998,85	541.998,85
Banco do Nordeste do Brasil S/A	82.746	CONA	81.444,72	81.444,72	81.444,72
Cia Integrada Des. Agrop. de AL. -	1.099.730	CONA	78,18	78,18	78,18
Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est.	2.000.000	CONA	96.486,58	96.486,58	96.486,58
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG -	742.667.252	RNDES	3.784.748,87	3.784.748,87	3.784.748,87
Cia Bras. De Participação Agroin. -	1.723.142,39	CONA	13.441,19	13.441,19	13.441,19
Lafarge Brasil S/A	6.946	RNDES	12.584,40	12.584,40	12.584,40
Cia Armaz. e Silos do Espírito	334.774.835	CONA	180.016,28	180.016,28	180.016,28
Banco de Desenvolvimento do	19.203	CONA	840,02	840,02	840,02
Logasa Indústria e Comércio S/A	11.840	RNDES	5.262,30	5.262,30	5.262,30
Federal de Seguros S/A	1.225.365	CONA	63,44	63,44	63,44
Hotel Morada do Sol S/A	10.072	CONA	34.694,02	34.694,02	34.694,02
CEAGESP - Cia de Ent. Arm. Gr.	108.858	RNDES	962.333,73	962.333,73	962.333,73
Cia Desenv. Agrop. Do Paraná -	159.025,149	CONA	2.918.437,66	2.918.437,66	2.918.437,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	64.137	RNDES	1.047,43	1.047,43	1.047,43
ASC - Cia Integ. Desenv. Agrícola	5.293.553	RNDES	9.251,20	9.251,20	9.251,20
CESA - Cia Est. de Silos e Arms.	341.082,874	RNDES	8.214.743,55	8.214.743,55	8.214.743,55
Total	11.246.571,8	=====	24.283.767,98	24.283.767,9	24.283.767,

Ações Preferenciais - %					
Investida	Q	Obs.	31/12/2008 (R)	31/12/2009	31/12/2010
Centrais Elétricas Brasileira -	21.841	RNDES	0,00	838.265,17	838.265,17
Sanyo da Amazônia S/A	225.439	RNDES	840,02	840,02	840,02
Ricosa	4.244	RNDES	334.135,09	334.135,09	334.135,09
Ciapesc - Cia Amazônica de	423.442	CONAB	7.260,99	7.260,99	7.260,99
Frigorífico Vale do Tocantins S/	696	CONAB	232.646,57	232.646,57	232.646,57
Vicunha Têxtil S/A	10	RNDES	1.720,50	1.720,50	1.720,50
a Vale do Mangereba Ltda	24.034	CONAB	35.304,54	35.304,54	35.304,54
Cicanorte - Ind. de Conservas	1.581	RNDES	8.411,24	8.411,24	8.411,24

CCN - Cia de Coko do Nordeste	70.229	BNDES	4.906,60	4.906,60	4.906,60
Procter e Gamble do Nordeste S/	1.939.798	BNDES	1.395,27	1.395,27	1.395,27
Cia de Armaz. e Silos do Est.	1.963.531.952	BNDES	10.006.467,00	10.006.467,00	10.006.467,
Logasa Indústria e Comércio S/	78.040	BNDES	34.684,95	34.684,95	34.684,95
Ornato - Industrial de Pisos e	532.101	BNDES	394,02	394,02	394,02
Companhia Paranaense de	6	BNDES	840,03	840,03	840,03
Ciama Exp. Ind. e Exportadora	141.008	CONAB	4.542,66	4.542,66	4.542,66
Comfio - Cia Catarinense de	214.806	BNDES	3.508,03	3.508,03	3.508,03
Renaux S/A	11.374	BNDES	48.691,22	48.691,22	48.691,22
Refinadora Catarinense S/A	356	BNDES	16.513,39	16.513,39	16.513,39
Total	1.967.220.957	=====	10.742.262,12	11.580.527,29	11.580.527,

Observação: Título em poder do BNDES e CONAB

(1) Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Fundo de Investimento da Amazônia e do Nordeste

(2) Quotas do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

Em conformidade com a legislação Societária, os Investimentos em participação no capital social de outras Empresas, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando esta estiver comprovada como permanente (art. 183 da Lei nº 6.404/76), com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Os Investimentos em Coligadas e Controladas pelo método da equivalência patrimonial (art. 248 da Lei nº 6.404/76), com a redação dada pela Lei nº 11.941/09. Os Investimentos da CONAB são todos avaliados pelo Método do Custo, pois não possui investimentos em coligadas ou controladas.

Grande parte dos Investimentos da CONAB, está em poder do BNDES (Gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND), em cumprimento ao Plano de Desestatização, em conformidade com as determinações da Lei nº 9.491, de 09/09/1997 e Decreto nº 1.068, de 02/03/1994.

Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 009252/O-8

18.5 - Informações Contábeis da Superintendência Regional – SUREG/GO.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010.

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Superintendência Regional de Goiás é parte integrante da estrutura da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, dotada de personalidade jurídica de direito privado e criada pela Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990.

A missão institucional da Conab é contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e da execução das políticas agrícola e de abastecimento.

A Superintendência Regional de Goiás tem por finalidade executar as ações da Conab no âmbito do estado.

NOTA 2 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade e obediência aos preceitos da Legislação Comercial que rege a matéria, à Lei 6.404/1976, das Sociedades Anônimas, aos Princípios de Contabilidade geralmente aceitos, e à Lei 4.320/1964 que define as normas gerais de direito financeiro para elaboração dos orçamentos e balanços da União.

As principais práticas na elaboração das demonstrações financeiras e que merecem ser destacadas, foram as seguintes:

2.1 - Apuração do Resultado

O resultado foi apurado em obediência ao regime de competência do exercício.

2.2 - Estoques de Produtos

2.2.1 - Estoques Reguladores e Estratégicos

A formação e manutenção de Estoques Reguladores e Estratégicos são realizadas com orçamento próprio, mediante a transferência direta dos recursos do Tesouro Nacional e a descentralização da Matriz para as Superintendências Regionais para execução. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, excluído o ICMS recuperável, conforme disposto na Portaria Interministerial nº 38, de 9/3/2004.

2.2.2 - Demais Estoques

Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

2.3 - Almojarifado

Os itens existentes nos almojarifados foram avaliados pelo custo médio de aquisição.

2. – Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem

3.

Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial nº 38, de 9/3/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos.

2.5 - Ativo Permanente

Os investimentos e o imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes. A depreciação foi calculada pelo método linear, aplicando-se as taxas correspondentes ao tempo de vida útil das respectivas espécies de bens, e observados os limites estabelecidos pela legislação vigente.

NOTA 3 – CRÉDITOS A RECEBER

fonte/112150100 - 135141/143/142/427/428/167/168

3.1 – Créditos Tributários

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados futuramente, no montante de R\$ 2.933.064,41, oriundos das ações advindas da Política Agrícola Nacional.

3.2 – Fornecimentos a Receber

Fonte/Siafi - 112110000

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$ 612.533,44 correspondente aos direitos a receber decorrentes da venda de mercadorias e da prestação de serviços de armazenagem e outras receitas.

3.3 – Devedores - Entidades e Agentes

Correspondem aos débitos apurados relativos a perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, depositados em armazéns de terceiros, multa e juros por atraso na entrega de mercadorias e prejuízos, registrados na conta “Diversos Responsáveis – Apurados”, no total de R\$ 43.273.781,70

Fonte/122491100

3.4 – Adiantamentos concedidos

Referem-se aos adiantamentos de férias e 13º salário concedidos aos servidores, no valor de R\$ 319.268,48.

3.5 – Créditos Diversos a Receber

São oriundos das alienações de bens patrimoniais, títulos a receber e valores a receber de servidores relativos ao Serviço de Assistência à Saúde – SAS da Conab, de curto e longo prazo, no valor de R\$ 1.843.402,30.

Fonte/112190800/112191200/122490900 /112190900

3.5.1 – Outros Créditos em Circulação – Curto Prazo

Discriminação	Valores em R\$	
	Exercício 2009	Exercício 2010
Créditos por Alienação de Bens	360.244,24	173.058,22
Créditos com Servidores – SAS e outros	837.102,92	763.213,02
Subtotal	1.192.347,16	936.271,24

Fonte/Siafi/ - 112190900/112191200

3.5.2 – Créditos Realizáveis a Longo Prazo

Discriminação	Valores – R\$	
	Exercício 2009	Exercício 2010
Créditos por Alienação de Bens	954.657,74	907.131,06
Títulos a Receber	1.712.103,72	1.712.103,72
Outros Créditos	219.674,79	219.475,12
Subtotal	2.886.436,25	2.838.709,90

Fonte/Siafi – 122490900/122491100/122490600

TOTAL DOS CRÉDITOS	4.078.783,41	3.774.981,14
---------------------------	---------------------	---------------------

3.6 – Bens de Estoques

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CPR Alimento e CPR Alimento – Especial).

Em relação às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420, de 20 de dezembro de 2006, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322, de 13/07/2006, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei.

Por meio da Resolução nº 23, de 09/02/2007, a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, autorizou a Conab a aditar as operações, concedendo um prazo adicional de 04 (quatro) anos, para pagamento, com vencimento máximo em dezembro de 2.010, de acordo com o artigo 15-B da Lei 11.322/2006.

Descrição	Valores dos Estoques – R\$	
	31/12/09	31/12/10
Estoques de Mercadorias	305.704.900,06	312.304.777,84
Estoques de Almoxarifado	42.839,81	98.535,10
Compra Antecipada - CPR Alimento e Especial	9.948.931,23	9.943.284,14
TOTAL	315.696.671,10	3.222.346.597,08

Fonte/siafi – 113130000/113180000/113190100(135540/427/428)

3.7 – Recursos Vinculados

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos e depósitos apreendidos efetuados por decisão judicial, com predominância de causas trabalhistas em andamento, registrados no longo prazo, totalizando R\$ 3.307.687,20.

NOTA 4 – DEPÓSITOS

Estão representados pelo montante de R\$ 508.774,05 correspondentes aos valores de ISS, INSS, salário educação a recolher no exercício seguinte, além de depósitos e cauções.

NOTA 5 – OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO

Referem-se às obrigações com fornecedores, pessoal e tributárias no montante de R\$ 753.664.36.

NOTA 6 – PROVISÕES

Correspondem as provisões para férias, PIS, Cofins e encargos sociais sobre provisões no total de R\$ 2.348.726,45.

NOTA 7 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Está representado apenas pela conta de lucros ou prejuízos acumulados. Os demais componentes do patrimônio líquidos estão registrados na Matriz.

O resultado da Superintendência Regional de Goiás é o conjunto da movimentação econômica das operações realizadas com os estoques públicos envolvendo a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, operações oriundas de Contrato de Opções, Agricultura Familiar, aquisição de alimentos para doação e as demais operações referentes às atividades de armazenagem e de administração.

Ressalte-se que o déficit do período apurado de forma desconsolidada sofre a influência das contas de movimentação interna, a saber: correspondência de créditos e débitos financeiros e não financeiros. Assim sendo, torna-se necessário expurgar tais valores para apurar o resultado econômico.

Além disso, a formação e manutenção dos estoques Reguladores e Estratégicos de produtos agropecuários são realizadas pela Conab, executadas em orçamento próprio e mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional, consoante o disposto na Portaria Interministerial nº 38, de 9 de março de 2004. O retorno dos recursos ao Tesouro Nacional se dá por ocasião do recebimento das vendas, indenizações de perdas ou quaisquer outras receitas com alienação de estoques públicos. As operações deficitárias (custo efetivo do produto menor que a venda) são equalizadas pelo Tesouro Nacional. O valor da equalização é registrado contabilmente como receita extra-orçamentária na Matriz. Dessa forma, é necessário considerar, também, na apuração do resultado, o montante da equalização.

18.6 – PARECER DA AUTORIA INDEPENDENTE.



À
Diretoria da
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

1. Examinamos o balanço patrimonial da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, levantado em 31 de dezembro de 2010, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, da Demonstração do valor Adicionado e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo nesta data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil que requerem a realização dos exames com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações, o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como a apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, em 31 de dezembro de 2010, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e o seu fluxo de caixa nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Legislação Vigente e Princípios Fundamentais da contabilidade.
4. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findado em 31 de dezembro de 2009, apresentado para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer foi emitido em 31 de março de 2010,

Brasília, 03 de março de 2011.


ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC/RS 71.505/O - 3 - "S" - DF
RESPONSÁVEL TÉCNICO
MACIEL AUDITORES E CONSULTORES S/S LTDA
CRC/RS 4.773/O-4 - "S-DF"

19. Remuneração Paga aos Administradores

A Conab vinha praticando a fixação dos honorários de seus dirigentes tomando como base a remuneração de empregado considerado paradigma, conforme o disposto no art. 3.º, item II, § 1.º e 2.º, alíneas a, b, c, d, do Decreto-Lei n.º 2.355, de 27 de agosto de 1987, tendo como última alteração nessa base o mês de janeiro/2010.

As novas orientações do DEST/MPOG, por meio do OF n.º 434/DEST-MP, de 14 de maio de 2010, recomendam que o estabelecimento dos honorários dos diretores sejam fixados de forma desvinculada da remuneração dos empregados da Companhia, oportunidade em que foram elaboradas as planilhas demonstrativas ora constantes do processo n.º 1.534/2010, em tramitação no âmbito da Presidência da Conab.

A remuneração dos Conselhos Fiscal e Administrativo é fixada na forma da Lei n.º 9.292/96 e parágrafos 3.º e 6.º dos artigos 15 e 24 do Estatuto Social, correspondente a 10% sobre o valor médio dos honorários da Diretoria da Conab.

O Quadro Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores não foi preenchido, tendo em vista que não há nenhum registro de pagamento efetuado, por meio da folha de pagamento, de valores inerentes a Bônus ou Participação nos Resultados.

Quadro XCVI - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Conselho de Administração																Em R1,00	
Nome do Conselheiro	Período		Remuneração													Total	
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	13.º Salário		
Alexandre Magno Franco de Aguiar	28/04/10	Em exercício	-	-	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.474,88	19.176,72
Boaventura Teodoro de Lima	17/11/10	16/11/10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edilson Guimarães	01/09/06	27/04/13	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.327,87	29.341,19
Guilherme Costa Delgado	14/11/06	27/07/12	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.327,87	29.341,19
José Geraldo Fontelles	15/05/09	Em exercício	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.289,46	29.302,78
José Menezes Neto	30/07/08	06/06/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	-	-	-	-	-	-	1.036,94	14.773,88
Maria das Graças Fontes	02/07/07	02/09/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	-	-	-	-	-	1.590,02	19.752,42
Milton Elias Ortolan	07/06/10	06/06/13	-	-	-	-	-	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.290,76	14.567,14
Wagner Gonçalves Rossi	26/06/07	31/03/10	2.672,93	2.212,37	2.766,53	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	668,22	8.320,05
Total			16.037,58	13.274,22	13.833,78	11.063,65	13.276,38	13.276,38	13.276,38	13.276,38	11.063,65	11.063,65	11.063,65	11.063,65	13.006,02	164.575,37	
Conselho Fiscal																	
Nome do	Período		Remuneração														

Conselheiro(1)	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	13.º Salário	Total
Francisco Wayner Moreira	27/04/10	26/04/11	-	-	-	-	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	4.425,46	2.212,73	2.212,73	1.290,76	16.779,87
João Bosco Bahia dos Santos	31/07/09	31/01/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	-	-	-	-	-	-	-	-	232,31	9.543,79
Marcus Vinicius Sócio Magalhães	28/07/08	31/05/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	-	-	-	-	-	-	-	1.036,94	12.561,15
Pedro Ataíde Cavalcante	29/10/09	28/10/11	2.557,79	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.241,50	29.139,68
Wesley José Gadelha Beier	26/02/10	25/02/11	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.843,94	23.971,24
Total			7.903,65	6.637,11	8.853,08	8.850,92	6.638,19	4.425,46	6.638,19	6.638,19	6.638,19	8.850,92	6.638,19	6.638,19	6.645,45	91.995,73
Total Geral			23.941,23	19.911,33	22.686,86	19.914,57	19.914,57	17.701,84	19.914,57	19.914,57	17.701,84	19.914,57	17.701,84	17.701,84	19.651,47	256.571,10

Fonte: Sureh/Gefop

Síntese da Remuneração dos Administradores

a) Diretoria da Conab

Quadro XCVII

Órgão			
Diretoria da Conab			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c)	1.363.466,32	1.413.375,89	1.487.561,19
a) honorários	1.174.476,19	1.193.705,97	1.234.363,82
b) benefícios diretos e indiretos	27.725,10	29.154,27	31.794,86
c) remuneração por part. em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	161.265,03	190.515,65	221.402,51
II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	1.363.466,32	1.413.375,89	1.487.561,19

Fonte: Sureh/Gefop

b) Conselho Fiscal – Quadro XCVIII

Órgão			
Conselho Fiscal			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c)	78.400,46	81.024,43	91.995,73
a) Jetons	78.400,46	81.024,43	91.995,73
b) benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00
c) remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00
II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	78.400,46	81.024,43	91.995,73

Fonte: Sureh/Gefop

C) Conselho de Administração da Conab
Quadro XCIX

Órgão			
Conselho Fiscal			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c)	160.534,12	162.079,36	164.575,37
a) Jetons	160.534,12	162.079,36	164.575,37
b) benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00
c) remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00
II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	160.534,12	162.079,36	164.575,37

Fonte: Sureh/Gefop

20 - Previdência Complementar Patrocinada.

Unidades Jurisdicionadas Patrocinadoras de Entidade Fechada de Previdência Complementar

(ANEXO II PARTE C ITEM 36 da DN TCU 107/2010)

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da Previdência Complementar Patrocinada pela Conab, são realizados no âmbito da Conab/Matriz.

22.1 - Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas

a)	Nome	CIBRIUS
b)	Razão Social	Instituto Conab de Seguridade Social –CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
c)	CNPJ:	00.531.590/0001-89
	Plano de Benefícios:	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

d) – Demonstrativo anuais:

1. Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes

Quadro C

Sureg	Total da Folha dos Participantes	Participação %
AL	2.598.868,22	1,45%
AM	3.083.044,07	1,73%
BA	2.877.640,74	1,61%
CE	9.568.446,41	5,36%
ES	4.350.908,25	2,44%
GO	11.776.106,24	6,59%
MA	3.338.883,10	1,87%
MG	9.427.789,57	5,28%
MS	5.581.970,24	3,12%
MT	4.336.382,98	2,43%
PA	2.823.367,38	1,58%
PB	4.185.106,74	2,34%
PE	9.010.678,63	5,04%
PI	2.729.455,62	1,53%
PR	8.320.718,74	4,66%
RJ	4.719.010,99	2,64%
RN	3.953.004,14	2,21%
RO	2.895.189,70	1,62%
RR	252.656,66	0,14%
RS	5.149.906,33	2,88%
SC	3.213.858,32	1,80%
SP	4.787.756,81	2,68%
TO	2.032.485,29	1,14%
Matriz	67.655.393,59	37,87%
Total	178.668.628,76	-

Fonte: Conab/Sureh

2 – Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes

Quadro CI

Sureg	Quantidade de Participantes Ativos	Valor das Contribuições	Participação %
		Empregados Participantes	
AC	2	29.372,89	0,24%
AL	37	160.870,22	1,33%
AM	34	218.008,17	1,81%
AP	-	-	0,00%
BA/SE	36	195.557,34	1,62%
CE	127	612.410,59	5,07%
ES	45	314.268,75	2,60%
GO	112	807.057,39	6,68%
MA	46	205.810,39	1,70%
MG	78	598.886,65	4,96%
MS	62	361.525,52	2,99%
MT	46	290.554,05	2,41%
PA	26	185.501,93	1,54%
PB	42	279.109,90	2,31%
PE	114	617.188,46	5,11%
PI	28	184.032,80	1,52%
PR	81	552.482,37	4,58%
RJ	44	349.151,41	2,89%
RN	39	259.501,48	2,15%
RO	22	165.246,84	1,37%
RR	1	16.686,14	0,14%
RS	57	347.407,45	2,88%
SC	29	227.633,15	1,89%
SP	37	345.914,50	2,86%
TO	14	153.937,57	1,27%
Matriz	446	4.597.296,49	38,07%
Total	1.605	12.075.412,45	-

Fonte: Conab/Sureh

3 - Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora Conab

3. - Patronal/Paritária – R\$10.599.485,55.

Quadro CII

Sureg	Total da Folha dos Participantes	Contribuição Patronal	Participação %
AC	2.130.370,00	31.207,22	0,00
AL	2.130.370,00	157.213,78	0,01
AM	2.832.742,21	214.071,76	0,02
AP	-	-	0,00
BA/SE	2.633.257,86	191.689,52	0,02
CE	8.460.120,60	599.101,43	0,06
ES	4.204.095,48	306.688,38	0,03
GO	10.742.893,70	792.674,69	0,07
MA	2.873.370,79	202.028,64	0,02
MG	7.821.539,69	590.833,20	0,06
MS	4.989.680,64	354.681,18	0,03
MT	3.844.284,77	285.238,45	0,03
PA	2.622.350,98	182.143,75	0,02
PB	3.762.783,39	273.619,01	0,03
PE	8.010.964,44	604.503,00	0,06
PI	2.534.862,25	181.353,06	0,02
PR	7.510.769,20	543.004,15	0,05
RJ	4.313.242,83	343.808,71	0,03
RN	3.550.333,20	253.418,56	0,02
RO	2.309.355,01	160.639,48	0,02
RR	195.623,45	16.682,27	0,00
RS	4.677.306,27	341.514,53	0,03
SC	2.871.090,42	224.569,84	0,02
SP	4.303.006,63	342.157,31	0,03
TO	2.108.520,23	152.290,13	0,01
Matriz	61.186.694,10	4.728.932,61	0,44
Total	162.619.628,14	12.074.064,66	-

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

3.2 - - Complemento de Previdência (Serviço Passado) – R\$ 12.701.315,31*

***OBS: A diferença de R\$ 1.946.648,03, em relação aos valores consignados no DRE/Siafi, refere-se a valores inscrito em Restos a Pagar não processado.**

Fonte:Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

Valor referente ao pagamento da dotação do serviço passado da massa de empregados da Conab, patrocinadora principal do plano de benefícios do CIBRIUS, realizado na forma do termo de convênio e aditivos firmados entre as partes, concernente ao ingresso no plano em 1995 dos empregados oriundos da fusão COBAL/CFP/CIBRAZEM.

➤ **Total Contribuições – R\$ 24.775.379,97***

***OBS: A diferença de R\$ 1.946.648,03, em relação aos valores consignados no DRE/Siafi, refere-se a valores inscrito em Restos a Pagar não processado.**

Fonte:Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

Cabe observar que as contribuições são paritárias conforme determina a legislação. Entretanto, eventual divergência entre a contribuição paritária Patronal e a contribuição dos Participantes informada pela Conab/Sureh, decorre de diferenças relacionadas ao pagamento de joias de responsabilidade exclusiva do participante e acertos outros.

4 – Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora Conab

Não ocorreram outros repasses de recursos que não contribuições.

5 – Discriminação da razão ou motivo de repasse de recursos que não sejam contribuições

Não ocorreram outros repasses de recursos que não contribuições.

Quadro CIII
6 – Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal

Descrição	Valor	% Atual	% Enquadramento Fundamento Legal	
			Política Investimento	Resolução CMN nº 3792
1) Renda Fixa	435.903.197,81	85,54	75,50	100,00
A. Títulos Públicos	261.407.048,62	51,30		
1.1 – NTN-B – Título Público Federal (IPCA)	245.228.321,62	48,12		
1.2 – NTN-C – Título P. Federal (IGP-M)	16.178.727,00	3,17		
B. Aplicação em Instituições Financeiras	174.496.149,19	34,24		
FIF	31.496.130,76	6,18		
1.3 – Banco do Brasil S/A Institucional Federal	16.169.966,34	3,17		
1.4 – FIDC BCSUL – VORAX SSE	10.302.310,20	2,02		
1.5 – FIDC COMANCHE CLEAN	5.023.854,22	0,99		
Dep a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	129.487.409,06	25,41		
1.6-Banco SCHAHIN S/A 07/05/09 a 02/04/14	4.793.081,53	0,94		
1.7-Banco SOFISA S/A 19/05/09 A 18/05/2012	7.064.413,34	1,39		
1.8-Banco SCHAHIN S/A 19/05/2009 a 18/05/2012	7.075.751,03	1,39		
1.9-Banco BONSUCESSO S/A 21/05/09 a 18/05/12	7.068.600,22	1,39		
1.10-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 10/06/09 a 10/06/2012	4.823.134,08	0,95		
1.11-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 17/07/2009 a 17/07/12	5.930.161,05	1,16		
1.12-Banco BMG S/A 11/09/09 a 11/09/14	9.391.134,04	1,84		
1.13-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 11/09/2009 a 11/09/13	4.687.054,97	0,92		
1.14-Bco SOFISA S/A 23/09/2009 a 23/09/14	9.330.328,07	1,83		
1.15-Banco BMG S/A 23/09/09 a 23/09/14	7.010.143,31	1,38		
1.16-OMINI S/A Cred Finan e Invest 19/10/09 a 19/10/14	11.629.343,60	2,28		
1.17-Banco MÁXIMA S/A 19/11/09 a 19/11/14	10.371.496,49	2,04		
1.18-Banco SCHAHIN S/A 21/01/2010 a 21/01/2015	4.496.218,06	0,88		
1.19-Banco MÁXIMA S/A 22/01/10 a 22/01/15	4.501.649,54	0,88		
1.20-Portocred Financeira - 12/05/10 a 12/05/15	8.633.624,30	1,69		
1.21-ABOE Financeira - 26/05/10 a 26/05/15	4.293.278,63	0,84		
1.22-ABOE Financeira - 01/09/10 a 01/09/15	5.191.643,16	1,02		
1.23-ABOE Financeira - 14/09/10 a / / /	2.069.148,77	0,41		
1.24-Barigui Financeira S/A – 18/11/10 a 18/11/15	6.118.907,83	1,2		
1.25-Banco BRJ S/A 28/12/10 a 28/12/2015	5.008.297,04	0,98		
Títulos de Empresas	628.412,15	0,12		
1.26-HOPI HARI (Debênture não Conversível)	628.412,15	0,12		
Cédula de Crédito Imobiliário	12.884.197,22	2,53		
1.27-Céd Créd Imob M BRASIL 12/11/09 a 12/06/19	6.785.544,08	1,33		
1.28-Céd Créd Imob M BRASIL 23/02/10 a 12/06/19	6.098.653,14	1,20		
2) Renda Variável	36.805.676,57	7,22	14,00	70,00
2.1 - Mercado de Ações à Vista	33.718.185,88	6,62		
Aes Tiete PN	480.000,00	0,09		
Ambev PN	1.515.600,00	0,3		
América Latina Logística ON	450.000,00	0,09		
BmiBovespa ON	393.900,00	0,08		
Bradesco PN	3.160.520,00	0,62		
Brasken PNA	712.950,00	0,14		
Brasil Foods ON	710.840,00	0,14		
Brasil Telecom ON	113.454,64	0,02		
Brasil Telecom PN	949.356,00	0,19		
Cemig ON	1.914.996,75	0,38		
Cia Eneergética de São Paulo PNB	540.000,00	0,11		
Cia Paranaense de Energia PNB	439.900,00	0,09		
Contax ON	76.800,00	0,02		
Contax PN	172.746,00	0,03		
Companhia Siderúrgica Nacional ON	1.226.820,00	0,24		
Eletrobrás PNB	1.337.500,00	0,26		
Empresa Brasileira de Telecomunicações ON	483.249,50	0,09		
Empresa Bras de Telecom Participação ON	285,70	0,00		
Empresa Bras de Telecom Participação PN	570,81	0,00		
Energisa UNIT	1.702.140,00	0,33		
Fibra ON	72.317,70	0,01		
Gerdau PN	634.760,00	0,12		
Itaunibanco PN	1.980.547,25	0,39		
Itausa PN	914.760,00	0,18		
Lojas Americanas PN	306.200,00	0,06		
Minasfer PNA	65.905,00	0,01		
Petrobrás PN	5.458.000,00	1,07		
Sabesp ON	638.850,00	0,13		
Telemar PN	655.830,00	0,13		
Telesp Participações PN	298.076,76	0,06		
Usiminas PNA	843.040,00	0,17		
Vale PNA	3.637.500,00	0,71		
Vivo Participações PN	1.599.000,00	0,31		
Weg ON	218.000,00	0,04		
Bradesco DIR	13.769,77	0		
2.2-Fundo de Ações	3.087.490,69	0,61		
Bradesco IBX ativo	3.049.580,15	0,6		
Fator Institucional	37.910,54	0,01		
3 – Investimentos Estruturados	6.050.124,04	1,19	3,00	20,00
Memorial Office (Ricci Assoc Eng Com Ltda) F. Imob	3.510.784,57	0,69		
Hermes (Mercúrio DTVM Ltda) F. Imob	2.539.339,47	0,5		
4) Imóveis	17.112.987,74	3,36	4,50	8,00
Edificações de Uso Próprio	844.484,13	0,17		
SHCGN 706/7 BLD nº 42 Sls 101 à 302	844.484,13	0,17		
Edificações para Renda	8.599.378,61	1,69		
SHCGN 706/7 BLD nº 42 Térreo e subsolo – DF	2.205.796,46	0,43		
SHN Q. 02 ljs 142 e 150 Ed. Garvey Park – DF	183.125,02	0,04		
Cent Com Lt 24/25 Q. 4C SLA -DF	1.014.815,32	0,2		
SCLN 307 LJS 37, 39, 59, 65 e 69 – DF	339.493,47	0,07		
Centro Século XXI – Curitiba-PR	4.856.148,34	0,95		
Investimento em Shopping Center	7.669.125,00	1,5		
Conjunto Nacional de Brasília-St. Div Norte - DF	7.669.125,00	1,5		
5) Empréstimos aos Participantes	13.507.935,95	2,65	3,00	15,00
6) Disponível	233.376,36	0,05	0,00	0,00
Total Geral	509.613.298,47	100	100	

Posição do Agente Custodiante – ITAÚ UNIBANCO S/A em 31/12/2010

Fonte: Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN n.º 3.792 de 24/09/2009 (Estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das EFPC e revoga a 3456), alterações posteriores e demais instruções e resoluções dos

órgãos regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada, em consonância com as Leis Complementares n.ºs 108 e 109/2001.

7 – Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

Conforme a Carta/CIBRIUS/SUP/n.º 014, de 04/02/2011, a PREVIC, antiga SPC/MPS, somente poderá se manifestar após o recebimento do Balanço 2010, cujo prazo final para envio é até 31 de março de 2011, conforme calendário de obrigações. Entretanto, a SPC, atual PREVIC, não tem se manifestado sobre a prestação de contas, embora o Cibrius tenha solicitado formalmente. Por outro lado, a PREVIC encontra-se obrigada a prestar as informações objeto do item 20 PARTE C do Anexo II - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS da DN/TCU n.º. 107/2010, como segue:

- a) Informações consolidadas sobre a fiscalização e o controle dos planos de benefícios e sobre as entidades fechadas de previdência complementar realizadas pela SPC/MPS, conforme disposto no art. 24 da Lei Complementar n.º 108/2001;**
- b) Informações consolidadas sobre o exercício e os resultados da fiscalização e do controle das entidades de previdência complementar patrocinadas pelas respectivas patrocinadoras, conforme disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001, realizados nos últimos dois anos.**
- c) Informações quanto as providências adotadas para o encerramento da SPC, em especial os termos de transferência de patrimonial e a situação dos processos administrativos não encerrados, conforme Acórdão TCU 1.912/2010 – Plenário.**

8 - Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciando o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 3792/2009, do Conselho Monetário Nacional.

A Política de Investimentos da entidade, disponível em inteiro teor no site www.cibrius.com.br com acesso pela lapela “CONHEÇA O CIBRIUS/Documentos Institucionais”, foi elaborada em conformidade com a **Resolução 3792/2009 do CMN**, e consignou as seguintes diretrizes, como segue:

Diretrizes para Alocação dos Investimentos

A Política de Investimentos do Plano de Benefícios Conab, administrado pelo CIBRIUS, levou em consideração os normativos vigentes sobre o assunto, as boas técnicas usualmente praticadas no mercado de Fundos de Pensão, bem como os cenários macroeconômicos.

Destaca-se que, em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3792/2009, a Política de Investimentos da entidade, estabeleceu que as decisões que envolverem os investimentos dos recursos garantidores do Plano de Benefícios do CIBRIUS deverão ser tomadas pela Diretoria-Executiva, após a análise e parecer da Área de Investimentos e avaliação do Comitê de Investimentos, com base na Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo. Os investimentos acima de 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Cibrius serão, necessariamente, submetidos à aprovação do Conselho Deliberativo, respeitando os limites e condições impostas pela legislação pertinente e o Estatuto do CIBRIUS.

O artigo 16º da Resolução 3.792/2009, do Conselho Monetário Nacional, determina que a política de investimentos de cada plano deve conter, no mínimo, os seguintes itens:

I. Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação.

II. Os limites por modalidade de investimentos, se estes forem mais restritivos que os estabelecidos na Resolução CMN n.º 3.792/09

Quadro CIV
Alocação de recursos e limites por segmento e modalidade de investimento

Segmentos	2008	2009	2010	CMN 3792/09
Renda Fixa	79,01%	75,50%	75,50%	100,00%
Renda Variável	12,01%	15,00%	14,00%	70,00%
Empréstimos	2,89%	3,50%	3,00%	15,00%
Inv. Estruturados			3,00%	20,00%
Imóveis	6,09%	6,00%	4,50%	8,00%

III. Utilização de Instrumentos derivativos.

Não serão permitidas operações de Derivativos com alavancagem, ou seja, em que essas posições representem mais de 100% dos ativos de suas respectivas carteiras, mesmo considerando os ativos que compõem os fundos de investimentos, cujas quotas integram o patrimônio do Plano do CIBRIUS.

Operações com Derivativos só serão permitidas no intuito de proteção da carteira, respeitando os limites legais.

Outros limites e diretrizes podem ser impostos pelo CIBRIUS em Regulamento e Mandatos específicos de fundos exclusivos.

IV. Taxa mínima atuarial ou índices de referência, observado o regulamento de cada plano de benefícios.

Taxa atuarial = TR + 6% a.a.

V. Meta de rentabilidade para cada segmento de aplicação

Quadro CV
Meta de rentabilidade

Segmento	benchmark
Renda Fixa	CDI
Renda Variável	Ibovespa
Inv. Estruturados	CDI
Imóveis	TR + 6% a.a.
Empréstimos	TR + 6% a.a.

VI. Metodologia ou as fontes de referência adotadas para precificação dos ativos financeiros.

Deverá ser adotados como modelos de marcação a mercado, os ativos destinados à negociação e marcação pela curva do título e papéis aqueles que serão levados ao vencimento, desde que em consonância e obedecidos os preceitos da Resolução MPS/CGPC n.º 04/02 e alterações posteriores.

O HSBC Securities Services, agente custodiante, será responsável pelo apreçamento dos ativos da Carteira de Investimentos do Cibrius. A entidade mudou o agente custodiante para o ITAÚ UNIBANCO S/A, conforme posição da carteira em 31/12/2010.

VII. Metodologia e critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico.

a) Risco de Crédito

O Instituto aplicará seus ativos somente em títulos considerados como de baixo risco de crédito, cujo controle, tanto do bancário como do não bancário, será realizado de acordo com os *ratings* estabelecidos pelas agências classificadoras de risco, sempre respeitando os limites e restrições legais.

As agências em que o Instituto fundamentará suas decisões são as seguintes:

Quadro CVI

Agência de Classificação de Risco	Ratings considerados de Baixo Risco de Crédito
FITCH RATING	F1(bra), F2 (bra), AAA(bra), AA(bra), A(bra)
SR RATING	sr AA, sr A, brAAA, brAA+, brAA, brAA-, brA+, brA, brA-
MOODY'S INVESTOR	Aaa1.br, Aaa2.br, Aaa3.br, Aa1.br, Aa2.br, A1.br, A2.br, A3.br
AUSTIN ASIS	AAA, AA, A
STANDARD & POOR'S	brAAA, brAA, brA-1, brA-2
LF Rating	AAA, AA, A

É importante ressaltar que, se duas ou mais agências classificarem o mesmo papel, o Instituto adotará, para fins de classificação de risco de crédito, àquela mais conservadora.

Como regra geral, serão adquiridos prioritariamente, títulos públicos federais que apresentarem perspectiva de rentabilidade superior à variação da meta atuarial do Instituto, inclusive quanto aos custos operacionais.

Caso seja adquirido algum título não avaliado pelas agências classificadoras de risco como demonstrado acima, **o mesmo será automaticamente classificado de alto risco de crédito.**

Para títulos classificados como médio e/ou alto risco de crédito não serão permitidas novas inversões, mas apenas levar ao vencimento os investimentos do passado existentes atualmente, que a própria falta de liquidez, impede sua realização. A existência deste tipo de ativo em algum fundo de investimentos poderá alterar este percentual, entretanto deverá estar dentro dos limites aceitáveis e permitidos pela legislação.

b) Risco de Degradação da Qualidade de Crédito

Para o caso de novos títulos e valores mobiliários que tenham sido adquiridos em conformidade com a Política de Investimentos, mas que eventualmente, após sua aquisição, tenham sofrido redução da sua nota de classificação de crédito para médio e/ou alto risco de

crédito, caberá à compliance notificar à Diretoria-Executiva, que após sua avaliação, decidirá sobre a venda ou manutenção do referido ativo em sua carteira.

c) Risco de Mercado

O processo de gerenciamento e de controle de risco de mercado é feito por modelo próprio que limita a probabilidade de perdas máximas, através do cálculo mensal do *Value-at-Risk* (VaR).

O Cibrius adota os seguintes parâmetros para o cálculo do VaR: Intervalo de confiança de 95% e horizonte temporal de 21 dias úteis. Com relação aos limites, para os segmentos de renda fixa e renda variável, valem:

- Segmento de renda fixa: 1,5%;
- Segmento de renda variável: 17%.

A empresa RiskOffice, é a responsável por desenvolver os cálculos. Essas informações são apresentadas em reunião formal e analisadas pelo Comitê de Investimento do Cibrius mensalmente.

d) Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é uma preocupação constante para o Instituto e, como prudência, o mesmo mantém um percentual mínimo de seus recursos totais em ativos de liquidez imediata. Com a adoção dessa política, o Cibrius reduz a possibilidade de que haja dificuldade em honrar seus compromissos previdenciários no curto prazo.

e) Risco Operacional

O CIBRIUS, atendendo a Resolução MPS/CGPC n.º 13, de 01 de outubro de 2004, monitora os riscos não-financeiros, ou seja, o risco operacional. Define-se risco operacional quando existe a possibilidade de perdas decorrentes da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos, bem como de eventos externos que causem prejuízos nas suas atividades normais ou danos a seus ativos físicos.

f) Risco Legal

O risco legal deriva do potencial questionamento jurídico na execução dos contratos. Esta categoria de risco é mensurada para as atividades do Instituto e para os investimentos que envolvam contratos específicos. O CIBRIUS poderá utilizar pareceres jurídicos especializados para os assuntos de caráter mais aprofundados.

g) Risco Sistêmico

O CIBRIUS monitora o risco sistêmico do sistema financeiro nacional, o qual está inserido. Representa o risco de que uma instituição financeira não tenha recursos suficientes para pagar outra, fazendo com que esta outra não pague uma terceira e assim por diante, daí resultando um "efeito dominó," que pode levar ao colapso todo o sistema financeiro, ou seja, a uma crise sistêmica, entendida como uma interrupção da cadeia de pagamentos da economia.

No Brasil, existem mecanismos de segurança e instrumentos, desenvolvidos pelo Bacen - como o Sistema de Pagamentos Brasileiro, conhecido como SPB, e a Transferência Eletrônica Disponível (TED) - que visam impedir que, ao fim de cada dia, haja operações financeiras não encerradas, isto é, sem transferência efetiva dos recursos financeiros envolvidos, notadamente em grandes transações.

VIII.A observância ou não de princípios de responsabilidade socioambiental

Devido à complexidade do assunto aliado à falta de uma estrutura que dê suporte, o CIBRIUS não adotará o “Princípio de Responsabilidade Socioambiental” na vigência da presente Política de Investimentos.

Retorno das Aplicações

Quadro CVII
Comparativo das Rentabilidades dos Investimentos JAN A DEZ 2010

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	TR+6% aa JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA FIXA	14,22%	6,7301%	7,02%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-4,80%
IMÓVEIS	11,68%		4,64%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		0,35%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		11,19%
CARTEIRA GERAL	13,29%		6,15%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	INPC+5%aa JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA FIXA	14,22%	11,80%	2,16%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-9,11%
IMÓVEIS	11,68%		-0,11%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-4,20%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		6,14%
CARTEIRA GERAL	13,29%		1,33%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	INPC+6% aa JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA FIXA	14,22%	12,86%	1,21%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-9,97%
IMÓVEIS	11,68%		-1,05%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-5,10%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		5,15%
CARTEIRA GERAL	13,29%		0,38%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	CDI JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA FIXA	14,22%	9,76%	4,06%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-7,43%
IMÓVEIS	11,68%		1,75%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-2,42%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		8,12%
CARTEIRA GERAL	13,29%		3,22%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	IBOVESPA JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA VARIÁVEL	1,61%	1,04%	0,56%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	IBrX - 50 JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA VARIÁVEL	1,61%	0,75%	0,85%

Fonte: Cibrius

A Política de Investimentos de 2010, aprovada em 17/12/2009 pelo Conselho Deliberativo da Entidade Fechada de Previdência Complementar, foi elaborada em conformidade com os mandamentos da Resolução CMN n.º 3792/2009.

A sua execução apresentou-se ajustada aos parâmetros da Resolução do CMN, apontando variações em relação aos parâmetros fixados pelo Conselho Deliberativo da entidade quanto ao item Renda Variável de 85,54% em relação aos 75,50% fixados.

Cabe observar um elevado incremento dos investimentos em Depósito a Prazo com Garantia Especial-DPGE, de R\$79 milhões para R\$129 milhões e quotas de FIF de R\$8,6 milhões para R\$31,5 milhões, cuja movimentação poderá ser objeto de exame nas ações de fiscalização de que trata o art. 25 da LC 108/2001, notadamente quanto aos requisitos de segurança, rentabilidade e liquidez das inversões.

Os resultados alcançaram 6,15% em relação a meta atuarial de TR+6% dentro de um cenário de uma TR abaixo de 1%, portanto muito longe de refletir um índice que represente a inflação do período. Quando comparados com INPC+6% ou 5% e com o CDI, os resultados são significativamente reduzidos. Por outro lado, as operações de empréstimos aos participantes apresentou um notável desempenho, com um resultado mínimo de 5,5% em relação aos Benchmark. Isto com a aplicação de apenas 2,65% dos Recursos Garantidores, quando a Resolução do CMN permite até 15%, indicando que a entidade pode rever as taxas de empréstimos de forma a torná-las mais atrativas aos participantes, bem como alocar maior volume de recursos, buscando cumprir o estatuto da entidade quanto a sua função de **Promover o bem-estar social dos seus destinatários**.

e) Conclusões contidas no Parecer da Auditoria Independente

Conforme a Carta/CIBRIUS/SUP/N.º 014, de 04/02/2011, o Parecer da auditoria Independente referente Balanço 2010 estará disponível até o dia 31 de março de 2011, conforme calendário de obrigações.

Entretanto, para fins informativo, destacamos abaixo o parecer de 2009 da **BDO Trevisan Auditores Independentes**, CRC 2SP013439/O-5 “S” DF, de responsabilidade do Sócio-contador, Sr. Marcelo Faria Pereira, CRC 1Rj077911/O-2 “S” DF, Parecer de Auditoria Independente, com as seguintes conclusões:

“1. Examinamos o balanço patrimonial do CIBRIUS – instituto Conab de Seguridade Social, levantamento em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do instituto; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Instituto, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CIBRIUS – INSTITUTO Conab DE SEGURIDADE SOCIAL em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações e seus fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades do Instituto. Conforme mencionado na nota explicativa n.º 12, o **Instituto possui registrado como provisão matemática a constituir o montante de R\$596.267 milhões**, que representa o **desequilíbrio atuarial pela insuficiência da cobertura do custo do serviço passado**. Ademais, o Instituto poderia apresentar um novo déficit atuarial, tendo em vista que, de acordo com o atuário externo, muito embora o regulamento do plano de benefícios estabeleça a correção dos benefícios concedidos pela TR + 6% ao ano, **existe a necessidade de se determinar um indexador que reflita efetivamente a inflação (INPC-IBGE)**. Essa alteração seria possível no caso da contratação da dívida junto à **Patrocinadora Conab**, entretanto, a ação de cobrança movida contra a Conab referente à **cobertura do custo do serviço passado encontra-se em discussão judicial e, conforme andamento processual, foi julgada procedente em 1.ª instância, estando pendente do julgamento da apelação interposta pela Conab**.
5. Conforme mencionado na nota explicativa n.º 11, em 31 de dezembro de 2009, o instituto possui registrado no **exigível contingencial o montante de R\$189.749 milhões**, dos quais R \$174.892 milhões referem-se ao contingenciamento dos **riscos previdenciários em decorrência de potenciais demandas judiciais com exigência na mudança do indexador do plano de benefícios de TR para INPC**. Em virtude das incertezas relacionadas a esse tema, não é possível determinar quais poderão ser os reflexos que esse assunto poderá trazer às demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1.
6. Anteriormente, as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, compreendendo o balanço patrimonial, demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros, foram examinadas por outros auditores independentes e o parecer, datado de 20 de fevereiro de 2009, foi emitido sem ressalva, com ênfase em relação aos mesmos assuntos mencionados no parágrafo 4.”

f) - Conclusões do último estudo atuarial

PARECER ATUARIAL ANUAL 2010

A avaliação atuarial anual de 2010 foi realizada, na data base de 31 de agosto, especificamente para mensurar os custos e a situação financeiro-atuarial do Plano Conab do CIBRIUS – INSTITUTO Conab DE SEGURIDADE SOCIAL, dimensionar as provisões matemáticas e apresentar os resultados da avaliação atuarial, em consonância com o Regulamento do Plano, metodologia, hipóteses e premissas atuariais definidas conforme determina legislação em vigor, com base em dados cadastrais fornecidos pela Entidade.

Os dados cadastrais dos Participantes, fornecidos pela Entidade, foram consistidos comparando com parâmetros mínimos e máximos aceitáveis na data desta avaliação, e foram considerados suficientes e completos para efeito da avaliação.

Para atendimento as exigências legais, especificamente a Resolução CGPC n.º 18/2006, foram efetuados estudos de aderência das hipóteses, apresentados em relatório específico, que não apontaram necessidade de alteração das hipóteses analisadas em relação ao ano anterior.

Utilizando a mesma metodologia dos anos anteriores, o estudo estatístico da hipótese de crescimento real de salários apontou um incremento médio anual de 3,09% ao ano.

Da avaliação realizada obteve-se um resultado para Reserva Matemática total de R\$ 924.318.110,77 em 31/08/2010 e comparando com o Ativo Líquido Previdenciário de R\$ 315.766.645,62, registrado no balancete nesta mesma data, para equilíbrio do Plano deve ser acrescido das Reservas Matemáticas a Constituir de R\$ 608.551.465,15, cujo valor deverá ser objeto de contrato com a Patrocinadora.

Para formalização do contrato das insuficiências, recomendamos observar o valor apurado na avaliação de 31/05/2000, devendo-se observar o limite de R\$282.032.218,17, devidamente atualizado (juros e correção monetária), de maneira a se enquadrar nas disposições da Emenda Constitucional n.º 20/98, que, inclusive, foi o evento determinante para a intervenção no Instituto que foi suspensa em 2007.

No momento da contratação, caso este valor seja insuficiente o excedente deverá ser objeto de majoração de contribuições a fim de equilibrar o Plano.

O valor registrado no balancete de agosto/2010, na mesma data da avaliação, na conta de Provisões Matemáticas a Constituir, corresponde a R\$641.363.117,58, que comparado ao valor da insuficiência desta avaliação, de R\$608.551.465,15, apresenta uma diferença a menor de R\$32.811.652,43 em relação ao contabilizado.

O valor da insuficiência apurada na avaliação de 31/05/2000 atualizada até 31/08/2010 corresponde a R\$799.870.566,77, que deduzindo-se o atual contrato da Dotação Inicial que está sendo amortizado, registrado no balancete nesta data, de R\$44.830.506,05 e mais a insuficiência apurada nesta avaliação, apresenta uma redução de R\$146.488.595,57.

Quanto aos custos percentuais do plano, sobre o total da folha de Salários de Participação dos Participantes, comparativamente ao ano anterior:

Discriminação	2009	2010	%
Custo Normal	18,48%	18,54%	0,06%
Custo a Amortizar Serviço Passado	177,92%	210,43%	32,51%
Custo Total do Plano	196,40%	228,97%	32,57%
Contribuição Total em Vigor	19,11%	19,21%	0,10%
Déficit de Cobertura	-177,29%	-209,76%	-32,47%

Em contrapartida as contribuições vertidas, de acordo com a tabela de contribuições aplicada em vigor, apresentam um custeio sobre o total da folha de Salários de Participação dos Participantes, comparativamente ao ano anterior:

Contribuições	2009	2010	Diferença%
Normais Participantes	9,55%	9,58%	0,03%
Jóias	0,02%	0,07%	0,05%
Normais Patrocinadoras	9,55%	9,57%	0,02%
Assistidos para o Plano (1)	9,59%	9,59%	-
Assistidos administração (1)	1,22%	1,22%	-

1% sobre os benefícios dos assistidos

Relativamente aos resultados apurados nesta avaliação e comparados à avaliação anterior, cabe ressaltar os fatos relevantes que ocorreram no intervalo entre a avaliação anterior, ocorrida em 2009 e esta avaliação, em 31/08/2010, que influenciaram para que tais resultados fossem obtidos.

Motivos de aumento do custo percentual dos compromissos

- A variação ocorrida no custo normal do plano está dentro da normalidade e compatível com a metodologia de apuração do custo, considerando a massa de participantes sem novos entrados, o crescimento dos salários, do SRB e do benefício hipotético do INSS, que em relação ao ano anterior, está dentro da normalidade;

- A insuficiência das Reservas Técnicas a amortizar apontada na avaliação de 2009, no valor de R\$578.540.441,65, correspondente a compromissos de serviço passado, equivalente a 177,92% do total da folha de salários de participação naquela data, não foi amortizado conforme proposto no plano de custeio, em função da não efetivação da contratação das insuficiências de responsabilidade da patrocinadora Conab, referente ao custo do serviço passado a contratar;

- O saldo devedor a Amortizar do valor da Dotação Global (serviço passado contratado), com recontração em dezembro/2002, cujo valor registrado no balancete agosto/2010 equivale a R \$44.830.506,05, que inclui o valor referente ao reconhecimento de correção monetária integral do mês de maio de 1994 no saldo do valor original da dotação global, não atingiu o grau exigido de rentabilidade devido ao índice de correção inflacionária contratual (TR) constante do termo aditivo, estar abaixo da inflação efetiva. Não foi adotada a devida correção recomendada, permanecendo com o indexador da TR, enquanto o recomendado seria o INPC-IBGE e consequentemente a amortização mensal não está no compasso das necessidades do plano;

- Alertamos da necessidade imediata de equilíbrio do plano, muito embora a contratação das insuficiências das reservas técnicas a contratar (serviço passado de responsabilidade da Patrocinadora Conab) e a mudança de índice já tenha sido reconhecida pela Patrocinadora, através da Nota Técnica DIAFI N.º 006/03, de 24/06/2003, referendada pela Diretoria Colegiada da Conab (sexcentésima primeira reunião ordinária) e pelo Conselho de Administração da mesma (126ª reunião ordinária), respectivamente, em 07/07/2003 e 06/08/2003. Tais aprovações foram referendadas pelo MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através dos Ofícios n.º 693/MAPA/SE de 26/09/2003 e n.º 694/MAPA/SE de 26/09/2003 enviados, respectivamente, ao Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social, indicando que o MAPA estava de acordo com a proposição da Conab, consubstanciada no Ofício Conab/PRESI/N.º 498 de 06/08/2003 e, no momento, em análise para aprovação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Através do Ofício n.º 1.911 DEFIS/CGRE de 28/09/2004 a Secretaria de Previdência Complementar reitera o entendimento, já por diversas vezes externado pelo CIBRIUS, pela Conab e pela própria SPC/MPS que, sobre o ponto de vista técnico atuarial, não existia óbice em se atribuir ao serviço passado o déficit remanescente no plano de benefícios da Entidade. Na oportunidade a SPC/MPS solicitou o obséquio das providências no âmbito do DEST, no sentido de propiciar imediata contratação da dívida entre o CIBRIUS e a Conab, de maneira que pudesse ser cessada a intervenção na entidade.

Conforme informação da Entidade, a Patrocinadora Conab encaminhou ao Secretário Executivo do MAPA, OFÍCIO PRESI N.º 412, de 30 de junho de 2006, onde solicitava apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, no sentido de buscar uma solução definitiva acerca da contratação das insuficiências atuariais relativas ao serviço passado, bem como a alteração do indexador do plano de benefícios da TR para o INPC-IBGE, e que foi atendido pelo Ofício n.º 409/2006/SE-MAPA para reunião conjunta com o CIBRIUS, Conab/MAPA, DEST/MP e SOF/MP.

Nesta reunião, ocorrida no DEST, a pauta foi revertida para o levantamento da intervenção na entidade, sob protestos da patrocinadora, vez que o objetivo da intervenção não havia sido alcançado, qual seja, a contratação das insuficiências atuariais do plano. Contudo a Secretaria de Previdência Complementar ratificou seu entendimento quando enviou o Ofício N.º 1749/SPC/DEFIS/CGRE de 08/06/2007 ao MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento, no qual, o Secretário foi enfático, no sentido de determinar levantamento da intervenção na entidade e dar posse aos órgãos estatutários.

Nesse Ofício restou claro ainda, que a Secretaria de Previdência Complementar, afirmou a responsabilidade da patrocinadora Conab sobre o passivo atuarial do CIBRIUS e solicitou providências quanto à responsabilidade de contratar a dívida das insuficiências do serviço passado e troca do indexador, bem como a continuidade da manutenção da Entidade.

O MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio do Ofício n.º 390/2007/SE-MAPA de 13/06/2007 solicitou providências cabíveis à Patrocinadora, ensejando o encerramento da intervenção, que ocorreu em 30/11/2007, oficializado pelo Ofício SPC/DEFI/CGRE N.º 2791 de 31/07/2006.

- Muito embora o regulamento estabeleça indexador menor para correção dos benefícios concedidos (TR + 6% ao ano), ressaltamos a necessidade de se fixar um indicador que reflita efetivamente a inflação, ou seja, o INPC-IBGE, tendo em vista que hoje, de maneira geral, é o que se tem praticado para salários.

Entretanto, cabe destacar a necessidade da efetivação do contrato das insuficiências de responsabilidade da Patrocinadora Conab (Dotação Inicial e Serviço Passado, contratado e a contratar) com a substituição do indexador atual (TR + 6% aa), pois ao contrário haveria um novo déficit no plano, podendo levar o mesmo a uma situação de insolvência definitiva ou a um aumento das contribuições dos Participantes ativos, assistidos e da Patrocinadora.

- A redução da Folha salarial futura, base de cálculo das contribuições, evidencia que a massa de participantes ativos não está se renovando.

Motivos de redução do custo nominal do compromisso passado:

- De acordo com o Regulamento do Plano, os Benefícios já Concedidos foram corrigidos pelo índice da Caderneta de Poupança, deduzindo a taxa de juros (TR – taxa referencial);

- A rentabilidade nominal da aplicação do Patrimônio, no período de 31/08/2009 a 31/08/2010, obtida através do fluxo dos registros contábeis das receitas e despesas, pelo método da taxa interna de retorno, resultou em percentual de 10,92%, descontando-se a inflação (INPC-IBGE) acumulada no período, de 4,29%, mais a taxa de juro atuarial de 6% ao ano, resulta em -0,34% de rentabilidade real;

- Se considerarmos a meta de inflação pela TR (Taxa referencial), acumulada em 0,45%, resultaria em 4,17% de rentabilidade real;

- Destaque-se que ao simularmos a Taxa de rentabilidade, considerando que o contrato da Dotação Global aditada, de R\$44.830.506,05 em 31/08/2010, contratualmente corrigido pelo indexador TR, caso fosse substituído pelo indexador do INPC, a rentabilidade bruta do Patrimônio seria de 11,32%. E ainda, caso desconsiderássemos o contrato existente, bem como o fluxo das respectivas prestações recebidas, a rentabilidade bruta do Plano seria de 12,38%.

- Reiteramos as considerações feitas em anos anteriores, sobre o índice de correção dos Benefícios Concedidos (TR), que apesar de ser item regulamentar, não é compatível com a realidade da inflação, e sua mudança, dependendo do momento econômico, deve provocar aumento de custo ao plano. Portanto, julgamos conveniente indicar, nos contratos de amortização – da Dotação Inicial, bem como de Serviço Passado, de responsabilidade da patrocinadora, no que concerne ao indexador atuarial do mesmo, a necessidade de se aplicar o INPC-IBGE, ou outro índice compatível com a inflação, acrescido de juros atuariais de 6% ao ano, necessário para capitalização, a fim de atender a hipótese de rentabilidade adotada nesta avaliação atuarial.

Ressalte-se que para o caso de não ser alterado o indexador da Dotação Inicial já contratada mais o Serviço Passado a contratar junto à patrocinadora, a aplicação de reajustes nos benefícios dos assistidos de forma diversa àquela estabelecida pelo Regulamento do plano,

ocasionaria um déficit no Plano, ocasionando o aumento das contribuições dos Participantes assistidos, ativos e Patrocinadora e ainda, conforme a relevância deste déficit, talvez a própria insolvência definitiva do plano.

Quanto ao grau de capitalização do Fundo, considerando o Patrimônio Líquido Previdenciário de R\$315.766.645,62, já considerando o valor da Dotação Inicial contratada com a Patrocinadora, registrada contabilmente como ativo do Plano, no momento, deduzindo-se o valor correspondente à cobertura das Reservas de Benefícios concedidos de R\$239.439.822,32, para os Benefícios a Conceder, de R\$684.878.288,45, a cobertura corresponde a 11,14%. Isto indica que em 31/08/2010 os benefícios concedidos estão cobertos e os benefícios a conceder apontam uma cobertura de apenas 11,14%, ou seja, o plano no momento está insolvente.

Salientamos que a maturidade do plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas previstas para o próximo ano de 247% das receitas de contribuição, considerando os iminentes como aposentados e, caso o plano não tenha adesão de novos participantes, o patrimônio da Entidade se apresenta em fase de declínio.

Recomendamos agilizar as negociações para contratação da dívida, pois o prolongamento do prazo, que já decorre por mais de nove anos, poderá ocasionar em uma situação insustentável tanto para Patrocinadora como para os Participantes, tendo em vista que o pagamento dos benefícios já concedidos, com o patrimônio já em descapitalização, tende a reduzir a capitalização do Plano, em tal ponto que, poderá caminhar para uma situação de regime de repartição simples. Ou, por outro lado, a negociação do valor, em prazo muito curto, para Patrocinadora, poderá se tornar inviável, devido à soma que corresponderá a cada parcela. Entretanto, observe-se que na realidade, a gravidade da situação já vem sendo colocada nas avaliações atuariais anuais, inclusive some-se às preocupações da Entidade desde 2003, que se pode verificar quando do encaminhamento da avaliação atuarial daquele ano à Patrocinadora, através da CARTA/CIBRIUS/SUP/INT/N.º 257 DE 29/05/2003, conforme teores da mesma, que nos deu ciência.

O Plano de Custeio Vigente aplicado resulta em uma contribuição média, de 19,20%, para cobertura do Custo Normal do Plano Conab, com a aplicação da Tabela de Contribuição vigente, conforme anexo deste relatório, em que as Patrocinadoras aportam em média, o equivalente a 9,56% do total dos Salários-de-Participação e, por sua vez, os Participantes ativos contribuem com idêntico percentual, sobre a mesma base, acrescido de 0,07% à título de joia. Aos Participantes assistidos até 2005, aplica-se a taxa 9,59% sobre o valor do benefício suplementar e 1,22% para cobertura de despesas administrativas incluindo todos assistidos.

Atualmente, o aporte relativo à amortização do saldo da dotação global representa, nesta avaliação, 15,50% do total da folha de salários de participação dos participantes, enquanto que o exigido seria de mais 209,76%.

Quanto às hipóteses biométricas, verificamos a aderência das tábuas de Mortalidade Geral e Invalidez adotadas pelo Plano, com o objetivo de adequar as estimativas de ocorrências ao real comportamento da massa de participantes do Plano.

Em relação às tábuas atualmente utilizadas pelo Plano, Tábua “AT-2000 – media (male, female)” para mortalidade e sobrevivência de válidos, “Light Média” para Entrada em Invalidez e “Winklevoss” sobrevivência dos inválidos, observamos que no período analisado de 2000 a 2009 não houve desvio significativo dos fatos observados em relação ao esperado.

Assim, de acordo com os testes estatísticos aplicados que indicam aderência das hipóteses adotadas, sugerimos para esta avaliação a manutenção das atuais Tábuas aplicadas, com monitoramento ao longo do tempo.

Assim, com base em tais fatos concluímos que o Plano de Benefícios Conab do CIBRIUS – INSTITUTO Conab DE SEGURIDADE SOCIAL, mantendo a atual tabela de contribuição, encontra-se em equilíbrio na cobertura do custo normal do Plano. Contudo, na cobertura dos encargos de Serviço Passado é insuficiente e a situação financeiro-atuarial é deficitária, neste momento, em virtude dos valores a amortizar ainda estarem sendo aportados com insuficiência.

Destacamos que, os percentuais apresentados deverão ser reavaliados após o prazo de um ano desta avaliação ou na ocorrência de fato relevante.

O Plano de Custeio atual está ajustado às determinações legais vigentes, aplicando-se a paridade de contribuições aos Participantes e Patrocinadoras para cobertura do custo normal do Plano, e estendendo o custeio das despesas administrativas para os assistidos, considerando as disposições do artigo 7.º da Lei n.º108/2001.

Além da preocupação com a contratação das insuficiências, cumpre-nos salientar que devido às características do Plano, principalmente no que diz respeito à vitaliciedade dos benefícios, aumentos constantes na expectativa de vida dos Participantes e tendência global de perspectivas de redução nas taxas de juros, destacamos a necessidade de acompanhamento e monitoramento destas variáveis.

Relativamente ao Fundo Previdencial, relativo a Reserva de Poupança de desligados de R\$693.238,73, sugerimos mantê-lo conforme dispõe o Regulamento do Plano.

Por fim, salientamos que os resultados desta avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e que, modificações futuras destes fatores, poderão implicar variações substanciais nos resultados atuariais.

Projeções considerando o Plano de Custeio Atual, com aporte das Reservas a Amortizar Contratadas (Sobrevida até 2017).

Quadro CVIII

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R \$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
Patrimônio					270936139,57
2010	17.750.245,92	R\$ 12.205.379,85	2.773.475,93	43.909.342,53	254.208.946,89
2011	15.593.345,80	R\$ 11.514.509,30	2.436.460,28	46.128.252,77	232.752.088,93
2012	13.427.958,15	R\$ 10.862.744,62	2.098.118,46	48.379.109,96	206.565.563,28
2013	11.279.276,85	R\$ 10.247.872,28	1.762.387,01	50.331.879,39	175.998.446,01
2014	9.739.765,90	-	1.521.838,42	50.773.667,75	133.442.705,74
2015	8.448.207,81	-	1.320.032,47	50.451.665,54	90.119.215,55
2016	7.445.673,96	-	1.163.386,56	49.448.003,90	46.953.499,06
2017	6.609.510,50	-	1.032.736,02	47.986.847,08	4.543.426,46
2018	5.803.073,23	-	906.730,19	46.522.158,93	(37.082.389,43)
2019	5.214.854,43	-	814.821,00	44.510.286,96	(77.192.642,97)
2020	4.637.381,54	-	724.590,86	42.653.187,06	(115.933.039,36)
2021	4.190.675,35	-	654.793,02	40.505.588,64	(152.902.745,68)
2022	3.822.374,55	-	597.246,02	38.272.324,29	(187.949.941,44)
2023	3.528.670,33	-	551.354,74	35.960.262,51	(220.932.888,37)
2024	3.225.902,26	-	504.047,23	33.836.601,11	(252.047.634,45)
2025	2.988.119,46	-	466.893,67	31.609.249,19	(281.135.657,85)
2026	2.768.640,16	-	432.600,03	29.467.288,41	(308.266.906,13)
2027	2.553.109,99	-	398.923,44	27.419.834,52	(333.532.554,09)
2028	2.345.520,53	-	366.487,58	25.484.298,50	(357.037.819,65)
2029	2.162.261,72	-	337.853,39	23.625.971,50	(378.839.382,82)
2030	1.978.788,93	-	309.185,77	21.890.604,70	(399.060.384,36)
2031	1.806.457,04	-	282.258,91	20.252.269,99	(417.788.456,22)

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R \$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
2032	1.641.232,19	-	256.442,53	18.672.009,26	(435.075.675,82)
2033	1.491.801,57	-	233.094,00	17.167.476,22	(450.984.444,46)
2034	1.352.778,51	-	211.371,64	15.747.969,23	(465.591.006,82)
2035	1.226.648,09	-	191.663,76	14.392.329,84	(478.948.352,34)
2036	1.108.759,57	-	173.243,68	13.112.196,43	(491.125.032,88)
2037	992.330,48	-	155.051,64	11.912.773,44	(502.200.527,48)
2038	890.401,37	-	139.125,21	10.777.566,55	(512.226.817,87)
2039	795.956,51	-	124.368,20	9.712.714,32	(521.267.943,89)
2040	708.756,34	-	110.743,18	8.716.987,52	(529.386.918,25)
2041	628.562,89	-	98.212,95	7.789.242,66	(536.645.810,97)
2042	555.131,97	-	86.739,37	6.928.384,86	(543.105.803,23)
2043	488.206,10	-	76.282,20	6.133.224,61	(548.827.103,94)
2044	427.518,53	-	66.799,77	5.402.521,69	(553.868.906,86)
2045	372.789,85	-	58.248,41	4.734.856,71	(558.289.222,14)
2046	323.719,51	-	50.581,17	4.128.476,82	(562.144.560,62)
2047	279.995,85	-	43.749,35	3.581.449,89	(565.489.764,02)
2048	241.287,90	-	37.701,23	3.091.436,26	(568.377.613,62)
2049	207.250,22	-	32.382,85	2.655.754,05	(570.858.500,30)
2050	177.524,38	-	27.738,18	2.271.405,43	(572.980.119,53)
2051	151.744,27	-	23.710,04	1.935.019,47	(574.787.104,78)
2052	129.535,46	-	20.239,92	1.642.983,43	(576.320.792,67)
2053	110.468,70	-	17.260,73	1.390.878,51	(577.618.463,21)
2054	93.794,24	-	14.655,35	1.171.018,62	(578.710.342,94)
2055	79.824,30	-	12.472,55	985.853,30	(579.628.844,49)
2056	67.853,49	-	10.602,11	827.860,86	(580.399.453,97)
2057	57.136,68	-	8.927,61	688.999,82	(581.040.244,72)
2058	47.262,97	-	7.384,84	564.454,31	(581.564.820,89)
2059	38.732,01	-	6.051,88	458.322,19	(581.990.462,94)
2060	31.990,96	-	4.998,59	374.193,56	(582.337.664,13)
2061	25.702,56	-	4.016,02	298.339,52	(582.614.317,12)
2062	20.604,64	-	3.219,47	237.246,42	(582.834.178,37)
2063	16.485,69	-	2.575,89	188.295,25	(583.008.563,83)
2064	12.861,04	-	2.009,54	146.248,09	(583.143.960,42)
2065	9.610,73	-	1.501,68	109.479,61	(583.245.330,98)
2066	6.808,01	-	1.063,75	78.341,89	(583.317.928,61)
2067	4.861,73	-	759,65	56.523,87	(583.370.350,40)
2068	3.419,48	-	534,29	40.369,40	(583.407.834,61)
2069	2.390,34	-	373,49	28.783,39	(583.434.601,15)
2070	1.660,55	-	259,46	20.514,84	(583.453.714,91)
2071	1.025,84	-	160,29	13.464,20	(583.466.313,55)
2072	732,25	-	114,41	9.944,66	(583.475.640,38)
2073	462,39	-	72,25	6.816,25	(583.482.066,48)
2074	299,81	-	46,84	4.839,95	(583.486.653,47)
2075	194,93	-	30,46	3.511,26	(583.490.000,26)
2076	138,24	-	21,60	2.711,15	(583.492.594,77)
2077	71,80	-	11,22	1.861,62	(583.494.395,81)
2078	50,76	-	7,93	1.485,08	(583.495.838,06)
2079	39,39	-	6,16	1.231,79	(583.497.036,61)
2080	31,15	-	4,87	1.029,11	(583.498.039,43)
2081	23,66	-	3,70	850,63	(583.498.870,10)
2082	19,70	-	3,08	720,56	(583.499.574,04)

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R \$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
2083	12,00	-	1,88	566,71	(583.500.130,62)
2084	5,81	-	0,91	437,49	(583.500.563,22)
2085	3,60	-	0,56	356,31	(583.500.916,49)
2086	2,25	-	0,35	291,81	(583.501.206,40)
2087	0,97	-	0,15	234,73	(583.501.440,32)
2088	0,75	-	0,12	194,00	(583.501.633,69)
2089	0,65	-	0,10	159,99	(583.501.793,13)
2090	0,04	-	0,01	125,84	(583.501.918,94)

20.2. Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício, com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanar as irregularidades verificadas.

A Patrocinadora Conab, por meio da Auditoria Interna-AUDIN, órgão interno de auditoria, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001 e no §2.º do art. 41 da Lei Complementar n.º 109/2001, realizou, no transcorrer do exercício de 2010, Auditorias Especial de Gestão no INSTITUTO Conab DE SEGURIDADE SOCIAL-CIBRIUS, relativa aos exercícios de 2009, que deram origem aos Relatórios Audin n.º 01/2010, n.º 02/2010 e n.º 03/2010, que consignaram as seguintes **RECOMENDAÇÕES**, em fase de avaliação e resposta do auditado:

Auditorias Especial de Gestão- Audin n.º 01/2010

“Sob o ponto de vista da performance relativa à gestão do Instituto, os indicadores apresentados, os instrumentos de controle e acompanhamento implementados aos longo do exercício, e ainda o aprimoramento dos mecanismos de governança corporativa, evidenciam que o perfil da entidade, em termos de eficiência e eficácia, apresenta-se como satisfatório.

Entretanto, alguns aspectos que envolvem riscos ainda permeiam a gestão e, pela significância no contexto da entidade, devem merecer, por conseguinte, recomendações específicas.

A) Entre as regras de funcionamento do Comitê de Investimentos, cabe destacar as que se seguem:

As decisões no âmbito do Comitê deverão contar com a presença de no mínimo quatro representantes, sendo dois deles Diretores e o Chefe da Área de Investimentos ou seu substituto, e mais um Chefe de Área.

As matérias aprovadas no âmbito do Comitê deverão ser embasadas em pareceres, análises técnicas, econômicas, financeiras e conjunturais, estando sempre em consonância com a Política de Investimentos do Instituto.

Sobre as regras supracitadas, **recomendamos** a alteração da redação, na forma a seguir explicitada.

R-1 – “As decisões no âmbito do Comitê deverão contar, obrigatoriamente, com a presença de, no mínimo, quatro representantes, sendo dois deles Diretores e o Chefe da Área de Investimentos ou seu substituto, e mais um Chefe de Área”.

R-2 - “Todas as matérias discutidas no âmbito do Comitê deverão estar, obrigatoriamente, embasadas em pareceres e análises técnicas, econômicas, financeiras e conjunturais, em estreita consonância com a Política de Investimentos do Instituto. As discussões, ponderações e decisões finais deverão ser explicitadas em Ata, e os documentos referenciados, de suporte às decisões do Comitê, serão obrigatoriamente arquivados, para consulta a qualquer tempo”.

B) Na comparação dos dois últimos exercícios constata-se que houve uma redução de 60 participantes, sendo 25 no grupo dos ativos e 35 no dos assistidos. Não houve menção sobre

esse aspecto nas Notas Explicativas e no Relatório Anual de Informações aos Participantes de 2009.

Recomendamos que a entidade preste os seguintes esclarecimentos:

R-3 - Os quantitativos informados em 2008 e 2009 representam, efetivamente, a massa de participantes no Plano de Benefícios?

R-4 - No caso da confirmação dos números apresentados, explicitar as causas das diferenças observadas em cada situação no contexto do plano, como também os reflexos financeiros advindos dessas alterações na avaliação atuarial de 2009.

C) Por meio da SA n.º 014/2010, a equipe de auditores fez as seguintes indagações acerca dos estudos que estavam sendo desenvolvidos pela GAMA – Consultores Associados, dentre estes:

a) se os estudos contemplam retroatividade para os benefícios concedidos, por conta de uma eventual mudança do indexador de TR para INPC/IBGE? Caso positivo, qual o horizonte temporal dessa retroatividade, e haverá pagamento retroativo das diferenças?

b) sendo positiva a resposta da questão anterior, será contemplada, também a retroatividade da correção pelo INPC/IBGE das insuficiências já contratadas junto à patrocinadora? Caso negativo, não haverá um forte desequilíbrio financeiro no âmbito dos recursos garantidores do Plano?

c) sendo positivas as respostas para os itens anteriores, quais os fundamentos fáticos e legais que suportariam uma proposição dessa natureza? Quais as perspectivas de haver concordância por parte da patrocinadora e das demais instâncias decisórias?

d) na eventualidade de serem demandados estudos específicos sobre a matéria no contexto do projeto global, objeto de uma eventual contratação junto à uma entidade de consultoria e, em face da fragilidade dos fundamentos fáticos e legais, não se constituiria em uma iniciativa temerária, já que, por certo, irá gravar os custos totais dos serviços?

Inicialmente cabe registrar a Comunicação Interna Cibrius n.º 103/2010, por meio da qual foi oferecida as respostas, não obstante as questões tratadas envolvam aspectos relevantes no contexto da gestão, foi subscrita, pelo Chefe da Área de Cadastro, e não a quem o pedido de esclarecimentos foi dirigido – no caso, o Diretor Superintendente -, ou mesmo o Diretor de Seguridade, a que a matéria está afeta.

As respostas oferecidas foram evasivas e em nada esclarecem os questionamentos da equipe de auditoria. A manifestação faz referências a um Grupo de Trabalho que apresentou sugestões para compor os estudos atuariais, mas não informa como foi constituído, ou mesmo o ato formal de constituição desse grupo (houve, sim, um grupo de trabalho formalmente constituído pela Patrocinadora, mas que foi desfeito, já que parte de seus componentes passou a fazer parte do Conselho Deliberativo, por indicação da Patrocinadora).

Diante dos fatos elencados, **recomendamos** que a entidade adote as seguintes providências:

R-5 - Melhor explicitação das respostas frente aos questionamentos formulados pela equipe de auditoria por meio da SA n.º 014/2010.

R-6 - Tendo em vista que todas as respostas aos questionamentos da equipe de auditores foram no sentido de aguardar a conclusão dos estudos da empresa de consultoria, depreende-se que um novo contrato foi pactuado com a Gama – Consultores Associados.

Ora, se os questionamentos formulados pela equipe de auditores ficaram pendentes até a conclusão dos estudos por parte da empresa de consultoria, então o Cibrius não estabeleceu, conforme é natural em qualquer processo de gestão, as diretrizes e os pressupostos básicos para o desenvolvimento e o delineamento desses mesmos estudos?

R-7 - Pelo que nos foi dado a observar, grande parte dos estudos voltados ao processo de saldamento do atual plano e constituição de um novo plano estavam contemplados no contrato firmado em 5.11.2007 com a empresa GAMA – Consultores Associados, mesma entidade que está elaborando novos estudos. Não foram aproveitados os estudos realizados sob a égide do contrato anterior, cujo pagamento, por parte do Cibrius, foi de aproximadamente R\$70.000,00?

R-8 - As propostas intituladas de “serviços complementares” apresentadas pela Gama – Consultores Associados ainda em 2008 – segundo essa entidade, por solicitação da Patrocinadora – foram considerados nos estudos desenvolvidos pela mesma consultoria em 2010?

R-9 - Essa entidade promoveu análise minuciosa, objetivando verificar a existência de eventuais redundâncias nas propostas apresentadas pela empresa de consultoria, ou seja: a) estudos contratados por meio de pacto firmado em 5.11.2007, em que o Cibrius desembolsou aproximadamente R\$70.000,00; b) propostas apresentadas em 2008 – em número de cinco – a um custo de R\$179.276,00; c) últimos estudos desenvolvidos e apresentados ao Cibrius em 2010?

R-10 - O grupo de trabalho mencionado na CI Cibrius 103/2010 é constituído formalmente? Como se deu a indicação dos seus componentes? Houve algum ato da Patrocinadora constituindo o Grupo? Caso o grupo seja informal, não se constitui em uma disfunção à sua participação ativa nas discussões relativas ao processo de gestão da entidade? Outros participantes também não poderiam reivindicar essa mesma condição?

Constata-se que a entidade condiciona todos os esclarecimentos solicitados à apresentação dos estudos finais por parte da empresa contratada, o que reforça, em princípio, o não estabelecimento prévio de diretrizes e dos pressupostos básicos, que deveriam balizar o desenvolvimento dos trabalhos.

D)O saldo de R\$220.897,60, alocado no programa de investimentos como “impostos a recuperar”, refere-se ao Imposto de Renda retido indevidamente em exercícios anteriores a favor da Receita Federal do Brasil, incidentes sobre pagamento de dividendos e juros sobre o Capital a partir de 01.9.2001, data em que o Cibrius já se encontrava sob Regime Especial de Tributação - RET. Até o encerramento do exercício, a matéria ainda se encontrava pendente.

R-11 - Tendo em vista que a matéria vem se arrastando há quase dez anos, recomendamos que a entidade viabilize outras alternativas objetivando a celeridade do desfecho da questão, informando a Audin as medidas adotadas.

E)Sobre as provisões para perdas, recomendamos que a entidade adote as seguintes providências:

R-12- Elabore relatório circunstanciado sobre os créditos objeto das provisões para perdas, informando, inclusive, as ações que vem sendo implementadas para o recebimento, como também uma avaliação sobre a perspectiva de sucesso.

R-13 -Melhor explicita a baixa do valor de R\$630.124,84, relativa à provisão para perdas relacionadas aos créditos junto a Parque Temático Playcenter (atualmente Hopi Hari) – segmento de Renda Variável/Mercado de Ações), já que as Notas Explicativas das contas de 2009 não fazem menção ao fato.

F)Por oportuno, cabe registrar que o saldo de R\$ 36.703,89, registrado ao final do exercício de 2008 na rubrica 1.2.4.4.02 – Financiamentos Imobiliários, refere-se a contrato de empréstimo imobiliário concedido em 17.10.2000, e que não honrado pelo participante. O Cibrius, além de promover o provisionamento para perda de R\$ 16.575,24, ajuizou ação de cobrança na 13ª Vara Cível (Processo 2003.01.1.081840-2). Já em 31.12.2009, não há registro dessa operação, como também esclarecimentos nas Notas Explicativas.

R-14 -Relativamente à rubrica 1.2.4.4.02 – Financiamentos Imobiliários, recomendamos que a entidade preste os esclarecimentos sobre os atos e fatos que ensejaram a baixa dos respectivos valores, inclusive se a ação em curso na justiça foi arquivada, se for o caso.

G)Com referências às aplicações em DPGE's, recomendamos o que se segue:

R-15 - Que a entidade verifique a data correta da emissão e compra das aplicações indicadas como de 2005, elaborando, se for o caso, uma errata com a indicação das datas corretas, dando a publicidade julgada necessária.

R-16 - No que se refere à opção por essa modalidade de investimento, recomendamos que a entidade mantenha um controle bastante rígido sobre suas aplicações, levando-se em conta os limites legais representados pelo Patrimônio Líquido das instituições e os dos saldos de depósitos a prazo e obrigações por letras de câmbio, o horizonte temporal de recuperação dos recursos na eventualidade de decretação de regime especial ou insolvência, avaliação do custo-benefício no confronto *riscos X rentabilidade* e comparação com os cenários das demais alternativas de investimentos, entre outras variáveis.

H)No que concerne às aplicações em renda fixa, verifica-se que, enquanto o montante médio aplicado cresceu nominalmente na proporção de 18,25%, os rendimentos advindos experimentaram uma retração de 1,24%. Já os índices de rentabilidade obtidos nos Fundos de Investimentos em Renda Fixa, renda variável e fundos imobiliários (estruturados), excetuando o Fundo de Renda Fixa Pactual Select Bolsa e os de modalidade estruturantes (imobiliários), não alcançaram as metas fixadas para o exercício.

R-17 - Com referência aos investimentos médios em renda fixa *versus* ganhos financeiros em 2009, recomendamos que a unidade auditada elabore e apresente relatório sucinto sobre os fatores restritivos da performance apresentada.

R-18 - Sob o ponto de vista das aplicações em Fundos de Investimentos, recomendamos que a entidade elabore e apresente relatório sucinto sobre as que não alcançaram as metas de rentabilidade fixadas para o exercício, apontando as causas mais relevantes.

I)por meio da SA n.º 13/2010, solicitou esclarecimentos sobre a convocação sistemática da Conselheira Suplente do Conselho Deliberativo Zélia Holanda Mar, lotada em Manaus-AM, embora as reuniões contassem com a presença do Conselheiro titular Francisco Pereira da Silva (que também tem domicílio fora de Brasília, gerando, por conseguinte, despesas de mesma natureza).

Diante do exposto, recomendamos:

R-19 - Que a entidade promova um levantamento detalhado das despesas derivadas do deslocamento da Conselheira Suplente (somente no caso da presença do titular nas reuniões), submetendo a matéria à apreciação do Conselho Fiscal.

R-20 - Objetivando um melhor aprimoramento no processo de governança, no que concerne à clareza e objetividade nas normas de conduta, recomendamos à entidade a alteração do § 3.º do artigo 27 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo, que passaria a ter a seguintes redação:

“Além dos casos previstos no § 1.º deste artigo, o suplente poderá comparecer às reuniões, a Convite do Presidente do Conselho Deliberativo, em caráter excepcional e quando alguma matéria a ser tratada assim justificar. a) a justificativa para a formulação do convite deverá ser devidamente registrada em Ata; b) o Suplente convidado não terá direito a voto e nem poderá relatar matéria ou formular proposições”.

J)Consoante Relatório de Processos Judiciais posicionado em 18.8.2010, o contencioso da entidade estava composto por 198 ações nas quais a entidade figura como autora e ré. Nos casos em que a entidade encontra-se como pólo passivo, grande parte das ações refere-se ao

pleito dos assistidos em alterar o indexador do benefício de TR para INPC/IBGE, como também dos reintegrados e anistiados, cujas petições têm como fulcro central a inserção no Plano de Benefício sem o pagamento da jóia regulamentar.

R-21 - Sobre a matéria em lide, recomendamos que a entidade disponibilize relatório circunstanciado sobre as principais ações em curso, destacando o andamento, data provável de desfecho, probabilidade de recursos subsequentes, prováveis valores atualizados, entre outras informações julgadas relevantes

K)A propósito, ao compulsarmos as Atas do Conselho Deliberativo, verificamos que, na 1.º Reunião Extraordinária ocorrida em 27.11.2009, ficou consignado que um dos Conselheiros colocou em dúvida a redação dada ao artigo 31 do Estatuto da entidade, ao afirmar que, além de contrariar o disposto na Lei Complementar n.º 108/2001, teve o intuito de anular as conquistas dos participantes e assistidos, conseguidas no passado.

R-22 - Diante da observação supracitada e formalmente registrada em ata, recomendamos que a entidade analise e se posicione formalmente e de forma circunstanciada sobre os pontos ali focados. E para que não paire nenhuma dúvida quanto à aderência da gestão ao marco regulatório a que está sujeita a entidade, recomendamos, ainda, que seja feita consulta a Previc, se for o caso, sobre a exata aplicabilidade da Lei Complementar n.º 108/2001.

Auditorias Especial de Gestão- Audin N° 02/2010

Exercício de 2003

Consoante Acórdão N° 2.887/2008-TCU-1ª Câmara, o Tribunal de Contas da União – TCU, determinou à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab “que exerça supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Instituto Conab de Seguridade Social (Cibrius), ainda que o Instituto esteja sob condição de intervenção ou liquidação extrajudicial, devendo tais atividades serem retomadas a partir do último exercício em que houve ações de supervisão e fiscalização, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar n° 108/2001 c/c art. 41, § 2º, da Lei Complementar n° 109/2001”.

Tendo em vista a quantidade expressiva de exercícios a serem auditados, foi ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC que a Audin incluiria em seu plano de trabalho a fiscalização no Cibrius nos exercícios pretéritos, de forma escalonada, a partir do último exercício auditado. Nesse sentido, o relatório contemplou a **análise da gestão do exercício de 2003 e consignou as seguintes conclusões:**

Conclusões

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios

1. As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

2. Relativamente à reavaliação atuarial elaborada pela empresa responsável pelo Plano de Benefícios, merecem ser destacados os seguintes pontos:

2.1 Os resultados apurados na reavaliação e projetados para 31.12.2003, apontam uma Reserva Matemática de R\$430.596.194,17 e um Ativo Líquido Previdenciário de R\$211.662.179,76, resultando em um déficit técnico de R\$240.930.776,90.

2.2 Sugere que, não obstante o regulamento do Plano estabelecer o indexador de correção dos benefícios pela TR + 6% a.a., seja fixado um indexador que reflita efetivamente a inflação, apontando o INPC-IBGE. Enfatiza, entretanto, que a fixação de um outro indexador contemplaria, não só os benefícios concedidos, como também sobre os valores correspondentes ao serviço passado já contratado e a contratar junto à patrocinadora. Por outro lado, alerta que a alteração do indexador somente para os benefícios concedidos, levaria a um déficit do plano, podendo levá-lo a uma situação de insolvência definitiva ou aumento significativo da contribuição dos participantes.

2.3 Relativamente ao grau de capitalização do Plano, chama a atenção para o fato de que, considerando o volume do Patrimônio Líquido Previdenciário (já considerado o valor da dotação contratada) e a exigibilidade derivada dos benefícios concedidos, os benefícios a conceder estão cobertos em apenas 19,02%.

2.4 Por outro lado, chama a atenção para o fato de que o plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas correspondendo a 100,87% das receitas. Diante desse cenário, e caso o plano não tenha novas adesões, o patrimônio da entidade entra em fase de declínio.

2.5 Recomenda a agilização das negociações relativas à contratação das insuficiências atuariais, porquanto a postergação de tal providência poderá levar a entidade a uma situação insustentável, com reflexos diretos para a patrocinadora e participantes, já que o quadro atual de descapitalização do plano poderá levar a uma situação de insolvência.

3. Com base nos dados analisados, concluiu que o Plano de Benefícios Previdenciários encontrava-se, na data da reavaliação, em equilíbrio na cobertura do custo normal do plano, justificando a manutenção da aplicação da tabela atual de contribuições. Chama a atenção, contudo, para o fato de que a cobertura dos encargos de Serviço Passado é insuficiente e a situação financeiro-atuarial é deficitária, pelo fato de que os valores a amortizar aportados serem inferiores às necessidades prevaletentes.

4. A avaliação da empresa atuária registra que o Plano de Custeio encontrava-se, no exercício, ajustado ao disposto nos diplomas legais vigentes, com a aplicação adequada da paridade de contribuições dos participantes e patrocinadoras, na cobertura dos custos normais do Plano, e, inclusive, com a extensão de cobertura do custeio das despesas administrativas por parte dos assistidos, na forma preceituada no art. 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

5. Finalizando o seu parecer, a empresa responsável pela reavaliação, destaca que, em vista das características do Plano da entidade, no que se refere à vitaliciedade dos benefícios, há uma tendência de majoração dos custos pelo agravamento dos aumentos na expectativa de vida dos participantes. Diante desse cenário, recomenda a manutenção dos superávits futuros em reservas de contingências, distribuídas somente após estudos atuariais.

6. Ao examinar os balanços patrimoniais do Cibrius levantados em 31 de dezembro de 2003, e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro, a Auditoria Independente (Trevisan Auditores Independentes), emitiu o seguinte parecer: *“Em nossa opinião, com base em nosso exame e no parecer do atuário externo sobre a adequação dos cálculos atuariais das provisões matemáticas e fundos e reservas, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, em 31 de dezembro de 2003, a apuração de seu resultado e seu fluxo financeiro para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas contábeis emanadas pela Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social”*.

7. Relativamente à aderência regulatória, as diligências levadas a efeito indicam que a entidade cumpriu, à espécie, os normativos e legislação prevaletentes, notadamente os emanados do

Conselho Monetário Nacional – CMN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

8. A patrocinadora promoveu, no transcorrer do exercício, o pagamento das contribuições patronais, assim como dos serviços contratados, dentro dos prazos regulamentares.

9. O portfólio dos investimentos garantidores apresenta um perfil relativamente conservador, já que 73,10% dos recursos estavam alocados em renda fixa.

10. Os rendimentos obtidos na carteira de aplicações globalmente considerada situaram-se no patamar de 18,83%, superior à meta atuarial (10,93%:TR + 6% a. a.) e de referência (17,00% : INPC + 6% a .a.)

11 Encontram-se registradas no balanço do exercício, provisões constituídas para perdas de ativos aplicados em investimentos realizados em exercícios pretéritos, no montante de R\$ 17.477.612,28. Na tentativa de recuperar tais ativos, o Cibrius ajuizou diversas ações, as quais ainda se encontram em curso até a presente data.

12..As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

Quadro CXI
RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO DE 2003

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2003	TR+6% aa JAN A DEZ 2003	RESULTADO
RENDA FIXA	19,32%	10,9300%	7,56%
RENDA VARIÁVEL	53,40%		38,29%
IMÓVEIS	-18,85%		-26,85%
Fundo Imobiliário	5,26%		-5,11%
EMPRÉSTIMOS	38,22%		24,60%
CARTEIRA GERAL	18,83%		7,12%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2003	INPC+6% aa JAN A DEZ 2003	RESULTADO
RENDA FIXA	19,32%	17,00%	1,98%
RENDA VARIÁVEL	53,40%		32,96%
IMÓVEIS	-18,85%		
Fundo Imobiliário	5,26%		
EMPRÉSTIMOS	38,22%		18,14%
CARTEIRA GERAL	18,83%		1,78%

Relativamente à rentabilidade bruta dos investimentos, constata-se que o resultado global obtido, quando cotejado com os índices de referência, manteve-se em patamar superior.

No caso da carteira de imóveis, o resultado adverso se deu, principalmente pelo ajuste do valor do imóvel localizado no Centro Século XXI, que provocou um impacto negativo de R \$3.228.625,68 na rentabilidade dessas aplicações.

Auditorias Especial de Gestão- Audin N° 03/2010
Exercício de 2002

Consoante Acórdão N° 2.887/2008-TCU-1ª Câmara, o Tribunal de Contas da União – TCU, determinou à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab “que exerça supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Instituto Conab de Seguridade Social (Cibrius), ainda que o Instituto esteja sob condição de intervenção ou liquidação extrajudicial, devendo tais atividades serem retomadas a partir do último exercício em que houve ações de

supervisão e fiscalização, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001 c/c art. 41, § 2º, da Lei Complementar nº 109/2001”.

Tendo em vista a quantidade expressiva de exercícios a serem auditados, foi ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC que a Audin incluiria em seu plano de trabalho a fiscalização no Cibrius nos exercícios pretéritos, de forma escalonada, a partir do último exercício auditado. Nesse sentido, o relatório contemplou a **análise da gestão do exercício de 2002 e consignou as seguintes conclusões:**

Conclusões

1. As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

2. Relativamente à reavaliação atuarial elaborada pela empresa responsável pelo Plano de Benefícios, merecem ser destacados os seguintes pontos:

2.1 Os resultados apurados na reavaliação de 31.12.2002, apontam uma Reserva Matemática total de R\$344.693 mil e um Ativo Líquido Previdenciário de R\$91.710 mil, resultando em um Déficit Técnico de R\$252.983mil.

2.3 Relativamente ao grau de capitalização do Plano, chama a atenção para o fato de que, considerando o volume do Patrimônio Líquido Previdenciário (incluído o valor da dotação contratada de R\$66.135 mil) e a exigibilidade derivada dos benefícios concedidos, os benefícios a conceder estão cobertos em apenas 14,14%.

2.4 Salienta que o índice atual de correção dos Benefícios Concedidos (TR), apesar de regulamentado, não é compatível com a realidade da inflação, e sua mudança, dependendo do momento econômico, deve provocar aumento do custo do plano. Nesse sentido, entende como conveniente de estabelecer, no caso da contratação do serviço passado junto à patrocinadora, o INPC/IBGE como indexador, ou outro índice compatível com a inflação, acrescido de juros atuariais de 6% ao ano.

2.5 A avaliação da empresa atuária registra que o Plano de Custeio encontrava-se, no exercício, ajustado ao disposto nos diplomas legais vigentes, com a aplicação adequada da paridade de contribuições dos participantes e patrocinadoras, na cobertura dos custos normais do Plano.

3. Ao examinar o parecer do atuário externo sobre os cálculos atuariais das provisões matemáticas e dos fundos e reservas e os balanços patrimoniais do Cibrius e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro, a Auditoria Independente (Trevisan Auditores Independentes), emitiu parecer, no sentido de que as demonstrações *contábeis relativas ao exercício de 2002 “representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, em 31 de dezembro de 2002, a apuração de seu resultado e seu fluxo financeiro para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas contábeis emanadas pela Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social”.*

4. Relativamente à aderência regulatória, as diligências levadas a efeito indicam que a entidade cumpriu, à espécie, os normativos e legislação preexistentes, notadamente os emanados do Conselho Monetário Nacional – CMN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

5. A patrocinadora promoveu, no transcorrer do exercício, o pagamento das contribuições patronais, assim como dos serviços contratados, dentro dos prazos regulamentares.

11.Encontram-se registradas no balanço do exercício provisões constituídas para perdas de ativos aplicados em investimentos realizados em exercícios pretéritos, no montante de R\$13.476 mil. Na tentativa de recuperar tais ativos, o Cibrius ajuizou diversas ações, as quais ainda se encontram em curso até a presente data.

12.As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas às diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

EURIPEDES MALAQUAIS DE SOUSA
Superintendência Regional de Goiás
Superintendente

CLOVIS VIERIRA DOS SANTOS
Setor Contábil e Financeiro
Encarregado
Tec. Contabilidade-CRC-GO 010026